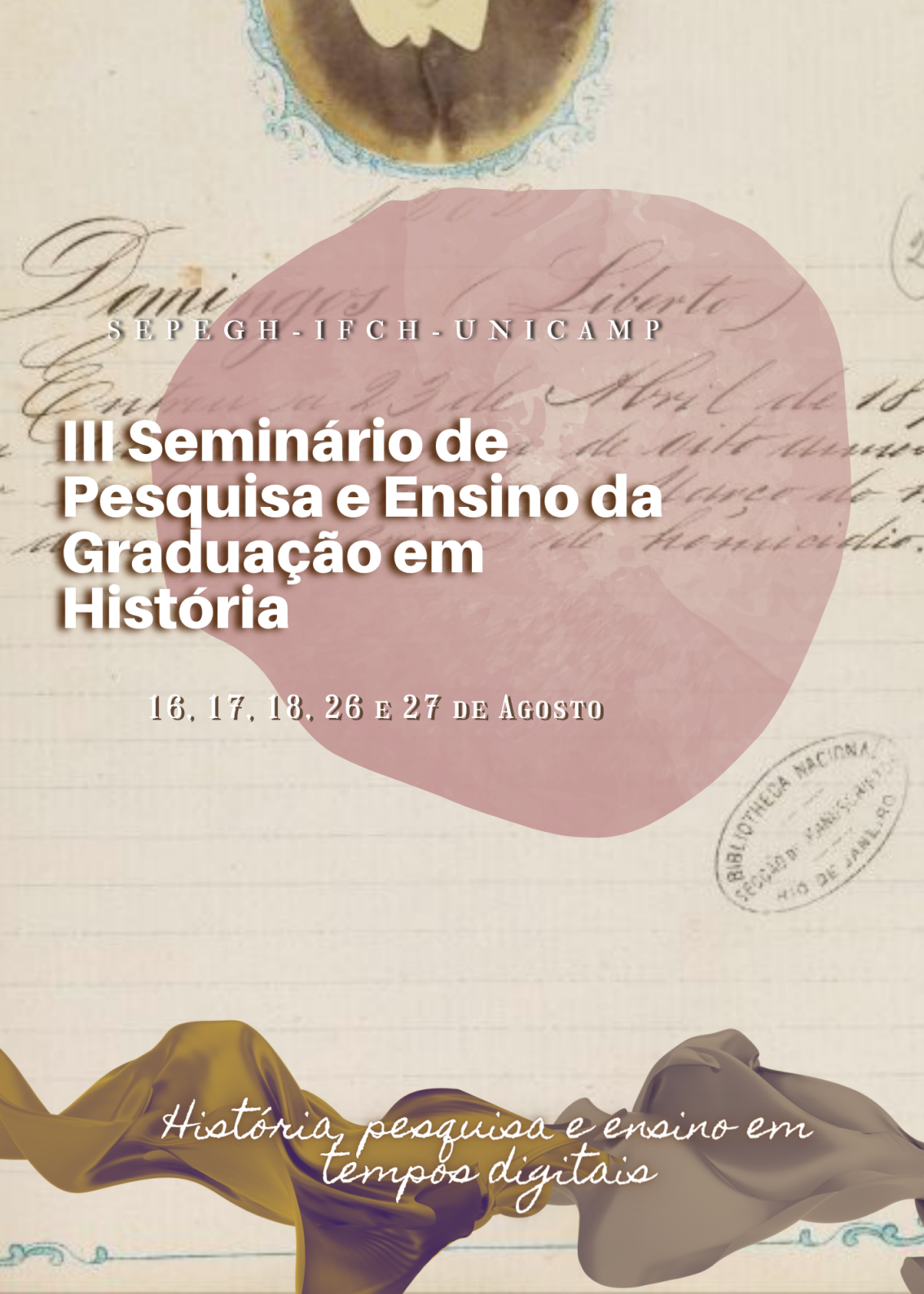




SEPEGH - IFCH - UNICAMP

III Seminário de Pesquisa e Ensino da Graduação em História

16, 17, 18, 26 E 27 DE AGOSTO

*História, pesquisa e ensino em
tempos digitais*

**ANAIS DO III SEMINÁRIO DE PESQUISA
E ENSINO DA GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA DO IFCH - SEPEGH**

**Alysson B. N. Pereira, Augusto Antônio de Assis,
Catherine P. Hergert, Flávia C. Daisson Santos,
Gustavo F. dos Santos, Janaína da S. Fonseca
Julia Aquino, Júlio M. Zampietro,
Marina C. de Albuquerque, Noemi A. Peixoto,
Profa. Dra. Raquel G. Alves Gomes
(Orgs.)**

**IFCH - UNICAMP
CAMPINAS - 2021**

IFCH/UNICAMP - PUBLICAÇÕES

Copyright © 2022

Reitor: Antonio José de Almeida Meirelles
Diretor: Andréia Galvão
Diretor Associado: Michel Nicolau Netto

Comissão de Publicações

Coordenação Geral:

Michel Nicolau Netto

Comissão organizadora do evento

Alysson Brenner Nogueira Pereira
Augusto Antônio de Assis
Catherine Peggion Hergert
Flávia Catusso Daissos Santos
Giovanna Maia Tavares de Almeida
Gustavo Fernandes dos Santos
Janaína da Silva Fonseca
Julia Aquino
Júlio Matzenbacher Zampietro
Marina Cruz de Albuquerque
Noemi Alves Peixoto
Prof. Dra. Raquel G. Alves Gomes

Formato: Digital (e-book)

ISBN: 978-65-87198-21-7

Comissão de editoração e organizadora dos anais

Alysson Brenner Nogueira Pereira
Augusto Antônio de Assis
Catherine Peggion Hergert
Flávia Catusso Daissos Santos
Gustavo Fernandes dos Santos
Janaína da Silva Fonseca
Julia Aquino
Júlio Matzenbacher Zampietro
Marina Cruz de Albuquerque
Noemi Alves Peixoto
Prof. Dra. Raquel G. Alves Gomes

Capa desenvolvida por:

Julia Aquino
Galeria dos condenados: Domingos (Liberto)
Fonte: Thereza Christina Maria
Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiana/handle/20.500.12156.1/5858>

Produção Editorial, Finalização e Divulgação:

Sector de Publicações - IFCH/UNICAMP

E-mail: pub_ifch@unicamp.br

Site: www.ifch.unicamp.br/publicacoes/

Tel.: (19) 3521.1603

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Se52a Seminário de Pesquisa e Ensino da Graduação em História do IFCH
Anais [do] III Seminário de Pesquisa e Ensino da Graduação em
História do IFCH - SEPEGH / [recurso eletrônico] / organizador
Augusto Antônio de Assis, [et al.]. - Campinas, SP : UNICAMP/IFCH,
2021.

Publicação digital no formato PDF

1. História. 2. História - Pesquisa. 3. História - Estudo e ensino.
4. Seminários. I. Assis, Augusto Antônio de. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

CDD - 900
- 907.2
- 907
- 371.37

ISBN 978-65-87198-21-7



Este e-book está licenciado por Creative Commons
Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

SUMÁRIO

Apresentação	07
Textos	
Aprendizagem em História: planejamento, sequência didática e jogos pedagógicos, contribuindo para o ensino em tempos de pandemia <i>Alvanir Ivaneide Alves da Silva</i>	09
“<i>Pacisque imponere morem</i>”: uma faceta do culto da romanidade na Itália fascista <i>Augusto Antônio de Assis</i>	19
Guardar pra quê? Por que guardou? - Patrimônio documental e sua importância para aprendizagem histórica de estudantes do ensino fundamental <i>Barbara Louise Guedes Victor</i>	31
Educação (e) política às mulheres: reflexões iniciais sobre aspectos educacionais e políticos femininos a partir da análise das memórias de Nair de Teffé em A verdade sobre a Revolução de 22 <i>Bethânia Luisa Lessa Werner</i>	40
Ciberpopulismo: representações das imagens da direita no fenômeno religioso evangélico durante a campanha presidencial de Jair Messias Bolsonaro (2011-2018) <i>Caius Costa Amaral de Sousa</i>	51
Recordar é resistir: as <i>Abuelas de Plaza de Mayo</i> – Memória como ação política de resistência ao longo do período ditatorial argentino (1976-1983) <i>Camila Feitosa</i>	62

A ação pastoral dos bispos portugueses em relação ao comportamento dos leigos (final do século XV e início do XVI) <i>Diovani Matheus Marques</i>	71
A República em meio a miragem do colonial: um estudo sobre o processo de urbanização no município de Mariana - MG nos anos de 1889 a 1930 <i>Flávia Fidellis e Carla Nunes</i>	79
Enunciados, lacunas e silenciamentos: disputas sobre experiências de esquerda em materiais didáticos <i>Gabriele Toon de Araújo</i>	89
As admoestações ao matrimônio muçulmano e o modelo ideal de vida conjugal no opúsculo <i>De Secta Machometi</i> <i>Guilherme Barbosa dos Santos</i>	100
Da Pedra Branca a Pedra Grande: a amizade e a troca de favores entre coronéis de Caldas e Campestre, Minas Gerais <i>Isaiás Gabriel Franco e Alysson Brenner Nogueira Pereira</i>	107
Cidadania no ensino de História: impactos e desdobramentos <i>Jhonathan William Heckler</i>	114
Uma história de amor sertaneja - A representação do cangaço e da cangaceira no filme <i>Lampião e Maria Bonita</i> (1982) <i>Juliana Amorim Silva</i>	125
Da dívida ao mercado global: o Fundo Monetário Internacional e a questão das reformas estruturais latino-americanas na década de 1980 <i>Júlio Matzenbacher Zampietro</i>	134

A mudança na paisagem através dos Vinhedos <i>Júlia Mai Velasco e Laianny Cristine Gonçalves Terreri</i>	144
Reflexões iniciais acerca da historiografia da Guerra Franco-Prussiana a partir do debate de Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen pela Alsácia-Lorena <i>Lucas Arantes Lorga</i>	151
As mulheres nos anos dourados: o cinema americano e a construção de uma visualidade feminina <i>Luísa Fávoro Costa Gianotti</i>	162
Onde está a glória da Revolução Gloriosa de 1688? Perspectivas e vislumbres da Escócia frente a Inglaterra <i>Luísa Pádua Zanon</i>	174
Os princípios do materialismo histórico dialético a partir da tese de Marx <i>Luíza Santana Locatel Araújo</i>	185
A rainha Beatriz e as relações políticas entre Portugal e Castela nos séculos XIV e XV <i>Maria Gabriela Moreira</i>	192
A crista do pan-arabismo: Nasser e os usos políticos do rádio, 1956 – 1958 <i>Matheus Paranhos Giolo Mezadri</i>	202
Uma das testemunhas oculares da Balaiada: a visão oficial de Gonçalves de Magalhães, na província do Maranhão, entre 1838 a 1841 <i>Maykon Albuquerque Lacerda</i>	211

O papel das irmandades religiosas para a educação musical em Mariana-MG, na segunda metade do século XVIII <i>Noemi Alves Peixoto</i>	222
Antígona de Sófocles: interpretações do direito e religião nas tragédias gregas <i>Pedro Ricardo de Souza Velasco</i>	230
Na rota de um viajante africano: os diversos outros na Rihla de Ibn Battuta (1304-1377) <i>Pietro Enrico Menegatti de Chiara</i>	241
Stonehenge: uma construção histórica e historiográfica <i>Sofia Helena Cardoso Rodrigues</i>	250
A dualidade do gueto homossexual segundo o jornal Lampião da Esquina <i>Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves</i>	260
Pensando o banditismo e a dominação senhorial: diálogos entre a Idade Média e a Contemporaneidade <i>Vitor Nunes</i>	269

APRESENTAÇÃO

O Seminário de Pesquisa e Ensino da Graduação em História do IFCH (SEPEGH) é um evento acadêmico bienal, sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, organizado pelo corpo discente do curso de História. O objetivo central sempre foi oferecer uma oportunidade para que estudantes de graduação e recém-graduados pudessem apresentar suas experiências no âmbito do ensino, pesquisa e extensão em história, já finalizadas ou em desenvolvimento, feitas individualmente ou em grupos, durante projetos de iniciação científica, monografias, estágios entre outros. O evento busca, então, construir momentos de encontro e debate, essenciais para a troca e construção conjunta de conhecimentos.

O contexto pandêmico, sob o qual a terceira e atual edição do seminário foi realizada, impôs dificuldades e necessidades inimagináveis. Nesse sentido, os pontos centrais sempre buscados pela SEPEGH foram reafirmados; não com o intuito de repor uma materialidade que é insubstituível, mas como forma de oferecer o melhor espaço possível para tais intercâmbios tão profícuos, além de, em certa medida, acariciar-nos com uma lufada de esperança em tempos tão sombrios. O mote do evento visou sintetizar algumas destas questões, sem, contudo, atrelar um único eixo temático ao seminário, permitindo a multiplicidade de vozes, objetos e perspectivas: “História, pesquisa e ensino em tempos digitais”.

O evento, então, ocorreu em formato digital, durante os dias 16, 17, 18, 26 e 27 de agosto de 2021. As 17 sessões de comunicação, contemplando inúmeras temáticas, contaram com mais de 70 apresentações, oriundas de quase 15 estados. Os trabalhos, além de submetidos a profícuos debates, foram prestigiados por mais de 300 ouvintes. Ademais, o Departamento de História enriqueceu o seminário, ao oferecer três mesas de debates e duas oficinas. A todos os graduandos e recém graduados que se apresentaram no evento foi oferecida a possibilidade de publicação; os textos seguintes decorrem de tais contribuições.

A comissão organizadora da III SEPEGH agradece a todos que, direta e indiretamente, auxiliaram na construção de um evento de tanto sucesso, com destaque para nossos comunicadores, mediadores e ouvintes. Além disso, somos gratos ao corpo docente do Departamento de História do IFCH, que contribuiu ministrando mesas e oficinas, mediando seções de comunicação e enriquecendo os debates, em especial à Prof^a. Dr^a. Raquel Gryszczenko Gomes pelo apadrinhamento e suporte. Por fim, institucionalmente, agradecemos ao apoio do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH, da Pró-Reitoria de Graduação/PRG e do Serviço de Apoio ao Estudante/SAE, todos da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Desejamos a todos uma enriquecedora experiência de leitura.

A comissão organizadora

APRENDIZAGEM EM HISTÓRIA: PLANEJAMENTO, SEQUÊNCIA DIDÁTICA E JOGOS PEDAGÓGICOS CONTRIBUINDO PARA O ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Alvanir Ivaneide Alves da Silva¹

RESUMO: O seguinte trabalho apresenta uma experiência vivenciada na disciplina de Estágio Supervisionado IV, do curso de Licenciatura em História (UFRPE), no qual foi possível testar a produção de materiais pedagógicos na prática da formação docente, possibilitando um ensino de História produzido de forma digital, contribuindo então para uma regência inovadora em tempos pandêmicos, despertando nos alunos o senso reflexivo e a valorização histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Materiais pedagógicos. Aprendizagem remota.

INTRODUÇÃO

Este trabalho descreve acerca da vivência prática da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado IV, o qual é uma disciplina obrigatória no âmbito do curso de Licenciatura em História, modalidade a distância, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), realizado no 7º período de curso, e deve ocorrer em instituição pública, sem remuneração, pelo qual é visado a regência pedagógica em escolas do Ensino Fundamental II e em aulas de História, possibilitando a prática sobre pesquisar acerca de diferentes metodologias para elaborar um planejamento didático, aplicar materiais pedagógicos e lecionar aulas.

o estágio se constitui como um campo de conhecimento,
o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: alvaniralves2017@gmail.com.

que supera sua tradicional redução à atividade prática instrumental. Enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. (PIMENTA & LIMA, 2006: 6).

Por meio dele, é viável compreender que a docência é uma área que liga o professor diretamente e diariamente ao aluno. Dessa maneira, em sua formação acadêmica, não é somente a teoria que irá ajudá-lo a atuar em sala de aula, mas também a prática, que desencadeia a uma compreensão da importância de se utilizar as “metodologias ativas para uma educação inovadora”, onde “aponta a possibilidade de transformar aulas em experiências de aprendizagem mais vivas e significativas para os estudantes” (BACICH & MORAN, 2018: 16).

Porém, com a chegada do novo coronavírus (Covid-19)² ao Brasil, as escolas tendo que se reinventar passaram a aderir o ensino remoto, utilizando indispensavelmente os recursos tecnológicos para ofertar o processo de aprendizagem, mediado pelos espaços digitais. A pandemia levou a educação rapidamente de um meio escolar físico, para um meio completamente virtual, como alternativa de controle da contaminação viral, e assim a diminuição do número de internamentos e mortos (FIOCRUZ, 2020).

O que impossibilitou a realização presencial dos estágios supervisionados, dessa maneira, visando a continuidade da formação docente mesmo em um contexto pandêmico, a Universidade organizou um Projeto de Extensão intitulado “Práticas e Experiências de Organização do Trabalho Docente: Planejamento e Produção de Materiais, Projetos e Sequências Didáticas”, que se sucedeu entre os dias 08 de fevereiro até o dia 18 de abril.

Através do projeto foi desenvolvido atividades tanto teóricas, quanto práticas, tendo como público alvo atividades pensadas e planejadas para

² Covid-19 é uma doença infecciosa em escala global, causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), que se manifesta no ser humano de diversas formas, levando muitos casos a óbito. Mais informações em: <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em: 2021.

séries dos anos finais do ensino fundamental. Pois o desenvolvimento do trabalho docente requer a utilização de elementos diversos para que ocorra de forma interdisciplinar e sociável, de maneira a “assegurar uma aprendizagem efetiva e coerente” (BITTENCOURT, 2011: 140).

Já que um pós pandemia não representará a volta do que era antes, visto que, as relações de interação mudaram, assim como a prática docente, que se adaptou em um espaço desafiador, que tem requerido responsabilidade e compromisso para se desenvolver no tempo presente, pois “não se trata de unir, artificialmente, o que é diferente, mas de criar os ambientes que permitam trabalhar em comum, pensar em conjunto, partilhar uma reflexão sobre os mesmos objetos e, em particular, sobre os objetos do conhecimento” (NÓVOA & ALVIM, 2021: 14).

RELATO DE CASO

O ensino fundamental II, enquanto educação básica, destina quatro anos de formação para os discentes, ofertando também a disciplina de História como matriz curricular, disciplina essa, que outrora era utilizada com enfoque em memorização de fatos e datas históricas. Mas, a partir da década de 90 do século XX, foi pautada uma reformulação curricular, objetivando especificidades no desenvolvimento social dos discentes, “além de habilidades intelectuais mais complexas, formas de manejar informações provenientes de intenso sistema de meios de comunicação e de se organizar mais autônoma” (BITTENCOURT, 2011: 102).

Sabemos que é fundamental o contato direto com essa etapa de ensino desde a formação docente, prática provida por meio do Estágio Curricular Supervisionado, se tratando do curso de História ofertado pela UFRPE na modalidade a distância, é possível realiza-lo como regência no 7º período, porém com a vivência de um período pandêmico, no ano de 2020 era impossibilitado realizar um estágio presencial e para contornar a situação sem prejudicar a formação dos futuros professores, a Universidade destinou esta etapa para a produção de materiais didáticos possíveis de serem trabalhados no fundamental II.

E em um período de cerca de 2 meses discutimos em fórum acerca de como está organizada a educação formal do 6º ao 9º ano, dando ênfase a como o ensino de história é abordado nos currículos escolares. Já que a Base Nacional Comum Curricular norteia os conteúdos a serem abordados nos currículos disciplinares do país com objetivo de garantir uma formação comum para todos, buscando findar com as divergências.

Também analisamos acerca do currículo de Pernambuco, que mantém o Parâmetro Curricular Nacional como uma base de orientação, mas prioriza uma adaptação aos conteúdos que serão trabalhados nos anos finais do ensino fundamental. Pernambuco chama a atenção por inserir dentro do ensino de história um eixo focado na história estadual, ou seja, faz suas referências à história local, destacando um conhecimento histórico da realidade que os discentes estão inseridos, a fim de intervir nas problemáticas presentes como reflexo do passado.

A partir de um planejamento prévio construímos uma sequência didática para nortear o percurso das aulas e traçamos os objetivos que queríamos alcançar, visando um ensino aprendizagem amplo no campo epistemológico. Escolhemos também dois livros didáticos que utilizamos como base para o desenvolvimento da sequência didática, os quais são: o livro - Mosaico, abordando acerca da “América: primeiros povos e civilizações”; e o livro - História, Sociedade & Cidadania, abordando os “Primeiros habitantes da América”.

Além disso, pensamos em um conteúdo que desperte dúvidas, curiosidades e questionamentos nos discentes, chegando à conclusão de abordarmos a Pré-história, com ênfase na desenvolvida no Brasil. Seguindo também as normas de conteúdos separados pela BNCC e currículo de Pernambuco, já que a “história escolar suscita discussões a respeito do conhecimento que deve ser ensinado, assim como de quais agentes e grupos sociais devem ser representados na educação básica” (BICHARA, 2020: 202).

Também planejamos o tempo limite de aulas que utilizaríamos para abranger nosso conteúdo, destinando 4 aulas para desenvolver e concluir toda atividade pedagógica. Sendo 2 aulas para explanação da temática, utilizando recursos de apresentação em slides, contendo imagens que faci-

litam a compreensão da evolução dos nossos ancestrais, assim como sua expansão territorial. E mais 2 aulas para a parte prática, uma para a construção do jogo pedagógico e a outra para o desenvolvimento da ludicidade e encerramento da temática.

O jogo escolhido foi o de memória, que pode ser feito de forma analógica ou digital, e para sua execução os alunos além do conhecimento teórico, também precisam trabalhar com o uso de outros elementos, como o uso do raciocínio lógico. Pensamos em um material pedagógico simples e fácil, a base de 20 cartas, onde 10 foram destinadas às perguntas e 10 destinadas às respostas. Sendo possível uma compreensão rápida das regras e de como seria desenvolvido, para que não viesse surgir dúvidas na realização, por isso pensamos em uma atividade pedagógica que contribuísse para o Ensino da História, enquanto disciplina escolar.

Realizamos a gravação do vídeo aula, por meio da plataforma Zoom, explicando o conteúdo e nela apresentamos o jogo criado, em seguida o professor executor responsável pela disciplina autorizou que postássemos no grupo “Materiais Pedagógicos: História no Ensino Fundamental”, no aplicativo Facebook, para que estudantes e professores de instituições diversas também pudessem ter acesso.

Visando uma sequência didática completa, também decidimos fazer a avaliação da nossa prática pedagógica, assim como a de aprendizagem em duas etapas. Na primeira etapa utilizaríamos o instrumento de interação, por ele trabalharemos a avaliação formativa, pois visamos “o processo de apropriação dos saberes pelo aluno, os diferentes caminhos que percorre, mediados pela intervenção ativa do professor, a fim de promover a regulação das aprendizagens” (CHUEIRI, 2008: 57).

Nossa segunda etapa de avaliação seria destinada ao desempenho dos grupos, onde faríamos uma auto avaliação, utilizando do instrumento observatório, a partir dos registros realizados, onde analisaremos as carências dos alunos e o que necessita ser adaptado, já que, “a observação proporciona continuidade, possibilitando o acompanhamento e a regulação da aprendizagem do aluno” (RAMPAZZO & JESUS, 2011: 15).

DISCUSSÃO

Por meio de uma didática construtiva é possível “estabelecer metodologias que privilegiam, durante a aula de História, a relação passado, presente e futuro como uma reconstrução que possibilite novas narrativas históricas” (PINA & SILVA, 2020: 230), sendo proporcionado pelo docente a interligação de elementos que vão além dos parâmetros de planejamento, pois lecionar aulas requer a participação ativa do professor.

Dessa maneira é essencial que o educador leve em consideração a faixa etária de seus educandos, os anos letivos, as temáticas abordadas e também diversifique sua didática para se adequar a carência de cada turma, pois o campo escolar é composto por uma pluralidade de especificidades, onde deve ser desenvolvido estratégias positivas para o ensino aprendizagem, sendo necessária a atuação de docentes comprometidos e responsáveis com o ensino pedagógico e historiográfico.

Ensinar História na atualidade desencadeia diversos desafios, pois com tantas fake news e com os alunos acessando diariamente aparelhos celulares, é necessário a execução de aulas diversificadas, com a utilização de jogos, ou de outras propostas, para que seja atraído a atenção e a vontade de interagir dos nossos educandos.

Dessa maneira, “o jogo como um instrumento de trabalho no ensino de História, acreditando que possa ativar o trabalho mental e interpessoal, ampliando a compreensão do que está a sua volta permeada de momentos do passado, do presente e do futuro” (FERMIANO, 2005: 14), possibilita uma compreensão enriquecedora do processo histórico.

O avanço tecnológico propiciou um aperfeiçoamento das mídias disponíveis de forma grandiosa. De todas essas inovações talvez a mais difundida e popular seja o vídeo, já que ele “aproxima a sala de aula do cotidiano, das linguagens de aprendizagem e comunicação da sociedade urbana” (MORAN, 1995: 27).

A videoaula além de fácil manuseio apresenta muitas vantagens, pois permite à flexibilidade de escolher onde, como, quando e quantas vezes assistir a aula, além de ser mais fácil a compreensão, vista a facilidade de voltar à aula quantas vezes for necessário, isso facilita no aprendizado.

Durante a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado IV, trabalhamos com esses “novos objetos, novas abordagens” fazendo o uso das tecnologias. Ressaltamos um olhar o qual destacou que a sala de aula tem sido remodelada com o uso das tecnologias digitais. Diante disso, suportes tecnológicos como internet, smartphones, computadores e tablets, são recursos educativos utilizados em paralelo como os já conhecidos quadros, giz e livros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a importância do Estágio IV para a formação docente, já que visa a regência de aulas no Ensino Fundamental II, o projeto de extensão em si foi fundamental nesse processo de formação, possibilitando ter uma elevada qualificação enquanto professores em formação, que vamos estar lidando futuramente com um público ativo no meio tecnológico, o que requer de nós uma formação necessária com atividades inovadoras, a fim de auxiliarmos no desenvolvimento educativo dos discentes.

O Estágio como etapa prática da formação de professores, evidencia a importância de um planejamento prévio para a execução das aulas, pois é fundamental a análise para qual público será destinado, o ano letivo que será trabalhado o conteúdo, levando em conta a classificação da BNCC e as adaptações do Currículo de Pernambuco, além disso, os recursos que serão utilizados para transmitir as aulas e partilhar conhecimentos.

O projeto destinado às turmas dos anos finais do ensino fundamental, desenvolvido em um período pandêmico que nos impossibilitou de vivenciá-lo presencialmente em escolas, requereu de nós uma maior disciplina com as pesquisas, trabalho em grupo, escolha da plataforma síncrona como o google zoom para a gravação do vídeo e o assunto para desenvolver a sequência didática, o qual demos foco a um subtema (Pré-História: Brasil Pré Cabralino), que nos chamou a atenção por ser um tema que resultou em mudanças sociais e culturais.

Sendo assim uma temática para alunos do 6º ano que deve ser bem trabalhada e discutida dentro de sala de aula, para que os discentes pos-

sam ter um conhecimento correto, pois a prática “implica na vivência do espírito de parceria, de integração entre teoria e prática, conteúdo e realidade, objetividade e subjetividade, ensino e avaliação, meios e fim, tempo e espaço, professora e aluno, reflexão e ação, dentre múltiplos fatores” (LUCK, 1994: 34).

Na prática docente a variação de métodos no compartilhamento de informações, assim como seus usos no desenvolvimento do ensino de História, constata que é possível construir uma prática inovadora, que exhibe a História como uma disciplina viva, aplicada aos estudantes, aproximando-se então de um campo historiográfico de estudos na prática do ensino aprendizagem e afastando-se do modelo de componente curricular tradicional que requer apenas memorização de datas e fatos.

Trabalhar com a criação de materiais lúdicos, contribui significativamente para a prática pedagógica, pois passamos a ter um contato direto com a criação de atividades diversificadas, o que no futuro, nos levará a uma interdisciplinaridade ativa com nossos discentes, produzindo conhecimento de forma mais eficaz, tornando o ensino de História mais atrativo.

Com o projeto também foi possível dar enfoque a importância de auto avaliar nossa regência, sendo necessário a análise do desenvolvimento das aulas e dos materiais pedagógicos produzidos para o complemento do ensino aprendizagem. Se os mesmos contribuíram significativamente para os discentes, para que então possam ser adaptados, reestruturados e contínuos, a fim de dar progresso a uma prática de aprendizagem construtiva.

Por fim, a prática de estágio também nos evidencia a importância de planejarmos uma avaliação de aprendizagem que esteja presente do início ao fim da nossa prática pedagógica, se desprendendo de avaliações tradicionais que visam notas e se aproximando de um ensino inclusivo, que forme discentes realmente com conhecimento adquirido.

REFERÊNCIAS

- BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso Editora, 2018.
- BICHARA, Taissa Cordeiro. O Irreconciliável Nos Editais Do PNLD: Eurocentrismo, Cidadania e Ensino de História. **História: ensino, livro didático e formação de professores**, Marabá, n. 6, v. 2, p. 193-220, 2020.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.
- CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. Concepções sobre a avaliação escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, Rio de Janeiro, n. 39, v. 19, p. 49-64, 2008.
- FERMIANO, Maria A. Beliane. O Jogo como um instrumento de trabalho no ensino de História? **Revista História Hoje**, São Paulo, n. 7, v. 3, p. 1-16, 2005.
- FIOCRUZ. **Monitora Covid-19**: nota técnica alerta para riscos na volta às aulas. nota técnica alerta para riscos na volta às aulas. Portal Eletrônico da FIOCRUZ, 2020.
- LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológico. 9ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORÁN, José Manuel. O vídeo na sala de aula. **Revista Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 27-35, 1995.
- NÓVOA, António. ALVIM, Yara Cristina. Covid-19 e o fim da educação 1870 – 1920 – 1970 – 2020. **Revista História da Educação**, Rio Grande do Sul, v. 25, p. 1-19, 2021.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006.

- PINA, Max Lanio Martins. SILVA, Maria da Conceição. A Didática Re-
construtivista da História: uma proposta teórica e metodológica para
o Ensino de História. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 9, n. 17,
p. 228 – 233, 2020.
- RAMPAZZO, Sandra Regina dos Reis. JESUS, Adriana Regina de.
Instrumentos de avaliação: reflexões e possibilidades de uso
no processo de ensino e aprendizagem. Paraná: Programa de
Desenvolvimento Educacional, 2011.

***PACISQUE IMPONERE MOREM*: UMA FACETA DO CULTO DA ROMANIDADE NA ITÁLIA FASCISTA**

Augusto Antônio de Assis¹

RESUMO: Na Itália fascista, a Antiguidade romana foi constantemente mobilizada a fim de referendar agendas políticas, instaurando-se um culto através da retomada de imagens, símbolos e valores. A ocupação da Etiópia e a proclamação do Império fascista, em 1936, correlacionam-se diretamente com as suntuosas comemorações do Bimilenário do nascimento de Augusto, em 1937, e com a reconstrução da *Ara Pacis Augustae*, em 1938, oferecendo-nos interessantes possibilidades analíticas no tocante à instrumentalização do conceito de romanização, objeto de estudo da presente comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: *Culto della romanità*. Mito fascista da romanidade. Usos do passado.

ANTIGUIDADE E MODERNIDADE: OS USOS DO PASSADO

A História Antiga foi, e ainda é, constantemente mobilizada a fim de embasar e respaldar caracteres políticos no presente. Tal processo, durante os séculos XIX e XX, atuou em chave legitimatória, em especial no tocante às questões identitárias, nos Estados nacionais emergentes. Edificar uma continuidade, através dos preceitos de legado e herança, visava a manutenção de um coletivo de destinos comuns, inserido em um longo processo histórico. As narrativas sobre o passado, nesse contexto, buscaram enfatizar um suposto posicionamento estático do mesmo, passível de objetiva descrição. A Antiguidade greco-romana, por conseguinte, foi operada de modo instrumental, não somente referendando a “nação”, mas também preconceitos e processos de opressão (SILVA, 2007: 27-8).

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Glaydson José da Silva (UNIFESP) e apoio da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (nº: 2020/06052-6). E-mail: augustoassis2q3d@gmail.com.

A história produzida, todavia, responde às demandas do presente, com uma indissociável relação entre o objeto de análise e aquele que o estuda. Faz-se necessário, destarte, um exame criticamente embasado, capaz de problematizar os usos dos antigos, a fim de refletir sobre estas sociedades bem como enunciar horizontes para se pensar as relações entre presente, passado e futuro (FUNARI, 2003: 29-0).

Para tanto, inúmeros pesquisadores têm se debruçado sobre os estudos de Recepção da Antiguidade, com foco no diálogo trans-histórico, de perspectiva bidimensional, que conceitua tanto o antigo como o moderno enquanto clássico; rompe-se, assim, a noção estática de passado. O receptor, a contragosto de um sentido original da palavra, assume papel central na atribuição de significados às obras: “A Antiguidade está constantemente mudando, à medida que modernidades em constante mudança dialogam com ela; as obras antigas passam a ter um significado distinto sob diferentes condições modernas”² (MARTINDALE, 2013: 171). O campo dos Usos do passado, segmento dessa área, enfatiza o caráter instrumental e pragmático da relação, buscando compreender os acréscimos, supressões e distorções que objetivaram abusos no presente. Os diferentes empregos do passado no presente refletem a consciência histórica de determinadas sociedades, correspondendo, em diferentes níveis de força e urgência, à identidade, moral, política e ideologia, num processo sempre mediado pela cultura (KARLSSON, 2012: 137).

Neste domínio, o foco reside no significado do uso do passado, naquilo que lhe é acrescido ou suprimido objetivando conferir sentido a uma finalidade (identitária, nacional, de classe, racial, de gênero etc.) no presente, entendida como um abuso. Com esse fim, os usos do passado atuam para criação e consumo de uma narrativa que, produzida no presente, não deixa de estabelecer expectativas para o futuro. (SILVA, FUNARI & GRRAFFONI, 2020: 45)

² Tradução nossa.

O CULTO DELLA ROMANITÀ NO VENTENNIO FASCISTA

No contexto italiano, a *intelligentsia* pós-reunificação sistematizou interesses na ideia de legado de Roma, enquanto lastro histórico fundamental; que, além de legitimar as questões identitárias nacionais (PARODO, 2016: 1-3), ratifica moralmente as pretensões políticas colonialistas no norte da África (GRAVANO, 2016). Outrossim, tais empenhos são levados às últimas consequências durante o *ventennio* fascista. O processo de instrumentalização da Roma Antiga, partiu, inicialmente de sua idealização e foi levado a cabo através de seu culto, instaurando o que Luciano Canfora caracterizou como “Romanolatria” (2012: 90). Ademais, a romanidade possuía centralidade na cultura política fascista (ARTHURS, 2015: 44), criando-se, para tanto, a ilusão da atualidade imediata do Antigo, através da reivindicação de uma originalidade romana e itálica (CANFORA, 1980: 9-10). O *Culto della romanità* não foi somente um paralelismo ideológico entre presente e passado, mas a tentativa de estabelecimento de uma amálgama entre os processos históricos (SILVA, 2018: 143).

Nesse sentido, monumentos, imagens, ritos, símbolos e personalidades da Antiguidade, de ordem política, cultural e social, foram evocados e enquadrados por meio da lógica e estética fascista (GIUMAN & PARODO, 2017: 608). Fundamental, destarte, foi a investida sobre os meios de comunicação de massa, de forma a suscitar um interesse generalizado na temática, construindo uma imagem espelhada entre fascismo e Antiguidade (GIARDINA, 2008: 56). Entremear o cotidiano com tal experiência visava edificar uma dupla nacionalidade, genealógica e moral, amplificada, então, pela cultura, e implementada na práxis política (MALVANO, 1988: 42). Ademais, uma política da imagem bem definida, manifestada na globalidade e nas estruturas de controle e legitimação, permitiu a centralidade do uso da cultura visual, em suas mais distintas manifestações. “A repetitividade e a frequência das imagens-símbolo fizeram com que *fascios*, águias, colunas, arcos triunfais, agissem sobre o público por meio de uma relação perceptiva imediata e primária, análoga à do *slogan* publicitário”³ (MALVANO, 1988: 153).

³ Tradução nossa.

Por corolário, o fascismo avança com furor sobre a cultura material, isolando e restaurando edifícios, praças, vias, estátuas, dentre outros, em paralelo à difusão dos mesmos nos canais do regime. Entretanto, não se evoca unicamente a dimensão imagética, a tangibilidade dos objetos evidencia as modificações e disputas no espaço urbano. Ademais, por meio da monumentalização do passado, legitimava-se a idealização do presente através de uma perspectiva didática e político-propagandística (DUPLÁ, 2015: 153). Ao conceber o medievo como um período de decadência moral e cultural da sociedade, o regime buscou materializar o apagamento de sua memória: às construções residenciais e vulgares, a relevância documental é descartada, em contraponto aos monumentos da Antiguidade (LEITE, 2011: 115). As destruições sistemáticas de inúmeras áreas urbanas, conhecidas como políticas de *sventramenti*, possuíam também objetivos higienistas, como o alargamento das vias centrais e expulsão da população pobre para periferias com precárias condições de habitação (INSOLERA, 2001: 12).

Toda a Roma antiga deve ser libertada das deturpações mediócras, [...] a Roma monumental do século XX deve ser criada. Roma não pode, não deve ser apenas uma cidade moderna, no sentido banal da palavra; deve ser uma cidade digna de sua glória, e essa glória deve renovar-se incessantemente para ser transmitida, como legado da era fascista, às gerações futuras (MUSSOLINI, 1956 [1924]: XX, 235)⁴.

A DÉCADA DE 1930: RADICALIZAÇÃO E IMPÉRIO

O regime de Mussolini, na década de 1930, promoveu uma radicalização nas investidas visando a construção de consenso, tanto pela reforma de costumes e fascistização das instituições, quanto pela agressividade na política externa, com a invasão da Etiópia e subsequente proclamação do império (COLLOTTI, 1989: 77). O *Culto della romanità*

⁴ Tradução nossa.

vai progressivamente primando por tópicos relacionados ao Império romano, em especial na equivalência de seu fundador, Augusto, com o *Duce* (ROCHE, 2017: 6). O fascismo sempre oscilou livremente entre os inúmeros séculos de história romana, instrumentalizando e modificando aspectos mais convenientes para suas ações imediatas. O próprio Mussolini “sempre teve uma forte predileção por Júlio César, mas após a conquista da Etiópia, realizada em 1936, e o consequente anúncio da ressurreição do império romano, propôs a si mesmo como o novo Augusto”⁵ (GIARDINA, 2013: 57).

Desse modo, a *Mostra Augustea della Romanità*, exposição realizada em comemoração ao Bimilenário do nascimento de Augusto, de 1937 a 1938, atuou como forte manifestação político-propagandística, promovendo uma comunhão de valores (MARCELLO, 2011: 223). *Pari passu*, são iniciados os *sventramenti* ao redor do Mausoléu de Augusto, a fim de construir uma praça em sua homenagem, com claro reclame contemporâneo (IONESCU, 2014: 79). Mussolini, em 1934, dá o golpe simbólico que inicia a destruição dos casarões medievais na região (Imagem 1). Seria também na *Piazza Augusto Imperatore*, em 1938, a reconstrução da *Ara Pacis Augustae*, altar romano erigido originalmente como marco simbólico da “Paz de Augusto” (CLARIDGE, 2012: 213).

PACISQUE IMPONERE MOREM: DIÁLOGOS ENTRE O PRESENTE E O PASSADO

Após a vitória no Ácio, em 27 a. C., Augusto busca consolidar sua imagem à frente do novo Estado romano, valorizando, em especial, a estabilidade, amplamente requisitada após décadas de infindáveis guerras civis (FUNARI, 2003b: 203). Objetivou-se coadunar caracteres gerais romanos à imagem do imperador, a fim de torná-lo uma representação do próprio destino de Roma, sacralizando sua ação imperial e religiosa (BELTRÃO & SILVA, 2014: 176). Inserem-se aqui as reformas urbanas promovidas em Roma (FAVRO, 1996: 4), com mudanças volumosas

⁵ Tradução nossa.

nos programas iconográficos (FERNANDES, 2016: 92), bem como na da produção literária da época, em prol de edificar uma nova tradição. (WOOLF, 2001: 317).

A Eneida de Virgílio, nesse contexto, teve um papel fundamental: apresenta-se uma narrativa de fundação de Roma conjugando as duas lendas mais famosas, Eneias e Rômulo; e construindo uma relação histórica e divina entre o passado e Augusto, através da *Gens Iulia* (MOTA, 2015: 195). Com versos bem difundidos no seio social, “o romano entrava em contato com parte de seu patrimônio cultural e ideológico e redefinia-se enquanto ‘romano’” (PIRES, 2014: 126). Uma das passagens mais emblemáticas da obra apresenta a síntese do destino romano, mesclando o épico narrativo com o contexto de Augusto: *pacisque imponere morem*.⁶ Tornar-se romano, desse modo, significa levar a paz e, do mesmo modo, a civilização, mediante a conquista, expressando a máxima da *Pax* romana.

Tal noção de estabilidade decorrente da virtude guerreira, que, muitas vezes, ainda nos acomete, foi, particularmente, idealizada na primeira metade do século XX (SILVA; RUFINO, 2014: 361). São os próprios escritos do imperador, nas célebres *Res Gestae Divi Augusti*, e os autores clássicos que o veem a partir de uma chave positiva, como Virgílio, Horácio e Suetônio, que servem de base para o conhecimento posterior, buscando reiterar o almejado status de coesão do regime. Entretanto, tamanha estabilidade ignora, relativiza ou suaviza os conflitos e as tensões sociais existentes. “Este apaziguamento geral do império não exclui a existência de combates e lutas, quer para a consolidação do poder romano, quer para expansão de suas fronteiras” (PEREIRA, 1989: 220).

Em 9 de maio de 1936, quatro dias após a divulgação da vitória na guerra de ocupação da Etiópia, Mussolini proclama a fundação do império fascista, na varanda central do *Palazzo Venezia*:

⁶ Livro VI, verso 852. A passagem oferece inúmeros desafios de tradução, como debatido por Pereira (1989: 294), onde preferimos a realizada por Barreto Feio, mobilizada por Vasconcellos (2017: 421): “Impor as leis da paz”.

A Itália finalmente tem o seu império. Império fascista, porque carrega os sinais indestrutíveis da vontade e da potência do Litório Romano [...]. Império de paz, porque a Itália quer a paz para si e para todos e somente decide pela guerra quando é obrigada pelas imperiosas, incoercíveis necessidades da vida. Império de civilização e de humanidade para todos os povos da Etiópia. Isto está na tradição de Roma, que, após a vitória, assimilava os povos ao seu destino.⁷ (MUSSOLINI, 1959 [1936]: XXVII, 268-9)

Mussolini efetua um reclame em prol da ideia de romanização, evocando uma suposta missão civilizatória que diz respeito ao Império romano antigo, mas também aos seus descendentes, aqueles que o reconstruíram, física e moralmente, o reinterpretaram e desenvolveram, os fascistas. Outrossim, após a conquista militar há a instauração da paz e da abundância, decerto conquistada pela guerra, mas também decorrente da humanidade que supostamente embasaria os colonizadores. Legitima-se a ação fascista por meio da amálgama entre presente e passado, expressa na sua herança e tradição, solapando o caráter opressivo do processo. Problematicar a linearidade desses conceitos e evidenciar a instrumentalidade delegada ao passado possibilita uma das funções centrais do historiador: a de defesa e luta pela história.

⁷ Tradução nossa.

FONTES

MUSSOLINI, Benito. **Opera Omnia di Benito Mussolini**. SUSMEL, E.; SUSMEL, D. (Orgs.). v. XX. Firenze: La Fenice, 1956.

MUSSOLINI, Benito. **Opera Omnia di Benito Mussolini**. SUSMEL, E.; SUSMEL, D. (Orgs.). v. XXVII. Firenze: La Fenice, 1959.

REFERÊNCIAS

ARTHURS, Joshua. The Excavatory Intervention: Archaeology and the Chronopolitics of Roman Antiquity in Fascist Italy. **Journal of Modern History**, v. 13, n. 1, p. 44-58, 2015.

BELTRÃO, Claudia; SILVA, Débora. A *Domus Augusta* no *Vicus Sandaliarius*: imagem e presença augustana num altar romano. In: CAMPOS, C.; CANDIDO, M.. (Orgs.). **Caesar Augustus: Entre Práticas e Representações**. Vitória/Rio de Janeiro: DLL-UFES/ UERJ/NEA, 2014, pp. 173-190.

CANFORA, Luciano. Cultura Classica e Fascismo in Italia. **Conferenza tenuta il 27 ottobre 1980**, presso l'Auditorium della Biblioteca Provinciale di Foggia. Foggia, 1980.

CANFORA, Luciano. **Noi e Gli Antichi**. Perché lo studio dei Greci e dei Romani giova all'intelligenza dei moderni. Milano: BUR Saggi, 2012.

CLARIDGE, Amanda. **Rome**, an Oxford Archaeological Guide. Oxford: Oxford University Press, 2010.

COLLOTTI, Enzo. **Fascismo, Fascismos**. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

DUPLÁ, Antonio. La Roma del Fascismo. In: SANCHO ROCHER, L. (Org.). **La Antigüedad como paradigma**: espejismos, mitos y silencios en el uso de la historia del mundo clásico por los modernos. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2015, p. 137-160.

- FAVRO, Diane. **The urban image of Augustan Rome**. Los Angeles: Cambridge University Press, 1996.
- FERNANDES, Mayara Amaral. Poder, corpo e mito no retrato romano da época de Augusto. **NEARCO**, Revista Eletrônica de Antiguidade, n. 1, p. 82-93, 2016.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- FUNARI, Pedro. A cidadania entre os romanos. In: PINSKI, J.; PINSKY, C.B. (orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003b, p. 49-79.
- GIARDINA, Andrea. O mito fascista da romanidade. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 55-76, 2008.
- GIARDINA, Andrea. Augusto tra due bimillenni. In: **Augusto**. Milano: Electa Mondadori, 2013, p. 55-72.
- GIUMAN, Marco; PARODO, Ciro. La Mostra Augustea della Romanità e il mito di Roma antica in epoca fascista. In: FLECKER, M. et al. (Orgs.). **Augustus ist tot: Lang lebe der Kaiser!** Tübingen: Tübinger Archäologische Forschungen, 2017, p. 605-620.
- GRAVANO, Viviana. La Romanità dell'Italia coloniale e fascista. La partecipazione Italiana alla Exposition Coloniale de Paris del 1931. **Roots and Routes**, research on visual cultures, 2016.
- INSOLERA, Italo. **Roma fascista nelle fotografie dell'Istituto Luce: con alcuni scritti di Antonio Cederna**. Roma: Riuniti: Istituto Luce, 2001.
- IONESCU, Dan-Tudor. *Ara Pacis Augustae*: un simbolo dell'età augustea: Considerazioni storico-religiose tra *Pax Augusta* e *Pax Augusti*. **Civiltà Romana: Rivista pluridisciplinare di studi su Roma antica e le sue interpretazioni**. Edizioni Quasar, p. 75-108, 2014.

- KARLSSON, Klas-Göran. Processing Time: On the Manifestations and Activations of Historical Consciousness. In: BJERG, H. et al (Orgs.). **Historicizing the Uses of the Past**. Scandinavian Perspectives on History Culture, Historical Consciousness and Didactics of History Related to World War II. Bielefeld: Transcript Verlag, 2012, p. 129-143.
- LETE, Cláudia Carolina Santos. **A vitalidade implícita na ruína: A propósito do Mausoléu de Augusto**. 2011. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, Porto.
- MALVANO, Laura. **Fascismo e politica dell'immagine**. Turim: Bollati Boringhieri, 1988.
- MARCELLO, Flavia. Mussolini and the Idealisation of Empire: the Augustan Exhibition of Romanità. **Modern Italy**, v. 16, n. 3, p. 223-247, 2011.
- MARTINDALE, Charles. Reception – a new humanism? Receptivity, pedagogy, the transhistorical. **Classical Receptions Journal**, v. 5, n.2, p. 169-183, 2013.
- MOTA, Thiago Eustáquio Araújo Mota. **Deberi ad Sidera tolli: As Promessas de Divinização na Eneida e a Ancestralidade Heróica dos Iulii**. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiás.
- PARODO, Ciro. Roma antica e l'archeologia dei simboli nell'Italia fascista. **Medea**, v. II, n.1., p. 1-27, 2016.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica**. 2. ed. v. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- PIRES, Thiago. Propaganda política no Principado Augustano: as artes como forma de discurso (27 a.C. – 14 d.C.). **Plêthos**, v. 4, n. 1, p. 117-136, 2014.

- ROCHE, Helen. "Distant Models"? Italian Fascism, National Socialism, and the Lure of the Classics. In: *Idem*; KYRAKOS, D. (Orgs.). **Brill's Companion to the Classics: Fascist Italy and Nazi Germany**. Leiden; Boston: Brill, p. 3-28, 2017.
- SILVA, Glaydson José da. **História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)**. São Paulo: Annablume, 2007.
- SILVA, Glaydson José da; RUFINO, Rafael. O bimilenário do nascimento de Augusto na Espanha franquista (1939-1940): leitura e escrita da História entre o passado e o presente. In: CAMPOS, C.; CANDIDO, M.. (Orgs.). **Caesar Augustus: Entre Práticas e Representações**. Vitória/Rio de Janeiro: DLL-UFES/UERJ/NEA, 2014, p. 341-366.
- SILVA, Glaydson José da. Historicidade, memória e escrita da história: Augusto e o *Culto della Romanità* durante o *Ventennio* Fascista. **Romanitas**, Revista de Estudos Grecolatinos, n. 12, p. 142-163, 2018.
- SILVA, Glaydson José da; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**, v. 40, n. 84, p. 43-66, 2020.
- VASCONCELLOS, Paulo. Usos da história na intriga da Eneida de Virgílio. In: SILVA, G.; SILVA, M. **A ideia de História na Antiguidade Clássica**. São Paulo: Alameda, 2017, p. 415-437.
- WOOLF, Greg. Inventing empire in ancient Rome. In: ALCOCK, S. et. al. (Orgs.). **Empires: perspectives from archeology and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 311-322.

Imagem 1: Mussolini dà il primo colpo di piccone
ai lavori per l'isolamento dell'Augusteo



Fonte: Archivio Storico Luce, 1934

GUARDAR PRA QUÊ? POR QUE GUARDOU?

- PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA APRENDIZAGEM HISTÓRICA DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Bárbara Louise Guedes Victor¹

RESUMO: O projeto de extensão desenvolve ações didático-pedagógicas, de avaliação e de investigação histórica junto a estudantes de escolas de ensino fundamental do município de Assis-SP, possibilitando a construção do conhecimento histórico por meio de diferentes tipos de fontes históricas referentes à História Local. Assim, o projeto objetiva a construção do conhecimento através do repertório teórico-metodológico que indaga questões da aprendizagem histórica utilizando o campo patrimonial e a cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de história. Educação patrimonial. História local.

A necessidade e importância do desenvolvimento de projetos de extensão é significativa quando se pensa nas possibilidades de articulação entre universidade pública e sociedade nos âmbitos de ensino e pesquisa. Visando essa relação, o “Guardar pra quê? Por que guardou?” iniciado na Universidade Estadual Paulista (UNESP-Campus de Assis) e financiado pela Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura, tenta introduzir a temática do patrimônio a partir do ensino de história para alunos do ensino fundamental I da rede básica de ensino do município de Assis, interior de São Paulo.

Desde seu início o projeto conta com a equipe de desenvolvimento teórico e prático que é composto pelo docente coordenador², discentes bolsistas e voluntários e o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP).

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis). E-mail: barbara.louise@unesp.br.

² Professor Drº Ronaldo Cardoso Alves. Docente do Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação da Faculdade de Ciências e Letras- FCL. UNESP/Assis.

O CEDAP que está localizado no Campus da UNESP/Assis têm entre seus objetivos a preservação de acervos de valor histórico, literário e científico, utilizados para pesquisas, atividades educativas e de formação, tanto por discentes e docentes da UNESP como da comunidade em geral. Assim, o Centro possibilita desenvolver ações de aproximação entre a Universidade e a comunidade local, sendo ponto de referência na preservação e propagação do patrimônio histórico da cidade.

Esse espaço é significativo para o projeto por dois aspectos: o “Guardar pra quê? Por que Guardou?” partiu da ação-piloto proposta pelo CEDAP com teor de ação educativa, desenvolvida para alunos do ensino fundamental com o objetivo de apresentar o acervo documental do Centro e sua relação com a História Local, possibilitando assim, novas perspectivas sobre a cidade em que as crianças nasceram e/ou vivem.

Outro aspecto é o reforçamento do conceito de lugares educativos não-formais, pois são lugares de construção do conhecimento e proporcionam que os alunos tenham acesso aos patrimônios e que utilizem como ferramenta narrativa de uma sociedade ou época, isto é, que possam realizar articulações entre passado, presente e futuro.

À vista disso, esse artigo estrutura-se a partir dos resultados parciais obtidos no projeto até o presente ano de 2021, destacando dois blocos organizacionais, sendo eles o embasamento teórico-metodológico e o desenvolvimento prático: criação do material didático.

DESENVOLVIMENTO

EMBASAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Acerca das discussões sobre o ensino de história e as temáticas que o projeto contempla tais como patrimônio histórico material e imaterial, centros de documentação e arquivo, história local, memória, educação patrimonial e aprendizagem com fontes históricas, três teóricos se fazem necessários para o embasamento do estudo: Jörn Rüsen, Isabel Barca e Reinhart Koselleck.

Quando pensado o ensino de história na escola básica e a forma do desenvolvimento da consciência histórica dos indivíduos, alguns aspectos destacam-se como complemento deste desenvolvimento, melhor dizendo, o processo de percepção social, de construção identitária e de relações temporais estão interligados.

Nesse sentido, o conhecimento histórico tem o intuito de promover uma autorreflexão que permita às pessoas e aos grupos da sociedade construírem identidade e se colocarem diante dos problemas impostos pelo cotidiano, ou seja, que lhes façam atuar como agentes políticos que discutem as questões de seu tempo, relacionando-as com as experiências do passado, com o fim de construir ações de orientação temporal de si mesmos, da sociedade na qual estão inseridos ou mesmo do mundo, assim, saindo da ideia de histórica factual, linear e engessada.

Mas qual a importância da orientação temporal no ensino de história e por que sem ele não há consciência histórica? Quando o aluno compreende que faz parte de uma sociedade em constantes modificações e que é um agente histórico, cria-se uma percepção da existência de diálogos temporais aos acontecimentos históricos em que o passado, presente e futuro não seguem uma ordem linear. Koselleck (2006) conceitua os desdobramentos temporais nas análises históricas através do “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”.

Dessa maneira, o “espaço de experiência” é caracterizado pelo passado, ou seja, um conjunto de acontecimentos que foram incorporados numa sociedade demarcadas por vestígios, memórias, fatos, hábitos e expressões vivenciadas. Vale pontuar, que tais demarcações necessariamente se intercalam, na esfera pessoal ou coletiva, de maneira racional ou inconsciente. Já a categoria “horizonte de expectativa” não se procede apenas da experiência, considera-se a noção de futuro presente, projeção e esperança, que tais, surgem da experiência do passado com as vivências do presente, melhor dizendo, com base na experiência do presente tendo em vista influência do passado há a pergunta: qual o projeto e/ou ideia de futuro que se manifesta?

Outro aspecto que completa a consciência histórica é o uso das fontes históricas em sala de aula nas quais são amplas e abrem um leque

de possibilidades, entre debates e reflexões. Tais fontes encontradas em diversos formatos e assuntos, são os instrumentos principais na construção de narrativa histórica e também aliado na educação patrimonial, pois destacam indivíduos e lugares significativos na construção de determinada cidade e da história regional.

Conforme Schiavon e Torres (2015) a cidade é categorizada como ferramenta geradora de conhecimento, tendo em vista a relevância desta na construção histórica, pois também dialoga com a orientação espacial e temporal do indivíduo refletidas nas práticas cotidianas. Além disso, a educação patrimonial deve contar com o apoio da figura do historiador para a intermediação entre patrimônio e sociedade, pois é esse profissional que orientará nos questionamentos necessários para um estudo amplo e crítico destas duas esferas. Nessa lógica, pontuam

[...] a cidade pode ser apropriada, no sentido de apropriar-se do que antes se achava não ser direito, para o ensino de História; pois, por si mesma, ela já possui uma “escrita” histórica impressa em suas estruturas materiais e imateriais que precisa ser “lida” e “questionada” a partir da significação/interpretação do olhar. Para tanto, existe a necessidade de uma (re)educação do olhar, algo que a princípio pode parecer simples mas, na verdade, enfrenta a complexidade de fugir da cegueira, romper com o ver sem enxergar e dar voz aos chamados lugares invisíveis da cidade. (SCHIAVON & TORRES, 2015, p. 524)

Voltando aos três pilares de complementação, Isabel Barca (2004) destaca o uso das fontes históricas no ensino de história e estrutura três modelos de aulas existentes: aula-conferência, aula-colóquio e aula-oficina. Tais visam a intermediação do professor - quando há - entre o estudante e as etapas de aprendizagem do saber histórico, sendo a aula-oficina o molde da metodologia desse projeto. Barca ressalta que a aula-oficina busca a realidade sociocultural dos estudantes como a finalidade de contribuir para que se tornem agentes do próprio conhecimento a partir da investigação e historização de fontes.

Nesse sentido, o intuito do destaque dos três autores citados no início é demonstrar que seus métodos e conceitos podem ser aplicados numa sequência cíclica mas sobretudo dialógica de entendimento correspondente à consciência histórica, a orientação temporal e o uso de fontes no ensino de história.

Por fim, há uma temática secundária do projeto contudo não menos relevante que destaca os lugares não-formais para o ensino-aprendizagem e estudo das representações históricas. O CEDAP, como espaço memorialista, juntamente com os espaços museológicos podem (e devem) possibilitar a difusão educativa, ou seja, disponibilizar seus acervos e patrimônios para uma análise reflexiva dos indivíduos que ali o visitam e saíam assimilando que os documentos relatam a narrativa social e histórica, passíveis de inúmeras interpretações modificáveis pelo tempo. Sendo assim, esses espaços ao debater o patrimônio atingem o campo de experiência dos visitantes, seguindo a afirmação de Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (1994) sobre os patrimônios- essencialmente os objetos nos acervos museológicos- serem vetores nas interações sociais, logo entende-se que os conceitos formativos do patrimônio expandem quando levado o debate para os museus, arquivos e centros de documentação.

CRIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Por motivo da pandemia de COVID-19, o projeto desenvolveu um material online com a finalidade de auxiliar e apresentar a temática patrimonial para alunos de 3º e 4º ano do ensino fundamental do ensino regular de forma lúdica, imagética e didática. Chamado de “Caderno do patrimônio”, o material aborda cinco locais referentes aos patrimônios materiais da cidade de Assis, nos quais os estudantes conhecem e/ou frequentam, como também, escutam histórias de familiares sobre estes.

Os cinco capítulos referem-se aos respectivos locais: Companhia Ferroviária “Estrada de Ferro Sorocabana”; Paróquia Sagrado Coração de Jesus; Cinema São Vicente; Parque Ecológico João Domingos Coelho e o Museu e arquivo histórico Casa de Taipa.

Para a coleta de informações contou-se com o apoio de voluntários discentes e a disponibilização do acervo digital dos jornais locais do município salvaguardados pelo CEDAP, sendo eles, o Jornal de Assis e o Jornal Gazeta de Assis. Através do recortes de informações contidas nos jornais e a inserção no material, os alunos dispuseram do contato com fotografias e textos referentes ao passado do município.

Levando em consideração o sentido de tornar o conteúdo mais próximo dos estudantes, foi aplicado brincadeiras ao fim de cada capítulo, como por exemplo caça-palavras, complete a frase, jogo da forca, etc; como também personagens em desenho gráfico criando diálogos através de balões de conversação, além de dicas e curiosidades, a fim de gerar leveza para a leitura e a aprendizagem.

Seguindo as definições do Dicionário Temático do Patrimônio (2020), percebe-se como o projeto dialoga diretamente com a educação patrimonial em suas partes.

Educação patrimonial é uma dimensão da educação cujo principal objetivo é promover a sensibilização sobre a importância do patrimônio, e de sua preservação, na formação de sujeitos de sua própria história, que atuem na reivindicação de seus direitos coletivos e no fortalecimento de sua cidadania. (BEZERRA, 2020, p. 63).

No mais, essas etapas citadas tiveram como objetivo induzir ao questionamento “Que cidade habitamos?” “Uma cidade pode se configurar patrimônio?” “Quais os patrimônios que posso visitar?” “Qual a importância de se preservar os locais de memória?” e consequentemente praticar um dos elementos primordiais da educação patrimonial: a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando colocado em pauta a educação patrimonial e aprendizagem histórica muitos dilemas e desafios são encontrados, dos quais também perpassam o projeto, pois se têm muita teoria dessas duas grandes áreas de estudo, contudo, a prática- especialmente com crianças e pré-adolescentes- ainda deve ser reanalisada pelos profissionais da educação, pelos locais não-formais de ensino e até mesmo os órgãos responsáveis pela estruturação da grade curricular do ensino básico.

Até aqui, o intuito deste artigo foi demonstrar a importância do projeto de extensão dentro das temáticas abordadas e o estudo teórico e prático para o desenvolvimento do material auxiliar. Acrescentando também, que concomitante a estes estudos, há o desafio de desenvolver o volume 2 do “caderno do patrimônio” com a abordagem dos patrimônios imateriais. Nessa lógica de desafios, o formato virtual impossibilitou a escuta dos alunos sobre o que foi produzido, bem como a partilha de vivências e sugestões, contudo, o material auxiliar segue uma metodologia e não anula as possibilidades de ensino, de relação com o campo de experiência do aluno e construção do conhecimento histórico a partir do estudo da história local.

Em suma, o projeto interliga a narrativa escrita presente nos documentos com o discurso do patrimônio local, demonstrando como a questão patrimonial é dinâmica e instiga o imaginário, a criatividade, a memória, o sentimento de pertencimento, além de somar com produções científicas que preocupam-se em (re)viver a memória criticamente. Tanto no debate teórico quanto no trabalho prático, o projeto de extensão intervém não apenas seu público alvo como também os discentes do curso de licenciatura que levarão esse conhecimento na bagagem e possivelmente poderão empregá-las em suas futuras aulas aspectos que constroem a aprendizagem histórica juntamente com a educação patrimonial.

REFERÊNCIAS

- BARCA, Isabel. Aula oficina: do Projeto à avaliação.” In: Quarta Jornada de Educação.
- Histórica. 2004, Braga. Anais do Centro de Investigação em Educação (CIED): Universidade do Minho, 2004.
- BEZERRA, Márcia. Patrimônio e Educação Patrimonial. Dicionário temático do patrimônio: Debates contemporâneos/organização: Aline Carvalho e Cristina Meneguello. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.
- FREIRE, Luiz Gustavo Lima. Difusão educativa em arquivos. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, 2009.
- KOSSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; Revisão de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto & Ed. PUC-Rio, 2006.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”. In: Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, 2012, pp. 25 a 39.
- MENESES, U. T. B. de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico . Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 9-42, 1994.
- RÜSEN, Jörn. Razão histórica - Teoria da história I: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHIAVON, Carmem Burgert; TORRES, Tatiana Carrilho Pastorini. Educação patrimonial: a cidade como recurso para o ensino de história. Revista do Lhiste, Porto Alegre, nº.3, vol.3, jul/dez. 2015.

Imagem 1 - Capítulo 1 “ferrovia” do material didático

Eu já passei em frente deste prédio e não sabia da sua história. Que legal!

As viagens dos trens que partiam ou chegavam a Assis poderiam ser para passageiros ou transporte de cargas. O Jornal de Assis também trouxe uma notícia sobre o itinerário dos trens, no qual podemos observar algumas das cidades em que as linhas passavam, assim como os horários de chegada e saída da locomotiva.

JORNAL DE ASSIS	
Estrada de Ferro Sorocabana Novo horário dos trens de passageiros e mistos a vigorar do dia 1 de Maio em diante: DE S. PAULO N 1 — Chega, 0,13; parte, 0,23. P 5 — (até Santo Anastácio). Chega, 12,13; parte, 12,23. M 5 — (de B. Campos a Assis). Chega, 20,25. M 7 — (de Assis a Santo Anastácio). Parte, 7,20. DARA S. PAULO N 2 — Chega, 1,01; parte, 1,11. P 6 — Chega, 13,14; parte, 13,20. M 6 — (de Assis a B. Campos). Parte, 6,40. M 8 — (de Sto. Anastácio a Assis). Chega, 19,25.	
geral e de Exmas Famílias enviarem prendas para os kermesses. Sócios contribuintes mensais da Santa Casa Banco Commercial, dr. Edgard Werneck, dr. José Vieira da Cunha e Silva, Cesar Romagnoli, dr. José Braga Netto, Pa. Francisco de La Torre, José Angelo Soares, João Romagnoli, Antonio Coelho Nunes, Assad Mattar, d. I. d. Maria B. d. Maria B. d. Maria B.	Epitácio Francisco Tor Lacia, d. F. d. Sebastião Julieta Guilio Netto, Carvalho S. Pereira, d. I. d. Elvira, Ida Carvall de Oliveira Pinto, d. I. d. Elvira, Armin David, d. F. d. Maria B. d. Maria B. d. Maria B.

Trecho do Jornal de Assis de 1934
Fonte: Acervo do CEDAP

Agora que você já sabe o quanto a ferrovia foi importante para Assis, em razão de todas as mudanças e o desenvolvimento que proporcionou, fica mais fácil de entender por que a Estação Ferroviária e tudo o que está ligado a ela (trilhos, armazéns, etc.) podem ser

EDUCAÇÃO (E) POLÍTICA ÀS MULHERES: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE ASPECTOS EDUCACIONAIS E POLÍTICOS FEMININOS A PARTIR DA ANÁLISE DAS MEMÓRIAS DE NAIR DE TEFFÉ EM *A VERDADE SOBRE A REVOLUÇÃO DE 22*

Bethânia Luisa Lessa Werner¹

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados iniciais da pesquisa sobre a trajetória de Nair de Teffé (primeira-dama na presidência de Hermes da Fonseca, 1910-1914) e busca estudar aspectos educacionais promovidos às mulheres de elite no fim do século XIX e início do XX. A partir da análise das memórias de Nair em *A verdade sobre a Revolução de 22*, busca-se conhecer alguns aspectos da educação destinada às mulheres das elites brasileiras e como isso influenciou suas vidas e atividades políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Educação. Política.

INTRODUÇÃO

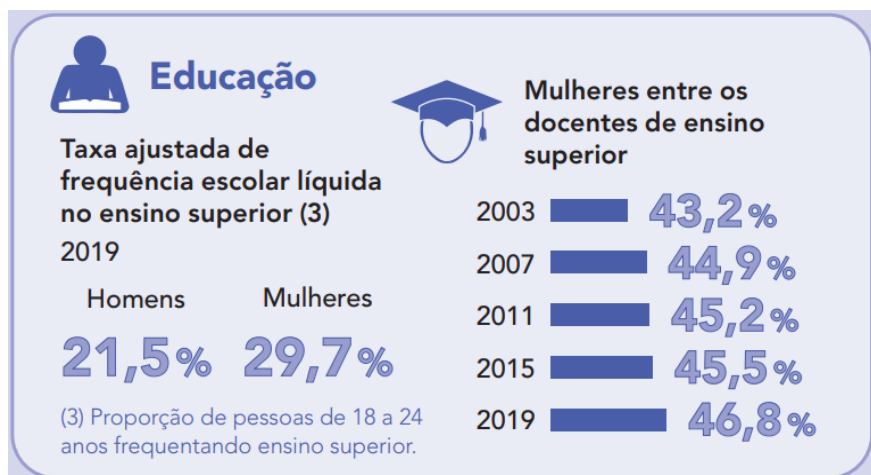
Ao longo de toda a história do Brasil alguns direitos humanos básicos foram marcados por tensões sociais, rupturas e continuidades. Dentre esses destaca-se o direito à educação, a qual “nunca foi um direito de todos neste país de proporções continentais, passado escravocrata e estruturada concentração de renda” (SCHWARCZ, 2019: 133). A partir disso, portanto, é que ainda hoje é possível perceber alguns reflexos desse processo histórico, sobre o qual nos debruçaremos a seguir, especialmente em relação às mulheres.

A segunda edição do estudo do IBGE, “Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil”, de 2021 nos possibilita pensar

¹ Graduanda em História (Bacharelado) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: bethaniawerner@hotmail.com.

sobre a relação das mulheres com a educação no país contemporaneamente. Ou seja, é a partir da avaliação desses dados que temos as mulheres como um grupo considerado mais instruído que os homens, inclusive ocupando mais espaços no ensino superior, como percebe-se nos dados da Imagem 1.

Imagem 1 – Estatísticas de gênero e o acesso à educação – IBGE (2021)



Fonte: IBGE, Estatísticas de gênero. Indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2ª edição. (2021)

No entanto, é necessário que percebamos esse acesso enquanto desigual mesmo entre as mulheres, considerando que “(...) em 2019, mulheres pretas ou pardas entre 18 e 24 anos apresentavam uma taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior de 22,3%, quase 50% menor do que a registrada entre brancas (40,9%)” (IBGE, 2021).

Contudo, ainda que o acesso à educação pelas mulheres seja estatisticamente maior, tal aspecto reflete contrariamente quando visualizado no mundo do trabalho, por exemplo. Segundo matéria veiculada pela Agência Brasil², em março de 2018, a partir de pesquisas do IBGE, foi constatado

² AGÊNCIA BRASIL. “IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria

que as mulheres ganhavam menos que os homens, mesmo sendo a maioria com ensino superior. Ou seja, ainda que estudem mais, as mulheres ainda trabalham mais, mas recebem remunerações inferiores.

Nesse sentido, torna-se latente a necessidade de reflexões sobre a história do acesso das mulheres à educação. Descrito por Fúlvia Rosemberg como um percurso longo e difícil, a autora comenta que

Autorizada em 1827 pela Lei Geral do Ensino de 5 de outubro, mas restrita apenas às escolas femininas de primeiras letras, a educação das mulheres só conseguiu romper as últimas barreiras legais em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que atribuiu equivalência entre os cursos secundários. (ROSEMBERG, 2018: 334)

Ou seja, lutas presentes no cotidiano das mulheres desde o século XIX, no mínimo, são marcadas por conquistas recentes no Brasil contemporâneo. Logo, faz-se necessário que analisemos de que maneira isso ocorreu, qual era a educação destinada a essas mulheres e quais foram os grupos, dentre as próprias mulheres, que tiveram esse acesso de maneira privilegiada.

UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir do Censo de 1872 é possível perceber o quão desigual era o acesso à educação durante o Império, considerando que “[...] o Brasil tinha uma população total de 10.112.061 habitantes. Mas apenas 1.012.097 homens livres, 550.981 mulheres livres e 985 escravos e escravas sabiam ler e escrever” (HAHNER, 1981: 32). Considerando essa realidade, Magali Gouveia Engel destaca a preponderante caracterização do campo intelectual enquanto um espaço masculino e com avanços não lineares em relação às mulheres. Paralelo a isso, Engel (2019) também apresenta o destaque de algumas mulheres na luta pela educação feminina durante o século XIX e início do XX, como a ensaísta Anna Autran, em Salvador, que defendia

com ensino superior.” Por Alana Gandra. Publicado em 07 de março de 2018.

que as capacidades das mulheres eram semelhantes às dos homens e que a racionalidade também era atributo do sexo feminino (ENGEL, 2019).

Nesse sentido, pensar sobre o tipo de educação que era destinada às mulheres implica pensar sobre as dualidades de razão/emoção, mas também na divisão entre os setores público e privado, sendo o último, primordialmente relacionado ao mundo feminino. Schwarcz destaca que “A formação das meninas visava à vida do lar, à domesticidade, sendo a esfera pública reservada aos homens” (SCHWARCZ, 2019: 136), ou seja, esse é um processo marcado por diferentes segregações desde seu início.

Ainda que a busca pelo acesso à educação formal estivesse presente, a mesma estava relacionada aos ideais previstos para o mundo feminino à época, destacando primeiramente a defesa pela educação para a formação de boas mães, esposas e donas de casa. Em um período posterior, a defesa pela educação se daria devido à “necessidade de se educar as mulheres (comedidamente, porém) porque elas seriam “educadoras de homens”, necessários à nação” (ROSEMBERG, 2018, p. 338) e, ainda, como reforço do ideal de que a mulher seria a rainha do lar, justificando a inserção de instruções domésticas nos seus currículos.

Ao longo dos séculos XIX e XX as mulheres foram, lentamente, rompendo com algumas dessas barreiras que lhes eram impostas e reivindicando cada vez mais seus direitos. Nesse contexto é que se destaca a cidade do Rio de Janeiro que, “mais do que as outras cidades brasileiras, [...] serviu como centro para as primeiras manifestações dos sentimentos feministas entre algumas mulheres cultas das classes média e superior” (HAHNER, 1981: 31).

Destacam-se, portanto, as mulheres das elites brasileiras enquanto aquelas que estiveram inseridas em ambientes privilegiados de acesso à educação e debates intelectuais e, por isso, posicionando-se criticamente – ou não – em relação a essas pautas. Para a realização da análise que aqui propomos é necessário considerar que essas mulheres faziam parte de um segmento social diferenciado quando comparado aos demais grupos sociais e que

Como em qualquer outro lugar do mundo Ocidental à época, essas mulheres viviam em estruturas culturais, sociais e econômicas majoritariamente criadas por homens e para favorecê-los, já que baseadas em ideias de superioridade masculina e de subordinação feminina.

(HAHNER, 2018: 43).

Nesse sentido, vale ressaltar que, ainda que fizessem parte das elites do período, “o universo feminino era pra ser doméstico. Mesmo as mulheres das classes privilegiadas não podiam entrar no mundo “masculino” da política” (HAHNER, 2018: 47). Envolviam-se, portanto, na educação feminina, aspectos tradicionais como o casamento, a maternidade e os cuidados com a casa, privando os assuntos relacionados a política e a esfera da vida pública, para citar alguns. É nesse contexto que apresentamos a seguir um recorte da trajetória educacional de Nair de Teffé.

NAIR DE TEFFÉ: A PRIMEIRA-DAMA ARTISTA

Nascida no final do século XIX no Rio de Janeiro, em meio a crise do Império brasileiro, Nair de Teffé teve sua trajetória influenciada por ser filha de um monarquista e estar, consequentemente, ligada à elite do período. Seu pai, o Barão de Teffé, diante das mudanças no cenário político brasileiro acaba se afastando do país e mudando-se, com toda a família, para a Europa, quando Nair tinha um ano de idade.

A partir dessa transferência, Nair teve suas vivências na infância e em boa parte da juventude marcadas pelo contexto europeu. Em suas memórias, reunidas no livro *A verdade sobre a Revolução de 22*, escrito por ela e publicado em 1974, Nair lembra de diversos aspectos relacionados a sua formação educacional, entre outros momentos vividos antes, durante e após o seu casamento com o Marechal Hermes da Fonseca, em 1913, personagem sobre o qual ela centra boa parte de sua narrativa.

Contrastando com a realidade brasileira da época, é importante destacar o quanto “Na Europa, Nair teve não só a oportunidade de viver em ambientes sofisticados, mas também de receber uma educação

severa – conforme moldes europeus – que permitiu a aquisição de conhecimentos mais amplos” (CAMPOS, 2016: 25). Ou seja, sua formação educacional na Europa contrasta com os moldes da educação feminina no Brasil no mesmo período, onde a maioria da população feminina ainda era analfabeta.

Em uma análise de suas memórias, ao comentar sobre sua trajetória educacional, Nair destaca: “Na Europa nasceu a caricaturista Rian. Rian, todos sabem, é meu pseudônimo. Foi no Convento da Ursulina, na França, onde eu estudava [...]” (FONSECA, 1974: 15). Ou seja, já a partir da adoção de um pseudônimo – dado que a maioria dos caricaturistas no Brasil, à época, eram homens – é possível perceber quais eram os obstáculos enfrentados naquele contexto por ela, especialmente enquanto mulher inserida no mundo artístico.

Além disso, Nair também destaca o apoio familiar recebido por ela em relação aos seus estudos, comentando que: “Papai me considerava menina-prodígio – o pior, eu acreditava nisso - fazendo questão de dar-me instrução tão aprimorada quanto a que os Reis da Europa costumavam dar aos seus herdeiros presuntivos” (FONSECA, 1974: 15). Tal aspecto é destacado novamente quando ela narra:

Diante dos sacrifícios feitos por meus pais, sempre procurei compensá-los, estudando com afinco. O que havia de enfadonho no Curso de Humanidades, era largamente compensado pela literatura, declamação, música e as artes plásticas, pelos bons professores e pelos cursos de alemão, francês, espanhol, italiano e inglês. (FONSECA, 1974: 15).

A partir desses trechos é possível apontar o contraste com a educação das mulheres no contexto brasileiro, onde “mesmo na elite, muito menos mulheres do que homens haviam recebido alguma escolaridade, e esta era basicamente projetada para aumentar o valor da moça no mercado matrimonial” (HAHNER, 2018: 57). Sua posição social, portanto, lhe proporcionava o acesso a espaços e possibilidades de contato com diferentes campos de estudos, o que era inacessível para grande parte das mulheres.

A educação feminina das mulheres das elites era, ainda, “centrada na preparação para seu “destino final” de esposa e mãe” (HAHNER, 2018: 57). Nesse sentido, algumas práticas eram inviabilizadas às mulheres, visando preservar a moral e conduta esperadas das mesmas, pois essas refletiriam inclusive na formação dos filhos. Já no caso de Nair, novamente, nem sempre tais aspectos eram aplicados.

Assim, enquanto uma mulher que fazia parte dos círculos das elites da época, Nair teve, a partir de sua condição social, possibilitado o acesso a diferentes formações intelectuais, como destaca:

Apesar da oposição de papai ao teatro, estudei piano e canto. Tive os melhores mestres no Brasil e na Europa: Luigi Aversa, em Nice e no Rio, Nícia Silva, mãe da consagrada Gilda de Abreu, [...] e canto com a ex-cantora Pellermine. Quando estive na Suíça, durante o meu tratamento, não descuidei-me dos estudos. (FONSECA, 1974: 18)

Em relação às condutas morais, uma das práticas mal vistas quando praticadas pelas mulheres era a adoção de costumes “boêmios”, como ela destaca: “Aprendi a tocar violão com o mestre Emilio Pereira, quando violão era instrumento de boêmios” (FONSECA, 1974: 18). Paralelo a isso há o episódio que ficou conhecido como a Noite do Corta Jaca, uma confraternização realizada no Palácio do Catete – o qual Nair percebia enquanto sua casa e, portanto, local de para receber amigos e amigas do casal, após o casamento com o Marechal – e que contou com a interpretação de uma música, feita por Chiquinha Gonzaga, pela primeira dama. Segundo a própria Nair, essa “foi uma noite “prafrentex” (FONSECA, 1974: 45) a qual, justamente por isso, rendeu críticas ao casal, tecidas especialmente por Ruy Barbosa que

[...] aproveitou o lançamento do “Corta Jaca”, para inserir nos anais do Senado, a sua costumeira verborragia, na sessão do dia 11 de novembro de 1914, babando contra mim, a sua orgulhosa cantilnária de insopitável ódio ao Governo. (FONSECA, 1974, p. 45).

Ainda em relação ao seu casamento com o Marechal Hermes da Fonseca, período no qual ela sofreu inúmeras críticas, especialmente enquanto uma mulher pública, Nair comenta sobre a ausência de instruções para que fosse uma boa dona de casa durante sua formação educacional:

No primeiro dia em que acordei no Palácio do Catete fiquei assustada por estar casada e não saber nada de organização de casa.

Mamãe, apesar de ter 11 empregadas em casa, dirigia tudo. [...] Eu não sabia nada... nada... nada... nada dos afazeres de uma dona de casa. [...] Eu só entendia de arte, pintura, boas maneiras, leituras, festas, saraus de piano e dança.

Mamãe não era culpada dessa ignorância. Oscar, meu irmão, foi o culpado disso. Aconselhou-me a não deixar mamãe colocar aquelas coisas na minha cabeça.

Falava em tom solene:

— Você nasceu para ser artista, e artista não cuida de casa!

(FONSECA, 1974: 42)

Nesse trecho, por fim, é possível perceber o quanto sua trajetória e formação educacional se difere daquela predominante às mulheres no período, especialmente no que se refere ao casamento, pois era este o objetivo final da instrução das jovens e, claramente, não fora o seu. Além disso, também possibilita reflexões acerca da separação entre as funções mais ou menos valorizadas e, por isso, destinadas ou não, às mulheres das elites, como as tarefas relacionadas aos cuidados com a casa. Assim, contrastando com a realidade da época, Nair, que se considerava não instruída o suficiente, era – por outro lado – educada o bastante para, inclusive, ser pedida em casamento pelo Presidente da República e vir a tornar-se primeira dama da República.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação educacional de Nair de Teffé reflete um cenário de exclusão social e pouco acesso da maioria das mulheres aos espaços de

educação no Brasil durante o final do século XIX e início do XX. A partir de sua trajetória marcada pelo acesso à locais de educação restritos e, por isso, a possibilidade de uma formação intelectual continuada – tanto no Brasil quanto na Europa – ela se destaca e consegue ocupar espaços em que nem sempre as mulheres eram bem-vindas.

Apesar de ser exceção dentro de um grupo já minoritário – das mulheres de elite – e por ter acesso a uma educação que visava a liberdade dessas restrições que pautavam a instrução feminina, ainda assim Nair não foi a única nesse momento que protagonizou tais episódios. Diversas outras mulheres também empreenderam lutas pela emancipação política, educacional e social do sexo feminino – dentre elas a primeira dama artista, como ficou conhecida – devendo igualmente serem lembradas e valorizadas.

Contudo, vale ressaltar que – ainda que sem se dar conta – a partir de sua formação intelectual, Nair foi, em muitos momentos, contra as regras sociais do período, sendo criticada e tendo sua imagem atacada publicamente. Ou seja, o simples fato de querer fazer algo que aos homens era comum, como a ida a um café ou um bar, lhe era restrito por não ser algo bem visto socialmente para uma mulher (FONSECA, 1974: 21). Através da sua formação intelectual, sem deixar de considerar sua condição social, Nair conseguiu ocupar espaços públicos e participar, mesmo que limitada por terceiros, de debates da cena política, gradativamente fazendo parte também da inserção das mulheres cada vez mais nesses ambientes.

Nesse sentido, buscamos reforçar com essa breve exposição a importância da luta pela educação feminina, especialmente pelo histórico árduo de lutas e obstáculos, os quais marcam ainda hoje esse cenário no Brasil. A partir do acesso a esses ambientes e a possibilidade de formação intelectual crítica é que se promove, cada vez mais, a ocupação de espaços públicos (e políticos) pelas mulheres, esfera que também lhes foi negada por longos períodos e que demanda cada vez mais essas vozes em seus debates.

FONTE

FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. **A verdade sobre a Revolução de 22**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior**. Por Alana Gandra. Publicado em 07 de março de 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior> Acesso realizado em 02 de agosto de 2021.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem**. Por Eduardo Peret. Publicado em 28 de março de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem> Acesso realizado em 02 de agosto de 2021.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. **Nair de Teffé: artista do lápis e do riso**. Curitiba: Appris, 2016.

ENGEL, Magali Gouveia. **As literatas brasileiras e a luta pela educação feminina: o exemplo de Anna Autran** (Salvador, fins do século XIX). [Comunicação] Congresso da UFBA – Pesquisa, Ensino e Extensão, outubro de 2019, UFBA.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: (1850-1937)** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, p. 43-64.

- IBGE. **Estatísticas de Gênero**. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2ª ed. Estudos e Pesquisas. n° 38, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf Acesso realizado em 02 de agosto de 2021.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, p. 333-360.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CIBERPOPULISMO: REPRESENTAÇÕES DAS IMAGENS DA DIREITA NO FENÔMENO RELIGIOSO EVANGÉLICO DURANTE A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE JAIR MESSIAS BOLSONARO (2011-2018)

Caius Costa Amaral de Sousa¹

RESUMO: O artigo busca refletir, historicamente sobre a produção audiovisual: “O mito de Bolsonaro: como pensam e organizam seus apoiadores” produzido pela revista Vice Brasil. Para isso, analisa-se a expansão do movimento neoconservador articulado com valores morais da direita cristã. A investigação destaca uma das entrevistas do documentário, buscando fazer um panorama com o tema da ideologia de gênero. São empregados parâmetros teórico-metodológicos dos pensamentos de Roger Chartier e Pierre Bourdieu.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsonaro. Evangélicos. Ciberpopulismo.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as manifestações de junho de 2013 marcaram o início de uma nova reação conservadora, ainda de forma fragmentada e difusa. O novo conservadorismo brasileiro uniu-se em torno dos valores da família tradicional, anticomunismo e militarismo. Diferente de outras articulações conservadoras até então já vista. O eixo de gravidade focou na atuação da direita cristã, seu discurso foi reforçado, visto que o candidato a presidência soube como ninguém falar o idioma evangélico proferindo frases como: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Conquistou assim, uma categoria que muitos pesquisadores apontam se tratar do fenômeno de

¹ Graduando em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisa desenvolvida no Projeto de Iniciação Científica “Imagens da direita no fenômeno religioso em Londrina”, vinculado à PROPG/UEL. E-mail: caius.costa.amaral@uel.br.

massa mais importante da década e apoio significativo diante dos 21 milhões de votos evangélicos de diversas tipologias denominacionais no ex-deputado.

O engajamento político de evangélicos, não se trata de um fenômeno da contemporaneidade tão somente se circunscreve ao âmbito local do país, nos Estados Unidos, a militância por valores religiosos iniciou-se na década de 1970, sob o governo de Ronald Reagan e diante do ambiente do período de Guerra Fria, havendo intensa articulação de TVs evangélicas, clérigos e eleitorados, surgia aí uma nova estruturação organizacional com intenso poder de massa.

No Brasil, o número de evangélicos no Parlamento brasileiro cresceu acompanhando o aumento da quantidade de fiéis. Segundo dados do último Censo Demográfico do país, realizado pelo IBGE em 2010, houve um aumento de 61,45% em 10 anos. Em 2000, cerca de 26,2 milhões de pessoas se declaram evangélicas, 15,4% da população. Já no fim de 2016, de acordo com pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha, 29% dos brasileiros se afirmavam evangélicos- 3 em cada 10 pessoas com mais de 16 anos.

A trajetória parlamentar de Bolsonaro, acompanha o processo de mudanças religiosas profundas que a sociedade brasileira tem passado. Ao longo de sua legislatura que se inicia em 2011, passa a diversificar seus temas de interesse e participa mais ativamente do debate em relação a questões comportamentais. É como defensor dessa agenda que ele estabelece as primeiras conexões com a bancada religiosa e conservadora da Câmara dos deputados. Como apontado pelo teórico político David Harvey, (2005, p.45-50, 82-84) os elementos que abarcam o neoconservadorismo pautam-se sobretudo na: “consolidação de um ideário com valores “centrados no nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo (de um certo tipo evangélico) ” e também na defesa da família e da vida em uma “concepção direitista”.

Considerar, não somente o peso do voto evangélico no resultado da eleição presidencial de 2018, mas a complexidade e circunstâncias, em torno de sua materialização, não reduzindo a religião a uma categoria de

poder torna-se fundamental para compreender as razões que levaram à consolidação de Bolsonaro no campo político.

A partir dessas reflexões, o objetivo dessa pesquisa é analisar a fonte audiovisual: “O Mito de Bolsonaro: como pensam e organizam seus apoiadores” disponível no Youtube, desde 2018 ano de sua realização. Foi produzida pela revista Vice Brasil, empresa que surge em Montreal, Canadá em 1994, inicialmente de maneira impressa, abordando temas como: arte, cultura e música, e tendo como público alvo a geração millenium, cujo desenvolvimento acompanhou o processo de expansão da internet. Assim, o documentário pertence ao novo espaço de comunicação digital.

No entanto, a análise proposta não tem como intuito desdobrar-se acerca da origem de sistemas dos meios de massa que acompanham a democracia representativa, mas registrar a ausência de um elemento fundamental no tema investigado pela obra audiovisual: durante seus 25 minutos e 34 segundos, o segmento evangélico será descartado, assim o tópico de dimensões significativas para o entendimento que levou à vitória do ex-deputado será deixado de lado.

São empregados parâmetros teórico-metodológicos da chamada História Cultural, ponderando que temas como a religiosidade em proporções culturais recebem maior atenção a partir de seu surgimento. Sob a ótica dessa abordagem, empregamos o pensamento de Pierre Bourdieu, em relação a figura do profeta, não como resultado de algo maquiavélico ou impositivo, mas a partir de anseios já existentes no público para qual dirige sua mensagem, sendo esse um elemento fundamental para assimilação e desenvolvimento do culto à personalidade, como demonstrado em relação ao messianismo em torno da imagem de Bolsonaro. Ademais a importância da concepção de representação chartiana, de Roger Chartier, concebendo nossa sociedade e realidade social como produto dessas.

AS FAKE NEWS COMO FATOR DE INFLUÊNCIA

Quando Bolsonaro começou a despontar como potencial candidato à presidência, a BBC Brasil analisou os 1.540 discursos feitos por ele na Câmara dos Deputados entre 1991 e 2018. Mapeando palavras chaves,

os jornalistas notaram uma mudança de ênfase radical a partir do quinto mandato (2011-2014). Termos como “Forças Armadas”, “salários”, “pensões” e “militar” foram aos poucos substituído por um discurso mais próximo a defesa da família tradicional, palavras-chave como “gays”, “tortura”, “Cuba” e “PT” saltaram de 41 ocorrências no primeiro mandato para 297 no último. O estudo revelou que, conforme crescia seu relacionamento com o mundo evangélico, Bolsonaro alterou radicalmente sua linguagem. Como dito por José Wellington Bezerra, um dos principais líderes da maior denominação evangélica do país, as Assembleias de Deus, “o único candidato que fala o idioma evangélico” (ÉPOCA, 2018).

Para a doutora em ciência política Isabel Veloso, “falar o idioma”, do evangélico brasileiro é ter uma “pauta conservadora”, de “combate ao aborto, à união LGBT e a própria esquerda”. A radiografia da eleição presidencial de 2018, confirma a importância dos setores evangélicos do país no que diz respeito à participação política, em contrapartida ainda é nebuloso concluir de que maneira as *Fake News* influenciaram, não somente o setor religioso a votar no ex-deputado, mas todos aqueles que se veem diariamente no contato com mídias sociais e se sentiram representados por um *memé*, imagem ou vídeo de Bolsonaro.

Por trás do aparente absurdo do mar de notícias falsas compartilhadas diariamente, na internet, oculta-se uma lógica bastante sólida. Do ponto de vista dos líderes populistas às informações verdadeiras, constituem um formidável vetor de coesão. Como escreveu o blogueiro da direita alternativa americana Mencius Moldbug: “Por vários ângulos, o absurdo é uma ferramenta organizacional mais eficaz que a verdade (...). Qualquer um pode crer na verdade, enquanto acreditar no absurdo é uma real demonstração de lealdade- e que possui um uniforme, e um exército”.

O líder de um movimento que agregue as *Fake News* à construção de sua própria visão de mundo se destaca da manada dos comuns. Bolsonaro destacou-se como líder ungido, empregando recursos digitais definiu-se pelo conceito de ciperpopulista, destacado pelo filósofo André Bruzzone como:

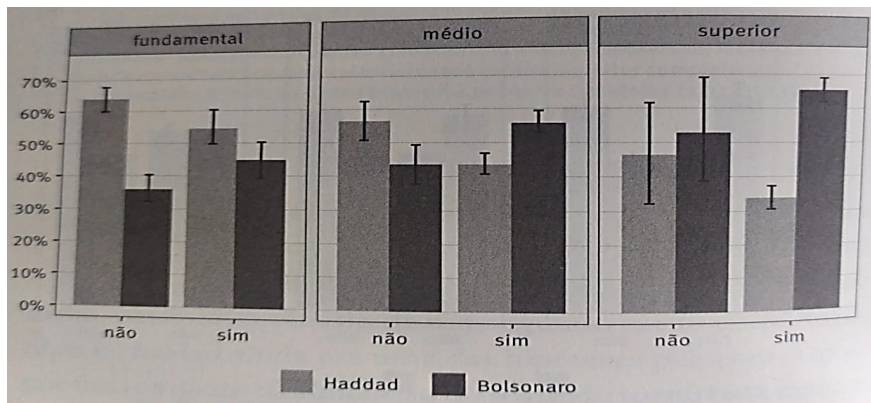
Sem tecnologia digital, esse populismo não existiria em escala global. O casamento é perfeito. O digital cria a ansiedade e oferece a cura, faz a desordem acontecer e fornece o refúgio necessário. A informação fragmentada e incerta, excessiva, gera ansiedade e medo; o populismo dá respostas simples que acalma essa ansiedade e medo (BRUZZONE, 2021: 59).

Combinando as ideias de povo, inimigo e líder, conferiu a seus seguidores uma sociedade pautada em “nós” versus “eles”, articulando-se diretamente com a forma binária que o pentecostal compreende o mundo, como explica o professor Marcos Alvito do Departamento de História da UFF:

O mundo é o espaço do pecado, da violência, do vício da bebida ou da droga, do sofrimento cotidiano, do Mal. Quem governa o ‘mundo’ é o Diabo, uma figura central no culto pentecostal, continuamente evocada para explicar as dificuldades, agruras e tragédias vividas pelos fiéis. O diabo estaria sempre à espreita, tentando desviar o fiel do caminho de Deus, criando-lhe problemas para enfraquecer sua fé. Deus governa a ‘igreja’...Os cultos pentecostais representam uma verdadeira dramatização desta contínua batalha entre o Bem e o Mal, entre Deus e o Diabo (ALVITO, 2012: 27).

O ambiente político criado pelo candidato traduziu como líderes populistas são passíveis de simplificar a complexidade de nossa realidade. O gráfico abaixo ilustra como a internet movimenta-se para se tornar futuramente espaço de disputa entre políticos, Bolsonaro driblou os limites impostos aos conteúdos políticos no Facebook, mobilizando eleitores a um engajamento que os debates enfadonhos da velha política, já não mais proporciona.

Figura: Relação entre uso do WhatsApp, escolaridade e intenção de voto para presidente, segundo turno (2018)



Fonte: Datafolha (2/10/2018)

O gráfico mostra o percentual (barras) e as margens de erro (linhas verticais na parte superior das barras) de eleitores usuários (ou não) do WhatsApp, segundo escolaridade e a intenção de voto para presidente. A fonte de dados brutos foi pesquisa Datafolha (2/10/2018) referente ao cenário em que Bolsonaro e Haddad disputaram o segundo turno.

A IDEOLOGIA DE GÊNERO

Os caminhos apresentados ao longo do documentário dialogam com as incertezas do século XXI; a repórter Juliana Droghetti, acompanha apoiadores que agem no coletivo em torno de Bolsonaro, figura que no primeiro momento era tratada como folclórica e excêntrica pelas grandes mídias televisivas e que aos poucos caminhou para o Palácio da Alvorada.

A investigação da obra audiovisual ocorre a partir do tripé: conteúdo, linguagens e tecnologias de produção, que expõe a tensão entre aspectos como: evidência, representação, objetividade, subjetividade, natureza técnico estético e representacional, à vista disso diz o historiador Marcos Napolitano:

A imagem é, para o historiador, ao mesmo tempo, transmissora de mensagens enunciadas claramente, que visam seduzir e convencer, e tradutora, a despeito de si mesma, de convenções partilhadas que permitem que ela seja compreendida, recebida decifrável (CHARTIER, apud NAPOLITANO, 2006: 239)

Dessa forma, a entrevista a ser observada é de Douglas Garcia, residente no bairro de Americanópolis na periferia de São Paulo, e vice-presidente da página do Facebook “Direita SP”. Em seu quarto repleto de colagens, vemos frases como: “Me formei em economia, mas ferrei com a sua” junto com uma imagem da ex-presidenta Dilma Rousseff. Há também uma bandeira estendida do Brasil e outra de São Paulo. Conforme, a entrevista discorre, ouvimos os motivos que levaram Douglas a apoiar o ex-deputado, no minuto 4:48 comenta: “Nós não somos uma militância do Bolsonaro, mas a gente acaba o apoiando contra a ideologia de gênero, entendeu?”.

Com o desenrolar da entrevista notamos, que o discurso de Douglas tem como pauta principal ser contra a ideologia de gênero. O documentário, assim, acompanha o ativista até um protesto contra a filósofa Judith Butler no bairro da Pompeia, São Paulo, que veio ao Brasil realizar uma palestra contra o fim da democracia. Como aponta Juliana, embora os manifestantes protestam em torno de outras bandeiras, acusando Butler de ser responsável por disseminar a ideologia de gênero, nas palavras de Douglas no minuto 6:10: “Então Juliana, hoje nós viemos nos colocar contra essa mulher que veio trazer e disseminar mais sobre a ideologia de gênero aqui no nosso país (...) porque ela não vem pra tentar trazer algum tipo de equidade, ou contra a homofobia, ela vem sim para tentar erotizar nossas crianças”.

O debate acerca do tema somente recebeu proporção nacional em 2014, durante a tramitação do Plano Nacional da Educação (PNE) no Congresso Nacional, parlamentares evangélicos e católicos se uniram em torno de uma bandeira que seria incessantemente abordada nos próximos anos: a exclusão dos debates sobre gênero nas escolas de todo país. Pais

alertavam-se no período para o suposto perigo silencioso que rondava seus filhos, a escola teria papel chave em todo esse processo de ensinar ao que parece práticas contrárias ao sexo biológico.

O curioso é que o termo “ideologia de gênero” não aparece nenhuma vez nos planos de educação, nos Estudos de Gênero, e nunca foi usado pelas ciências humanas. Após a vinda ao país a filósofa escreveu para o jornal Folha de São Paulo, a respeito dos ataques sofridos:

“A teoria da performatividade de gênero busca entender a formação de gênero e subsidiar a ideia de que a expressão de gênero é um direito e uma liberdade fundamental. Não é uma ‘ideologia’. Em geral, uma ideologia é entendida como um ponto de vista que é tanto ilusório quanto dogmático, algo que ‘tomou conta’ do pensamento das pessoas de uma maneira acrítica” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

As intrigas provocadas pelo assunto no público brasileiro são em grande parte marcada por um desconhecimento. De acordo com a professora Jimena Furlani, da Udesc que atua em questões relacionadas a gênero: “Ideologia de gênero” é um termo que se tornou conhecido pelo público brasileiro nas discussões sobre os Planos de Educação, em 2014 e 2015, e tem sido apresentado como algo muito ruim, que visa a destruir as famílias. Trata-se de uma narrativa criada no interior de uma parte conservadora da Igreja Católica e no movimento pró-vida e pró-família”.

O documentário ao optar por não exibir a relação entre o assunto e grupos evangélicos peca, a inexistência de entrevistas a religiosos pertencentes a essa categoria de fé é um dos grandes problemas da produção, visto que busca compreender os principais eixos de apoio ao presidente. A ausência resulta em um entendimento parcial dos desfechos que ocorreram durante a corrida presidencial de 2018, conforme aponta o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves: “Não há dúvida de que o voto evangélico foi fundamental para a eleição de Jair Bolsonaro. Mesmo sendo menos de um terço do eleitorado” (ALVES, 2017: 215).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de um discurso mais imerso na conjuntura nacional, resulta em um fortalecimento de uma extrema direita que trata o atual presidente como messiânico, visto que em agosto de 2018 durante entrevista à Globo News, o então candidato declarou:

Eu sou cristão e prosseguiu, sugerindo o caráter sobrenatural de seu sucesso: “Olha o apoio popular que eu estou tendo. Não é inimaginável que isso esteja acontecendo? Como eu consegui isso? Quando eu falo em missão de Deus eu penso o seguinte: qual vai ser o meu lema? Qual vai ser minha bandeira? Então eu fui lá em João 8.32, “E conhecereis a verdade e a verdades vos libertará” (GLOBONEWS, 2018).

Na era da pós-verdade, em que fatos importam menos que crenças ou emoções, não é a verdade que liberta, mas as “nossas verdades”, a falta de entendimento sobre os chamados bolsonaristas enviesa uma perspectiva e cobertura jornalística acerca do assunto de maneira leviana. No Brasil, embora Jair Bolsonaro apresenta-se como um fenômeno ímpar, sua vitória incluiu fatores similares a aqueles que atraiu milhares de franceses a votar na extrema direita Marine Le Pen na França e americanos em Donald Trump nos EUA.

A Vice Brasil, faz bem em tentar entender os motivos que levam o apoio incondicional ao presidente, exibindo um perfil eleitoral que a grande mídia finge não existir, a de minorias que o apoiam, mas falha ao apontar os votantes do candidato como incoerentes, no qual vivem em uma realidade paralela. A tendência de demonizar o eleitor bolsonarista, promove um descuido em tratar sobre o assunto de forma mais atenciosa.

Não há dúvidas, que o modelo populista de conquista e manutenção do poder, empregado por Bolsonaro, combina aspectos do chamado populismo e mais recentemente modificado para neopopulismo por meio do uso de recursos digitais. O líder carismático propõe táticas simples a problemas complexas, cria uma linguagem que as pessoas querem ouvir

ou dizer: é o sujeito que “fala sem papas na língua”. Essa lógica alcançou de maneira significativa o atual contorno e revolução religiosa que o país passa, os evangélicos são um grupo participativo dentro do campo da política, a mensagem que difundem acerca dos valores morais e a favor de uma família tradicional, não são ignoradas pelo público brasileiro. Falar de política hoje no país representa também falar de evangélicos.

FONTE

Brasil, Vice. **O mito de Bolsonaro**: o que pensam e como organizam seus apoiadores. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bBg6vkwOxM&t=1127s>. Acesso em: 07 set. 2021.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Ricardo. **E a verdade os libertará**: reflexões sobre religião, política e bolsonarismo. 1. Ed. – São Paulo: Mundo Cristão, 2020. 256 p.
- ALVES, J. E., Cavenaghi, S., Barros, L. F. e Carvalho, A. A. de. 2017. “Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **“Tempo Social** 29 (2): 215-42.
- ALVITO, M. 2012. “Nós contra o mundo. Pentecostais ajudam na inserção social dos mais pobres, mas criam uma guerra espiritual: fora da igreja só existe o diabo”. **Revista de História do Museu Nacional** 87(8): 27-9.
- BBC Brasil, “Como o discurso de Bolsonaro mudou ao longo de 27 anos na Câmara?”, 23/08/21, <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42231485>.
- BRUZZONE, ANDRÉS. **Ciberpopulismo**: política e democracia no mundo digital. São Paulo: Contexto, 2021.

- BUTLER, Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil, Folha de S. Paulo, 19 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em: 23 set. 2021.
- CARDOSO, C. Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História**. Ensaio sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- DIP, Andrea. **Em nome de quem?:** a bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.
- ÉPOCA, “Como Bolsonaro se tornou candidato dos evangélicos”, 06/10/18. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- GLOBONEWS, Central das Eleições 2018, 03/08/18. Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/assistir/c/p/v/69211428/>. Acesso em: 12 ago.2021.
- HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.
- LANIER, Jaron. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais**, Londres, The Bodley Head, 2018.
- LACERDA, Mariana Basso. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.
- NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita:** uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SPYER, Juliano. **Povo de Deus:** Quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

RECORDAR É RESISTIR: AS ABUELAS DE PLAZA DE MAYO – MEMÓRIA COMO AÇÃO POLÍTICA DE RESISTÊNCIA AO LONGO DO PERÍODO DITATORIAL ARGENTINO (1976-1983)¹

Camila Feitosa²

RESUMO: O presente trabalho trata de uma aproximação entre as *Abuelas de Plaza de Mayo* e a construção de memórias enquanto ações políticas no imaginário argentino dentro do contexto ditatorial (1976 - 1983) a partir das reflexões realizadas por Pascual (2004) e Sanjurjo (2018). Seguindo as ideias de Pollak (1989), os embates acerca das memórias dominantes e subterrâneas, quando analisadas no contexto platino, nos permite perceber que a prática das *Abuelas* nos mostra diversos horizontes de perspectivas.

PALAVRAS-CHAVE: Abuelas de Plaza de Mayo. Memórias. Resistência.

A necessidade de Memória é uma necessidade da História.
NORA, Pierre, 1993: p. 14.

INTRODUÇÃO

O dia 24 de março de 1976 marca o início do último ciclo ditatorial argentino – um dos momentos mais sangrentos da história da América do Sul –, que conta com trinta mil mortos e desaparecidos e quinhentas crianças que foram tiradas de suas famílias. Com isso, somam-se 45 anos de um crime que continua sendo cometido. Uma sociedade que mantém uma ferida aberta. Uma nação que tem, em suas memórias e história, uma dor

¹ Artigo escrito para os anais do III Seminário de Pesquisa e Ensino de Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

² Graduanda em História (licenciatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
E-mail: feitosa.camis@gmail.com

e que carrega consigo as cicatrizes dos horrores perpetrados pelo Estado. Um grupo de senhoras que busca mais do que encontrar seus netos *apropriados* pela Junta Militar, mas que lutam pela reintegração das memórias e da história de suas famílias e de seu país.

Observando isso, o presente artigo irá analisar as construções de memórias a partir dos traumas gerados e, ainda, presentes na sociedade platina por meio das *apropriações* feitas pela Junta Militar durante a ditadura (1976 - 1983), pois as crianças que foram *apropriadas* pelo Estado argentino perderam suas identidades e o país sofre, ainda hoje, com a dificuldade de (re)constituir sua história e fortalecer sua democracia. Para tal, iniciaremos a discussão realizando uma breve contextualização histórica do período, seguida por um debate acerca do contexto de Terrorismo de Estado e da atuação das *Abuelas*, bem como uma reflexão acerca dos embates das Memórias.

GOLPE, SANGUE, MEMÓRIAS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS: A DÉCADA DE 1970 NA ARGENTINA

Ao pensarmos no contexto platino, vemos que o século XX foi marcado como um período de ascensão e derrota de diversos regimes autoritários na Argentina, tendo sofrido seu último golpe em 1976, como afirma Crenzel:

Desde 1930, no marco de uma tradição política que remonta ao século XIX, o intervencionismo militar na cena institucional foi normalizado por amplos setores da sociedade civil e do *establishment* político que, junto à influências das ideias do integrismo católico e das correntes nacionalistas e conservadoras, conformaram uma cultura marcada pelo desprezo à lei e à alteridade (CRENZEL, 2020: p. 34).

A vitória de Héctor Cámpora, em 1973, representou o fim de uma ditadura militar que havia iniciado-se em 1966 e, apesar de uma curta gestão – pois Cámpora renunciou poucos meses após assumir a

presidência –, seu governo foi de enorme importância para o futuro argentino, pois suspendeu a legislação repressiva que estava vigente desde a década de 1960, permitindo a anistia e o retorno dos exilados – entre eles Juan Domingo Perón, importantíssima figura política do país. Após a renúncia de Cámpora, novas eleições foram convocadas e Perón foi eleito ainda em 1973, tendo como vice-presidente sua esposa, Maria Estela Perón.

Entretanto, o novo presidente teve um brevíssimo governo, pois veio a falecer em 1974 e sua vice-presidente, e viúva, Isabelita, ascendeu à presidência, o que gerou uma escalada dos militares em cargos de confiança. A nova administração entrou em uma crise generalizada de maneira rápida e, segundo Novaro e Palermo (2007), a economia encontrava-se estagnada. María Estela Martínez de Perón, que já não possuía a legitimidade diante das massas que seu marido um dia teve, bem como também não a alcançou com a classe dominante sofreu, em março de 1976, um golpe de Estado aplicado pela Junta Militar, que colocou o general do Exército Jorge Rafael Videla na presidência do país. Tem início, então, o *Proceso de Reorganización Nacional*, que perdura até 1983, e é considerado um dos períodos mais repressivos da história argentina, marcado pelo Terrorismo de Estado e por uma escalada na violação dos Direitos Humanos.

Embora os sequestros tenham sido institucionalizados com o golpe de 24 de março de 1976, os mesmo já ocorriam antes, ainda durante o Estado de direito, no qual havia a busca pela eliminação dos inimigos internos – *os subversivos*³. Em nome da segurança nacional e da proteção dos valores burgueses, ocidentais e cristãos, milhares de pessoas foram sequestradas, torturadas, mortas e tiveram seus corpos ocultados pelo Estado. Esses atos eram baseados na metodologia do poder vigente, que visava a total falta de mecanismos de defesa por parte da vítima e da sua família, sendo assim, os operativos de subtração das pessoas eram feitos durante a madrugada, nos finais de semana e compostos por cinco ou seis

³ Por *subversivo* entende-se toda e qualquer pessoa que não se encaixava nos padrões da sociedade burguesa, baseada em valores cristãos e ocidentais e não apenas os militantes dos partidos comunistas ou aqueles que atuavam na luta armada.

peessoas que utilizavam desde carros sem placa até os carros oficiais das Forças Armadas, segundo a *Comisión* (1986, *apud* PASCUAL, 2004: p. 65).

A LUTA POR VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA: A ORIGEM E ATUAÇÃO DAS ABUELAS

O Terrorismo de Estado (TDE) pode ser entendido como um modelo estatal em que a violência foi empreendida contra a população pelo próprio Estado, ou seja, o Estado passa a empregar a força e o terror para governar. Em detrimento disso, desaparecimentos aconteciam contra os *subversivos* e seus filhos, pois estes eram vistos como os grandes inimigos de uma Nação “ocidental e cristã” (SANJURJO, 2018: p. 55). Tal busca tornou-se uma das principais marcas das ditaduras ocorridas na América do Sul entre as décadas de 1960 e 1980. O TDE almejava não só a eliminação dos inimigos do projeto vigente, mas também atuava com o que Enrique Serra Padrós chama de pedagogia do medo, “ou seja, o terror que escorria por todas as linhas do tecido social e que gerava, como mecanismo de defesa, a indiferença e a cultura da complacência *no te metas*” (PADRÓS, 2008: p. 59).

Em resposta às práticas do TDE, a *Asociación Abuelas de Plaza de Mayo* originou-se a partir do grupo das *Madres de Plaza de Mayo*, em outubro de 1977, pouco mais de 1 ano e meio após o golpe. A luta pelas suas famílias, pela memória de seus *hijos*, pela verdade em seu país e pela restituição física e identitária de seus netos, que foram *apropriados* pelo Estado, eram os ideais de luta dessas mulheres.

Essas senhoras lutam há quase meio século, pois a ferida aberta pela separação de seus familiares perpetua-se até hoje não só em seus colos vazios, mas no coração de toda a Argentina. Segundo a *Comisión* (1986, *apud* PASCUAL, 2004), cerca de 500 recém-nascidos foram retirados de seus pais em uma busca devastadora para criá-los da maneira oposta a tudo que seus pais acreditavam, entretanto, em uma incansável luta,

as *Abuelas* restituíram 130 netos entre 1978 e 2019⁴, possibilitando que, por meio do sangue, a verdade viesse à tona.

O dado genético representaria, então, o rastro de um crime que não pode ser apagado; é aquilo que o corpo conserva de uma história que se quis desaparecer, mas que persiste no DNA e nas vozes dos familiares que militam pela memória. O sangue se converte, assim, em uma forma de tradição e herança que, embora entendida como histórica e política, encontra-se fortemente associada ao domínio da natureza e suas representações. (SANJURJO, 2013: p. 214)

OS EMBATE DE MEMÓRIAS

As memórias da Argentina estão intrinsecamente ligadas à luta das *Abuelas*, pois como poderia o país restabelecer a democracia quando os crimes cometidos ainda estão ocorrendo? Enquanto todas as famílias não alcançarem a restituição, o rastro de sangue e de dor que o Golpe Civil-Militar de 1976 e a Ditadura iniciaram manter-se-á, posto que as memórias e as dores causadas pelo Estado ainda existem. A ruptura geracional e o falseamento sistemático da verdade na vida das crianças - e, posteriormente, adultos- *apropriados* foram compensados com a implantação de memórias providas pelos seus apropriadores, existindo, portanto, uma produção de feridas incessante, tendo em vista que o crime continua sendo cometido diariamente na medida em que essas pessoas perderam sua história, sua memória e sua identidade (CRENZEL, 2020). Assim, o nascimento da criança ocasionava uma dupla morte, considerando que a mãe tinha sua morte física e a criança, por conseguinte, perdia sua identidade, o convívio com os pais e a experiência com o restante da família biológica.

O TDE buscava extirpar e ocultar a possibilidade de construção identitária, trocando-a por outra que era desejada e necessária ao *status quo*. Dentro da lógica dos horrores vividos durante a ditadura, mulheres davam

⁴ Os dados mais recentes acerca das restituições estão disponíveis no site das *Abuelas*. Para saber mais acerca das restituições. Acesso em 28/10/2021.

à luz na *Escuela de Mecánica Armada* - a ESMA, lugar no qual os gritos de dor da hora do parto ou os choros de bebês recém-nascidos misturavam-se ao desespero dos torturados (KOIKE, 2013: p. 6 - 7). A organização existente era tão grande que manuais, como o *Instrucciones sobre procedimiento a seguir con menores de edad hijos de dirigentes políticos o gremiales cuando sus progenitores se encuentran detenidos o desaparecidos*, eram criados para padronizar o que seria feito com as crianças em determinadas faixas etárias. Os que tinham até 4 anos, por exemplo, deveriam ser entregues aos orfanatos ou redistribuídos entre militares ou civis coniventes com o que estava acontecendo. Já para as crianças mais velhas, principalmente aqueles por volta dos 10 anos ou mais, a morte era o destino final, pois estavam, segundo a ideia do TDE, contaminados pela ideologia subversiva de seus pais (KOIKE, 2013: p. 6-9).

Michael Pollak (1989), em seu célebre trabalho *Memória, Esquecimento, Silêncio*, afirma que as memórias coletivas criam laços de pertencimento a partir do compartilhamento de valores – ou de dores – ou seja, o passado em comum une indivíduos em grupos pela perpetuação dessas memórias, tendo sido construída conscientemente ou não. Cria-se, assim, uma imagem dos indivíduos que foram *apropriados*, seja para si mesmo ou para o outro, concedendo um sentido ao que entendemos como identidade, pois foram educados a partir da ideologia dos perpetradores de seus pais biológicos. Ainda nesse âmbito, segundo Maurice Halbwachs, é imperioso destacar como a construção das memórias é um processo de negociação para conciliar tanto o que entende-se por memória coletiva quanto as memórias individuais (*apud* POLLAK, 1989: p. 3), toda e qualquer memória só existe pois escolhe-se aquilo que será lembrado, bem como o que será esquecido. Toda lembrança gera um esquecimento.

A *Plaza de Mayo* é, historicamente, importante para a sociedade argentina desde seu processo de independência no início do século XIX, porém a escolha por parte das *Madres* e, depois, das *Abuelas* do local de suas rondas semanais pode ser relacionado para além da proximidade com a Casa Rosada. A partir da perspectiva de Pierre Nora (1993), importante historiador francês, acerca da ideia de Lugares de Memória, vemos que

a memória não é algo natural e que espaços físicos, arquivos e datas comemorativas, isto é, as efemérides, são criados para forçar a sociedade a lembrar (NORA, 1993: p. 13). Por isso, pois, ao analisarmos tais rondas, percebemos a atuação das memórias acerca das *Abuelas* nessa construção. Nora afirma, ainda, que a memória se particulariza e se torna plural, havendo tantas memórias quanto grupos dela portadores, sendo assim, vemos que novas memórias surgem no imaginário platino. Lembra-se, também, nesse aspecto, da busca existente por conta da relação com seu lugar de memória.

Nessas dimensões coletivas das memórias, percebemos que a ideia de identidade também está conectada, sendo esta a memória nacional, que é a forma mais completa de uma memória coletiva. Entende-se, ainda, que não há uma formação de memórias sem esquecimentos, pois, como dito anteriormente, as memórias formam-se por meio da seletividade – o que Pollak (1989) chama de enquadramento de memórias –, passando pela reconstrução ao longo do tempo, tendo em vista que o presente e o contexto condicionam a interpretação do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim da ditadura argentina não significou a conclusão de tais horrores, pois a verdade não é total, tendo em vista que muitas pessoas que foram apropriadas ainda não sabem sobre suas origens. Na verdade, a redemocratização aumentou a atuação dessas senhoras na luta por Justiça, Memórias, Verdade e na busca pela (re)construção da identidade nacional. Os crimes de lesa humanidade cometidos pelo Estado argentino nas décadas de 1970 e 80 não criaram uma ferida apenas nas famílias que tiveram suas crianças arrancadas de seus braços, mas em toda uma nação que chora e luta com elas há quase 45 anos. À vista disso, a busca das *Abuelas*, grupo que atua em prol Direitos Humanos e que se tornou um símbolo mundial na luta contra a repressão, pela identidade de seus netos e pela justiça por seus filhos, faz parte da reconstrução da nação e da sua história, que, por muito tempo, foi silenciada.

Elucida-se, assim, que, a partir da construção do conceito de Memórias em Conflito, de Ann Rigney (2016), as memórias são mais lembradas quando estão em constante debate na sociedade, e o que poderia ser apenas mais um relato de tortura, desaparecidos e sofrimento torna-se uma lição, tendo em vista que a “memória colectiva está sempre “em andamento” e, à semelhança de um nadador, tem que se manter em movimento nem que seja apenas para flutuar” (RIGNEY, 2016: p. 162). Portanto, é percebido, então, que recordar é resistir.

REFERÊNCIAS

- CRENZEL, Emilio. **A memória dos desaparecidos na Argentina: A História Política do Nunca Más**, Letra e Voz, São Paulo, SP, 2020.
- KOIKE, Maria Lygia. O sequestro de crianças pela ditadura militar Argentina e atuação das Avós da Praça de Maio pelo direito à verdade (jurídica e biológica) e à memória. **Revista Gênero & Direito**, João Pessoa, Paraíba, p. 1 - 24, 2013.
- NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.
- PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. ARAUJO, Maria Paula Nascimento et al. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Editora FGV, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- NOVARO, Marcos, PALERMO, Vicente. **Ditadura Militar Argentina 1976-1983**, Do Golpe de Estado à Restauração Democrática. Edusp, São Paulo, SP, 2007.
- PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

- PERALTA, Elsa; GANTO, Tânia, Memória e Violência. In: GRAEBIN, Cleusa Maria e WEBER SANTOS, Nádia Maria (orgs). **Memória Social: questões teóricas e metodológicas**, Centro Universitário La Salle (Unilasalle), Brasil, 2013, p. 185-205.
- RIGNEY, Ann. A dinâmica da recordação: os textos entre monumentalidade e morphing. In: ALVES, Fernanda Mota; SOARES, Luísa Afonso; RODRIGUES, Cristiana Vasconcelos (Ed.). **Estudos de memória: teoria e análise cultural**. Ribeirão, Portugal: Húmus, 2016.
- SANJURJO, Liliana. La sangre no miente: memória, identidade e verdade na Argentina pós-ditatorial. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 5, n. 2, p. 200-224, 2013.
- SANJURJO, Liliana. **Sangue, Identidade e Verdade: Memórias sobre o passado ditatorial na Argentina**. EdUFSCar, São Carlos, SP, 2018.

A AÇÃO PASTORAL DOS BISPOS PORTUGUESES EM RELAÇÃO AO COMPORTAMENTO DOS LEIGOS (FINAL DO SÉCULO XV E INÍCIO DO XVI)

Diovani Matheus Marques¹

RESUMO: Entre meados do século XV e início do XVI, num contexto de fortalecimento de políticas catequéticas em várias dioceses de Portugal, bispos de Braga e do Porto produziram obras pastorais que visavam corrigir o comportamento dos fiéis e criar parâmetros de conduta. A partir da análise das constituições sinodais produzidas por D. Luís Pires (1477) e D. Diogo de Sousa (1496 e 1505) e de um guia espiritual intitulado *Sumário Breve*, a pesquisa visa mapear as críticas feitas por esses bispos sobre a conduta dos leigos e as recomendações dadas por aqueles visando a formação espiritual desses fiéis.

PALAVRAS-CHAVE: Reformas religiosas. Prelados do norte de Portugal. Catequese.

Num cenário de consolidação de políticas catequéticas em diferentes regiões da Europa durante a Baixa Idade Média (CARVALHO, 2016: 21-22), dois prelados portugueses tiveram grande destaque na produção e difusão de documentos pastorais com teor moralizante. Visando estabelecer padrões de conduta sobre os cristãos para que estes pudessem alcançar a salvação de suas almas, D. Luís Pires, arcebispo da diocese de Braga durante a segunda metade do século XV, promulgou algumas constituições sinodais visando corrigir o comportamento não só de clérigos responsáveis pelas almas dos cristãos, mas também dos leigos que frequentavam as paróquias e festas organizadas pela comunidade cristã. Em seu sínodo celebrado em 1477, o arcebispo de Braga denunciou algumas práticas pecaminosas que eram realizadas pelos leigos dentro das igrejas, como jogos, bailes, cantorias de canções inapropriadas para o

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: diovanimatheus7@gmail.com.

ambiente religioso e até mesmo refeições realizadas no interior das igrejas (GARCIA Y GARCIA, 1982: 96-97; 99-100). Julgando a igreja como um ambiente que deveria estar voltado exclusivamente à devoção, D. Luís Pires não apenas criticou as práticas pecaminosas realizadas pelos leigos no interior das paróquias, mas também denunciou a ausência desses fiéis nas missas e festividades religiosas promovidas pela comunidade paroquial (*ibidem*: 106-107). Ordenando os fregueses a irem às igrejas aos domingos e a participarem das festas, o bispo da diocese de Braga esperava que esses fiéis deixassem de lado os seus afazeres ligados ao trabalho para terem um pequeno momento de aconselhamento e purificação espiritual na semana.

Indo numa linha semelhante à de D. Luís Pires, D. Diogo de Sousa, que fora arcebispo no Porto e em Braga, também publicou uma série de documentos pastorais visando corrigir a conduta dos leigos que habitavam nas prelazias em que aquele administrava. Preocupado com o aumento da malícia humana em detrimento da devoção ao longo dos anos (*ibidem*: 140), D. Diogo de Sousa, assim como havia feito D. Luís Pires no sínodo de 1477, escreveu constituições sinodais – no Porto, no ano de 1496, e em Braga, no ano de 1505 – criticando a má conduta dos leigos no interior das igrejas, que desrespeitavam a santidade do lugar religioso durante ocorrência de missas e vigílias. Considerando a igreja como um ambiente sacro e propício ao desenvolvimento de virtudes, D. Diogo de Sousa também ordenava aos leigos para que comparecessem às missas de domingo e às festas celebradas pela comunidade cristã da prelazia, chegando ao ponto de listar as festas que todos os cristãos deveriam guardar e jejuar (*ibidem*: 179-182). Dessa forma, ao solicitar aos leigos para que participassem das celebrações e missas das paróquias, D. Diogo de Sousa, assim como Luís Pires, esperava que esses indivíduos pudessem se desprender das tarefas do cotidiano atreladas ao mundo material para se voltarem aos assuntos relacionados à correção de suas condutas e à salvação de suas almas.

A atitude desses bispos de criticar os comportamentos pecaminosos reproduzidos pelos leigos expõe algumas situações comuns enfrentadas pelas dioceses do norte de Portugal em relação a política pastoral vigente. Administrando prelazias que, historicamente, tiveram uma enorme

tradição na produção de constituições sinodais (MARQUES, 2014: 98), os bispos do Porto e de Braga buscavam reformar a conduta dos cristãos de seus bispados, tendo em vista que os prelados desse período se assumiam como responsáveis diretos pela salvação espiritual dos fiéis (TEODORO, 2019: 8-9). Ao denunciar condutas inapropriadas que deveriam ser abandonadas pelos leigos, os bispos do norte de Portugal esperavam que, ao serem repassadas essas informações aos leigos nas missas, esses fiéis tomassem conhecimento das práticas pecaminosas que estavam presentes no cotidiano e, a partir disso, pudessem corrigir suas condutas, buscando não mais praticar esses pecados. Outra coisa a pontuar é que, apesar das diferenças de ordem geográfica e temporal que envolvem a produção e difusão dessas constituições sinodais, as críticas tecidas aos leigos em relação ao seu comportamento no interior das igrejas eram as mesmas, o que indica a existência de um certo padrão em relação a conduta das pessoas que moravam no norte de Portugal (*ibidem*: 9-10) e que essas práticas, vistas como condenáveis, persistiam apesar do empenho desses prelados em erradicá-las (PEREIRA, 1978: 68).

Visando combater essas condutas desonestas praticadas pelos leigos no cotidiano, os prelados portugueses aqui citados advogaram pelo ensino de alguns valores por parte dos clérigos paroquiais aos leigos, devendo aqueles ensinar os saberes mais basilares da fé cristã para que os fiéis soubessem julgar melhor as suas ações cotidianas e, assim, mudarem suas condutas. Neste sentido, D. Luís Pires, no sínodo que celebrara em Braga em 1477, recomendava aos clérigos que ensinassem aos leigos algumas rezas, como o *Pater noster*, a *Ave Maria* e o *Credo in Deum*, os artigos da fé, os preceitos da lei, as obras da misericórdia e quais eram os sete pecados mortais. Em relação as rezas e orações, que deveriam ser ensinadas aos fiéis nas missas de domingo, este prelado acrescenta declarando que “o *Pater noster* e *Ave Maria* e o *Credo in Deum*” deveriam ser aprendidos em latim e depois em vernáculo, deixando que “os preceitos da lei e os artigos da fé e obras de misericórdia e os pecados mortais” fossem memorizados apenas em português (GARCIA Y GARCIA, 1982: 109). Exigindo um comprometimento dos clérigos com a formação dos fiéis para que estes pudessem conduzir suas vidas de forma mais consciente e devota, o

bispo de Braga ainda recomendava a prática, por parte dos leigos, dos sacramentos e de outros artigos de fé, que poderiam estimular no fiel uma maior reflexão sobre sua conduta e no desenvolvimento de algumas virtudes que o possibilitaria alcançar a salvação (*ibidem*: 109).

D. Diogo de Sousa, nos sínodos celebrados no Porto (1496) e em Braga (1505), também apoiava a ideia do ensino dos saberes essenciais da fé cristã por parte dos clérigos paroquiais aos leigos. Envolvido pelas tradições humanistas que rodeavam a Europa durante esses anos finais da Idade Média (SOARES, 2011: 528-529), D. Diogo de Sousa via na educação moral e religiosa uma chave importante para corrigir a conduta de homens e mulheres comuns que habitavam em seu bispado. Estando ciente da ignorância que os leigos tinham sobre os saberes mais básicos da fé cristã, D. Diogo de Sousa advogou, através da constituição 28 do sínodo celebrado em Braga, por um ensino desses saberes aos leigos, cabendo aos clérigos paroquiais esta tarefa pedagógica. Assim, esse bispo declara:

(...) mandamos que daqui em diante todos os abades, reitores e capelães das igrejas do dito nosso arcebispado, do dia de Natal até o dia de Páscoa, todos os domingos que obrigados forem celebrar e dizerem as missas, a oferta delas, ensinem seus fregueses em modo que, o bem possam aprender por linguagem, os preceitos e mandamentos e pecados mortais, declarando-lhe suas circunstâncias; e do dia de Páscoa até Santa Maria de Agosto, ensinem o *Pater noster* e *Ave Maria* e os artigos da fé e obras de misericórdia corporais e espirituais; e de Santa Maria de Agosto até o Natal, lhes ensinem e declarem os sacramentos da Igreja e os cinco sentidos e virtudes teologais e cardeais (GARCIA Y GARCIA, 1982: 162).

Essa constituição presente no sínodo de Braga revela uma maior preocupação de D. Diogo de Sousa em relação ao ensino da fé cristã, uma vez que chega a estabelecer os conteúdos que deveriam ser aprendidos pelos leigos de acordo com o calendário vigente no período (TEODORO, 2019: 19). Entretanto, embora essa constituição revele

lições mais ordenadas sobre o que deveria ser ensinado aos leigos de acordo com o calendário litúrgico, D. Diogo de Sousa e D. Luís Pires partilhavam objetivos semelhantes e lançaram mão de políticas complementares para promover a aprendizagem dos rudimentos da fé em solo bracarense.

Ainda tratando sobre a ação pastoral do bispo Diogo de Sousa em prol da correção e salvação dos leigos, cabe ainda abordar um outro importante documento produzido por esse prelado visando consolidar saberes e costumes devotos sobre os homens e mulheres do seu tempo. Em anexo ao Sínodo celebrado no Porto no ano de 1496, D. Diogo de Sousa mandou produzir um guia espiritual, intitulado *Sumário Breve*, que tratava de forma mais completa sobre a formação moral e espiritual dos leigos. Devendo estar presente em todas as igrejas do arcebispado para consulta (DE SOUSA, 2019: 312-313), esse guia espiritual se destinava aos clérigos para que estes soubessem como proceder em relação ao ensino da fé cristã aos leigos, sendo bastante pedagógico ao detalhar as formas de se pecar, os mandamentos a serem seguidos, os sacramentos que todo cristão deve participar, as orações e rezas necessárias e as obras de misericórdia que os cristãos devem praticar (*ibidem*: 310).

Inserido num contexto de busca por uma maior devoção dos leigos no cotidiano, o *Sumário Breve* expõe algumas das ideias dos prelados do período em relação a formação moral dos cristãos. Listando uma variedade de práticas essenciais à vida do cristão, os bispos esperavam que a celebração de alguns sacramentos, como a confissão auricular, a eucaristia e a extrema-unção, pudesse estimular leigos a se familiarizarem melhor com os rudimentos da fé e aprenderem a avaliar suas condutas cotidianas (TEODORO, 2019: 32-33). Além disso, esses prelados recomendavam aos leigos a prática de alguns exercícios devocionais, como obras de misericórdia, na expectativa de que essas práticas sensibilizassem suas almas e lhes preparassem para uma vida virtuosa. Tais foram as pretensões de D. Diogo de Sousa ao dedicar um título no *Sumário Breve* sobre a prática de obras de misericórdia por parte dos leigos:

(...) E, para que estas duas maneiras de pecar [por comissão e por omissão] os homens afastem de si, cumpre que se acostumem a obrar virtuosamente, porque dos autos e das obras virtuosas contínuas se geram e fazem os hábitos e costumes virtuosos, e o mesmo vale para o contrário. Portanto, há aí algumas obras que se chamam de misericórdia, nas quais os homens devem desprender parte do que Deus lhes deu, tanto os bens do corpo, engenho e ciência, quanto dos bens exteriores de sua fazenda (DE SOUSA, 2019: 333-334).

Partindo para uma conclusão, a exposição desses documentos pastorais produzidos pelos bispos D. Luís Pires e D. Diogo de Sousa evidencia o compromisso desses prelados em tentar reformar a conduta dos cristãos de suas prelazias, sobretudo dos leigos, visando salvar suas almas. Através da crítica sobre a reprodução de comportamentos vistos como condenáveis e da divulgação de textos de caráter prescritivo aos demais clérigos para que soubessem guiar homens e mulheres, esses bispos do norte de Portugal esperavam que os leigos pudessem substituir, de forma progressiva, as práticas pecaminosas que estavam naturalizadas no cotidiano por um modo de vida mais devoto. Em outras palavras, esses prelados esperavam que a aprendizagem de alguns saberes essenciais e a prática de exercícios espirituais por parte dos leigos proporcionasse uma efetiva naturalização de valores devotos, o que possibilitaria uma conduta cotidiana mais santa entre os paroquiais e uma maior preparação desses fiéis ao fim dos tempos (DELUMEAU, 1989: 61). Por fim, é válido mencionar que a análise desses documentos expõe ao leitor os costumes praticados pelas pessoas comuns desse período, permitindo uma maior compreensão das regras sociais que regiam a vida de homens e mulheres e dos valores cultivados pela cristandade durante os anos finais do século XV e o início do XVI.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Adriano de Freitas. **Antes de Lutero**: A igreja e as reformas religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites. Porto: Edições Afrontamento, 2016.
- DE SOUSA, Diogo. Sumário Breve. *In*: TEODORO, Leandro Alves (ed.). **Guias dos Costumes Cristãos**: Os Primeiros Opúsculos Pastorais em Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, pp. 309-339.
- DELUMEAU, Jean. A Reforma: Por quê?. *In*: DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989, pp. 59-83.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade. *In*: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). **História Religiosa de Portugal**, v. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 15-47.
- GARCIA Y GARCIA, Antonio (Dir.). **Synodicon Hispanum**: Vol. 2, Portugal. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1982.
- MARQUES, José. A pregação em Portugal na Idade Média: alguns aspectos. **Via spiritus**, n. 9, pp. 317-347, 2002.
- MARQUES, Maria Alegria. O saber e os saberes na legislação sinodal portuguesa da Idade Média. **História Revista**, v. 18, n. 1, 2014, pp. 91-120.
- PAIVA, José Pedro. Sínodos Diocesanos. I. Época Medieval e Moderna. *In*: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, IV, 2000, pp. 240-247.
- PAIVA, José Pedro (coord. científica). Doutrina, modelos, aprendizagens e comportamentos. *In*: PAIVA, José Pedro. **História da Diocese de Viseu**. Viseu; Coimbra: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, v. 2, pp. 547-561.

- PEREIRA, Isaías da Rosa. A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses. **Lusitania Sacra**, n. 10, pp. 37-74, 1978.
- RÁBANOS, José María Soto. Visión y tratamiento del pecado en los manuales de confesión de la baja edad media hispana. **Hispania Sacra**, v. LVIII, n. 118, pp. 411-447, 2006.
- ROSA, Maria de Lourdes. Sociabilidades e Espiritualidades na Idade Média: A historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais. **Lusitania sacra**, vol. 2, série 21, pp. 75-124, 2009.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro. O arcebispo de Braga D. Diogo de Souza “Príncipe umanizzato” do renascimento e o seu projecto educativo moderno. **Humanitas**, n. 63, pp. 527-561, 2011.
- TEODORO, Leandro Alves (ed.). **Guias dos Costumes Cristãos: Os Primeiros Opúsculos Pastorais em Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.
- TEODORO, Leandro Alves (ed.). Introdução. *In*: DE SOUSA, Diogo. **Constituições de Braga de D. Diogo de Sousa: Edição, estudo e notas. Nouvelle édition [en ligne]**. Paris: e-Spania Books, pp. 5-24, 2019.

A REPÚBLICA EM MEIO A MIRAGEM DO COLONIAL: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARIANA - MG NOS ANOS DE 1889 A 1930.¹

Flávia Fidellis²

Carla Nunes³

RESUMO: Por meio das Atas da Câmara Municipal de Mariana de 1889 a 1930 verifica-se como os agentes políticos e privados discutiram a instalação da Estação Ferroviária e da iluminação elétrica em vias públicas. Tais novidades acompanhavam o desejo de atualização urbana no contexto da Primeira República, em que os sujeitos vislumbravam os equipamentos instalados nas capitais e se empenharam em ressignificar a feição da cidade, dando-lhe uma visão de urbes republicana para além de seu lócus colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Mariana. Primeira República. Urbanização.

No princípio da Primeira República, a cidade de Mariana, fixada no coração da tradição colonial, viu-se abalada com os recentes signos e as inovações trazidas pela modernidade tardia que adentrava o recém-inaugurado regime político. Os diversos grupos civis e legislativos passaram a aspirar às novidades, sem se desfazerem de suas relações clientelistas cultivadas em séculos anteriores. Os antigos vínculos interpessoais não se diluíram na medida que o município incorporava a atmosfera que despontaram nos principais centros urbanos e que modificaram a percepção do tempo e das relações sociais.

¹ Esse escrito é parte de uma iniciação científica em andamento, que conta com o amparo financeiro do Programa de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto.

² Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: fidellisflavia@gmail.com

³ Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: carlaaparecidanunes@gmail.com

A malha urbana marianense no final do século XIX restringe-se ao *locus* colonial consolidado ao longo do século XVIII. Por outro lado, na entrada do século XX o corpo de agentes legislativos em compasso com o capital privado tratou de ressignificar os espaços em desuso e de discutir a implementação de alguns equipamentos públicos na área setecentista. Permitindo que os moradores mais abastados pudessem distinguir-se entre a vasta camada de populares que não tinham acesso a tais bens. O prestígio cultivado no ambiente secular foi somado às novidades de infraestrutura, mesmo que amiúde.

Os principais espaços de interesse dos agentes legislativos e particulares foram regiões até então ociosas. Estas áreas se apresentavam como um quadro livre para a intervenção desses grupos, permitindo que o município viesse a adquirir uma nova face urbana, partilhando de códigos mais requintados e arrojados. Os espaços disponíveis se encontravam na margem direita do ribeirão do Carmo, o qual cortava a cidade em duas visões, sendo a colonial ocupada secularmente e a que, posteriormente, veio a ser objeto das preocupações dos agentes modernizadores.

Para isso, as frentes político-econômicas manifestaram suas propostas durante as reuniões camarárias. Esse cotidiano legislativo pode ser acessado por meio da série de Atas⁴ que abrangem todo o recorte de 1889 até 1930 e estão conservadas no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. A partir da consulta a esta fonte primária é possível observar a agenda política local, na qual é expresso os desejos de diferentes alas, os pedidos populares e as demandas sociais.

Diante de uma fonte tão ampla, diversas questões são levantadas, bem como, quais equipamentos foram almejados? Quais foram implementados e quais ficaram apenas no imaginário? Como foi traduzido na malha urbana as ideias de um tempo moderno? E como tais apreciações apareceram no discurso político? Com essas indagações foi traçado os objetivos deste esforço, com a intenção de investigar quais os principais projetos urbanos, no âmbito simbólico e material que refletiram na construção de uma

⁴ No ínterim não havia a figura do prefeito, as principais decisões deliberativas eram tomadas durante os debates, em que a figura máxima de poder era o Agente Executivo, essa figura era eleita por seus pares em uma sessão ordinária, sendo ele um dos vereadores da sala.

moderna região central. O programa para ocupação do novo conjunto urbanístico permitiu que dois empreendimentos viessem a ocupar a face republicana de Mariana. Diante da apuração nas fontes nota-se os significativos esforços para a implantação da ferrovia e a instalação de luz elétrica, as quais foram pautas debatidas nas reuniões camarárias, desde os últimos anos do século XIX.

Os anseios dos interessados em atualizar a feição do município partiam das inspirações dos equipamentos públicos aos moldes de outros centros urbanos, como na capital do Estado de Minas Gerais, a recém-inaugurada Belo Horizonte. Em meio a *Belle Époque* e ao processo de incipiente industrialização, as elites locais ansiavam por novos bens de consumo, enquanto as camadas populares almejavam as oportunidades de emprego possibilitadas pela implantação de novos empreendimentos. Como a historiadora Manuela Areia Costa aponta no contexto nacional:

Nos primeiros anos do período republicano também culminou a *Belle Époque* brasileira. Nesta fase, houve no país a introdução de novos padrões de consumo. As invenções técnicas e os novos materiais introduziram mudanças nos hábitos das populações. Há de se considerar o desenvolvimento de um novo comportamento urbano, que ganhou certo grau de sofisticação nos hábitos de consumo, especialmente nos finais do século XIX. O comércio local tratou de se abastecer com as mais diversas mercadorias importadas da Europa (...) (COSTA, 2012: 3).

Os dirigentes marianenses não tardaram em apresentar propostas que sintetizassem os novos tempos. Já em 1892⁵, através do engenheiro João Baptista Bambi, com intermédio do vereador Tito de Souza Novaes, apresentou um projeto para a construção da linha ferroviária que ligaria o município com a recém-inaugurada capital do Estado. “Juntamente com a construção de um fórum, um teatro, um jardim, um mercado, calçamento

⁵ Trecho da Ata, cujo as indicações no acervo é códice CMM*329. As transcrições que seguem possuem a grafia atualizada para melhor compreensão.

das principais ruas de paralelepípedos (...)”⁶. Alinhando a cidade aos padrões de vida moderna, os quais permeavam o imaginário local. No primeiro momento, apesar de oneroso, o empreendimento foi aprovado. Contudo, futuramente na revisão da prestação de contas do ano de 1893, presente na ata do dia 31 de janeiro 1895 da assembleia municipal, expõe que deveria ser “eliminada a verba do artigo 4º por não ter tido execução do contrato celebrado com João Baptista Bambi”⁷.

Os empreendimentos mencionados não foram concretizados e o único que veio se materializar ocupou uma edificação tradicional, tal como no caso do teatro, que foi símbolo das novas sociabilidades burguesas que expressavam seus novos viveres e hábitos de consumo. O lazer das classes mais abastadas tornara-se mais sofisticado em sintonia com os exemplos de cidades que cultivavam o afã modernizador. Até mesmo, para a instalação desta tecnologia era de bom tom dos grupos republicanos fazerem uso de um espaço secular que resguardava o prestígio de outrora.

A iluminação foi sendo atualizada paulatinamente no município, nos primeiros anos da república as propostas iniciais eram de iluminação elétrica e posteriormente de gás acetileno. Essa demanda era reivindicada pela população para o melhoramento da circulação e a segurança local. Mas, devido aos altos custos representados pelo serviço, os moradores menos abastados solicitaram a manutenção da iluminação por meio de lâmpões a querosene. Além do aspecto de conjugação entre práticas tradicionais e modernas, a petição popular visava atender às demandas socioeconômicas daqueles que não compartilhavam as mesmas condições dos sujeitos interessados na instalação de equipamentos mais sofisticados. Para tanto, foi determinado que a Agência Executiva elevaria para “oitenta o número de lâmpões, colocando-os nos lugares mais necessários que deles carecem, correndo a despesa pela respectiva verba”⁸.

Na esteira dos debates para a implementação da iluminação pública, destacam-se alguns dos projetos que foram apresentados nos primeiros anos da república, tal como as duas propostas de iluminação elétrica,

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

em 1895, com o vereador Sr. Augusto Freire e o ex-vereador Tito de Souza Novaes. Adiante, em 1901, o Sr. Tolomei Beneditto, de iluminação a gás, que obteve o seguinte parecer:

Pela Comissão de Obras Públicas foi apresentado parecer opinando pela rejeição da proposta dos Snr. Tolomei Benedetti, industriais estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro com casa de máquinas e aparelhos para Gás Acetileno, propondo fornecer a iluminação pública desta cidade pelo mesmo sistema, cuja proposta é muito onerosa e não chega para tanto às rendas da Câmara, e o Presidente da Câmara e Agente Executivo já tem outra mais vantajosa⁹.

Esse trecho demonstra diversos aspectos que rondavam a percepção do legislativo marianense, seja pela proposta vinda de uma empresa de outra localidade, apontando que as empresas da Capital Federal monopolizavam a prestação destes serviços. Outro detalhe importante, é que o Rio de Janeiro, aparece como cidade vislumbrada pelas elites interioranas, bem como é destacada na exposição do Sr. Tolomei que a menciona como objeto de comparação para a realidade marianense. Todavia, nesse momento, a rejeição da proposta se dá por dois motivos centrais: pela falta de erário público e a pela existência de outra oferta ao Agente Executivo, a qual estaria muito bem reservada a determinados vínculos do legislativo com representantes privados.

Apesar dos esforços mobilizados nos debates camarários, a iluminação elétrica só foi implementada em 1918, pelo convênio com a *Companhia Ouro Preto Gold Mines of Brazil*. A instalação deste recurso se deve aos restritos vínculos interpessoais travados entre servidores públicos e agentes privados. O programa oferecido pela empresa inglesa foi aceito com base em inúmeros acertos para além das salas Câmara Municipal, implicando que demais propostas fossem rejeitadas. Fica evidente que as práticas de beneficiamento político tão caras ao ambiente colonial, ainda se faziam presentes no ambiente republicano. Se por um lado, a população se

⁹ 134 CMM*

beneficiou com a iluminação das vias públicas, por outro, estava alheia aos arranjos internos para a instalação de tal novidade e, em todos os efeitos, os custos dos relacionamentos sigilosos entre camaristas e representantes da empresa recaíam sobre os civis (SOUZA, 2009: 33 - 374).

A modernização urbanística para além das vias públicas, se expandiu ao setor privado, no qual o conjunto residencial foi objeto de preocupação de harmonização arquitetônica. A atenção à unificação estilística das novas edificações que refletissem os ares modernos era pauta das discussões legislativas, essa preocupação ficou evidente na apreciação do vereador Braga Breyne, em 1889, endossado pelo Agente Executivo Florêncio Augusto da Silva, em que aponta a necessidade da contratação de uma empresa para a construção de edifícios privados na nova face de Mariana:

Lúdico que figura desde já suspenso quaisquer concepções de aforamentos¹⁰, visto que, sendo o fim da empresa organizar construções uniformes, tipo moderno as construções particulares, sendo feitas por pessoas que não disponham de recursos não poderão acompanhar o plano da empresa, e desta maneira não haverá uniformidade no embelezamento. Indico que a Câmara auxilie o quanto possa a referida empresa para os engrandecimentos desta Cidade.

Esse trecho se refere à recente porção que foi aberta em Mariana, deslocando-se do espaço setecentista, possibilitando, não apenas a construção de outras tipologias arquitetônicas, no caso ecléticas e suas vertentes, mas também a edificação de uma face republicana da cidade. De acordo com o Breyne, a padronização das tipologias modernas engrandeceria a cidade e manteria a secular preocupação das autoridades com a harmonização do conjunto urbanístico. O que reforçaria a imagem dos grupos republicanos que estavam à frente do poder camarário, os quais eram os

¹⁰ O termo refere-se ao instrumento jurídico de acesso e uso das terras urbanas, que foi profundamente comum no Brasil até o início do século XX. Nesse arranjo, os terrenos do município ficam dispostos para um cidadão ou empresa mediante ao pagamento de taxas. Esses espaços seguem como propriedade do poder local e o “foreiro” tem direito de uso, edificação e de passar para um terceiro.

principais interessados em distanciar a imagem da cidade dos elementos tradicionais. Detalhe importante, é que as possibilidades de adesão às novas formas estilísticas estariam restritas aos mais abastados, excluindo explicitamente a população desassistida que preservava práticas construtivas seculares. Quanto ao projeto exposto, acabou sendo inviabilizado pelas condições econômicas que a república enfrentava.

Dessas variadas propostas de melhoramento urbano, pode-se acessar a concretização da maior obsessão dos políticos de Mariana: a inauguração do ramal ferroviário e de seu terminal. Empreendimento que ocuparia a recente porção agregada ao espaço urbano e permitia materializar os anseios urbanísticos para a atual área. Esse projeto apareceu no debate legislativo por inúmeras vezes desde os fins dos oitocentos, assinalando as oportunidades que seriam abertas ao município, especialmente, a promessa de crescimento econômico. No entanto, só foi concretizada em 1914, em parceria com a autarquia Estrada de Ferro Central do Brasil, resultado de um esforço que mobilizou diversas esferas do poder republicano. Por conta dos impasses econômicos e das dissonâncias das alas políticas a instalação deste equipamento teve sua inauguração tardia no interior de Minas Gerais (BAPTISTA, 2010: 04).

A conclusão da Estação Ferroviária proporcionou o favorecimento da companhia de minas e energia inglesa que estava sediada no distrito de Passagem de Mariana. Sendo a instituição a mais privilegiada com esse empreendimento, possibilitando inaugurar a instalação da iluminação elétrica em compasso com a abertura do ramal férreo e, assim, anunciando à população que a cidade imaginada ganhava seus primeiros traços de modernidade. Era de interesse do setor público fomentar novos usos e ocupações do solo na região, permitindo que residências e comércios ali se instalassem, com isso a empresa pode lucrar com a especulação da área.

O prédio que abrigaria o Terminal Ferroviário apenas foi entregue em 1921 em tipologia eclética, demonstrando o alinhamento das elites locais com tendências arquitetônicas internacionais. O caráter moderno deste edifício público representou a legitimação simbólica e política das alas republicanas no município, em suas tentativas de se dissociar dos vínculos imperiais.

A fotografia abaixo permite ilustrar as visões da cidade republicana que se esforçaram em forjar.

Imagem 1 – Praça Antônio Olinto, 1939 - IPHAN



A Estação Ferroviária era o cartão postal da *urbes* republicana, estampando o progresso conforme era possível sua aplicação em Mariana que, embora, se inspirasse em outros centros urbanos, tinham consciência de sua localização nas entranhas da Serra do Espinhaço. É possível observar a larga avenida aberta para os padrões da época e ainda sem pavimentação apresentando o aspecto pacato do novo centro da cidade, em contraste com as luxuosas ruas de pedras da área patrimonializada. Nota-se que ao instalar tais infraestruturas havia a preocupação com a ampliação da cidade sem romper com a caracterização secular.

A avenida ocupa o primeiro plano da imagem, em que é possível verificar um veículo automotor solitário. Indicando que nesta região em compasso com a modernidade estaria a segregação do tecido social que ali ocuparia e depositaria seus interesses, pois seriam poucos aqueles que teriam acesso a tais novidades. O contraste fica mais evidente ao lançar o olhar a margem direita junto ao prédio da ferroviária, onde estão alguns cavalos que serviam tanto como transporte, quanto como força motriz do

período, indicando que a modernidade não havia transformado o cerne da sociedade marianense, a qual ainda era arraigada aos recursos convencionais. Embora modernidade e tradição tenham elementos dissonantes, não se conflitam diretamente, mas articularam-se no imaginário e na experiência social republicana (COSTA, 2012: 12 -13).

A esquerda da imagem nota-se o prédio da Fiação e Tecelagem São José, construído em 1934, após o recorte da pesquisa. Apontando que apenas a Estação Ferroviária não foi um empreendimento suficiente para dinamizar a economia local, demandando um negócio mais pontual, como veio a ser a fábrica de tecidos, instalada no governo de Getúlio Vargas (FONSECA, 1995:148).

Esse esforço inicial permitiu adentrar parte da constituição da *urbes* marianense no século XX. As visões sobre as cidades brasileiras na Primeira República, não se apoiam apenas nas notáveis reformas urbanas, como no caso da Capital nacional. No interior mineiro, a modernização penetrou o território de maneira paulatina, se conjugando com a tradição ali estampada. A visão bucólica cortejava o simbolismo e o encantamento dos novos edifícios. A atualização da infraestrutura pública foi um debate fervoroso no interior da Câmara Municipal em compasso com operadores privados interessados em investir em determinados equipamentos.

As fontes documentais permitem averiguar quais eram as pautas e as inspirações das elites locais. Embora as diferentes alas político-econômicas estivessem em desarmonia, partilhavam das permanências do novo regime, que preservou a tônica dos beneficiamentos interpessoais. Era de interesse dos principais envolvidos manter a divisão no tecido urbano, tendo em vista que as feridas de uma sociedade segmentada ainda estavam em aberto.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, F. A. **O mito da modernização pelos trilhos: a “era ferroviária” em Minas Gerais, 1850-1940.** Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2010.
- CARVALHO, J. M. **A formação das almas: imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, M. A. **Mariana no limiar da República: Entre o “tradicional” e o “moderno”.** Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 2, n.7, 2012.
- CHAVES, C. M. das G.; PIRES, M. do C. Magalhães, S. M. de. (Orgs.). **Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal.** Editora UFOP, 2012.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. **Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural.** Belo Horizonte: UFMG, 1995.
- NEVES, M. S. **Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX.** In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ROMERO, J. L. **As cidades burguesas.** In: **As cidades e as idéias.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- SCHWARTZ, L. M. (.). **“População e sociedade”.** In: “A abertura para o mundo: 1889-1930”. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SOUZA, Rafael de Freitas e. **Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A Mina da Passagem de Mariana.** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ENUNCIADOS, LACUNAS E SILENCIAMENTOS: DISPUTAS SOBRE EXPERIÊNCIAS DE ESQUERDA EM MATERIAIS DIDÁTICOS

Gabriele Toon de Araújo¹

RESUMO: O projeto de pesquisa apresentado à comunicação tem como objetivo analisar como são construídos e operados discursos e linguagens políticas sobre experiências históricas entendidas ideologicamente como à esquerda em materiais didáticos utilizados para a disciplina de História no ensino básico. A pesquisa insere-se num campo de estudo que entende esses materiais como fonte histórica e, portanto, produção de seu tempo e que integram um campo de disputa política por narrativas e memória históricas.

PALAVRAS-CHAVE: Material didático. Linguagem política. Representações da esquerda.

INTRODUÇÃO

[...] O historiador argumenta e reelabora os sistemas de relação do passado por representação da comunidade social que estuda, e ao mesmo tempo por seu próprio sistema de valores e normas. **O objeto da história é, sem dúvida nenhuma, a consciência de uma época e de um meio**, assim como é necessariamente construção plausível e verossímil de continuidades e de descon continuidades do passado, a partir de exigências científicas (FARGE: 2009: 93).

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof.^a Dr.^a Raquel Gryszczenko Alves Gomes (IFCH/Unicamp) e apoio do PIBIC/CNPq. E-mail: gabriele.toon@gmail.com.

O trecho citado pertence à obra *O Sabor do Arquivo*, da historiadora francesa Arlette Farge, em que a autora discute ao longo dos capítulos os passos das pesquisas em acervos - como arquivos e centros de memórias -, bem como trabalhos com fontes manuscritas policiais e judiciais. Para além disso, a autora conduz uma reflexão sobre a profissão do historiador e como é necessário que este tenha uma postura crítica quando entra em contato não só com as fontes arquivísticas, mas com todos os tipos de fonte. O excerto acima ilustra por que essa postura se faz necessária, isto é, se o objeto de estudo da história é a consciência do contexto em que uma fonte se insere, esta deve ser questionada - como aponta Marc Bloch, em *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador* - de modo a compreender o que o interlocutor que a produziu nos deixa entender, sem necessariamente ter tido a intenção de dizê-lo.

Para além das fontes policiais e judiciais como Farge traz em destaque em seus textos, as pesquisas históricas têm produzido, há décadas, análises utilizando-se de tipos diversos de fontes. É caro a este projeto, por exemplo, o trabalho da historiadora Circe Bittencourt que, em sua tese de doutoramento, intitulada *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*, apresenta seis eixos de análise: a articulação do livro didático para a construção do saber escolar, o papel do Estado e das editoras para a circulação desses materiais, a história nos currículos escolares ao longo do tempo, a história do Brasil nesses livros, a relação dos professores com esse material e o uso desses materiais na sala de aula. Neste sentido, o trabalho da autora caminhou em direção a construir uma trajetória de articulação dos materiais que ela analisou como instrumentos pedagógicos multifacetados, que tem historicidade e que são fruto de um território narrativo em disputa não só no mercado editorial, mas também no campo político ideológico.

É nessa direção, portanto, que esse projeto de pesquisa se desenha. As fontes sobre as quais a pesquisa se deterá são livros didáticos² utilizados

² Os manuais didáticos selecionados envolvem as edições para 8º e 9º anos do ensino fundamental das editoras Moderna, FTD e Quinteto. As coleções são respectivamente intituladas “Araribá mais: história”, “História, sociedade e Cidadania” e “Vontade de Saber: História”.

em escolas públicas do estado de São Paulo para a disciplina de História nos anos finais do ensino fundamental, como previsto pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) 2020.³ À luz de trabalhos basilares - como os próprios trabalhos de Bittencourt, bem como dos também historiadores Arnaldo Pinto Junior e Luiz Carlos Villalta -⁴ o objetivo deste projeto constitui entender como são construídas as concepções de esquerda nos materiais didáticos analisados, isto é, que tipo de linguagem política é mobilizada para se referir às experiências à esquerda selecionadas, qual o embasamento teórico sobre o qual essa linguagem se apoia, bem como quem se beneficia com a construção desses ideais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, faz-se necessário, em um primeiro momento, demarcar algumas experiências históricas sobre as quais me deterei para observar as diferentes construções feitas. Essas experiências seriam: os contextos da Revolução Francesa e o surgimento do termo “esquerda”, do surgimento de novas teorias políticas do século XIX, das revoluções liberais desse século, da Revolução Russa, do processo de Guerra Fria e seu fim. Além disso, é interessante que a análise opere também a partir da observação sobre como são mobilizados os termos revolução, movimento social, resistência, organização e contestação, socialismo utópico, socialismo científico, comunismo - vocabulários com frequência utilizados para referenciar as experiências de esquerda de maneira geral.

É importante, ainda, ressaltar dois pontos: os presentes recortes se vinculam a uma construção específica de esquerda fortemente atrelada à experiência soviética, no entanto, o conteúdo programático⁵ dos anos finais do ensino fundamental aborda também os movimentos sociais que ganham força ao longo dos anos 60 do século XX nos Estados Unidos, bem como chamam atenção para a organização da classe trabalhadora

³ Referência de materiais aprovados disponível em https://pnld.ncees.ufal.br/pnld_2020/codigo_colectoes. Acesso em 02 de maio de 2021.

⁴ Cujos trabalhos sobre usos do livro didático e ensino de história são caros a esse projeto e também aparecem como referência teórica para leitura.

⁵ Delimitado pela Base Nacional Curricular Comum para a disciplina de História nos anos finais do ensino fundamental.

relacionada ao processo de Revolução Industrial durante o século XVIII, e as pautas levantadas por esses movimentos são caras à concepção de esquerda que existe e se expande para além da experiência soviética, o que implica afirmar que essas concepções também serão levadas em consideração nessa pesquisa. Além disso, por mais que ambas as seleções - de termos e de experiências históricas - reflitam recortes específicos da história da esquerda, não há o intuito de sugerir que demais experiências à esquerda em outros territórios e períodos não possam ser lidas como parte dessa construção também. Mas que, para esse projeto, as experiências levadas em consideração aparecem nos materiais didáticos com maior destaque, e são mais comumente lidas como experiências à esquerda por excelência.

É caro também a esta pesquisa que ela seja pensada com base nos trabalhos do historiador britânico John Pocock, cujas produções notadamente se detêm a pensar linguagens políticas e história dos discursos políticos. No ensaio “O conceito de linguagem e o *Métier D’historien*” de *Linguagens do Ideário Político*, Pocock se atém à discussão sobre a prática do historiador e suas implicações, operando essa reflexão a partir dos conceitos de ato de fala (enunciação), linguagem e sua relação interna. Para o autor, “um dos contextos primários em que um ato de enunciação é efetuado é aquele oferecido pelo modo de discurso institucionalizado que o torna possível” (POCOCK, 2003: 64), isto é, para que algo possa ser dito é necessário que haja linguagem. Desta forma, o historiador do discurso precisa pensar as camadas da linguagem, como ela interage com a performance dos atos de fala e com o contexto da sociedade que a produz. São apontamentos teóricos relevantes para essa pesquisa à medida que a forma como se escolhe representar uma experiência histórica no material didático pode ser entendida como ato de enunciação e que, portanto, constrói uma linguagem cujas camadas e contextos precisam ser analisados.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) delimita para todos os níveis escolares no Brasil quais conteúdos precisam ser abordados em cada ano do processo educacional, a fim de conceder diretrizes para a produção de manuais didáticos que serão selecionados pelo PNLD e enviados para análise do corpo docente nas escolas públicas e privadas do país.

Quando a Base dispõe sobre os anos finais do ensino fundamental, por exemplo o 8º ano, ela apresenta a unidade temática “O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise”. Nesta, aponta-se o objeto de conhecimento “Revolução Industrial e seus impactos na produção e circulação de povos, produtos e culturas”, que demanda ao aluno mobilizar a capacidade de “análise dos impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas”.⁶

Esse recorte serve para ilustrar a potencialidade das fontes desta pesquisa. Três delas são: *História, sociedade & Cidadania, Araribá mais* e *Vontade de saber: história*, para oitavos anos do ensino fundamental. A interpretação dessas diretrizes aparece de maneiras diferentes nesses materiais didáticos. Comparar, analisar e historicizar suas abordagens possibilita reflexões sobre os caminhos da construção de narrativas. O material *História, sociedade e cidadania* apresenta:

[Indústria e mudanças socioeconômicas] A Revolução Industrial contribuiu para a consolidação do **capitalismo** - modo de produzir mercadorias que se baseia no trabalho assalariado e na busca do lucro. Formaram-se duas novas camadas sociais: a **burguesia** industrial (donos das matérias-primas, das fábricas e das máquinas) e o **operariado** (que trocava sua força de trabalho por um salário). Com o advento da fábrica, ocorreram uma divisão muito maior do trabalho e conseqüentemente, um aumento da produtividade, isto é, passou-se a produzir mais em menos tempo. E o trabalhador perdeu o conhecimento do processo de produção como um todo. (BOULOS JÚNIOR, 2018: 36)

Enquanto o *Araribá mais* apresenta:

[Uma Nova Sociedade] Além das mudanças no ritmo do trabalho e do cotidiano, na mentalidade e nos valores, uma das transformações mais importantes produzidas

⁶ Currículo completo disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/historia-no-ensino-fundamental-anos-finais-unidades-tematicas-objetos-de-conhecimento-e-habilidades>. Acesso em 09 de maio de 2021.

pela indústria foi a configuração de uma nova sociedade, com a consolidação de duas classes sociais antagônicas: **burguesia** - classe social formada pelos proprietários das fábricas, das máquinas, dos bancos, do comércio, das redes de transporte e das empresas agrícolas. O termo 'burguesia' tem origem em 'burgo', aglomerado urbano da Idade Média, cujos habitantes se dedicavam ao comércio e ao artesanato. A partir do século XVIII, a burguesia impôs cada vez mais seu domínio sobre a sociedade; **proletariado** - classe social composta do operariado, que vive do salário que recebe. Como não tem meios para sobreviver por conta própria, o proletariado vende sua força de trabalho para o patrão em troca de um salário. O salário, porém, paga apenas uma parte do tempo de trabalho do operário nas fábricas. O restante do tempo é apropriado pelo patrão. (EDITORA MODERNA, 2018: 24)

Ambos excertos acima são referentes a um mesmo assunto: o impacto da Revolução Industrial na sociedade e economia da Inglaterra do século XIX. A partir de sua leitura, é perceptível que existem grandes diferenças entre eles; o segundo excerto, por exemplo, além de mais extenso que o primeiro, aborda com maior profundidade a definição das categorias burguesia e proletariado e a condição em que cada um desses grupos sociais existiram nesse período. A seção inteira dispõe ainda sobre como essas classes experienciaram a vida cotidiana baseada na obra *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*,⁷ de Friedrich Engels. Já na seção à qual pertence o primeiro trecho citado, o autor não se estende sobre essas questões ao mesmo tempo que o trecho se constitui como a única porção do capítulo que menciona a existência de pessoas que operam o maquinário industrial, isto é, os trabalhadores.

O material *Vontade de aprender: História* adensa a narrativa nesse sentido, tratando sobre a realidade dentro das fábricas, a vida social tanto da burguesia, quanto desses trabalhadores, além das mudanças que as fábricas trazem para o cenário urbano da Inglaterra, entre outros aspectos.

⁷ ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Essas disparidades de abordagem tanto teóricas, como em extensão, e até na escolha de narrar ou não determinada experiência histórica refletem ideários políticos e utilizam-se de uma linguagem política para serem construídas - e é sobre as camadas de informação que essas fontes oferecem ou não, e as perguntas que elas inspiram sobre a representação de um recorte da esquerda no material didático brasileiro, que se aloca a potencialidade desses documentos para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

A partir da análise da seleção de materiais didáticos abordados na seção acima, esta pesquisa tem como objetivo principal estudar como experiências selecionadas entendidas como atreladas ao percurso histórico da esquerda são representadas nesses materiais. Para isso, também constituem-se como objetivos desta pesquisa:

a) Analisar a linguagem política mobilizada a partir dos termos “revolução”, “movimento social”, “resistência”, “organização” e “contestação”, “socialismo utópico”, “socialismo científico” e “comunismo” para a construção das experiências históricas selecionadas e mencionadas anteriormente;

b) Entender quais historiadores e demais intelectuais das ciências humanas informam ou inspiram a representação das experiências feita por cada autor;

c) Pensar como os discursos não compreendidos como experiências que compõem a história da esquerda - tais como as revoluções liberais do século XIX - são representados em oposição aos demais eventos que pretendendo estudar nesta pesquisa;

d) Compreender como a construção dessas experiências históricas da esquerda no material didático se insere num lugar de disputa de narrativas e de uma memória hegemônica sobre o campo de influência das teorias políticas na história ensinada no ensino fundamental.

É importante, ainda, que sejam salientados alguns pontos. Primeiramente, quais motivações permeiam a escolha para análise das experiências

históricas da Revolução Francesa, do surgimento de novas teorias políticas do século XIX, das revoluções liberais do mesmo século, da Revolução Russa, e do processo de Guerra Fria, seus desdobramentos e fim. O contexto revolucionário na França é o primeiro evento selecionado pois é nesse contexto que surge o termo “esquerda” como definidor de espectro político, e é esse o termo que engendra as discussões que se seguem na pesquisa. Com exceção às revoluções liberais do século XIX, as demais experiências são comumente associadas a ideias e movimentos de esquerda, bem como aparecem com destaque no currículo dos anos finais do ensino fundamental. Já as revoluções liberais em si assumem um lugar importante na análise, pois exemplificam a construção de uma ideia oposta no espectro político - o que é interessante para entender se esses projetos políticos são estruturados um como a negação do outro. Aqui, é de relevância apontar que existe a possibilidade de que a pesquisa se desenvolva de maneira a se prender à representação de uma única experiência histórica também.

Além disso, as fontes que integram o corpo dessa pesquisa foram selecionadas tendo em vista a pluralidade de narrativas que cada obra contempla, sendo que cada uma delas apresenta uma quantidade maior ou menor de narrativas - o que contribui para a complexificação dos discursos que esses autores e autoras constroem, e auxiliam no caminho de ilustrar que existe um campo de disputa pelos materiais didáticos de história. Esses discursos e as linguagem políticas operadas podem ser identificadas tanto na produção textual que aparece nos materiais como na seleção imagética, e na seleção de exercícios que compõem cada unidade temática - neste trabalho, que se atentará, por hora, à produção textual.

A pesquisa proposta aqui, desta forma, se insere numa tradição bem consolidada de debate científico dentro do campo da história que entende os materiais didáticos como fonte, e que enxergam importância ímpar nos estudos que historicizam essas produções e que se preocupam no campo acadêmico com o ensino de história. A potencialidade deste trabalho é passível de ser apontada não somente pelos objetivos debatidos ao longo do projeto, mas também pela solidez e relevância do campo de disputa em que se insere.

FONTES

ARARIBÁ MAIS: HISTÓRIA [8º ano]. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2018.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, sociedade & cidadania** [8º ano]. 4ª ed. São Paulo: FTD, 2018.

DIAS, Adriana M.; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco C. **Vontade de saber: história** [8º ano]. 1º ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

ARARIBÁ MAIS: HISTÓRIA [9º ano]. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2018.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, sociedade & cidadania** [9º ano]. 4ª ed. São Paulo: FTD, 2018.

DIAS, Adriana M.; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco C. **Vontade de saber: história** [9º ano]. 1ª ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso em 2 de Maio de 2021.

- BUENO, João B. G. ; GUIMARÃES, Maria de F; JUNIOR, Arnaldo P. Livros Didáticos De História: Entrecruzando leituras de imagens e orientações editoriais nas décadas de 1970 e 1980. **Tempo E Argumento**. Florianópolis , v. 4, n. 2, p. 24-45, 2012.
- FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FERREIRA, Neliane Maria. Paz e Amor na Era de Aquário: a Contracultura nos Estados Unidos. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. Uberlândia, n. 33, Edição Especial de 2005, p. 68-74.
- FITZPATRICK, Sheila. **A Revolução Russa**. São Paulo: Todavia, 2017.
- JUDT, Tony. “De quem é esta história? A Guerra Fria em retrospecto” In: **Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 409-427.
- KRANT, Frederick. **A Outra História. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- MORENO, Jean Carlos. Limites, escolhas e expectativas: horizontes metodológicos para análise dos livros didáticos de história. **Antíteses**. Londrina, v. 5, n. 10, p. 717-740, jul./dez. 2012.
- PEDRO, Alessandra. **A educação como ideal: a obra histórica e didática de Rocha Pombo, 1900-1933**. 2016. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- POCOCK, John Greville Agard; MICELI, Sergio (org.). **Linguagens do Ideário Político**. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.
- SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do Liberalismo**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP/Cambridge University Press, 1999.
- THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Volume II, A Maldição de Adão. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado:** poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Livro Didático da História no Brasil: perspectivas de abordagem. **Pós-História.** Assis, v. 9, p. 39-59, 2001.

AS ADMOESTAÇÕES AO MATRIMÔNIO MUÇULMANO E O MODELO IDEAL DE VIDA CONJUGAL NO OPÚSCULO *DE SECTA MACHOMETI*

Guilherme Barbosa dos Santos¹

RESUMO: Em meados do século XIII, o dominicano Ramón Martí elaborou o opúsculo *De Secta Machometi* para comprovar que Maomé e seus ensinamentos eram uma farsa. Nesta obra, o autor apresenta diversas críticas às práticas islâmicas, com destaque para os hábitos da vida conjugal muçulmana. O objetivo dessa comunicação é apresentar quais práticas conjugais eram alvos de repreensão e quais eram os ensinamentos ofertados para corrigi-las, de maneira a elucidar um modelo de vida matrimonial a ser seguido.

PALAVRAS-CHAVE: Ramón Martí. Matrimônio. Islamismo.

Na celebração do IV Concílio de Latrão, realizada em 1215, a Igreja Católica estabeleceu diretrizes que visavam a manutenção da dimensão catequética e a maior inserção da Igreja no cotidiano da sociedade. O intuito era colocar em prática um plano de reformulação da atividade pastoral, no qual a instrução doutrinária dos clérigos e a promoção de rudimentos da fé católica ocupassem um lugar central. Durante esse processo, as ordens mendicantes atuaram na linha de frente dos anseios da Igreja, mostrando-se eficientes e inovadoras organizações, capazes de difundir a catequização entre os leigos. Fundada no ano de 1216 por Domingos de Gusmão, a Ordem Dominicana trazia em suas premissas básicas a diligência pelo estudo e a dedicação à ação missionária. A Ordem de São Domingos foi responsável pela formação de notáveis pregadores e escritores de obras apoloéticas que foram fundamentais no trabalho missionário entre os infiéis e na contestação de suas crenças

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: g198246@dac.unicamp.br.

(VOSE, 2009: 21-59). Dentre eles, destaca-se o catalão Ramón Martí, responsável pela produção de obras que contestam o Islamismo e o Judaísmo. Ele é o autor do opúsculo *De Secta Machometi*, no qual é construída uma argumentação apologética contra o profeta Maomé, sua doutrina e as práticas islâmicas. Nessa obra, os hábitos da vida conjugal se constituem como o principal foco das advertências do autor, sendo corrigidos à luz dos preceitos da doutrina cristã (HERNANDO I DELGADO, 1983: 9-63). A comunicação em questão visa apresentar quais práticas muçulmanas eram alvos de repreensão e, em contrapartida, elencar quais eram os ensinamentos ofertados a respeito do matrimônio, de maneira a elucidar qual era o modelo ideal de vida conjugal prescrito na obra.

No capítulo intitulado “Imundícias de Maomé”, Ramón Martí inicia o texto afirmando que seu objetivo é apresentar dizeres e ações do profeta Maomé que comprovem que ele era, em suas palavras, “imundo e pecador” (HERNANDO I DELGADO, 1983: 35-43). Tendo como base trechos do Alcorão e de outros livros de referência do Islamismo, o autor condena Maomé por ter nutrido relações luxuriosas com suas esposas, visto que todos os dias ele se deitava com elas em busca de prazer. Outro motivo de reprovação se revela através de um depoimento de Aisha, a primeira esposa do profeta, no qual ela assume que costumava manter relações sexuais com seu marido mesmo quando se encontrava menstruada, recorrendo à um lenço que evitasse o contato dele com o seu sangue. Além disso, Maomé afirma ter recebido a permissão de seu deus para tomar como esposa qualquer mulher que desejasse se entregar a ele, sendo ela casada ou não.

A reprimenda de Ramón Martí à essas práticas é fruto do entendimento de que, num casamento de acordo com os preceitos cristãos, o coito deve ser realizado apenas para fins de procriação. Ao contrário disso, o falso profeta mantinha relações sexuais diárias para saciar seus desejos carnavais, o que se configura como um pecado da luxúria. Isso é comprovado, uma vez mais, pela revelação de que ele se deitava com Aisha mesmo quando ela estava menstruada. O sexo realizado conforme o depoimento é inadequado porque não visa a procriação, visto que a semente do homem não é lançada diretamente na mulher. O fato de

o falso profeta ter estipulado a si mesmo a permissão de tomar qualquer mulher como esposa corrobora com a sua distorção dos valores sagrados do matrimônio, atentando inclusive contra casamentos alheios. Suas ações são, portanto, visivelmente impuras e condenáveis.

Dando prosseguimento aos eventos da vida de Maomé, Ramón Martí relata um ocorrido entre o falso profeta, Aisha e uma concubina chamada Maria, a Copta. Tendo se reunido com Maria na casa de Aisha, Maomé foi surpreendido com a chegada de sua esposa, que muito se enfureceu em encontrar seu marido com outra mulher em sua residência. Como maneira de apaziguar os ânimos dela, o profeta fez um juramento de jamais voltar a se relacionar com a concubina. No entanto, o profeta quebrou sua promessa e reencontrou Maria em outra ocasião. Segundo o autor, é em decorrência desse acontecimento que Maomé instaurou aos sarracenos a expiação dos juramentos. Na lei islâmica, uma promessa pode ser rompida de acordo com uma expiação ou compensação equivalente. Tendo em vista a traição cometida ao juramento estabelecido com sua esposa, o dominicano aponta que a decisão de Maomé possibilitou que os homens cometessem perjúrio contra suas esposas, o que é claramente contrário aos preceitos estipulados por Deus. Ou seja, além de cometer o pecado do adultério, o falso profeta descumpriu com sua palavra e insistiu na infidelidade.

Depois de apresentar os acontecimentos da vida de Maomé que o definem como imundo e pecador, Ramón Martí se debruça sobre as leis deixadas pelo profeta aos sarracenos. Logo no início do capítulo “Leis de Maomé”, o autor define que um dos sinais de que comprova a veracidade de um profeta é se as leis transmitidas por ele são benignas e santificadas. O dominicano adianta que esse não é o caso das leis islâmicas, pois elas se caracterizam como imundas, nocivas e malignas (HERNANDO I DELGADO, 1983: 43-50). O primeiro ordenamento tratado se refere à quantidade de esposas e concubinas que um sarraceno pode ter. Segundo a interpretação de Ramón Martí acerca do Alcorão, o homem pode ter quatro esposas e quantas concubinas puder sustentar. Ele eminentemente aponta que essa lei é falsa e a iniquidade desta reside no fato de promover o adultério e a fornicação entre os homens. Indicando um exemplo bíblico

do livro do Gênesis, o autor afirma que a vontade de Deus é que cada homem possua uma única esposa, conforme é evidente na criação de Eva para Adão. De maneira irônica, ele argumenta que se Deus consentisse com a poligamia, teria criado diversas mulheres para Adão, tendo em conta que isso agilizaria a multiplicação do homem na terra. O exemplo de Adão e Eva é significativo para demonstrar que apenas um tipo de vínculo matrimonial foi permitido por Deus desde a Criação, sendo ele definido por uma relação monogâmica e única entre um homem e uma mulher. Qualquer união que fuja à regra se constitui como uma transgressão dos preceitos divinos e da lei natural.

A próxima prescrição revelada no capítulo tem relação com o repúdio das esposas. De acordo com Ramón Martí, o Alcorão institui que na hipótese de um marido repudiar sua esposa três vezes, ela deve se deitar com outro homem antes de voltar a se relacionar com seu esposo. Segundo o dominicano, essa prática é claramente contrária à lei de Deus, tendo em vista que dissemina o adultério e rompe o contrato sagrado estabelecido pelo matrimônio. Além disso, esse ordenamento é injusto porque não trata o homem e a mulher como iguais na relação conjugal, considerando que a permissão de repúdio é dada unicamente ao marido. Essa acusação é feita tendo como base o casamento católico, que se constitui como um pacto sagrado e igualitário entre um homem e uma mulher. Como parte desse contrato, a mulher deve entregar ao marido o que é dele por direito e vice-versa, atentando-se, contudo, às leis e aos preceitos estabelecidos pela doutrina cristã. A maneira como os sarracenos tratam suas esposas, na opinião de Ramón Martí, é desprovida de sensibilidade e não leva em conta a fragilidade inerente ao sexo feminino.

A falta de consideração que os muçulmanos nutrem por suas mulheres é uma vez mais apontada na condenação feita ao matrimônio temporal estabelecido por Maomé. Segundo o autor, o falso profeta concedeu uma licença aos homens para que pudessem contrair um casamento temporário, desfrutar da relação sexual restrita ao santo matrimônio e abandonar as mulheres posteriormente. De acordo com o dominicano, essa lei esteve vigente durante toda a vida de Maomé e este não a revogou antes de sua morte, o que se configura como um sinal de consentimento. Seu veredito

é que essa prática é uma transgressão dos preceitos divinos e do bom funcionamento do Estado, não sendo necessárias maiores reprovações para convencer homens honrados. O casamento segundo a lei muçulmana é aqui retratado como desprovido de santidade, benevolência e harmonia, movido apenas por desejos lascivos e impuros. Em contrapartida, o matrimônio cristão é virtuoso, sólido e benigno na comunhão entre as partes.

Acerca das relações sexuais no âmbito do matrimônio, Ramón Martí parte sua crítica de um trecho do Alcorão e, atribuindo aos estudiosos sarracenos sua interpretação errônea, afirma que Maomé permitiu que os homens praticassem o sexo anal com suas esposas e concubinas. Essa prática enfurece o autor, que tece uma discordância apologética estruturada em cinco pontos, sendo eles: 1) É uma blasfêmia insinuar que Deus, em sua infundável pureza, admitiria que um profeta transmitisse ensinamentos de tal índole; 2) Sendo Deus o ordenador do universo, essa prática pecaminosa jamais poderia ser fruto de sua Vontade; 3) A lei natural detesta e proíbe essa prática, tendo em vista que não é observada nem entre os animais selvagens; 4) Esse vício irrompe a ira de Deus sobre seus filhos rebeldes; 5) Essa disposição impede os frutos da prole.

Outro atentado contra a prole censurado pelo autor é a ejaculação fora do lugar devido, isso é, fora do órgão reprodutor feminino. Ramón Martí afirma que Maomé permitiu que os sarracenos, no decorrer de suas relações sexuais, ejaculassem fora do lugar devido. Essa prática é condenada porque impede a reprodução humana, o que contraria o ordenamento bíblico de crescer e multiplicar-se pela terra. Na concepção do autor, qualquer prática sexual que impeça a geração de filhos é condenável porque a prole é um dos bens máximos do matrimônio, sendo essa a principal razão para que as diretrizes cristãs sejam contrárias às estabelecidas por Maomé.

Para concluir, o opúsculo *De Seta Machometi*, bem como outros trabalhos elaborados por Ramón Martí, está inserido em um contexto de reordenamento das atividades pastorais que ganhou fôlego no decorrer do século XIII. As diretrizes estabelecidas no IV Concílio de Latrão deram corpo aos anseios da Igreja, mas foi a atuação cotidiana das ordens mendicantes que colocou esse projeto em prática. A Ordem Dominicana,

fundadora de centros de estudos de línguas na Península Ibérica e no norte da África, preparou clérigos capacitados para atuarem entre os pagãos que residiam além das fronteiras do cristianismo (COLL, 1944: 115-138). O trabalho de Ramón Martí se constitui como parte desse objetivo, tendo em vista que foi elaborado para capacitar pregadores na conversão dos infiéis e na contestação das crenças islâmicas. Esse esforço é visível na construção dos capítulos da obra, que se iniciam com a exposição das práticas islâmicas para, em seguida, serem corrigidas de acordo com a doutrina cristã. Ao denunciar costumes referentes ao casamento muçulmano, o intuito é esboçar o modelo de vida conjugal a ser seguido por aqueles que aceitarem a conversão ao catolicismo. Dessa maneira, é construída uma exposição que insere o pregador nos hábitos e crenças com os quais ele terá contato em sua jornada, fornecendo-lhe as ferramentas necessárias para enfrentá-los. Esse material poderia ser estudado e consultado com frequência, estando sempre à disposição para auxiliar os missionários em suas atividades. No caso dos que fossem desafiar intelectuais sarracenos em debates apologéticos, a obra também conta com ponderações acerca dos feitos e da doutrina estabelecida por Maomé, provendo argumentos para expor as inconsistências do Islamismo através dos feitos e dizeres de sua figura fundadora.

REFERÊNCIAS

- BURNS, Robert I. Christian-Islamic Confrontation in the West: The Thirteenth-Century Dream of Conversion. **The American Historical Review**, Bloomington, vol. 76, nº 5, 1971, pp. 1386-1434, 1971.
- CORTABARRIA BEITIA, Angel. L'étude des langues au Moyen Âge chez les Dominicains: Espagne, Orient, Raymond Martin. **MIDÉO: Mélanges de l'Institut dominicain d'études orientales du Caire**, Cairo, vol. 10, pp. 189-248, 1970.

- HERNANDO I DELGADO, Josep. De Seta Machometi O De Origine, Progressu Et Fine Machometi Et Quadruplici Reprobatione Prophetiae Eius De Ramón Martí (s.XIII). **Acta historica et archaeologica mediaevalia**, Barcelona, n. 4, pp. 9-63, 1983.
- HERNANDO I DELGADO, Josep. La polèmica antiislàmica i la quasi impossibilitat d'una entesa. **Anuario de Estudios Medievales**, Barcelona, vol. 2, n° 38, pp. 763-791, 2008.
- MARÍA COLL, Josep. Escuelas de lenguas orientales em los siglos XIII y XIV (Período Raymundiano). **Analecta sacra terraconensia: Revista de ciències historicoeclesiàstiques**, Barcelona, n° 17, pp. 115-138, 1944.
- MARÍA COLL, Josep. Escuelas de lenguas orientales em los siglos XIII y XIV (Período postraymundiano). **Analecta sacra terraconensia: Revista de ciències historicoeclesiàstiques**, Barcelona, n° 18, pp. 59-91, 1944.
- NOVIKOFF, Alex J. **The Medieval Culture of Disputation**. Pedagogy, Practice, and Perfomance. 1. Ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.
- TOLAN, John V. **Sarracens**. Islam in the Medieval European Imagination. 1 ed. New York: Columbia University Press, 2002.
- VOSE, Robin. **Dominicans, Muslims and Jews in the Medieval Crown of Aragon**. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DA PEDRA BRANCA A PEDRA GRANDE: A AMIZADE E A TROCA DE FAVORES ENTRE CORONÉIS DE CALDAS E CAMPESTRE, MINAS GERAIS¹

Isaiás Gabriel Franco²

Alysson Brenner Nogueira Pereira³

RESUMO: Coronéis, José Antônio Franco (1852-1940) e José Custódio Dias de Araújo (1858-1943), possuíam muitas características em comum. O primeiro exercia mando na Fazenda do Engenho, Município de Caldas, e o segundo na Fazenda da Pedra, Município de Campestre. Quais as potencialidades do conceito de coronelismo para a compreensão da atuação política de ambos? A partir das fontes escritas e relatos memoriais pretendemos esboçar o que foi a complexa cena social da época e tentar responder tal pergunta.

PALAVRAS-CHAVE: Coronelismo. História local. Sul de Minas.

INTRODUÇÃO

Atualmente limítrofes em sua constituição, Campestre e Caldas, são dois municípios da região sul do estado de Minas Gerais. No entanto, até 1911, ambas localidades estavam interligadas em sua organização política e administrativa, uma vez que até então, Campestre constituía-se em um distrito do município de Caldas. Contudo, como nos parece sugerir algumas fontes de memória, a emancipação política e administrativa campestrense

¹ Este trabalho foi apresentado originalmente com o título “Da Pedra Branca a Pedra Grande: coronelismos em pauta”. A mudança se deu devido a sugestões da mesa de comunicação “Visões do Brasil: séculos XIX e XX”, mediada pelo Prof.º Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha.

² Cursa Filosofia e mestrado acadêmico em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: isaiasgabrielfranco@gmail.com.

³ Graduando em História (Licenciatura e Bacharelado), com ênfase em História da Arte, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: alyssonnogueirasbt@gmail.com.

não desligaria completamente os laços e relações constituídas pelo quadro anteriormente vivenciado. Relações de cunho intersubjetivo e de “compadrio político e familiar” continuariam assim a acontecer entre sujeitos que transitavam entre esses dois municípios exercendo lá e cá o seu poder, não só financeiro, mas político também. Uma dessas relações, foi por exemplo a mantida por duas figuras centrais do poder latifundiário local: José Antônio Franco (o Zeca-Zico) e José Dias de Araújo (o Zeca da Pedra). Preservados na memória local como coronéis, o primeiro era dono da fazenda do Engenho, no Planalto da Pedra Branca, município de Caldas, onde hoje localiza-se o distrito de São Pedro de Caldas; e o segundo era dono da Fazenda da Pedra, ainda em atividade nos dias atuais no município de Campestre. Mas o que sugere essa relação?

CORONELISMO, UM CONCEITO PLURAL

Conceito complexo e plural, o coronelismo pode ser definido de diferentes perspectivas a depender do contexto e das circunstâncias.⁴ No entanto, como não é nosso objetivo dissecar a multiplicidade de teorizações e usos do mesmo, a definição que aqui usamos para nossa abordagem, parte principalmente daquela conceituação efetuada por José Murilo de Carvalho, historiador e sociólogo mineiro. Em seu livro *Pontos e bordados: escritos de história e política* (1998) ele reúne diversos ensaios e crônicas escritos em diferentes épocas que se relacionam com as temáticas citadas acima. Um dos textos presentes na curadoria é *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*.⁵

Para José Murilo de Carvalho, o coronelismo seria um sistema político nacional, datado historicamente com início em 1889 e término simbólico em 1930 com a prisão dos grandes coronéis baianos - tendo fim

⁴ “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 1982: 66).

⁵ Originalmente, o ensaio foi apresentado como comunicação no simpósio *Nation-Building in Latin America: Conflict Between Local Power and National Power in the Nineteenth Century*, em homenagem a Raymond Buve, Leiden, Holanda, 20-21 de abril de 1995. Depois, em 1997, foi publicado na *Dados – Revista de Ciências Sociais*, volume 40, número 2.

mesmo em 1937, com o Estado Novo; ou seja, basicamente, percorre os anos da Primeira República, ou se o preferirmos, da chamada República Velha. Ele se caracterizaria, segundo Carvalho, pelas barganhas entre o governo e os coronéis, ao mesmo tempo que o governo permitia o poder do coronel entre dependentes e rivais, e o controle dos cargos públicos; o coronel retribuiria com os votos no governador e no seu presidente apoiado. Enquanto sistema, ele teria sido possível pela combinação de dois fatores, um político: a implementação do federalismo e do surgimento do Presidente do Estado (cargo equivalente ao Governador Estadual, atualmente); e um econômico: a decadência econômica dos fazendeiros, que demandou uma presença do Estado na economia. Isso na prática significaria uma política permeada de relações de compadrio e barganhas políticas, mais assentadas nas relações intersubjetivas e familiares, do que impessoais e objetivas de fato. Teríamos ainda nessa lógica, dois tipos de coronel:

O coronel recebe seu nome da Guarda nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o “coronel tradicional”, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição. [...] Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito (FAORO, 1997: 621-622).

Dada a definição, é importante entendermos tal regime, em dinâmica de *longa duração*,⁶ para que assim, tornem-se compreensíveis as relações de mando, poder e sociabilidade vislumbradas em nosso objeto de pesquisa.

⁶ Entendemos longa duração dentro do que foi postulado por Fernand Braudel em seu intitulada *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949) e nos apropriamos do conceito, estendendo-o para o nosso objeto, de modo a melhor elucidar a temática sobre a qual refletimos aqui.

UMA AMIZADE ALÉM DAS LARANJAS

Donos de duas das maiores fazendas da região, José Antônio Franco ou Zeca-Zico (1852-1940) e José Custódio Dias de Araújo ou Zeca da Pedra (1858-1943), eram figuras políticas de destaque no entorno de suas propriedades.

Zeca da Pedra, por exemplo esteve a frente do processo emancipatório que desligaria Campestre de Caldas em 1911,⁷ além de fazer frente às eleições para presidente do Estado. Nas eleições presidenciais e no pleito para a escolha dos presidentes do Estado de 1922, saíram vitoriosos, respectivamente, Arthur Bernardes e Mello Viana. Mas isso não foi refletido em Campestre, onde ambos os candidatos haviam sido combatidos pelo Coronel Zeca da Pedra, e isso incomodou os dois políticos (PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL, 2007: 32). Em 1925, um capitão, acompanhado de doze praças, possivelmente a mando do governo estadual, chegam à localidade “para eliminar a oposição local” (FRANCO, 2000: 14), sendo Zeca da Pedra o maior exemplo dela.

Já Zeca-Zico, Capitão da 4º Companhia do 61º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Caldas – 1890⁸ e fazendeiro abastado, ficou bastante conhecido pelas anedotas acerca de sua pessoa.⁹

⁷ “Nesta época era deputado pelo colégio eleitoral o Cel. José Custódio Dias de Araújo, que colaborou, com o seu prestígio, para a emancipação política de Campestre.” (FRANCO, 1998: 29).

⁸ Dado extraído de documento assinado pelo Vice-Presidente da República Floriano Peixoto nomeando José Antônio Franco (Zeca Zico) para o posto de Capitão da 4º Companhia do 61º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Caldas – 1890. Acervo de Moacir Franco.

⁹ Um exemplo que podemos citar é o episódio ocorrido na sede da antiga Casa Moreira Salles em Poços de Caldas, depois Unibanco, onde o fazendeiro fora depositar uma certa quantia de dinheiro que não mais estava em circulação. Ao que nos relata o depoimento, o fazendeiro, ao ser informado que o dinheiro que trouxera não mais valia, o mesmo jogou fora a quantia no lixo (enorme caso ainda valessem). (SOUZA E SILVA, 1994: 37 *apud* FRANCO, 2001: 339). A autora reporta-se nessa passagem ao depoimento de Homero Souza e Silva transcrito no livro História do Unibanco, publicado pelo instituto Moreira Salles em 1994 e de autoria de diversos colaboradores.

Foi vereador pela Câmara de Parreiras (antigo nome de Caldas), onde ocupou o cargo de vice-presidente do P.R.M (Partido Republicano Mineiro). Em Caldas, Zeca Zico ocuparia por vezes tal cargo de vereador na Câmara como nos informa a matéria de capa do impresso *Voz de Campestre* publicado na ocasião da morte do mesmo.¹⁰

Dados algumas linhas biográficas, alguns depoimentos sugerem ser ambos os “coronéis” amigos bastante íntimos, a ponto de trocarem mimos como nos relata este depoimento:

Aqui tinha o seu Zé Antônio Franco, conhecido como Zeca Zico que tinha uma amizade com um fazendeiro no município de Campestre, Zeca da Pedra. Até no tempo de colheita de laranjas, coisa que aqui não tinha, ele mandava tropeiros dele irem lá [na Fazenda da Pedra] buscarem laranjas. Um ia na casa do outro (FRANCO, 2021, grifos nossos).

Segundo o depoente, Ronaldo José Franco, quem lhe contou sobre tal amizade foram seus pais e avós. Uma troca de presentes, no nosso caso, laranjas e visitas, poderia ser simplesmente interpretada como sinal de amizade entre duas pessoas que se querem bem. Mas dado o poderio econômico de ambas as figuras, não parece-nos ser tão simples o caso. O impresso *Voz de Campestre*, em sua edição de 31 de dezembro de 1940, traz em sua manchete a notícia da morte de Zeca-Zico, e a matéria que se segue, uma apologia a figura do morto, revela em seu texto que a amizade de ambos ia muito além da troca de laranjas, inserindo-se dentro do clientelismo típico da política da velha república:

Grande amigo da nossa terra e da nossa gente, de cuja política em outros tempos sempre constituio elemento destacado, a ele, dentre outros, deve Campestre o fato singular de, graças a sua influencia e prestígio e ao tempo em que

¹⁰ Conforme o impresso: Cel. José Antônio Franco – Homenagem póstuma, traços biográficos do extinto, os funerais e os discursos. *Voz de Campestre* – Órgão Municipal de Propaganda e Difusão do Regimen de 10 de novembro, Campestre – MG, Ano II, n. 21, 31 de dezembro de 1940. p. 1.

vivíamos na dependência político administrativa da velha cidade de Caldas, ter o nosso situacionismo eleito para a presidência de sua Camara Municipal, por duas vezes consecutivas, a pessoa do Cel. José Custódio Dias de Araújo que ali sempre desempenhou com brilho o seu mandato e donde os pródromes da nossa emancipação política. (VOZ DE CAMPESTRE, 1940: 1).

A passagem transcrita nos mostra não só a influência política de um fazendeiro em prol da atuação do outro, mas parece sugerir e reforçar o sistema de relações delineado por Marcel Mauss.¹¹ Nesse sistema há uma espécie de reciprocidade para cada ato feito (*dom*), ou seja, na aparente gratuidade, haveria implícita uma obrigação de retribuição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito além de uma amizade desinteressada, a investigação acerca das relações entre dois fazendeiros da região sul mineira, mostra-nos na prática a aplicabilidade das relações clientelistas e de compadrio, típicas do primeiro período republicano do século XX. Pudemos ver que por meio da influência política de um (Zeca-Zico), a atuação do outro (Zeca da Pedra), em prol da emancipação política de Campestre, foi possível. Isso leva-nos a interpretar a relação de ambos, não só dentro do conceito de “coronelismo” como utilizado por José Murilo de Carvalho, mas também dentro do sistema de dádivas sistematizado por Marcel Mauss.

¹¹ Segundo Paulo Henrique Martins, “A teoria da dádiva foi sistematizada por Mauss num ensaio clássico intitulado Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas, publicado inicialmente no ano de 1924, e que se encontra reproduzido numa coletânea organizada por Georges Gurvitch intitulada Sociologia e antropologia” (MARTINS, 2005: 52).

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In: **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 12. ed. v. 2. São Paulo: Globo, 1997.
- FRANCO, Eneiva Gláucia de Souza. **Histórico de Campestre**. 1ª ed. São Paulo: Edicon, 1998.
- FRANCO, Eneiva Gláucia de Souza. **Pedro José Muniz – História, genealogia e memórias**. Aparecida: O Autor, 2001.
- FRANCO, Hiansen Vieira. **A Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Campestre, suas origens, seus fatos, sua gente**. Aparecida, SP: H. V. Franco, 2000.
- FRANCO, Ronaldo José Franco. Entrevista concedida a Isaías Gabriel Franco em 08 de agosto de 2021.
- MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 73, p. 45-66, 2005.
- PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL, Prefeitura Municipal de Campestre (MG), Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Campestre (MG), elaborado pelo Grupo Memória Arquitetura, 2007.
- VOZ DE CAMPESTRE – Órgão Municipal de Propaganda e Difusão do Regimen de 10 de novembro, Campestre – MG, Ano II, n. 21, 31 de dezembro de 1940.

CIDADANIA NO ENSINO DE HISTÓRIA: IMPACTOS E DESDOBRAMENTOS

Jhonathan William Heckler¹

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar questões como cidadania e o ensino de História no Brasil. Visando compreender como as relações entre as duas categorias citadas podem ser observadas na malha social, sobretudo, no processo de ensino-aprendizagem histórica. Percorremos a agência histórica de alguns grupos desde aquilo que se convencionou chamar de Brasil Império até os impactos e desdobramentos sentidos hoje, colocados na longa duração afim de que possamos observar e tecer algumas considerações sobre a longa ausência do Estado em sanar a chaga da História única.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Ensino. História.

INTRODUÇÃO

A cidadania no Brasil é uma questão ainda em voga. Muito se questiona sobre o que é esse termo e seus derivados, o que torna a pessoa cidadã ou como se exerce a cidadania. Sobretudo, como podemos observá-la através do ensino de História? Em que medida a sala de aula se constrói enquanto uma extensão do projeto político brasileiro? Num primeiro momento, à rigor, compreendemos que para ser enquadrado dentro de tal categoria, a pessoa, homem ou mulher deve gozar de três direitos basilares: o direito civil, social e político. (MARSHALL apud CARVALHO, 2012: 12). O papel das instituições é fundamental para a conscientização da mesma, gratuitamente, percebemos que a ausência delas nos leva a refletir sobre a esfera participativa a qual Carvalho (2002) chama de educação popular. A escola em sua amplitude, em específico a sala de aula e o Ensino de História devem dar sustentação a tais premissas.

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: jhoeheckler8@gmail.com.

A título de ilustração dentro de um comparativo com outras democracias, a Inglaterra e os Estados Unidos da América, dois regimes democráticos bem estabelecidos que diferem na vigência dos modelos e na aplicabilidade política, ainda acabam nos revelando algumas dessas nuances de comparação com o Brasil. Um dos modelos, monarquista com uma antiga base legislativa que vigora desde a Magna Carta no século XIII e outro republicano presidencialista. Entretanto, todas as três lidaram de maneira diferente com a abolição da escravidão e a emancipação do negro, consequentemente os efeitos a posteriori foram sentidos ao passo que essa parcela populacional se desenvolveu dentro dos respectivos espaços geográficos.

Tal condição gerou impasse no exercício da cidadania brasileira, afinal, a jurisdição fragmentada pelos descaminhos criados, do ponto de vista jurídico e avesso as vias constitucionais do Brasil não colocaram todos sob a perspectiva de unidade, ou seja, um Estado Moderno do século XIX ainda escravocrata onde todos estão sob a mesma lógica da igualdade jurídica. Com isso, concluímos que inicialmente, o Brasil não se reconhecia como nação. Havia uma ideia de cidadania muito vaga que se misturava aos regionalismos, as revoltas, os movimentos de sedição, são alguns dos aspectos que corroboram essa falta de unidade e naturalmente de cidadania enquanto ente coletivo, brasileiros e brasileiras. Conforme Candido (1999), isto também implicou no não desenvolvimento da educação popular brasileira e da *intelligentsia* como um todo, pois a literatura e as artes em geral desde a chegada dos portugueses até a independência do Brasil se configuraram como uma transposição de modelos culturais europeus.

De acordo com Matta (2004), quando imaginamos o cidadão brasileiro, pensamos naquele indivíduo sem rosto, sem direitos e sem recursos, colocado numa espera interminável de acesso, recursos e participação que é o símbolo mais perfeito no Brasil, da ausência de uma verdadeira cultura da cidadania. O processo emancipatório no país não foi uma logística pensada para enquadrar do ponto de vista de direitos todos (as), vemos uma série de elementos demonstrando algumas

parcelas da população, sobretudo negra e indígena como resíduo político do Brasil independente.

Ademais, a partir do momento que o Brasil emancipa alguns, não precisasse mais de suportes auxiliares, com isso, uma série de cidadãos foram esterilizados pela tutela estratégica do Estado, assume-se a posição de escolha e educação popular que é tida como um objetivo, mas que ao cabo não se realizou de forma coletiva, plena e emancipadora. Os resquícios dessa negociata tutelada com a parcela nativa e negra do Brasil são problemas sentidos até hoje, sem sombra de dúvidas a escola é uma extensão inconsciente desse projeto, leva-se para dentro dela os problemas dessa natureza.

Utilizando-se das reflexões sobre o tempo propostas por Braudel (2016), nossa pauta temática, esboçada dentro do recorte temporal que se dá a partir dos finais do Brasil Imperial (1881) até a consolidação do Estado Novo por Getúlio Vargas (1937), buscaremos propor categorias analíticas da formação da cidadania no Brasil no tangente ao negro e ao indígena e como isso teve expressão no Ensino de História.

DESENVOLVIMENTO

Olhar para a cidadania é inevitável que recaia sobre pessoas de inúmeros círculos sociais, religiosos, recreativos e todos (as) são dotados de uma capacidade de agência, e isso, sem dúvidas nos indica pelo menos em tese os ares democráticos que essa parcela detentora de uma concepção suprema e mais desenvolvida alega defender. Conforme Carvalho (2002) nos diz, o povo sai da posição de sujeito atuante e que age em seu meio e a partir de então, a cidadania assume o papel de sujeito, é ela quem clama ou está na posição de reivindicação. Uma cidadania plena que combine liberdade, participação e igualdade para todos é um ideal desenvolvido no ocidente e talvez inatingível, sobretudo quando começamos a observar as aplicabilidades, impactos e desdobramentos no Brasil, Carvalho (2002). Analisando os moldes que formaram a cidadã e o cidadão brasileira (o), é perceptível que dentro destes, as três gerações de direitos se sobressaem

como definidores dessa categoria: cidadão. Se deveras as exercemos ou fica no campo da retórica política.

O déficit para com a cidadania começa a partir da Independência do país. Ao contrário da maioria dos países latino-americanos tivemos nossa emancipação negociada e pacífica, isso fez com que a participação popular fosse mínima. Dentro dessa possível participação de algumas parcelas populacionais, excluiu-se certamente a dos nativos e negros, sobretudo esse segundo grupo. Nossa primeira constituição, a da mandioca (1824) era liberal e permaneceu até a emenda de 1881, quando se excluiu praticamente todas as parcelas da população, tínhamos apenas 1% da população brasileira detendo direito ao voto nesse período final do império. As três gerações de direitos se iniciam com o político, afinal, nosso país ainda era um grande importador de mão de obra escrava africana. Não existia trabalho formal para a maioria da população, dificultando o desenvolvimento dos direitos civis, sociais e políticos.

O primeiro dos direitos, tido como essencial para o “bom andamento” da cidadania e educação popular, é o civil, e foi de fato, o primeiro a se desenvolver na maioria dos demais espaços geográficos, em especial na Inglaterra e Estados Unidos, tal direito garante para a população branca que se enquadrasse nos pressupostos dela, respaldava o direito de ir e vir, inviolabilidade do lar, direito à propriedade privada etc. O mesmo, certamente não aconteceu com a população escrava se analisamos esses países e o Brasil pois, subjugados a seus senhores:

O africano ao ser escravizado, não optava por seu destino. Uma vez fixado em terras brasileiras, não era cidadão, como escravo, na ausência de alternativas arraigava-se ao lugar. Se, eventualmente viesse a liberdade, esse africano não tinha o direito à cidadania. Entretanto, sua permanência em nosso território, e sua integração a nossa sociedade, era quase inevitável, fosse pela falta de recursos para sair do Império, fosse pela deculturação que se tinha processado. (CABRAL, 1974: 70).

Os três grandes empecilhos para a consolidação do direito civil e sua capacidade de incluir os negros dentro de sua esfera, foram, respectivamente: a grande propriedade, a escravidão e a justiça em prol da esfera particular. Todas estas questões atacam diretamente a capacidade de agência dos negros perante a sociedade e torna impossível o desenvolvimento do direito civil. Com Matta (2004) também podemos pensar em uma longa duração braudeliana, uma vez que, a mudança lenta e gradual desse Ser negro, está presente desde a usura da sua força de trabalho forçada, até o romper dos 338 anos de escravidão e a instauração daquilo que podemos chamar de exclusão dos negros (as) em troca do trabalho assalariado branco europeu e a continuação com outra borda e tinta das funções dessa ampla parcela de desemparados.

Neste sentido, Fernandes (2017) nos diz que o mito da democracia racial desde o início da república, funciona como um “conceito-opressão” tomado pela elite branca para dominar a população negra como um todo. Tal apropriação é tanta, que leva os próprios negros – dependentes seja por motivos econômicos ou social desta elite – acreditarem na inexistência da dívida histórica. Sendo assim, o protesto negro (alegoria para luta e ascensão de direitos) se torna praticamente nulo. Com a instalação da República no Brasil, conforme Carvalho (1991), muito discutida no âmbito teórico e/ou político, com republicanos positivistas, jacobinos revolucionários e liberais da corte americana travando intenso debate para definir o futuro país.

Diversas foram os paradigmas propostos, os primeiros defendendo uma ditadura republicana com intuito de elevar a sociedade a seu estágio superior, defendiam a separação da igreja com o Estado e ainda a hegemonia das classes com a integração do proletariado a sociedade comum; segundos, que revogavam para a sociedade, uma democracia plena aos moldes romanos, havendo ampla participação de todos considerando também a monarquia como um atraso aos interesses populares e idealizando também, uma ruptura aos moldes franceses com regime brasileiro; e ainda os terceiros, que assentiam uma democracia baseada na divisão de poderes, tendo o contrato social com máxima da sua forma de

governo, tendo a influência do utilitarismo, tendo a soma dos interesses individuais como o interesse coletivo.

Na prática, a discussão encerrou-se de outra maneira. Segundo Carvalho (1991), ao perceberem que a extensão de direitos a ampla maioria não era algo benéfico à antiga elite estamental do império. Todos os grupos ativos na discussão, optaram pela situação que mais lhe beneficiaram. Essa forma, a “estadania” foi o concreto pensado na figura das pessoas que naturalmente detinham o poder ao final do Império, esses encontraram nessa forma uma maneira de conseguir realizar a manutenção do seu poder sob o novo regime político. Desta forma, a situação do negro permaneceu praticamente imutável durante tal processo, ainda que com a lei Áurea passaram a ostentar o título de cidadão, tudo não passou de formalidade, a aplicabilidade de tal ação política foi inexistente e surtiu efeito reverso, a exclusão. É válido ressaltar, que não só dos mesmos permaneceu a falta de agência, de maneira geral a população como um todo nas palavras de Carvalho (1987) assistiu a instauração de maneira “bestializada” o que viria a ser a futura proclamação da República, no interior do país, às notícias chegaram apenas meses após a ocorrência do fato, e ainda, nas próprias ruas do Rio de Janeiro, onde houve a movimentação militar, a população achou se tratar apenas de um desfile de rotina militar.

Os negros após a instauração da República, devido à permanência das estruturas sociais e políticas sofriam:

O menosprezo, por parte daqueles que até 1888 (o advento da República foi em 1889) eram abolicionistas, fica claro quando se pesquisa as leis imigratórias. Decreto n-528, de 28 de junho de 1890 em seu artigo 1-, é taxativo: “É inteiramente livre a entrada, por portões da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho... excetuados os indígenas da Ásia e da África” (PRUDENTE, 1988: 141).

Outros fatores a serem considerados nesse momento são: o cientificismo do século XIX, que encontrou em teorias científicas, uma forma de justificar o racismo. O darwinismo social, derivado das teorias de Charles Darwin:

As teorias raciais chegaram ao Brasil com o “bando de ideias novas” trazidas ao Brasil nos anos 1870. Na década seguinte o diálogo das elites brasileiras com as teorias raciais teve um fôlego maior. O ideário racista foi ganhando força no Brasil conforme o escravismo caminhava para o seu fim. O auge da circulação, apropriação das teorias raciais teria ocorrido nos 1890, justamente, no momento de instalação da República e da Promulgação da Constituição. (COSTA, 2016: 7).

Sendo assim, em uma escala “evolutiva”, os negros não possuíam a qualidade necessária para serem considerados como aptos ao trabalho, aptos a estarem nas calçadas, praças, restaurantes, teatro etc., foram sem dúvidas desconsiderados pelo governo. A segunda questão é ressaltada por Filho (2013), e se refere ao papel da literatura na descaracterização do negro perante a sociedade. Desde os primórdios da literatura “nacional”, a figura deles passou por classificações que destoam de sua realidade. Destacando as principais formas da representação que interferiam diretamente no final do império e início da república, a primeira nos diz respeito ao “negro fera”, retratado nas páginas dos escritores românticos, dentre eles Joaquim Manoel de Macedo, no seu livro *As vítimas algózes* (1869), onde defende a alforria de escravos baseando-se no perigo dos mesmos em relação a população branca. A segunda refere-se ao “negro sexual”, retratada pelo escritor naturalista Adolfo Caminha, nas páginas de “O bom crioulo” (1895), criando a preconceituosa visão que o negro se torna um perigo por conta da sua força sexual que tende a enquadrar a população branca, incluindo-se homens do mesmo sexo.

A junção destas duas formas de expressão e conceitualizações literárias, adjunto a outras categorias culminou na exclusão e no preconceito com os negros durante os anos iniciais da República. Poucos foram os nomes que advogaram para si, a luta pelos direitos e pelo reconhecimento da cidadania plena. João Cândido (1880-1969), líder da Revolta da Chibata – movimento ocorrido em 1910, que lutou contra a punição praticada por superiores brancos contra marinheiros negros e mulatos – segundo Almeida (2011) é um dos principais advogados da cidadania ao que

tange a população negra, pois, nascido no período onde a escravidão ainda era realizada, sofreu diretamente as políticas de realocação dos negros (neste caso, se tornou marinho) promovidas pelo governo brasileiro.

Foi somente a partir da segunda metade dos anos 20 que o movimento negro, tomado de conscientização a partir das ruas começou a se organizar em grupos sólidos para advogar seus direitos:

A luta organizada contra o racismo nasce às vésperas da Revolução de Trinta. Semi-intelectuais e subproletários se juntam em São Paulo, então caminhando rapidamente no sentido de se tornar a maior cidade do país, numa “imprensa negra”. Jornais como *O Clarim d’Alvorada* [fundado em 1924] e o *Getulino* [fundado em 1923], de Campinas – ainda hoje motivos de orgulho dos movimentos – denunciavam as discriminações raciais mais chocantes do nosso quadro urbano, no emprego, na moradia, na educação nos locais de lazer. Foi essa imprensa, o embrião da primeira instituição de luta contra o racismo brasileiro – apresentado então, eufemisticamente, como discriminação racial –, a Frente Negra Brasileira. (SANTOS, 1994: 89).

Com a criação da Frente Negra Brasileiro (FNB) em 1931, já sob o governo de Getúlio Vargas – que se instaurou após a revolução de 1930, dando fim a oligarquia de São Paulo e Minas Gerais, e também a uma estrutura política que estava diretamente ligada a elite advinda da monarquia – a partir da constituição de 1934, conforme Prudente (1988) que os negros puderam participar ativamente da vida política no país. Entretanto, ainda na mesma década devido a proposta universalista da política promovida por Getúlio Vargas, a Frente Negra Brasileira é dissolvida pelo presidente, dando a falsa ideia de que todos eram absolutamente iguais, iniciando uma nova fase da luta pelos direitos por parte da população negra. Durante o governo de Getúlio Vargas, conforme Domingues (2006) o protesto negro passou a abranger também o nível cultural, Abdias do Nascimento (1914-2011) criou talvez um dos agrupamentos mais importantes na luta pelos direitos, o Teatro Experimental dos Negros, que ini-

cialmente se manifestava em uma companhia que contava apenas com atores negros com o passar do tempo, passou a publicar um período em tom de protesto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O calor dos debates sobre cidadania, reacendidos pela atual conjuntura política, nos faz reaver a trajetória dela para alguns grupos sociais. Percebemos a permanência de algumas estruturas que nos fazem refletir sobre a eficácia das políticas promovidas para esta classe, no caso, os negros. Judith Butler (2011), destaca que o Estado, ao escrever sua “grande narrativa” tende a enquadrar como personagem principal, um certo arquétipo de indivíduos, no Brasil estes indivíduos se manifestam na figura dos brancos, que historicamente formando a elite política tenderam a marginalizar a população negra em sua grande maioria.

Adiche (2009), em sua palestra intitulada “o perigo de uma história única”, ressalta o caráter negativo que construímos tanto na ciência quanto no senso comum, ao considerar que apenas um determinado tipo de classe social ou grupo age ou pode ser o motor do progresso da nação, pois isto tende a excluir o outro lado da história e outras parcelas que participaram das construções nacionais desde o micro até o macro, todos à rigor são dotados da capacidade de agencia, ao longo da diacronia temporal fica claro isso, o que esquecemos recorrentemente é que nem todos conseguem exercer esse agir, e os motivos da não realização são vários, incluindo alguns dos quais esboçamos acima, levando- os a cair no esquecimento. Ou seja, discorrer sobre as políticas para com os negros, que foram marginalizados pela elite, é reavivar uma memória que passou por um processo de esquecimento. É notável a permanência do preconceito e o descaso com a população negra, quando opiniões negativas foram omitidas em relação a Lei n. 11645/08, que com intuito de dar ênfase a cultura negra, tendeu a ser rechaçada por essa mesma elite que se mantém e criou suas raízes num período que o Ser negro era proibido, rechaçado, excluído entre outros adjetivos que caberiam muito bem para reiterar o articulado plano branco, europeu, heterossexual e católico.

REFERÊNCIAS

- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** 2009 (18m49s). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br. Acesso em: 1 ago. 2019.
- BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II.** 1ª edição. São Paulo: Edusp, 2016.
- BUTLER, Judith. Vida precária. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 13, 2011.
- CABRAL, Paulo Eduardo. **O negro e a Constituição de 1824.** Biblioteca do Senado: Brasília, p. 69-74, 1974.
- CÂNDIDO, Antônio. **Introdução à literatura brasileira.** São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP – julho 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, v. 2003, p. 165, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** Editora Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, Hilton. **1891: Escravidão, liberdade, privilégios e tradição.** 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional: Porto Alegre (UFRGS), de 24-27 de maio de 2017.
- DA MATTA, Roberto. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- DE JESUS PRUDENTE, Eunice Aparecida. O negro na ordem jurídica brasileira. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 83, p. 135-149, 1988.

- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042007000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.
- FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular coedição Editora da fundação Perseu Abramo. 2017.
- PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 161-193, Apr. 2004.
- SANTOS, Joel Rufino dos. A Luta Organizada Contra o Racismo. In: BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). **Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares, 1994.

UMA HISTÓRIA DE AMOR SERTANEJA – A REPRESENTAÇÃO DO CANGAÇO E DA CANGACEIRA NO FILME *LAMPIÃO E MARIA BONITA* (1982)

Juliana Amorim Silva¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar como o filme *Lampião e Maria Bonita* (1982), de Aguinaldo Silva e Doc Comparato, representa o fenômeno do cangaço e a mulher cangaceira. O filme escolhido é um retrato ficcional dos últimos seis meses de vida de Lampião e Maria Bonita. Ele traz uma série de elementos interessantes para se pensar a modalidade de cangaço retratada – cangaço meio de vida – e a representação da mulher cangaceira, além do próprio contexto de produção, a década de 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Cangaço. Cangaceira. Cangaceiro.

O “Cangaço meio de vida”² é o tipo de cangaço retratado na fonte analisada nesta pesquisa, o filme *Lampião e Maria Bonita* (1982). Ele enfatiza os últimos meses de vida do capitão, no ano de 1938, ou seja, quando Virgulino Ferreira da Silva já havia se consolidado como o Rei do Cangaço e gozava de sua influência por meio de aliados fazendeiros, seus coiteiros. Apesar de dizer que o seu destino foi traçado e que foi escolhido para marcar o sertão à fogo,³ durante o a produção, o personagem se revela um verdadeiro dono de um negócio bem sucedido e que cresceu muito com o passar dos anos. Maria Bonita, por outro lado, pede que seu companheiro deixe o cangaço e fuja com ela para o sul. Maria parece ter se cansado da

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: julianaamorim_98@hotmail.com..

² Segundo Frederico Pernambucano de Mello (2004), o cangaço meio de vida era a modalidade de cangaço que se caracterizava como “profissional”, pois era vivida como profissão pelo bandido e não apenas como um meio para se alcançar a vingança. O maior expoente desta modalidade foi o próprio Lampião.

³ Fala retirada do próprio filme.

vida de fugas e da aridez do sertão, além do medo de ser morta pelas mãos da Volante.

Lampião não é retratado como um cangaceiro que busca a vingança, nem do fazendeiro que tirou a vida de seu pai, nem da Volante que o persegue pelo sertão. O cangaceiro permanece na defensiva perante os grupos policiais, que se empenham em criar emboscadas para atacar o capitão. Virgulino, por outro lado, percorre seu caminho no intuito de encontrar alguém de seus subgrupos ou algum fazendeiro que lhe deve favores, por exemplo, e para fugir da perseguição dos policiais.

Além disso, a própria presença de mulheres, segundo Frederico Pernambucano de Mello (2004), indica que o tipo de cangaço retratado é o “meio de vida”, pela ausência quase completa de um finalismo guerreiro. “As evidências históricas apontam para o cangaço-meio de vida, autorizando-nos a concluir que só neste as mulheres poderiam ter encontrado espaço para ação própria: a de auxiliares não-combatentes, em vida do homem amado, e a de valquírias após sua morte” (MELLO, 2004: 147).

O cangaço vem sendo utilizado pelo audiovisual desde a década de 20, tendo ganhado notoriedade nos anos de 1950, com o filme *O Cangaceiro* (1953), de Lima Barreto, e nos anos de 1960, com *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha. A fonte analisada neste trabalho, o filme *Lampião e Maria Bonita* (1982), foi produzido durante os anos finais da Ditadura Militar. É no final dos anos 70 e no início dos 80, com a abertura política, que começa um processo de afrouxamento gradual dos mecanismos de repressão⁴. É um momento em que temáticas ligadas a história recente do Brasil passam a ser abordadas, principalmente ligadas ao período de ditadura.

Durante a reabertura, tendo-se em vista o empenho de resgate do sentimento de nacionalidade, a Rede Globo propunha-se a abordar assuntos próprios da realidade brasileira, resgatando o debate sobre um projeto

⁴ O AI-5 foi revogado em 1978, o que mostrava que o Brasil caminhava para a Redemocratização. É importante ressaltar que, apesar disso, ainda houve produções que sofreram com os aparatos de censura após esta data, como é o caso de *Pra Frente Brasil* (1982), que foi vetado pela Divisão de Censura da Polícia Federal sob o argumento de que incitava a violência contra o regime.

nacional-popular, com o objetivo de conscientizar a população sobre sua própria realidade. De acordo com Kornis (2001), é com as minisséries que será construída uma história do Brasil recente. Além das produções que retratam as últimas décadas do país, Carla Paiva (2014) aponta para o retorno do nordeste como origem, onde é preciso preservar a matriz da identidade nacional.

Nesse sentido, Maria Isaura de Queiroz (1991) se referia à década de 50 quando afirmou que o nacionalismo urbano passou a se apropriar da imagem dos cangaceiros como forma de afirmar a identidade nacional no período em que o processo de industrialização no sudeste do Brasil se intensificava. Porém, nos anos 80, o país vivia um cenário de grandes migrações da população nordestina em direção à região sudeste. É justamente num momento de industrialização e intenso êxodo rural, principalmente em direção à São Paulo, que a Rede Globo decide resgatar o fenômeno do cangaço para ser tema do seu mais novo formato, a minissérie.

O filme *Lampião e Maria Bonita* (1982) foi compilado da minissérie de mesmo nome – produzida em 1982 – em 2015, para o festival *Luz Câmera 50 anos*, em comemoração aos cinquenta anos da Rede Globo. Além de *Lampião e Maria Bonita*, outras doze séries e minisséries foram compiladas para o formato de filme sem que houvesse acréscimo de nenhum material novo. A produção foi exibida no dia 22 de janeiro de 2015, possui 112 minutos e encontra-se na plataforma de *streaming* da Globo, o *Globoplay*.⁵

Tendo sido escrita por Aguinaldo Silva e Doc Comparato, a minissérie foi a primeira produção da Globo neste formato, que consiste “[...] numa modulação de narrativa seriada, em que a realidade histórica, social e política se mescla com a imaginação ficcional, dando visibilidade aos paradoxos e complexidades nacionais” (PAIVA, 2007: 1). Segundo Cláudio Cardoso Paiva (2007), a minissérie tem como característica um rigoroso e sensível trabalho de pesquisa, o que pode ser percebido em *Lampião e Maria Bonita*, dentre outros aspectos, na escolha dos figurinos, que são muito semelhantes aos trajes originais do casal.

⁵ É interessante destacar que a minissérie, que possui oito capítulos, não encontra-se na plataforma, de modo que a Rede Globo apenas disponibiliza o filme compilado.

Dessa forma, é interessante pensar sobre a escolha do tema “cangaço” como uma forma de reafirmar elementos constituintes da identidade nacional, por meio da perspectiva de tomar o sertão como matriz, como ponto de início, origem de muitos homens e mulheres, que partiam rumo às cidades do sudeste em busca de melhores condições de vida. Por meio da representação do romance entre Lampião e Maria Bonita, a produção, portanto revive aspectos culturais que fazem parte da identidade brasileira, através da abordagem do nordeste como origem e berço da “brasilidade”, ao mesmo tempo em que apresenta características inovadoras da sociedade moderna – a década de 80 –. Um desses elementos é a forma com que Maria Bonita, enquanto mulher, é retratada.

As minisséries, como afirma Anna Maria Balogh (2005), privilegiam a representação feminina – mais aprofundada que as realizadas pelas telenovelas, com personagens muitas vezes estereotipadas –, tendo colocado muitas mulheres como protagonistas.

Se compararmos a representação da protagonista de *Lampião e Maria Bonita*, com as mulheres que recebem maior destaque em *O Cangaceiro* e em *Deus e o Diabo*, perceberemos que a primeira tem muito mais falas, além de assumir um papel de liderança dentro do bando, por meio da participação nas tomadas de decisões e no combate armado contra a polícia. Maria é uma mulher vaidosa e sensual, características essas que não são representadas, na produção, como necessariamente ruins numa mulher, o que difere do que se esperava da mulher sertaneja.

No Nordeste, de acordo com o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a dominação masculina “[...] é vista como algo natural, que nasceria da fragilidade da mulher e da necessidade de sua defesa e da defesa de sua honra, numa sociedade onde a disputa entre os machos pelas fêmeas parece ser muito acirrada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999). Esse *status quo* sofreu tentativas de preservação, uma “resistência da masculinidade”, no início do século XX diante do que os intelectuais do litoral, membros do Movimento Regionalista e Tradicionalista, da recém estabelecida Região Nordeste⁶ – dentre

⁶ Até 1910, o Nordeste ainda não era um espaço regional delimitado, como conhecemos hoje. A separação entre Norte e Nordeste começa a surgir nesse momento (ALBUQUERQUE

os quais pode-se destacar Gilberto Freyre – chamaram de “feminização” da sociedade.

No final do século XIX e início do XX, a mulher passa a ocupar gradativamente os espaços públicos da sociedade. Como afirma Carla Conceição da Silva Paiva,

os primórdios do movimento das mulheres no Brasil foram iniciados mesmo na virada do século XIX para o século XX, quando nossas mulheres passaram a se organizar de forma mais incisiva, influenciadas pelas vanguardistas da Europa que lutavam pelo direito de votar e serem votadas. O pensamento feminista surge pela primeira vez através das figuras de Nísia Floresta Brasileira Augusta, que publicou “Conselhos à minha filha” (1842), “Opúsculo Humanitário” (1853) e “Mulher” (1856) e Mary Wollstonecraft que traduziu *A vindication of the rights of women* (1832) (PAIVA, 2014: 47).

O Movimento Regionalista e Tradicionalista começa a pensar o tipo regional nordestino nas três primeiras décadas do século XX, como forma de combate à suposta perda de espaço masculino para as mulheres e à subordinação política e econômica crescente da região em relação ao Sudeste, principalmente São Paulo. O homem nordestino é definido como indo na contramão do mundo moderno, ele rejeita suas superficialidades e histeria.

Desse modo, o “cabra macho” sertanejo foi eleito – dentre outros tipos regionais, como o praieiro, por exemplo – o ser viril capaz de defender o patriarcado e resgatar o status de toda a região nordestina. Ele é, como exposto por Albuquerque Júnior, o último representante da sociedade do sangue, que tinha a morte como soberana, e que estava se transformando na sociedade da lei. Era o fim do herói, da masculinidade como única expressão possível (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013). Esse simbolismo está presente em *Lampião e Maria Bonita* (1982), na figura de Lampião, o último sobrevivente da Primeira República, chamada

JÚNIOR, 1999: 69).

pejorativamente de “República Velha” pelo governo Vargas. O representante do mundo oligárquico, rural, “selvagem” e retrógrado, o “cangaço epidêmico”,⁷ que Vargas desejava sepultar para construir o mundo moderno, industrial, “civilizado” e progressista.

Se a imagem do sertanejo, valente e viril, foi pensada como o tipo regional do Nordeste, a imagem da mulher nordestina ficou à parte. O nordestino é um homem, no masculino, não havendo lugar para o feminino. Segundo Marcela Lagarde (1997), os homens são os representantes universais dos dois gêneros, representando a cidadania, o país, o povo e a humanidade (LAGARDE, 1997: 73). Assim como na música de Luiz Gonzaga, que fala da Paraíba – o estado “no feminino” – como sendo “masculina”, as mulheres sertanejas também seriam masculinas. É a figura da “mulher-macho”. Como afirma Albuquerque Júnior, numa sociedade violenta e rústica como o interior nordestino, até as mulheres precisavam adquirir características tidas como masculinas.

O mundo moderno e a ascensão gradativa da mulher no espaço público da sociedade parece ser palco de um encurtamento entre as fronteiras e entre os gêneros. No sertão, é o momento em que a mulher entra para a criminalidade, ambiente genuinamente masculino. Por mais que não exercessem as mesmas funções que o homem cangaceiro, as mulheres passam a ser permitidas no cangaço, marcando uma mudança significativa.

Apesar dessa mudança, o ingresso das mulheres no cangaço não se dava de forma igual ao dos homens. Muitas eram raptadas, levadas à força, sem que pudessem resistir e sem que suas famílias pudessem defendê-las. É o caso de Ilda Ribeiro de Souza, a Sila. Ela tinha apenas 12 anos quando recebeu “a proposta”. Uma menina, como ela mesma descreve, chegou a levar suas bonecas com ela quando entrou para o bando de Lampião.

Elas não poderiam estar no cangaço sem que fossem companheiras de algum cangaceiro, de modo que caso o marido falecesse, ou deveriam arrumar outro ou deixar o cangaço. De fato, as mulheres presentes

⁷ Segundo Frederico Pernambucano de Mello, quando o cangaço adquiria grandes proporções, passando dos limites de ser um problema regional, como é o caso do cangaço lampiônico, ele adquiria o status de “cangaço epidêmico”, pois era repellido também por autoridades federais.

no relato de Sila eram todas companheiras de alguém do bando. Ela fala um sobre os papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres. “No cangaço, havia o costume de os homens cozinhareem e às mulheres cabia a costura de roupas, de embornais e outras peças. No mais, davam a impressão de estar ali como adorno. Usavam bastante joias e esmeravam-se no trajar” (SOUZA & ORRICO, 1984: 28). A própria vaidade, tida como algo feminino, não era bem vista. Estava no espectro do fútil, do inferior, do dispensável.

Sila destaca que as mulheres não possuíam papéis de destaque, de liderança ou de combate. Eram valentes e guerreiras, porém não costumavam participar das batalhas. De acordo com Germana Araújo (2011), a cangaceira não tinha voz ativa na resolução de problemas, nem no momento de traçar estratégias para defesa e ataque. Estava à sombra do seu companheiro.

No filme, a representação da cangaceira ocorre de maneira diferente. As mulheres possuem papéis fortes, de liderança e bravura, elas são combatentes, donas de fazendas; mas as características femininas também estão presentes e não são motivo para que elas sejam inferiorizadas com relação aos homens. É possível ver a presença de mulheres armadas que aparecem sozinhas, não demonstrando estar no bando como companheiras de alguém.

Dadá, cangaceira e esposa de Corisco, braço direito de Lampião, foi a primeira mulher a portar um fuzil no cangaço⁸ e liderar o bando contra a volante no período em que Corisco ficou impossibilitado de combater, no final dos anos 30. Ela era admirada e respeitada pelos homens do bando, que diziam que ela “valia mais que muitos cangaceiros” (WOLFF, 2012). Tal posição se dá através da conquista. Dadá foi reconhecida por causa de suas características tidas como “masculinas”, por ser uma “mulher-macho”. Por mais que uma mulher “masculinizada” fosse vista com maus olhos dentro dessa sociedade patriarcal, de papéis de gênero muito determinados, Dadá conquistou admiração por ser muito boa combatente,

⁸ É importante frisar que esse fato só ocorre no final do cangaço, após anos desde que as mulheres passaram a fazer parte dos bandos, o que denota o caráter excepcional desse caso.

mas é interessante notar que ela “toma as rédeas” no momento em que Corisco fica impossibilitado de lutar, ou seja, por extrema necessidade.

No filme, ela é representada com características masculinas. Seus trejeitos são brutos, seu jeito de falar é “grosso”, além de não ter elementos da feminilidade. Apesar disso, ela se encontra no mesmo patamar de respeito de Maria Bonita, e não há menção sobre seu jeito de “mulher-macho”. Apesar de não ser mencionado, tal estereótipo acompanha as personagens femininas da trama, como se toda mulher nordestina fosse necessariamente “mulher-macho”. No entanto, este estigma não funciona para a manutenção de uma hierarquia que envolvem as mulheres. Tanto as mulheres representadas com características mais “masculinas” quanto mulheres mais “femininas” encontram-se no mesmo patamar, de modo que não há hierarquia entre elas nesse sentido.

Maria, por exemplo, é representada como uma mulher com traços muito femininos (não só a vaidade, mas também a misericórdia), porém também possui traços tidos como masculinos, como a violência, a liderança, a vingança (às vezes até maior que a dos outros cangaceiros).

O destaque no papel de mulher-guerreira, que une facetas do feminino e do masculino, sob um plano de fundo dramático, é recorrente no formato de minissérie, como afirma Anna Maria Balogh (2005). Como exposto pela pesquisadora, diferentemente das novelas, esse formato permite um maior aprofundamento na psicologia e na trajetória dos personagens, o que permite tal representação de Maria Bonita e das outras cangaceiras.

O filme retrata uma Maria Bonita com funções parecidas as de Lampião. Ela não apenas reina ao seu lado, como uma rainha ilustrativa, mas governa ao seu lado. Maria tem opinião sobre os negócios do marido e também sobre as estratégias traçadas por ele. Por mais que não tenha posse da última palavra – esta pertencente ao homem, Virgulino –, ela tem grande poder de persuasão, tendo o convencido a mudar de ideia em algumas situações. Maria é a mulher que as mulheres da década de 1980 querem ver representada.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: Massagana, 1999.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: invenção do “falo”** – uma história do gênero masculino (1920 – 1940). / 2ª Edição. / Durval Muniz de Albuquerque Júnior. – São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).
- LAGARDE, M. Gênero e feminismo: desarrollo humano y democracia. *In*: LAGARDE, M. **Cuadernos Inacabados**. Madrid: Instituto de la Mujer, 1997.
- MELLO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil** / Frederico Pernambucano de Mello; prefácio de Gilberto Freyre; coordenação Estúdio Sabiá, São Paulo: A Girafa Editora, 2004.
- PAIVA, Carla Conceição da Silva. **Mulheres nordestinas, sujeitos ou objetos?** Análise da representação feminina em quatro filmes brasileiros da década de oitenta. 2014. Tese. Programa de Pós-Graduação em Multimeios, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- PAIVA, Cláudio Cardoso. **As minisséries brasileiras: irradiações da latinidade na cultura global** – Tendências atuais de produção e exibição na indústria televisiva. 2007.
- SOUZA e ORRICO, Sila – **Uma Cangaceira de Lampião**. São Paulo: Traço Editora, 1984.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Amazonas, soldadas, sertanejas, guerreiras. *In*: PEDRO, Joana. PINSKY, Carla. **Nova História das mulheres** – São Paulo: Contexto, 2012.

DA DÍVIDA AO MERCADO GLOBAL: O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL E A QUESTÃO DAS REFORMAS ESTRUTURAIS LATINO-AMERICANAS NA DÉCADA DE 1980¹

Júlio Matzenbacher Zampietro²

RESUMO: Criado em 1944 como parte do novo sistema monetário desenhado em Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional passou por mudanças importantes até a década de 1980. Ao mesmo tempo, Argentina e México foram dois países que passaram por crises econômicas ligadas à dívida externa nesta mesma década. O objetivo do trabalho é delinear como as mudanças pelas quais a instituição passou moldaram sua relação com os dois países no contexto da Crise da Dívida da década de 1980, assim como ela atuou para manter sua legitimidade frente a um sistema monetário internacional que se modificava.

PALAVRAS-CHAVE: Fundo Monetário Internacional. América Latina. Disputas políticas.

O objetivo do presente trabalho é, grosso modo, delinear as mudanças pelas quais o Fundo Monetário Internacional passou ao longo das quatro primeiras décadas de sua existência, tanto em termos de seu funcionamento interno quanto de seu papel internacional. Este é um tema essencial para se compreender o desenrolar da crise da dívida latino-americana na década de 1980, tema central da pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida pelo autor.

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e orientada pelo prof. Dr. José Alves de Freitas Neto.

² Graduado em História (bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: juliomzampietro@hotmail.com.

CRIAÇÃO E PRIMEIRAS DÉCADAS

O Fundo Monetário Internacional foi criado na Conferência de Bretton Woods, realizada na cidade de mesmo nome em 1944. O ano é significativo: o fim da Segunda Guerra Mundial trouxe a preocupação, por parte de líderes globais, de que um conflito generalizado como esse pudesse ocorrer novamente no futuro. A conferência em Bretton Woods foi parte de um esforço amplo para evitar este cenário, na medida em que o delineamento de um novo sistema econômico global era visto como essencial para dismantelar o militarismo que havia causado o conflito. Para tal, três pontos centrais foram discutidos: 1) A criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, uma instituição voltada ao desenvolvimento econômico que seria responsável por financiar projetos tanto para a reconstrução da Europa quanto em países em desenvolvimento. Esta veio a se tornar o Banco Mundial em anos subsequentes. 2) A regulamentação das taxas de câmbio, a partir de um sistema de taxas fixas baseadas no dólar, que por sua vez poderia ser livremente convertido para ouro a partir de uma taxa fixa. 3) A disponibilização de empréstimos de curto prazo para países que experimentassem problemas temporários em sua balança de pagamentos (EICHENGREEN, 2008: 95-98; DE VRIES, 1986: 12).³ Os dois últimos pontos ficaram sob responsabilidade do Fundo Monetário Internacional.

Fica claro, portanto, que o papel inicial do FMI é tratar do aspecto monetário de economias, como seu próprio nome indica. O órgão teria legitimidade para interferir tanto em questões relativas à convertibilidade de uma moeda em outra, a partir do controle de taxas de câmbio, quanto no auxílio a países que estavam em perigo de escassez de moeda externa, na qual é baseado o valor de sua própria moeda.

À época, essas eram preocupações relativamente recentes: não havia conhecimento econômico que desse conta dos aspectos centrais dos

³ Um déficit nessa balança surge quando um país importa mais do que exporta, o que quer dizer que há fluxo de dinheiro constantemente saindo do país, de forma que suas reservas internacionais podem em algum momento se esgotar. Esses empréstimos teriam como objetivo auxiliar esses países temporariamente, enquanto não tomassem medidas para remediar o problema.

problemas aos quais cabia ao Fundo se atentar. Dessa forma, a instituição teve de criar modelos que viabilizassem seu próprio trabalho. O mais importante deles surgiu na década de 1950, criado por Jacques Polak, economista que fez carreira no Fundo. O maior trunfo desse modelo foi colocar a questão com base em um enfoque monetário, na medida em que a partir desse modelo era possível descrever problemas na balança de pagamentos somente a partir da criação de crédito pelo Estado. Esse modelo foi escolhido, dentre outras possibilidades, por dois motivos: 1) O tipo de dado necessário ao seu funcionamento era muito mais fácil de coletar do que dados sobre outras partes da economia, como aqueles relativos a importações e exportações. 2) A simplicidade da solução proposta para lidar com a questão. Por ver em déficits na balança de pagamentos problemas de caráter monetário, criados pela emissão excessiva de crédito pelo Estado, sua solução passaria pela redução de déficits fiscais e aumento nas taxas de juros, para reduzir a oferta de dinheiro na economia. Dessa forma, a solução estaria nas mãos de Estados individuais, a partir de variáveis de fácil acesso e controle (BARNETT & FINNEMORE, 204: 54; BRENTA, 2008: 37-38; WOODS, 2006: 40-41).

A questão da ausência de dados, se era um problema generalizado, se mostrava mais grave para países em desenvolvimento, que historicamente tinham poucos meios de coleta e processamento de informações relativas às suas economias. Dessa forma, ao longo das décadas o FMI adquiriu também o papel de coleta e disponibilização desses dados, algo que se intensificou principalmente ao fim do século XX. Fazem parte desse esforço relatórios anuais publicados pela instituição, e que versam sobre os aspectos mais importantes da economia global no ano anterior.

O Fundo passou a ter também um papel cada vez mais forte de assessoria técnica a seus países-membro, a partir não apenas da disponibilidade de dados, mas também do conhecimento teórico que a instituição acumulou ao longo das décadas. Este papel foi cumprido por ao menos dois caminhos. O primeiro é a criação do *IMF Institute* em 1964, cujo objetivo central era treinar oficiais de países-membro quanto à economia realizada no Fundo. O segundo é a revista *IMF Staff Papers*, cujo intuito central era de disseminar o trabalho realizado no Fundo, tanto em termos

de análises de países específicos quanto da criação de novos modelos para entender essas economias. Ambos tinham o duplo objetivo de disseminar as ideias da instituição e, a partir disso, tornar mais simples o diálogo com oficiais de países-membro no momento de se negociar acordos (DE VRIES, 1986: 93; POLAK, 1991: 69). Isso se tornaria importante na década de 1980. No entanto, para compreender esse período, é necessário primeiro retomar aspectos da década anterior.

DESENVOLVIMENTOS MACROECONÔMICOS

A década de 1970 foi de mudanças importantes no cenário internacional, que ocasionaram mudanças importantes para o Fundo, em particular quanto à sua legitimidade de atuação frente ao cenário internacional. Em termos gerais, dois pontos devem ser destacados.

O primeiro é que a partir de 1971, e principalmente a partir do início de 1973, o sistema monetário internacional passou por drásticas mudanças, sendo a principal delas a suspensão da livre convertibilidade do dólar em ouro (EICHENGREEN, 2008: 121-133). A flutuação de grande parte das moedas de países industriais levou ao progressivo abandono de taxas de câmbio controladas, de forma que um dos pilares fundamentais de atuação do Fundo estava deixando de existir. Como consequência, críticos do Fundo à época chegaram mesmo a questionar a necessidade de sua existência frente a um mundo que se modificava (DE VRIES, 1986: 111). Como resultado, a legitimidade da instituição estava em xeque.

Em resposta a este cenário, o FMI modificou seu funcionamento interno e buscou novas fontes de legitimidade de atuação. Parte dessa resposta se deu a partir da segunda emenda aos artigos fundadores, que entrou em vigor em 1978, depois de seis anos de discussão interna, e que estipulava Direitos Especiais de Saque como a principal reserva de valor do sistema internacional (DE VRIES, 1986: 117-118). Esses Direitos Especiais de Saque eram uma moeda criada pelo Fundo, a partir de uma proporção de outras moedas fortes do sistema, como o dólar, a libra esterlina, e o yen japonês. Esperava-se que com o passar das décadas eles se tornariam a moeda de reserva de preferência do mercado internacional

(EICHENGREEN, 2008: 117). Além disso, o aspecto de assessoria técnica do Fundo se acentuou, na medida em que os países precisavam dela para realizarem a transição ao novo sistema de câmbio flutuante.

Para além do aspecto monetário, outro ponto importante para se compreender a década de 1980 são os dois choques do petróleo, em 1973 e 1978. O drástico aumento no preço dos barris de petróleo levou a um aumento da inflação em países industrializados; em resposta, os Estados Unidos aumentaram suas taxas de juros ao fim da década de 1970. Além disso, esse aumento de preço gerou uma acumulação intensa de “petrodólares” em países exportadores, que tiveram de ser escoados de alguma forma. A solução encontrada pelo sistema internacional foi emprestar esse dinheiro a países em desenvolvimento (FRIEDEN, 1991: 61-64). A facilidade com que países latino-americanos contraiu empréstimos no período ajudou a gerar grandes dívidas externas que explodiram na década seguinte.

Os casos de Argentina e México são paradigmáticos, por motivos distintos. O que tinham em comum é que, junto do Brasil, esses dois países representavam as maiores dívidas externas do início da década de 1980. No entanto, seu surgimento ocorre por motivos distintos em cada país.

No caso da Argentina, o período ditatorial iniciado em 1976, o mais violento e repressivo do século XX, trouxe consigo dois conjuntos de medidas fundamentais para compreender o problema pelo qual o país passou na década seguinte. O primeiro foi uma política de sobrevalorização do peso frente ao dólar, o que gerou incentivos à fuga de capitais e um aumento em seis vezes da dívida externa, para cobrir essa sobrevalorização. Para além disso, analistas à época estimaram que cerca de 30% do valor da dívida foi gasto com objetivos repressivos, já que não há registo de sua origem. Já o segundo conjunto remete a medidas de liberalização de mercados que geraram uma oligopolização da economia, à medida em que empresas de pequeno e médio porte quebravam frente à competição internacional (FAIR, 2014: 136-138; BRENTA, 2019: 42-43).

Para além disso, 1982 foi um ano marcante para os argentinos por conta da Guerra das Malvinas, conflito com o Reino Unido que durou poucos meses, mas foi o suficiente para dismantelar de forma ainda mais

profunda a economia do país e para atravancar suas relações internacionais. A principal consequência política desse conflito foi a desmoralização das Forças Armadas, que tiveram de deixar o poder a partir de um processo de redemocratização (NOVARO & PALERMO, 2007: 606-608). Desta forma, em termos bastante amplos, a Argentina se encontrava, em 1983, com uma das maiores dívidas externas do planeta ao mesmo tempo em que sua capacidade produtiva havia sido drasticamente reduzida e o país passava por um processo recuperação ante um regime repressivo.

Já o caso mexicano é um pouco distinto. Se na Argentina a dívida externa foi contraída sem que o dinheiro fosse investido em setores produtivos, no caso mexicano grande parte dessa dívida foi canalizada para a produção de petróleo em poços descobertos na década de 1970. Esses investimentos tornaram o México um grande exportador da commodity, algo que de início foi benéfico, na medida em que os choques do petróleo deram esperanças de um futuro melhor ao país (SCHMIDT, 1985: 230-231; MARTÍNEZ-CANTÚ, 1992: 62). Em 1982, no entanto, dois fatores se acumularam para levar o governo mexicano a decretar moratória em seus pagamentos da dívida. O primeiro foi o aumento das taxas de juros nos Estados Unidos, como mencionado acima: como consequência, dívidas denominadas em dólares, em particular aquelas de curto prazo, passaram a ter também suas taxas de juros aumentadas. O segundo foi uma leve queda no preço do barril de petróleo, suficiente para que, quando composto com o problema dos juros, gerasse a necessidade de se decretar um cessamento de pagamentos em agosto de 1982. Essa ação gerou um efeito dominó, em que credores passaram a desconfiar da capacidade dos demais países latino-americanos de pagar suas grandes dívidas; o virtual cessamento de novos empréstimos à região levou à eclosão da crise da dívida da década de 1980 (FRIEDED, 1991: 64).

NOVO PAPEL DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

É nesse contexto que o Fundo Monetário Internacional passou a atuar de forma mais concreta em países latino-americanos. Seu contato com esses países gerou duas consequências fundamentais.

A primeira, relacionada ao papel que a instituição possui no sistema internacional, é que o Fundo passou a ser um catalizador de empréstimos. O Clube de Paris, um clube informal de países credores, passou a só fechar acordos de renegociação de dívidas com países devedores se estes já tivessem entrado em acordo com o FMI (NOYER, 1994: 389-390). Além disso, o diretor-geral da instituição à época, Jacques de Larosière, teve papel fundamental na negociação da dívida dos dois países mencionados com a comunidade financeira internacional, atuando como um garantidor das promessas feitas por oficiais mexicanos, em particular (KRAFT, 1984: 47-49).

Esse papel de catalizador só foi possível por conta da segunda mudança pela qual o Fundo passou, dessa vez em termos intelectuais. Isso porque na década de 1980 a ênfase de suas cláusulas de condicionalidade foi modificada. Essas cláusulas constituem condições que um país devedor concorda em seguir para que empréstimos sejam concedidos pelo Fundo, sob pena de cancelamento do programa caso não sejam atingidas as metas estipuladas por elas. Enquanto nas décadas anteriores essas se mantiveram predominantemente relacionadas a aspectos monetários, baseadas no modelo de Polak, a partir da década de 1980 elas passam a incluir reformas estruturais (KENTIKELLENIS & BABB, 2019: 1742-1744).

Diferente de reformas monetárias, relacionadas a taxas de câmbio e emissão monetária, reformas estruturais modificam as “condições de fundo” da economia do país, no sentido de que elas alteram profundamente a estrutura produtiva desses países para que se evite o próprio surgimento do problema a se resolver. São vistas como reformas “permanentes”, em contraste com reformas monetárias consideradas paliativas, temporárias, e sua característica mais marcante é a liberalização de mercados (MAÇÃES, 2013: 155). Dessa forma, são reformas profundas, que almejam levar o país a um caminho de crescimento econômico no médio e longo prazos. Por terem esse aspecto de crescimento, se tornaram fundamentais para a perspectiva de pagamento da dívida de países latino-americanos, e por isso foram importantes ao novo papel de catalizador de empréstimos que o Fundo adquiriu nesse período – países credores e bancos internacionais

passavam a ter mais confiança de que seus empréstimos seriam devolvidos quando países concordavam em realizar essas reformas.

Um desenvolvimento desse duplo processo surgiu em 1985 na forma do Plano Baker. James Baker III era secretário do Tesouro estadunidense no período, e criou um plano para resolver o problema coletivo da dívida externa. Esse plano se baseava em três pontos: 1) os países envolvidos deveriam realizar reformas que levassem à construção e liberalização de mercados, assim como ao fortalecimento do setor privado e aumento de poupança e investimento; 2) o FMI teria papel central como catalizador de empréstimos a partir dessa reformas, enquanto o Banco Mundial deveria aumentar seus próprios empréstimos a países endividados; 3) bancos privados internacionais deveriam complementar os empréstimos dessas duas instituições (BRENTA, 2008: 464-465; BOARDS OF GOVERNORS, 1986: 206-207).

O Plano Baker falhou em sua tentativa de resolver o problema dos países endividados. Por outro lado, seus objetivos e implementação permitem reforçar as duas conclusões centrais do presente texto: 1) o Fundo Monetário Internacional é uma organização internacional que, ao se deparar com uma crise de legitimidade, se reinventou de forma a obter mais espaço e poder na nova configuração que o sistema monetário internacional tomava a partir da década de 1970; 2) como resultado de desdobramentos econômicos dessa época, e da ação do Fundo, grande parte dos países latino-americanos entraram em um processo de liberalização de mercados que os levaria a se integrarem cada vez mais nos mercados globais, aspecto central da acentuação da globalização nas décadas de 1970 e 1980.

REFERÊNCIAS

- BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. **Rules for the World**. International organizations in global politics. Ithaca: Cornell University Press, 2004.
- BOARDS OF GOVERNORS. **Summary proceedings of the 1985 annual meeting of the Boards of Governors**. Seoul, October 8-11, 1985. Washington, DC: World Bank, 1986.
- BRENTA, Noemí. **Argentina Atrapada**. Historia de las relaciones con el FMI 1956-2006. Prólogo de Mario Rapoport. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2008.
- BRENTA, Noemí. **Historia de la deuda externa argentina**. De Martínez de Hoz a Macri. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Capital Intelectual, 2019.
- DE VRIES, Margaret Garritsen. **The IMF in a Changing World**. 1945-85. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 1986.
- EICHENGREEN, Barry. **Globalizing Capital**. A history of the international monetary system. Second edition. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- FAIR, Hernán. Las reformas pro-mercado en la Argentina. Un análisis socio-histórico de las políticas económicas del período 1976-1989. *In: DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, v. 4, n. 1, 2014, pp. 132-164.
- FRIEDEN, Jeffry A. **Debt, Development, and Democracy**. Modern Political Economy and Latin America, 1965-1985. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- KENTIKELIS, Alexander E.; BABB, Sarah. The Making of Neoliberal Globalization: Norm substitution and the politics of clandestine institutional change. *In: American Journal of Sociology*, vol. 124, no. 6, 2019, pp. 1720-62.

- KRAFT, Joseph. **The Mexican Rescue**. New York: Group of Thirty, 1984.
- MAÇÃES, Bruno. What are structural reforms? *In: European View*, vol. 12, 2013, pp. 153-159.
- MARTÍNEZ-CANTÚ, Esther. **The Politics of the Debt Crisis in Mexico (1982-1988)**. 1992. Tese (doutorado em Ciência Política) – Departamento de Política, University of Leeds, Leeds.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A ditadura militar argentina 1976-1983**. Do golpe de Estado à restauração democrática. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- NOYER, Christian. Le Club de Paris et le Fonds Monétaire International. *In: Revue d'économie financière*, BRETON WOODS : Mélanges pour un cinquantenaire, 1994, pp. 389-395.
- POLAK, Jacques. **The Changing Nature of IMF Conditionality**. Working Paper No. 41. Washington, D.C.: OECD Development Centre, 1991.
- SCHMIDT, Henry C. The Mexican Foreign Debt and the Sexennial Transition from López Portillo to De la Madrid. *In: Mexican Studies*, vol. 1, no. 2, 1985, pp. 227-254.
- WOODS, Ngaire. **The Globalizers**. The IMF, the World Bank, and Their Borrowers. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

A MUDANÇA NA PAISAGEM ATRAVÉS DOS VINHEDOS

*Júlia Mai Velasco*¹

*Laianny Cristine Gonçalves Terreri*²

RESUMO: O objetivo da pesquisa é investigar e comparar o processo histórico de desenvolvimento da vitivinicultura nas Américas considerando as transformações ocorridas nos aspectos socioambientais com a implantação dos vinhedos desde o século XIX. O recorte geográfico é amplo, englobando as regiões vitivinícolas do Sul do Brasil, da Província de Mendoza na Argentina e do Vale Central do Chile em comparação com a Califórnia nos Estados Unidos para apresentar uma perspectiva de História Ambiental Global.

PALAVRAS-CHAVE: História Ambiental Global. Vitivinicultura. Spatial History.

INTRODUÇÃO

Desde a metade do século XX, a produção de uvas e vinhos é considerada uma *commodity*, com participação relevante na economia de vários países do mundo. Isto porque tanto a paisagem vitícola quanto seus produtos possuem não apenas valor comercial, mas também valores culturais e simbólicos. Além disso, o vinho está também relacionado à saúde e à longevidade de seus consumidores, como apontam estudos recentes a respeito de seus efeitos benéficos para o coração e a memória.

O cultivo da uva e a produção de vinho têm importância destacada em diversas culturas. Nas Américas, os vinhedos seguiram as expedições de conquista tanto de Portugal quanto da Espanha, e já há registros de sua produção no século XVI. Uma análise tradicionalista explicaria sua intro-

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do CNPq – Brasil e Propesq/UFSC. E-mail: juliamvelasco@hotmail.com

² Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do CNPq – Brasil e Propesq/UFSC. E-mail: laiannyterreri@gmail.com

dução e rápida disseminação pelos territórios conquistados como devidas ao caráter religioso e ritualístico do vinho, especialmente dentro das práticas católicas professadas por portugueses e espanhóis. No entanto, novos estudos apontam para os fatores sociais e econômicos como explicação para a propagação das parreiras pelo Novo Mundo. O vinho representava um estilo de vida, e a introdução de sua produção nas Américas significava a manutenção do mesmo para aqueles que se encontravam longe de suas terras natais (NODARI & FRANK, 2019, p. 186).

É a partir do século XIX, todavia, que este cultivo começa a se destacar. No Brasil, isso ocorreu com o estabelecimento de imigrantes alemães e italianos nas regiões do Sul do Brasil, que trouxeram consigo suas mudas de parreiras. Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dois líderes na produção vitivinícola brasileira, apresentam um quadro muito parecido. As regiões vitivinícolas de ambos estados apresentam condições similares de clima e topografia, e nelas se desenvolveu e desenvolve a vitivinicultura em pequenas e médias propriedades em cuja mão-de-obra é basicamente familiar ou se desdobrou a partir desta, formando hoje empresas familiares que, muitas vezes, adotam o nome da família como sua marca. A vitivinicultura nestas regiões foi precedida por um intenso processo de extrativismo que destruiu florestas nativas, substituindo-as pela policultura e fruticultura (NODARI, 2017, p. 83)

Na Argentina, o cultivo da uva e do vinho já recebia mais atenção desde os tempos coloniais. É no século XIX, no entanto, que esta atividade se seculariza a partir de críticas feitas por intelectuais liberais ao monopólio eclesiástico, que aos poucos foi perdendo o protagonismo na cena vitivinícola do país (LACOSTE, 2013, p. 66). A vitivinicultura argentina, especialmente na região de Cuyo na Província de Mendoza, permitiu uma grande mobilidade social nos períodos coloniais e pós-coloniais.

De maneira semelhante à Argentina, a vitivinicultura no Chile também já possuía destaque no período colonial, sendo o principal pólo vitivinícola da América. Foram os parreirais chilenos os responsáveis, no século XIX, pela recuperação das vinhas europeias após estas serem devastadas pela Filoxera (*Phylloxera vastatrix*). Todavia, a vitivinicultura chilena voltada para o mercado internacional, desenvolvida principalmente a partir das

últimas décadas do século XX, é marcada principalmente pela presença de especialistas estrangeiros e de uvas francesas, faltando ao vinho chileno uma identidade histórica (PATRIMONIO VITIVINÍCOLA, 2015, p. 21).

DA TERRA À MESA: UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DA VITIVINICULTURA NAS AMÉRICAS

Apesar de seus produtos estarem recebendo cada vez mais destaque econômico e social, a vitivinicultura ainda não recebe a atenção adequada como objeto de estudo nas áreas de Ciências Humanas. Foi a partir desta análise que surgiu o projeto “Da terra à mesa: uma história ambiental da vitivinicultura nas Américas”, continuação do projeto “Dos vinhedos familiares às grandes empresas: uma História Ambiental da vitivinicultura no Brasil”, ambos coordenados pela professora Dra. Eunice Sueli Nodari. O objetivo do projeto vem de uma compreensão de que a vitivinicultura ainda não recebe o devido reconhecimento como objeto de pesquisas, especialmente em História Ambiental, e os trabalhos existentes configuram ainda uma história regional, faltando a conexão com outras áreas de estudo para globalizá-los. Apesar de as vinícolas sul-americanas estarem cada vez mais em evidência no mercado internacional, com prêmios de melhores vinhos, suas histórias ainda são pouco conhecidas.

Assim, a pesquisa procura comparar o processo histórico de implantação e desenvolvimento da vitivinicultura, analisando semelhanças e divergências, com o que aconteceu e acontece na Província de Mendoza na Argentina, no Vale Central do Chile e na Califórnia nos Estados Unidos. O recorte geográfico é amplo, mas justifica-se pois são as áreas onde a vitivinicultura se desenvolveu com mais força, tanto socialmente como economicamente, no continente americano, e é necessário para termos um entendimento do processo de expansão da vitivinicultura numa perspectiva da História Ambiental Global.

A História Ambiental se constitui, de forma sucinta, no estudo da relação das sociedades humanas e a natureza. O ponto de partida de nossa pesquisa é o entendimento da particularidade com a qual cada sociedade relaciona-se com o meio ambiente. Assim, nossa história ambiental

caracteriza-se como uma forma de olhar para o passado e enxergar como o espaço e elementos naturais participaram da constituição de sujeitos e sociedades. Como afirma Donald Worster, “seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, 1991, p. 2). O mundo natural, portanto, condiciona a experiência humana, mas as ações humanas também influenciam e moldam o meio natural. A natureza, dessa maneira, pode ser entendida como natural e cultural ao mesmo tempo.

A proposta de uma história ambiental da vitivinicultura compreende que esta é uma pesquisa que se estende além das instituições humanas, abarcando também os ecossistemas naturais que lhes fornecem contexto (CRONON, 1989). Tendo isso em vista, a História Ambiental Global é um trabalho que exige a colaboração de diversas áreas de pesquisa, de diferentes escalas geográficas e de várias perspectivas. Através dessa junção é possível criar uma narrativa ou uma análise ecológica global (MCNEILL & MAULDIN, 2012). Além disso, de acordo com Du Pisani, em um texto de Gabriela Corona (2008) que apresenta perspectivas de vários autores a respeito da História Ambiental Global, aponta que, no estudo da interação dinâmica entre o uso da terra e a cobertura da mesma, o historiador ambiental está em uma posição privilegiada para interpretar o sensoriamento remoto especializado e a “verdade da terra” da sua cobertura com os dados fornecidos pelos geógrafos e botânicos em um contexto cultural específico do uso da terra. A mudança da cobertura da terra, como muitos outros processos biofísicos, só pode ser adequadamente compreendida quando se leva em consideração o fator humano (CORONA, 2008, p. 243).

Aliado a isso, nosso projeto utiliza a *Spatial History* pelo SIG Histórico, metodologia que permite compreender o processo de como os seres humanos conviveram e alteraram a paisagem não só por meio da análise de fontes escritas, mas também pela junção de diversos tipos de dados quantitativos e espaciais num sistema de informações geográficas que permite a visualização e a percepção de novas informações. Ela advém de

um movimento das Humanidades Digitais e se constitui, segundo Richard White, em um meio de fazer pesquisa, gerando perguntas que talvez não surgissem de outra maneira, além de revelar relações históricas que poderiam passar despercebidas (WHITE, 2010).

As fontes disponíveis disponíveis para uma reconstrução da prática e propagação da vitivinicultura são variadas. Entre as evidências relativas ao cultivo de uvas, a sua vinificação, o transporte, a venda de vinho e o seu consumo final, as fontes para estudar a viticultura e o vinho podem ser agrupadas em dois tipos: as arqueológicas e as escritas. Para o nosso recorte da pesquisa, nos ativemos às fontes escritas. Entre a documentação oficial destacamos: relatórios de governo; legislação federal, estadual e municipal; censos demográficos e agropecuários; mapas e as plantas da região, e entre a documentação não oficial encontram-se relatos e livros de memórias. Além disso, contamos com a coleta e análise de acervos fotográficos e memórias deixadas por habitantes da região. As fotografias também são uma excelente fonte, pois permitem a distinção visual da alteração da paisagem quando utilizadas em comparação.

A perspectiva de História Global aplicada a nosso projeto é possível também por causa das parcerias internacionais entre o Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC, o LABIMHA. Do projeto anterior, mantivemos a parceria com o *Center for Spatial and Textual Analysis* da Universidade de Stanford nos Estados Unidos, o CESTA, que nos garante o contato com os especialistas em Spatial History, sendo os responsáveis por esta parte da análise, e, no Sul, temos a Universidad Nacional de General Sarmiento, o Instituto Argentino de Nivologia, Glaciologia e Ciencias Ambientales e a Universidad Nacional de Cuyo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de transformação e reconfiguração das paisagens americanas pelas parreiras pretende auxiliar na compreensão da importância socioambiental e econômica da vitivinicultura nas regiões onde ela foi introduzida e como o meio ambiente foi afetado e alterado. É importante salientar o caráter de *commodity* da uva e do vinho, que possuem

tanto o valor comercial, mas que constituem também um capital cultural e simbólico. Nosso recorte espacial, portanto, visa justamente estudar a história da vitivinicultura nessas regiões que estão despontando tanto em seus países, como no exterior, pela qualidade de seus vinhos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

REFERÊNCIAS

- CORONA, Gabriella, ed. “What is Global Environmental History? Conversation with Piero Bevilacqua, Guillermo Castro, Ranjan Chakrabarti, Kobus du Pisani, John R. McNeill, Donald Worster”. **Global Environment 2**, Cabridgeshire, pp. 228-249, 2008.
- LACOSTE, Pablo. **Vinos de Capa y Espada: Los viticultores que iniciaron el Torrontés y el Malbec en la Argentina: 300 años de viticultura, sociedad y economía (1561-1861)**. 2013.
- MCNEILL, J.R., MAULDIN, Erin Stewart (eds). **A Companion to Global Environmental History**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.
- NODARI, Eunice Sueli. Entre florestas e parreirais: a vitivinicultura no Alto Vale do Rio do Peixe/SC. In: Gerhardt, Marcos; NODARI, Eunice Sueli; MORETTO, Samira Peruchi. (orgs.) **História Ambiental e Migrações: Diálogos**. São Leopoldo: Oikos; Chapeco: UFFS, pp. 81-94, 2017.
- NODARI, Eunice Sueli; FRANK, Zephyr. Vinhos de Altitude no Estado de Santa Catarina: a firmação de uma identidade. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, pp. 183 - 200, jan./abr. 2019.
- Patrimonio Vitivinícola - Aproximaciones a la cultura del vino en Chile**. Ediciones Biblioteca Nacional, 2015.

WHITE, Richard. **What is Spatial History**. Disponível em: <https://web.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=29>>
Acesso em 21 ago. 2021.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4., n. 8, 1991.

REFLEXÕES INICIAIS ACERCA DA HISTORIOGRAFIA DA GUERRA FRANCO- PRUSSIANA A PARTIR DO DEBATE DE FUSTEL DE COULANGES E THEODOR MOMMSEN PELA ALSÁCIA-LORENA

Lucas Arantes Lorga¹

RESUMO: O presente artigo é uma versão resumida e parcial de um trabalho maior. Serão apresentados, nas próximas páginas, algumas considerações e reflexões do primeiro capítulo de uma pesquisa intitulada “Contradições entre o nacionalismo francês da segunda metade do século XIX e a teoria dos metódicos: o debate de Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen acerca da Alsácia-Lorena”, financiada pela FAPESP. Neste texto, pretendo mostrar as condições de produção da documentação consultada e introduzir problematizações acerca da historiografia da Guerra Franco-Prussiana.

PALAVRAS-CHAVES: Fustel de Coulanges. Theodor Mommsen. Guerra franco-prussiana

INTRODUÇÃO

A pesquisa pretendeu estudar o debate de dois grandes historiadores do século XIX: Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen. Os pensadores em questão digladiaram-se em alguns textos publicados em importantes jornais europeus acerca da verdadeira nacionalidade do território da Alsácia-Lorena: francesa ou alemã. Mais do que uma discussão territorial, os autores pretendiam, com isso, cooptar a ajuda militar italiana durante

¹ Graduando em História (Bacharelado) pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pesquisa de iniciação científica orientada pelo Prof. Dr. Glaydson José da Silva. O presente texto foi realizado sob o processo de número 2019/26912-2 e as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. E-mail: lucaslorga1@gmail.com.

a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Ao todo, a pesquisa teve três capítulos, que serão posteriormente publicados separadamente, e realizou a tradução de quatro cartas: uma de Coulanges do francês e três de Mommsen do italiano, que também serão publicadas.

O primeiro capítulo tinha um objetivo bem claro: realizar uma primeira abordagem do documento, historicizando-o. Esta etapa mais pragmática foi necessária em um primeiro momento para historicizar as fontes e identificar seu contexto de produção mais imediato. Somente após esse movimento é que foram esmiuçados, nos capítulos seguintes, as lógicas argumentativas dos autores e suas tendências intelectuais, tanto nacionalistas quanto historiográficas. Sendo assim, neste breve texto, serão apresentados alguns dados importantes acerca da produção das fontes estudadas. Mais especificamente, as próximas páginas versarão sobre a Guerra Franco-Prussiana e a movimentação da intelectualidade da época, na qual Coulanges e Mommsen se inserem.

Porém, o presente trabalho tem, também, um segundo objetivo. Ao pesquisar sobre a Guerra Franco-Prussiana, percebemos alguns lugares comuns, como definido por Fábio Franzini (2007), na historiografia do século XX e começo do XXI. Mais curioso ainda foi quando, ao lermos a documentação, percebemos que vários destes lugares comuns já estavam postos sincronicamente à guerra, inclusive no debate de Coulanges com Mommsen. Sendo assim, procurou-se mostrar que grande parte das linhas interpretativas da historiografia do século XX foram moldadas por discursos nacionalistas dos anos seguintes após o conflito. Com isso, introduzindo ao público acadêmico brasileiro um debate ainda nascente no cenário internacional, mostrar-se-á, também, a intercessão epistemológica entre nacionalismo e história na historiografia da Guerra Franco-Prussiana.

Sendo assim, o presente artigo será dividido em duas partes. A primeira tratará sobre a etapa pragmática, mostrando algumas características essenciais do contexto de produção das fontes. Depois, passar-se-á para as problemáticas da historiografia acerca da Guerra Franco-Prussiana. Durante todo o texto, serão postas algumas passagens traduzidas da discussão de Coulanges e Mommsen.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL

Como já dito anteriormente, a disputa de Coulanges e Mommsen foi produzida durante a famigerada Guerra Franco-Prussiana de 1870 a 1871. Mais especificamente, Mommsen iniciou o debate em 10 de agosto de 1870, publicando uma carta ao jornal milanês *La Perseveranza*. O periódico italiano possuía um caráter eminentemente conservador e procurava a conciliação da burguesia nascente com a antiga aristocracia (MORONI, 2005).

Porém, em 20 de agosto do mesmo ano, Mommsen resolveu endereçar uma nova carta a outro jornal milanês: o *Il Secolo*. Essa decisão é interessante, pois os dois periódicos eram rivais editoriais. O *Il Secolo*, ao contrário do *La Perseveranza*, tinha um caráter republicano e democrático (COOPER: 1991), sendo conhecido até mesmo como a “Bíblia do trabalhador” (SUTCLIFFE: 2014: pág 182). Essa mudança drástica pode ser explicada, pois Mommsen alegou sofrer censura no *La Perseveranza*, assim como ter sido desrespeitado com uma resposta a sua carta logo em seguida. Nas palavras de Mommsen:

La Perseveranza quis acolher algumas de minhas palavras em suas colunas acerca da situação política atual, e especialmente a relação entre a Itália e a Alemanha. Se este jornal considerou adequado fazer suas próprias reservas, e remover aquelas passagens que não pareciam compatíveis com seu profundo respeito por Tulherias², isto não é tanto culpa do honorável editor, de quem reconheço a benevolência e boa fé, tanto quanto do autor, que não soube distinguir o *La Perseveranza* que foi para o *La Perseveranza* que é (MOMMSEN: 1870: pág. 7: tradução nossa).

Mesmo assim, nas duas cartas Mommsen tinha um intuito claro. O historiador alemão pretendia, como já dito antes, convencer os italianos a

² Mommsen refere-se ao palácio de Tulherias, residência particular de Napoleão III. Provavelmente, o historiador alemão está inferindo uma simpatia do jornal *La Perseveranza* ao Segundo Império Francês.

ajudar militarmente a Alemanha ou, no mínimo, não entrarem na guerra ao lado da França. Para isso, Mommsen conclui que nem a Itália e nem nenhum outro país europeu deveria se meter na disputa, pois era um assunto eminentemente alemão e francês. Como afirmado por Mommsen, ao final da guerra com a vitória prussiana:

Mas só nós tínhamos de travar a guerra e sozinhos defender esse equilíbrio, quando a França se preparava para desestruturá-lo devido ao desmembramento da Prússia e à meditada conquista de metade da Alemanha (MOMMSEN: 1870, pág. 11: tradução nossa).

Mais do que isso, a guerra seria defensiva por parte da Alemanha, que só se protegia do brutal ataque francês.

Fustel de Coulanges, lendo tal carta, resolveu retrucar. Em 27 de outubro de 1870, Coulanges publicou na famosa revista parisiense *Revue des Deux Mondes* o texto intitulado “A Alsácia-Lorena é alemã ou francesa? Resposta ao Senhor Mommsen, professor em Berlim”.

Assim como com Mommsen, faz-se importante demonstrar qual era a motivação de Coulanges em publicar na *Revue des Deux Mondes*. A revista era, com bastante segurança, um dos periódicos conservadores mais importantes da França e da Europa na época (CAMARGO: 2015). Não só isso, como foi palco de um movimento quase catártico de diversos intelectuais franceses da época, como Ernest Renan, François Buloz, que também era diretor do periódico, Ernest Lavisse, E.M Caro, Emile Montégut, etc (HARTOG: 2003). Tais pensadores procuravam, assim como Coulanges, uma explicação para a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana, assim como ansiavam por um culpado explícito do início e fim do conflito. Essa tendência analítica, que associava a intelectualidade com nacionalismo à procura de um bode expiatório para as tragédias da guerra, seguiu por parte da historiografia do século XX, como será visto mais a frente. Coulanges tinha entendido as cartas de Mommsen como uma afronta direta à sua nação. Segundo ele:

O senhor mandou recentemente três cartas ao povo italiano. Essas cartas, que apareceram primeiro nos jornais de Milão e que foram, então, combinados em panfletos, são um real manifesto contra nossa nação. Você deixou seus estudos históricos para atacar a França; eu farei o mesmo para te responder (COULANGES: 1870: pág. 1: tradução nossa).

Sendo assim, a posição de Coulanges e Mommsen era bem clara. O historiador alemão afirmava que a guerra seria defensiva, afinal, quem realizou a declaração do conflito foi a própria França. Por isso, o resto da Europa deveria estar favorável aos interesses prussianos, que só pretendiam se defender e, para isso, teriam que resgatar o território da Alsácia-Lorena, antes pertencente ao Sacro Império Romano Germânico (EMIG: 2011). Já Coulanges argumentava que nem a língua, nem a etnicidade faziam uma nação; ao contrário, a nação era composta pela vontade popular de pertencimento no presente, não em questões do passado. Em suas palavras:

O que distingue as nações não é nem a raça, nem a língua. Os homens sentem em seus corações que eles são um só povo quando eles têm uma comunidade de idéias, interesses, afetos, memórias e esperanças. Isso é o que faz a pátria. É por isso que os homens querem marchar juntos, juntos trabalhar, juntos combater, viver e morrer uns pelos outros. A pátria, é o que se ama (COULANGES: 1870: pág. 10: tradução nossa).

Tendo visto um pouco sobre as características mais imediatas do documento, passemos, agora, para as questões historiográficas.

PROBLEMAS HISTORIOGRÁFICOS DA GUERRA FRANCO-PRUSSIANA

O nacionalismo e a historiografia acerca da guerra andaram de mãos dadas durante todo o século XX. O historiador Carl Rudolf Lemieux

(2009), inclusive, chega a denominar tal período como uma “Lenda Escura”, devido aos fatos distorcidos e mal analisados acerca do conflito. A dificuldade de passar, segundo os termos de Tzvetan Todorov (2000), de memória literal para exemplar é uma marca de certos usos do passado no caso de eventos traumáticos. No caso da Guerra Franco-Prussiana, podemos ver até mesmo casos cômicos de uma utilização enviesada da memória, como monumentos históricos em homenagem a um soldado morto em combate que nem mesmo chegou a existir (KANTER: 1986).

Além dos abusos do passado, é possível também perceber alguns problemas de caráter procedimental na historiografia da guerra. Parte dos estudos sobre o período não se conversam por questões linguísticas, tendo em vista o pouco acesso da comunidade internacional à língua alemã. Isso impede, de certa forma, não só a troca entre pesquisas, como uma visão enviesada dos documentos, quase sempre em francês, italiano ou inglês (LEMIEUX: 2009). Além disso, parte da documentação em alemão só foi liberada pelo governo após a década de 1950, em proteção à linhagem real prussiana dos Hohenzollern (HALPERIN: 2015).

Já do ponto de vista analítico, podemos observar duas tendências historiográficas consolidadas. Como posto por Lemieux (2009), há uma linha francesa e angloamericana que procura culpar a Alemanha pelo conflito. Aqui, normalmente temos a culpabilização de Bismarck, tido quase sempre como um arquiteto perverso em busca de seu *Reichsgründung* (*Fundação do Reich*). Temos, como exemplos dessa linha, autores como Todd. H. Hall (2016), Josef Becker (2008), Geoffrey Wawro (2003), Stephen Badsey (2003), Colin de Berri Webb (1966) e o historiador francês Pierre Renouvin (RENOUVIN *apud* LEMIEUX: 2009). Essa leitura é, por vezes, marcada por uma análise de longa duração, que procura fazer uma pré-história do nazismo, tentando achar indícios que levaram à barbárie do Terceiro Reich. Curioso como Coulanges compartilha dessa visão culpabilizadora de Bismarck, quando afirma que:

Assim, do mês de agosto, você indicou com perfeita perspicácia o verdadeiro ponto que estava em disputa entre a França e a Prússia. S. Bismarck ainda não havia

se pronunciado. Ele ainda não tinha dito em voz alta que fazia a guerra para meter a mão na Alsácia e na Lorena (COULANGES: 1870: pág. 4: tradução nossa).

Também demonstra certa visão de que os alemães foram bárbaros durante a guerra quando afirma que:

E esses soldados alemães, que lançaram bombas contra Estrasburgo, que miravam na catedral, que queimaram o *Temple-Neuf*, a biblioteca, as casas, o hospital, que, respeitando as muralhas e poupando a guarnição, não eram impiedosos apenas com os habitantes, diga francamente, com a mão no coração, se sentem seus compatriotas! (COULANGES: 1870: pág. 13: tradução nossa).

Assim, de maneira breve, podemos ver sincronicamente ao conflito a formação de uma tendência bem consolidada durante o século XX na historiografia.

Essas visões, entretanto, estão sendo revistas ao longo das primeiras décadas do século XXI. Bastian Scianna (2009), por exemplo, argumenta que a vitória alemã não foi consolidada por meio de agressões à população francesa fora do padrão das guerras europeias. A partir de documentos ainda pouco estudados, Scianna revê os números de capturados, mortos, feridos e casas destruídas ao longo do conflito, mostrando uma porcentagem muito menor do que esperava-se, tendo em vista a propaganda francesa da época e a historiografia posterior.

A culpa de Bismarck também não é consenso entre os historiadores do final do século XX e começo do XXI. Lemieux (2000), por exemplo, contrariando abertamente a historiografia tradicional francesa, afirma categoricamente que Bismarck pouco sabia sobre os principais fatos usualmente utilizados para culpá-lo, como a indicação de Guilherme I para o trono da Espanha. Outros autores, como, Sanford Kanter (1986), David Wetzel (WETZEL *apud* Lemieux: 2009; BECKER: 2008) e A. J. P. Taylor (1955 *apud* WEBB: 1966), também tentam advogar por uma menor culpabilidade de Bismarck.

A outra linha historiográfica focou-se na culpabilização francesa, principalmente nas figuras de Napoleão III e o ministro das relações exteriores, o Duque de Grammont. É comum achar nessas obras categorizações de Napoleão III como um desinteressado nas políticas francesas ou Grammont como seu maior erro (LEHAUTCOURT: 1921 *apud* LEMIEUX: 2009). Até mesmo a Imperatriz Eugênia, esposa de Napoleão, foi posta nos bancos dos réus. Mommsen, inclusive, chega a endereçar os três personagens durante sua carta, procurando possíveis culpados, dizendo que:

Hoje, particularmente depois que *o senhor Grammont*, contra cada regra cênica, fez preceder à tragédia da guerra a brutal e burlesca “declaração de guerra”, muitos o responsabilizaram, não digo ele, pobre fantoche, mas o diretor desses fantoches. *Eles descontam em Napoleão III* não só pela escolha feliz do momento e pela concomitante amenidade dessa declaração, como é bem da razão, mas também pela própria guerra. Mas as verdadeiras e gigantescas proporções da terrível luta entre alemães e franceses estão diminuindo, e não tiveram como autor Napoleão Terceiro. Que a imensa responsabilidade não pode ser posta a um indivíduo, mesmo que autocrata. Para dizer a verdade, os alemães - e isso é perfeitamente perdoável - agora julgam o imperador não com a justeza com que educam seus soldados. Quem faz dele um Calígula e Nero, *ou um incapaz liderado por sua esposa, une médiocrité méconnue*, segundo o ditado espiritual daquele francês infeliz, que, enredado nas redes da obliquidade imperial, viu, quando tarde demais, o abismo que se abria sob ele, e em um momento de desespero fez-se sua primeira vítima (MOMMSEN: 1870: pág. 13: tradução nossa, grifos nosso).

Curioso como o próprio Mommsen discordou dessas posições que culpam os três atores políticos. Ao contrário, ele optou por jogar a culpa na vontade nacional e popular francesa, dizendo que:

[...] o fato é que foi a vontade firme da grande maioria desses franceses, que se importam com a política, apoderar-se de uma de nossas províncias, onde não mora um só francês indígena, onde não há nem mesmo nome de partido francês, mas pelas minas de carvão e pela indústria e comércio dos habitantes ser a mais rica e a mais bela de todas (MOMMSEN: 1870: pág. 14: tradução nossa).

O historiador alemão, ao endereçar a culpa à nação francesa como um todo, de fato possuía uma análise sofisticada até mesmo para os padrões da historiografia do século XX e XXI. Porém, só o fato de que Mommsen chegou a citar outros intelectuais que culpabilizaram tanto Napoleão III, quanto Grammont mostra a capilaridade de tais opiniões, sustentando o argumento de que as principais linhas historiográficas posteriores já estavam presentes durante o conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, portanto, mostrar brevemente algumas considerações acerca da documentação e da historiografia do período de produção. Por óbvio, a análise neste texto está incompleta, devido ao limite de páginas do artigo. Mesmo assim, penso ter demonstrado de maneira sucinta alguns argumentos que permeiam o primeiro capítulo de minha pesquisa.

Como pôde ser visto, a discussão de Mommsen e Coulanges não era um simples debate sobre o papel da Itália na guerra. Pelo contrário, é possível inserir tal discussão em um contexto intelectual mais amplo. Não só isso, como demonstra uma das etapas na formação de linhas interpretativas para a Guerra Franco-Prussiana, que se estendeu, até certa medida, durante grande parte do século XX e começo do XXI.

REFERÊNCIAS

- BADSEY, S. **The Franco-Prussian War 1870-1871**. Essential Histories. Oxford: OSPREY PUBLISHING, 2003.
- BECKER, Josef. **The Franco-Prussian Conflict of 1870 and Bismarck's Concept of a 'Provoked Defensive War': A Response to David Wetzel**. Central European History, Cambridge, vol. 41, no. 1, pp. 93-109, 2008.
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. **Vista do Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa Histórica: Reflexões sobre uma Experiência Didática**. Revista de Teoria da História, Goiás, v. 3, n. 1, p. 6-19, 11. 2010.
- CAMARGO, K. A. F. DE. **Indícios de leitura e leitores da Revue e do Annuaire des Deux Mondes no Brasil na segunda metade do século XIX**. Revista Graphos, Paraíba, v. 17, n. 1, p. 31-48, 25 jul. 2015.
- COOPER, S.E. **Patriotic Pacifism: Waging War on War in Europe 1815-1914**. New York: Oxford University Press, 1991.
- COULANGES, Numa Denis Fustel de. **L'Alsace est-elle allemande ou française? Réponse à M. Mommsen, Professeur à Berlin**. Paris: E. Dentu, 1870.
- EMIG, Christian. C. **Alsace entre guerres et paix**. Nouveaux eCrits scientifiques, França, p. 1-12, 2011.
- FRANZINI, Fábio. **Mr. White chega aos trópicos: notas sobre Meta-História e a recepção de Hayden White no Brasil**. In: Julio Bentivoglio; Verónica Tozzi. (Org.). Do Passado Histórico ao Passado Prático: 40 Anos de Meta-História. 1 ed. Serra: Milfontes, p. 329-343, 2017.
- HALL, T. H. **On Provocation: Outrage, International Relations, and the Franco-Prussian War**. Security Studies, Filadélfia, vol. 26, no. 1, 1-29, 2016.

- HALPERIN, S. William. **The Origins of the Franco-Prussian War Revisited: Bismarck and the Hohenzollern Candidature for the Spanish Throne.** The Journal of Modern History, Chicago, vol. 45, no. 13, pp. 83–91, 1973.
- HARTOG, F. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- KANTER, S. . **Exposing the Myth of the Franco—Prussian War.** War & Society, Camberra, vol. 4, no. 1, 13–30, 1986.
- MOMMSEN, Theodor. **Agli Italiani:** Florença, 1870.
- MORONI, Andrea. **Alle origini del Corriere della sera: da Eugenio Torelli Viollier a Luigi Albertini (1876-1900).** Itália, FrancoAngeli, 2005.
- SCIANNA, Bastian Matteo. **A predisposition to brutality? German practices against civilians and francs-tireurs during the Franco-Prussian war 1870–1871 and their relevance for the German ‘military Sonderweg’ debate.** Reino Unido, Small Wars & Insurgencies, P. 4-30, 2019.
- SUTCLIFFE, Marcella Pellegrino. **Victorian Radicals and Italian Democrats.** Inglaterra: Boydell & Brewer, 2014.
- TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria.** Barcelona: Paidós, 2000.
- WEBB, De B. C. **THE ORIGINS OF THE FRANCO-PRUSSIAN WAR: A RE-INTERPRETATION.** Theoria: A Journal of Social and Political Theory, Nova York, no. 27, pp. 9–20, 1966.
- WAWRO, Geoffrey. **The Franco–Prussian War: The German Conquest of France in 1870–1871.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

AS MULHERES NOS ANOS DOURADOS: O CINEMA AMERICANO E A CONSTRUÇÃO DE UMA VISUALIDADE FEMININA

Luísa Fávoro Costa Gianotti¹

RESUMO: O artigo, baseado em pesquisa de monografia, trata de uma breve análise de imagens femininas criadas pelo cinema Hollywoodiano nas décadas de 1950 e 1960. Busca traçar uma relação entre Brasil e Estados Unidos, explorando as possibilidades de existência, bem como a criação de estereótipos e modelos de mulheres inventados e distribuídos pelos EUA durante a Guerra Fria.

PALAVRAS-CHAVE: Estrelato feminino. Cinema de estúdio. Imagens femininas.

INTRODUÇÃO

O artigo se baseia na fala realizada no Seminário de Pesquisa e Ensino da Graduação - IFCH (UNICAMP). A apresentação se referiu à monografia na área de Cultura Visual intitulada “AS MULHERES NOS ANOS DOURADOS: O CINEMA AMERICANO E A CONSTRUÇÃO DE UMA VISUALIDADE FEMININA”. O trabalho buscou entender a visualidade criada entre a década de 1950 e primeira metade da década de 1960 pelo cinema hollywoodiano, bem como a exportação desses valores para o público brasileiro. A pesquisa foca exclusivamente em imagens de mulheres, mobilizadas por meio de filmes e de revistas que tratam sobre cinema e a vida das estrelas.

A primeira parte do texto é sobre a invenção e desenvolvimento do *star system*, além das especificidades das estrelas femininas. A segunda parte se refere aos papéis que artistas selecionadas interpretaram em filmes americanos, analisando suas imagens nas telas juntamente às personagens

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: luisafgianotti@gmail.com.

que elas representam. A última parte trata da recepção de tais imagens no Brasil explorando a visualidade e os textos difundidos na revista *O Cruzeiro*, na qual essas atrizes apareciam amplamente.

Esses temas acabam por construir alguns pilares centrais de mulheres urbanas e suburbanas, geralmente ricas e sempre brancas como personagens que fizeram parte da criação de imagens, além de se tornarem um padrão para época que persiste até a atualidade. Os papéis fictícios vividos por atrizes nas telas não são os únicos desempenhados pelas intérpretes, uma vez que elas também atuavam enquanto *personas* que produziam esses modelos e ideais. Dessa forma, a problemática se mostra individual, mas também coletiva, no sentido de colocarem padrões para as demais mulheres. Padrões para além de estéticos, que são essenciais, também de estilo de vida, de comportamento e, em última instância, de existência feminina.

Foram usados como base teórica para o desenvolvimento da pesquisa alguns autores fundamentais para a área de Cultura Visual. Ulpiano Meneses pensa no visual, no visível e na visão. Michael Baxandall trata da descrição das fontes e dos discursos acumulados por elas ao longo do tempo. Svetlana Alpers defende a análise das fontes de forma circunstancial. Jonathan Crary afirma a necessidade de analisar o objeto no tecido social que está inserido. E Alfred Gell declara a possibilidade de agência dos objetos e imagens.

PARTE 1: O *STAR SYSTEM* E A CONSTRUÇÃO DAS ESTRELAS

Buscando aprofundamento nas questões apresentadas, foi necessário um entendimento do fenômeno do cinema norte americano em meados do século XX, o sistema de produção cinematográfica do período e a forma que esse meio lidava com os atores e, especificamente, com as mulheres na indústria. Para isso, foram mobilizados alguns autores que tratam sobre o tema.

Edgar Morin (MORIN, 1961) destrincha as mudanças ocorridas no cinema de estúdio durante a primeira metade do século XX, pontuando as rupturas que aconteceram nas produções cinematográficas ao longo do

tempo. Também explora a criação da imagem da estrela, o lugar social que ela ocupa e a trajetória que ela percorre.

Dialogando com Morin, Cristina Meneguello (MENEGUELLO, 1992) afirma que as estrelas produziam uma imagem para si próprias como um ideal de existência e, ao mesmo tempo, eram colocadas como produtos para consumo. Tudo o que envolve essas artistas tem o potencial de ser vendido e de estar disponível para o público, inclusive seu estilo de vida. A autora corrobora com a ideia que as atrizes de cinema na década de 1950 se assemelham, ainda que em pequenos detalhes, às classes médias que consumiam o conteúdo de revistas dedicadas a compartilhar a vida dos intérpretes de Hollywood.

Roland Barthes (BARTHES, 1957) assim como Morin, ressalta como o matrimônio é um fator importante de conformidade das estrelas ao modelo pequeno burguês. Refletindo sobre a sociedade francesa do mesmo período, o autor afirma que no casamento de um artista de cinema com uma “pessoa comum”, o ator entra na lógica de seu cônjuge e não o contrário, o que satisfaz o arquétipo esperado por essa classe.

A ideia da imagem feminina no cinema clássico americano como objeto de olhar e prazer masculino é desenvolvida por Laura Mulvey (MULVEY, 1989). A autora utiliza a teoria psicanalítica para basear o conceito *male gaze*. O olhar masculino, segundo ela, se define a partir da combinação contrastante do olhar voyeur e da escopofilia para as mulheres nas telas. Além disso, Mulvey considera que os filmes não só foram produzidos a partir desse olhar, mas são recebidos pelo público, considerado sempre masculino, da mesma maneira.

PARTE 2: PAPÉIS FEMININOS EM PRODUÇÕES HOLLYWOODIANAS

Um dos eixos desenvolvidos na pesquisa é das performances das atrizes selecionadas nos filmes que protagonizaram ou que interpretaram papéis marcantes. Assim, pode-se compreender por diversos meios a cultura visual criada a partir do cinema norte-americano em meados do século XX. Foram escolhidas, primeiramente, obras que refletissem não só

o trabalho dessas estrelas em seu auge, mas também como a passagem do tempo em seus corpos afetou suas carreiras e a forma que elas aparecem nas telas.

A partir disso, para uma visão mais abrangente, foram analisadas as principais imagens associadas a esses filmes, uma vez que o objetivo dessa investigação não é entender a fundo o trabalho dessas atrizes, e sim captar como elas eram apresentadas para o público em um sentido amplo. É importante pontuar que não se tratam de arquétipos, pois estes são papéis que podem ser interpretados por qualquer artista, e nesse caso, o foco é na *persona* que envolve cada uma dessas mulheres. Assim, serão expostas algumas obras de forma sucinta.

De Repente, No Último Verão é um filme dramático de 1959 estrelado por Katharine Hepburn e Elizabeth Taylor, dirigido por Joseph L. Mankiewicz e baseado na peça de Tennessee Williams. Nessa obra, as personagens femininas contrastam. Hepburn interpreta uma viúva rica e sem escrúpulos que persegue sua sobrinha pobre e fragilizada vivida por Taylor. A imagem 1 revela que suas figuras são condizentes com suas personalidades, reforçando a ideia passada pela narrativa de uma mulher velha que exibe sua fortuna de maneira antiquada e outra que sofre por suas ações, jovem, bonita e com problemas mentais. O personagem masculino que aparece como figura central na imagem apenas observa a situação entre as duas mulheres.

Em *Janela Indiscreta* (1954) a figura principal feminina aparece de outra maneira. O filme foi dirigido por Alfred Hitchcock, escrito por John Michael Hayes e baseado em um conto de 1942. Grace Kelly aparece nessa obra de forma correspondente a sua figura pública de mulher elegante, refinada e de elite. Na imagem 2 é notável que seu figurino destoa do cenário em que ela se encontra. Ainda assim sua personagem não é apenas fútil, ela se envolve ativamente na resolução do crime que move o enredo do filme. Porém, por mais que sua descrição e imagem a coloquem como uma moça que se importa somente com as aparências, suas atitudes dão a ela o lugar de heroína na história, uma vez que sem ela o mistério não seria solucionado. Kelly interpreta uma personagem que ganha profundidade durante a trama, mas sua superficialidade é reforçada no final do filme, ou

seja, não é permitido que ela ocupe uma outra posição, de inteligência e perspicácia.

Grace Kelly, no início de sua carreira, e Ava Gardner, já veterana, contracenam em *Mogambo* (1953), filme baseado em uma peça de Wilson Collison, no qual as duas disputam a afeição de Clark Gable (Imagem 3). Gardner interpreta a esposa do homem em questão e é uma mulher da noite, enquanto Kelly é casada e faz parte da alta sociedade, mas desenvolve uma relação com Gable. É notável que a mulher séria e elegante se envolve em uma traição, enquanto a personagem sedutora de Gardner se mantém fiel. Existe uma diferença visual relevante entre as duas, mas seus comportamentos não seguem a mesma ideia passada pela caracterização.

A repetição imagética de personagens interpretados por uma mesma atriz em diferentes filmes não é exclusividade de Grace Kelly, que representa papéis visualmente semelhantes em dois filmes aqui apresentados. Essa é uma característica do cinema de estúdio e da construção das *personas*, um dos focos da pesquisa.

PARTE 3: A REVISTA O CRUZEIRO E A VEICULAÇÃO DAS IMAGENS DE ESTRELAS NO BRASIL

A fim de entender a circulação, divulgação e recepção pelo público brasileiro das imagens de estrelas, foram consultadas algumas revistas ilustradas, principalmente *O Cruzeiro*. A publicação circulou entre 1928 e 1975 e foi uma das mais importantes no período estudado. Tratava de assuntos como política, comportamento, esportes, charges, além do cinema e da vida dos astros. Dessa forma, foram selecionadas reportagens que contribuem para a análise da pesquisa.

A revista traz uma reportagem sobre Marilyn Monroe em 1952 (Imagem 4), colocando-a ao lado de Jean Harlow e Rita Hayworth, atrizes de cinema que, segundo a publicação, causaram igual deslumbre no público. As imagens retratadas focam no corpo de Monroe. Ela usa um figurino revelador, está com gesto corporal curvo e posição de costas, além de expressão facial sorridente, o que remete a imagens de *pin-ups*, acentuando a fotografia sexualizada. Na parte superior da página, encontra-se também

uma foto da estrela nua, aparecendo de forma casual e sem censura. A matéria conta com detalhes a trajetória da intérprete, ainda no começo de sua carreira, relatando as tragédias que ela viveu de tal forma que sua aparência física envolve a história, atenuando diversas situações por esse artifício.

O início da carreira de Audrey Hepburn é foco de uma reportagem de 1954 (Imagem 5). A disposição das imagens na página mostra, em primeiro plano, duas fotos da estrela, a primeira de corpo inteiro usando roupas contidas, cabelos presos e a segunda é um retrato no qual a atriz mantém a mesma expressão séria da primeira fotografia. Atrás dessas imagens aparecem diversas fotografias de Hepburn interagindo com outras personalidades em eventos, filmes e peças, e não há uma comparação direta com essas pessoas.

A oposição entre Hepburn e Monroe é evidente nas imagens de publicações com o mesmo tema - a trajetória da artista e sua ascensão ao estrelato. A loira tem seu corpo exposto em diversas fotos, seja remetendo a ideais de *pin up*, ou nua, ao passo que a morena, por mais que esteja com as pernas descobertas em uma das imagens, não tem o corpo como único atributo visual, na medida que, na Imagem 5, chamam atenção a maquiagem, jóias e penteado que está usando, enquanto na primeira reportagem apresentada essas características não são notáveis. Isso não significa que a aparência física de Hepburn é menos importante para a revista, mas sim que essa centralidade é construída de forma diferente de Monroe.

A matéria de 1960 da Imagem 6 coloca três corpos sem cabeça em uma página completa e instiga o leitor a adivinhar a quem pertencem essas figuras, exibindo suas cabeças na página seguinte. A reportagem não só demonstra por meio de imagens, mas também afirma textualmente que seus corpos são o único atributo relevante delas. A escolha de modificar as fotos das atrizes cortando suas cabeças foi uma decisão da revista *O Cruzeiro*, deixando claro o lugar e a importância das estrelas para a publicação. Essa imagem deixa explícita uma violência que a revista dirige a essas mulheres, e por consequência, fala das mulheres no geral.

CONCLUSÃO

Assim, a pesquisa se conclui. As fontes exibidas mostram como as estrelas dos anos dourados representavam dentro e fora das telas estereótipos redutores definidos pela aparência física, que também determinam como a personalidade delas deve ser moldada. Dessa forma, torna-se evidente que essas fontes são carregadas de inegável misoginia, característica que atravessa outros aspectos.

Os papéis vividos por essas estrelas dão dimensão aos ideais que a sociedade norte-americana colocava para as mulheres em totalidade. Desde a exclusão de qualquer pessoa não branca das telas do cinema e páginas de revista, passando pelos padrões de beleza inventados a partir das atrizes nos filmes e a constante desvalorização de sua aparência pelas publicações do período. Apenas a mulher branca burguesa tem lugar visível nessa sociedade e, ainda assim, não aparece em situações muito diversas.

Esse cenário faz parte do projeto político vendido aos países pobres como a melhor forma de existência possível no mundo capitalista. É recebido com entusiasmo suficiente para ocupar diversas páginas de grandes publicações nacionais, que retratam as artistas das produções hollywoodianas de tal forma que revela também o olhar da sociedade brasileira para as mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALPERS, Svetlana. *Arte de Descrever: A Arte Holandesa no Século XVII*, A. Edusp, 1999.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza – 11ª ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BAXANDALL, Michael; PEREIRA, Vera Maria. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. Editora Companhia das Letras, 2006.
- CRARY, Jonathan. *Técnicas do observador: Visão e modernidade no século XIX*; tradução Verrah Chamma; organização Tadeu Capistrano. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- GELL, Alfred. *Arte e agência*. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.
- MENEGUELLO, Cristina et al. *Poeira de estrelas: o cinema hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50*, 1992.
- MENESES, Ulpiano T. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista brasileira de história*, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- MORIN, Edgar. *The Stars: An Account of the Star System in Motion Pictures*. Grove Press, 1961. Translated by Richard Howard. Second Printing
- MULVEY, Laura. *Visual pleasure and narrative cinema*. In: *Visual and other pleasures*. Palgrave Macmillan, London, 1989. p. 14-26.

FONTES PRIMÁRIAS

- DE REPENTE, *No Último Verão*. Direção de Joseph L. Mankiewicz. Produção de Sam Spiegel. Roteiro: Tennessee Williams, Gore Vidal. Estados Unidos, Reino Unido: Horizon Pictures, 1959. Son., Legendado.

JANELA Indiscreta. Direção de Alfred Hitchcock. Produção de Alfred Hitchcock. Roteiro: John Michael Hayes. Estados Unidos: Patron Inc., 1954. Son., color. Legendado.

MOGAMBO. Direção de John Ford. Produção de Sam Zimbalist. Roteiro: John Lee Mahin. Estados Unidos, Reino Unido: Metro-Goldwyn-Mayer, 1953. Son., color.

Revista O Cruzeiro ano 1952 ed. 50 p. 100.

Revista O Cruzeiro ano 1954 ed. 33 p. 26.

Revista O Cruzeiro ano 1960 ed. 46 p. 119.

Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 6



“ONDE ESTÁ A GLÓRIA DA REVOLUÇÃO GLORIOSA DE 1688? PERSPECTIVAS E VISLUMBRES DA ESCÓCIA FRENTE A INGLATERRA”

Luísa Pádua Zanon¹

RESUMO: Muito se postulou sobre a chamada “Revolução Gloriosa Inglesa” de 1688. Nesse quadro, sobressaem questões relativas ao curso da revolução e a aplicação do conceito de ‘revolucionário’ para o momento. À luz disso, o trabalho busca melhor compreender o desenrolar do evento, delimitando onde estaria a sua glória. Nesse prisma, focaliza-se a relação da Escócia com a Inglaterra e avalia-se o uso dos conceitos de “revolução” e “gloriosa”, a fim de analisar como tais relações emergem em um contexto próprio - que colide com as disputas por poder na modernidade inglesa.

PALAVRAS-CHAVES: Revolução. Escócia. Inglaterra.

Ao longo do tempo muito se postulou a respeito da chamada “Revolução Gloriosa” protagonizada pela Inglaterra em 1688, bem como os seus futuros desbravamentos para a historiografia inglesa. Dentro desse quadro, sobressaem questões relativas ao sucesso ou não da revolução e as possibilidades de aplicação ou não do conceito de ‘revolucionário’ para esse momento. Nesse sentido, o presente trabalho debruça o seu olhar em melhor compreender o desenrolar deste evento, buscando traçar, sobretudo, onde estaria a glória dele. Nesse prisma, focaliza-se, especialmente, o local social e político dos escoceses nesse emaranhado, de modo a tensionar aqui a relação da Escócia com a Inglaterra pós-conflito. Assim, postula-se ainda uma reavaliação dos conceitos de “revolução” e “gloriosa”, bem como a indagação de até que ponto a Escócia teria sido beneficiada, de fato, por essa glória. Em igual medida, o trabalho empreende uma análise de como essas relações estavam imersas em um contexto próprio e, por

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: luisapzanon@gmail.com.

ele, foram ordenadas – colidindo, consonantemente, com o processo de formação dos Estados Modernos e a configuração do poder, da ordem e dos aparelhos sociais na modernidade inglesa.

À vista disso, desloca-se o olhar aqui para a chamada Idade Moderna e as turbulências políticas e sociais que enterneceram a Inglaterra. Ao empreender tal análise, e, se valendo dos pressupostos de Christopher Hill (2012) acerca das grandes revoluções que se interpõem no século XVII, tonifica-se aqui a centralidade dos conflitos que são protagonizados pelos ingleses nesse período. Sob esse espectro aloca-se, portanto, a Guerra Civil de 1640 e a chamada Revolução Gloriosa de 1688 como eventos responsáveis por moldar e ressignificar o cenário inglês. E é em torno desta última que a abordagem a seguir se centraliza.

Verificou-se, ao longo do tempo, que a Revolução Gloriosa foi consagrada como uma das movimentações que garantiu e oportunizou a elevação da Inglaterra como potência mundial, além da consolidação de um modelo de governo sedimentado em uma monarquia parlamentar - fato esse, glorificado pelo mundo britânico. Entretanto, em que medida essa Revolução se delineou como uma revolução de fato? Ou melhor, onde manifestou-se a glória deste evento perante as áreas ligadas à Inglaterra, sobretudo, no que tange a Escócia? E glória essa para quem?

Essas são algumas das assertivas que buscam ser tensionadas nesse trabalho, suscitando um olhar para as terminologias aplicadas nos trabalhos historiográficos acerca da Revolução, bem como os seus seguintes resultados. Nesse sentido, é essencial, em um primeiro momento, que se atenha ao contexto vigente da Inglaterra e ao encadeamento de eventos que toma curso na região e que levam, por fim, ao panorama de 1688. Nessa ótica, cabe pensar que se trata aqui de uma sociedade imersa em disputas, discursos e hostilidades em torno da formação e consolidação do poder. Em consonância, insere-se o Estado inglês como uma entidade “multinacional, multicultural e multilinguístico, que englobava os povos ingleses, galeses, irlandeses e franceses” (O’NEILL, 2008: 240). Assim, diferentes interesses e propostas vão ser colocadas em xeque no escopo social, lançando as primeiras faíscas para futuros confrontos.

Nesse viés, um ponto importante a ser aqui ressaltado é a estruturação do Estado inglês. Delimitado por uma monarquia, a Inglaterra se vê, desde o início, em uma série de atritos entre o monarca e o parlamento. Situação essa, que ainda se estremece a partir do estabelecimento da casa real escocesa “Stuart” no poder. No caso, o início dessa dinastia, em 1603 por conta de questões sucessórias -, potencializou algumas divergências entre Escócia e Inglaterra e, especialmente, sobre a gestão do poder. A exemplo, o início das Guerras Cívicas Inglesas, em 1642, tem como personagem principal o monarca Charles I, o qual vai se defrontar em expressivas desavenças com o Parlamento – levando, inclusive, ao seu regicídio em 1649.

Para além desse conflito, que marca e assombra a realidade inglesa, sublinha-se aqui o peso da dinastia Stuart no que diz respeito às disputas por poder. Já em 1688, após uma série de turbulências e agitos políticos – vide a instalação de uma breve república e a posterior restauração monárquica em 1660 – tem-se a permanência de Jaime II no trono. No entanto, as instabilidades políticas ainda margeiam a ordem vigente e fazem implicar em uma série de receios por parte da população. A exemplo, constata-se que a própria ascensão de Jaime como rei foi marcada por um certo temor social – quadro esse explicado pela associação do monarca com o catolicismo.

Nesse sentido, depreende-se o peso da religião e as suas correlações com as instabilidades do próprio sistema poder. O receio frente a um monarca católico, sobretudo em um Estado que ainda tentava sedimentar a sua religião protestante, exercia um peso significativo na gestão e na aceitação da monárquica (PARRISH, 2013). De igual modo, a adoção de algumas medidas autoritárias por Jaime II soava, em conjunto com sua retórica absolutista, como uma aproximação ao modelo monárquico francês, o que alavancava, cada vez mais, insatisfações em relação ao seu reinado (VALENTA, 2014).

Nesse prisma, a monarquia via-se, em meados de 1688, fragilizada e imersa em disputas, as quais encontravam ainda um certo respaldo na memória pelo próprio passado inglês – o qual vivenciou conflitos e guerras face às desavenças no âmbito político. Com isso, o reinado de Jaime II

vai ser palco de atenção e receio, de modo que isso vai ser amplificado com o nascimento de seu herdeiro. Fruto do seu relacionamento com Maria de Módena, o filho recém-nascido de Jaime passou a configurar uma ameaça à monarquia, fosse pelo seu vínculo com o catolicismo, fosse pelos desprazimentos já existentes em relação ao monarca. Assim, tem-se o estopim para que o Parlamento atue e convide Mary (filha de Jaime II) e seu marido Guilherme de Orange para assumirem o trono inglês. Nesse processo, consagra-se, pois, a chamada “Revolução Gloriosa”, marcada pela alternância pacífica do trono.

No entanto, algumas questões podem ser levantadas a partir desse evento. Tratado como glorioso e exacerbado pela ausência de violência, tal momento se porta como uma ação que transcorreu de forma tranquila e apaziguadora. A própria ideia de ‘convite’ dos reis Mary e Guilherme de Orange reforça o ideário de que a alteração empreendida se deu de maneira plácida e moderada, com grande aceitação social. Em igual medida, a alternância de monarcas ocorreu em compasso com a adoção de uma série de medidas impostas, significando, por conseguinte, em uma vitória dos ideais whigs e na supremacia do Parlamento.

Nessa perspectiva, a Revolução Gloriosa de 1688 foi abordada, dentro de um viés tradicional, como uma revolução positiva e sem violência, que possibilitou, ao seu final, um desenvolvimento econômico e político da Ilha Britânica. A exemplo, George Trevelyan (1982) salienta que a glória da revolução descansa na ausência de sangue, de modo “não houve qualquer luta, já que os partidos do rei não ofereceram qualquer resistência” (TREVELYAN, 1982: 53), tendo em vista que ela “estancou para sempre a sangrenta rivalidade entre parlamentaristas e monarquias, anglicanos e puritanos” (TREVELYAN, 1982: 05).

Em consonância, a revolução vai ser vista por muitos intelectuais como um exemplo a ser seguido, bem como um processo louvável (JÚNIOR, 2013). David Hume, por exemplo, vai ser um grande defensor do episódio de 1688, consagrando a revolução como inauguradora de “uma nova época da constituição, e [que] provavelmente teve outras consequências vantajosas para o povo além de libertá-lo de uma administração censurável” (HUME, 2016: 420). Seguindo essa abordagem,

a revolução vai ser apreendida sob a perspectiva de libertar os ingleses da tirania, ocasionando, por sua vez, no avanço econômico e aumento do poderio inglês. Assim, muitos desses posicionamentos vão alocar, de acordo com José Arruda (1984), a revolução de 1688 como o resultado de um longo processo que se iniciou em 1640, enfatizando, com isso, uma grande tônica em torno da questão da liberdade.

À vista disso, cabe aqui, portanto, uma reflexão acerca das próprias terminologias associadas a esse evento, tendo em mente que a “Revolução Inglesa foi fundamental [...] no fornecimento do vocabulário e na experiência temporal” (JÚNIOR, 2018: 122). Dessa forma, interpõe-se dois vocábulos dentro desse processo: ‘revolução’ e ‘gloriosa’. Em relação ao primeiro deles, muito se questiona se o evento de 1688 foi de fato ou não uma revolução, pensando, sobretudo, nos impactos possibilitados por ele.

Destarte, dentro dessa análise, é essencial, primeiramente, uma delimitação do que se entende por revolução. Tendo em mente que essa terminologia é “quase sempre é utilizada para indicar uma mudança ou alteração, seja ela humana, natural, subjetiva ou social” (JÚNIOR, 2018: 135), a ideia de revolução, em contrapartida, remetia, anteriormente, ao movimento circular dos corpos celestes, associando-se a uma definição de caráter físico-astronômica. Posteriormente, esse conteúdo cíclico do termo aliou-se a ideia de restauração para, então, somente na modernidade, a partir dos acontecimentos franceses, delimitar-se como uma mudança abrupta da ordem.

No entanto, o que se pode constatar é que é um conceito com “possibilidades semânticas flexíveis, ambivalentes e ubíquas” (KOSELLECK, 2006: 62). Como uma terminologia elástica, o conceito acabou por se tornar um ‘coletivo singular’, de modo que, ao longo do tempo, seu uso serviu a diversas propostas que visavam legitimar ou justificar determinado acontecimento ou ordem (KOSELLECK, 2006). Mais do que isso, é perceptível que o uso de certos vocábulos remete a uma escolha política, social ou intelectual que se insere dentro de um complexo processo historiográfico. Sendo assim, faz necessário que se atenha ao uso de tais terminologias, dado que elas podem reforçar ou suprimir posicionamentos, atuando, portanto, como mecanismos de poder.

Nessa ótica, a alocação do termo “gloriosa” remete ao mesmo processo de escolha no que consta ao uso de vocabulários a fim de transmitir uma certa ideia sobre o evento de 1688. Mais do que isso, essa expressão apresenta uma qualificação e uma adjetivação, conferindo valor e legitimidade a revolução transposta. Nesse viés, ela silencia certos sujeitos à medida que elenca a Revolução de 1688 como um processo unânime e com ampla aceitação social, de modo semelhante ao reforço do ideário de que tal manifestação foi pacífica.

Em função disso, tensiona-se o papel e o local de outros países frente as erupções inglesas nesse ano, buscando visualizar se essa mesma glória foi irradiada para outros lugares, assim como qual teria sido o significado deste evento para outros povos. Ao olhar sobre essa perspectiva, verifica-se que a revolução não foi tão pacífica quanto a historiografia tradicional tende a afirmar e que, no caso, a Escócia sofreu duramente após o ocorrido. Assim, conforme argumentado por Jan Valenta (2014), os acontecimentos de 1688, ao contrário, oportunizaram mais divisões e conflitos entre a população, sobretudo, considerando o caso escocês.

Pensando nisso, é fundamental, *a priori*, que se delimite também como a Escócia se porta na Inglaterra no século XVII. Muito mais do que uma região geográfica, a Escócia, segundo Arthur Herman (1956), englobava uma localidade marcada por diferentes e amplas singularidades. Em seu espaço se confluíam, portanto, uma pluralidade de povos e formas de organizações sociais-políticas – vide a existência dos clãs e a presença tanto de católicos como presbiterianos ou anglicanos. Sendo assim, diversos conflitos se sucediam entre os próprios grupos escoceses, configurando e emoldurando a paisagem da Escócia.

Em consonância, as relações entre Escócia e Inglaterra ainda se revelam estremecidas controversas, dado que ambos possuíam uma ligação pela presença da dinastia escocesa Stuart no trono inglês. De igual forma, o regicídio de Carlos Stuart e a consequente subjugação da Escócia em relação a Inglaterra no período de Cromwell acabaram por tensionar as relações entre as duas localidades, abrindo espaço para conflitos e discussões. Sendo assim, a retirada de Jaime II do poder em 1688 não vai

ser bem recepcionada por muitos escoceses, suscitando, por sua vez, em mobilizações contrárias a instalação da nova ordem.

Esse quadro, a princípio, já demonstra que a chamada “Revolução Gloriosa” não foi algo, portanto, dotado de pleno apoio. Ao contrário, após a ascensão de Guilherme de Orange e a mudança de dinastia, a Escócia vai ser imersa em conflitos e desavenças. Tal situação é ainda acirrada pelo Tratado de União postulado em 1707. A partir desse decreto, tem-se a coalização da Escócia sob a coroa inglesa de modo a tensionar ainda mais a disposição do poder na localidade. Assim, face a esse ajuste, a alocação do aparato monárquico inglês na Escócia se vê conturbada, de modo que, sobretudo nas Highlands, a instalação do sistema régio se choca com a existência dos clãs e se vê dificultada pela própria instabilidade política.

É nesse emaranhado que se tem início os chamados “Movimentos Jacobitas” – os quais representaram, na perspectiva de Tony Claydon (2002), um grande desafio para a política inglesa. Tal denominação abarcaria aqueles escoceses, sobretudo das Terras Altas, que, a partir de 1688, começam a lutar pelo retorno da dinastia Stuart ao trono inglês. Toda essa movimentação passa a dar origem, então, ao chamado Jacobitismo, entendido como uma série de insurreições e revoltas, sedimentadas na defesa da causa jacobita, que se transcorreram na região da Ilha Britânica (Hayes, 1949). Ainda nesse prisma, consagra-se o jacobitismo também como um movimento heterogêneo, sendo mais do que um episódio ou uma causa disruptiva, mas sim um grande projeto intrínseco a Escócia, englobando diferentes locais e esferas sociais (MACINNES, 2007). Ao seu modo, ele era uma parte integral da política e cultura escocesa e se correlacionava a aspectos sociais, estruturais, econômicos e intelectuais (MCLYNN, 1982).

Nesse sentido, o jacobitismo vai ser responsável, portanto, pela promoção de uma série de confrontos entre os exércitos escoceses e ingleses – conhecidas como “*Jacobite Risings*”. Um grande exemplo disso, é a famosa Batalha de Culloden, travada em Inverness em abril de 1746. Nela, é possível perceber a movimentação escocesa em torno da defesa de Bonnie Prince Charlie (neto de Jaime II), na tentativa de realocação da dinastia Stuart ao poder. Nesse confronto, sobressai, especificamente, a

brutalidade do evento, assim como a significância da revolta no que tange ao sufocamento dos jacobitas e a violência pro eles sofrida e protagonizada.

Não obstante, um exemplo muito expressivo deste contexto refere-se a própria carta de Jaime III – filho de James II e conhecido como “The Old Pretender”. Nela, é possível, não só verificar os desprazimentos do povo escocês no que tange a sucessão do trono inglês, bem como a amplitude dos levantes jacobitas. Datada de 1714, o excerto menciona como a Revolução em 1688 teria arruinado a monarquia inglesa, de modo a tornar legítimo o empenho contra a tirania e a injustiça inglesa por parte dos jacobitas. A exemplo, ele cita: “Every body knows that the Revolution in the Year 1688. ruin’d the English Monarchy” (JAMES, 1714).

Nessa ótica, o episódio de Culloden reverbera o ideário de que a retirada de Jaime II do trono inglês não foi amplamente bem aceita, de forma que, tem-se, a posteriori, diversas revoltas, contra a deposição da casa Stuart do poder. Para além disso, tal evento quebra com a visão de que a Revolução Gloriosa foi pacífica e sem sangue, tendo em mente que Culloden, assim como outros movimentos jacobitas, foram fortemente marcados por embates físicos e sangrentos. Ademais, as consequências para a Escócia perante o Jacobitismo e a derrota nas revoltas jacobitas foram drásticas. A exemplo, após os confrontos, verifica-se um grande processo de punição frente aos escoceses, de modo que, nos anos seguintes à Batalha, o uso do tartan e do kilt foram proibidos, assim como o porte de armas. Muitos dos que lutaram na rebelião foram presos, mortos ou deportados para as colônias inglesas, de forma que o sistema de clãs também foi desmontado e abolido da Escócia. Desse modo, interpõe-se que o mundo escocês sofreu um grande abalo e trauma mediante as revoltas e a aplicação das punições, sobretudo, no que tange a aspectos culturais, políticos e sociais da Escócia. (VALENTA, 2014).

A luz das considerações, faz-se necessário, portanto, tensionar o caráter glorioso e revolucionário dos eventos de 1688. Apesar ser evidenciada como um episódio louvável e tratada, sobretudo, como um rico reservatório de experiência (FLORENZANO, 2005), a “Revolução Gloriosa” suscitou, ao contrário, uma série de desavenças e confrontos. Nesse viés, cabe destinar um local especial as dissonâncias desse evento,

bem como ao papel da Escócia face a ele. Assim, tonifica-se a centralidade do jacobitismo e a existência de confrontos entre Escócia e Inglaterra em virtude, justamente, dessa deposição da dinastia Stuart. Nesse apanhado, delimita-se também sobre como a violência fez-se uma constante desse processo, retirando a ideia de que a revolução foi “pacífica” ou “sem sangue”.

Em compasso, sublinha-se o papel do jacobitismo como um sistema de expressão, símbolos e códigos que influenciou e determinou o escopo da Ilha Britânica, bem como a formação da própria identidade escocesa (HARRIS, 2008). Assim, a Escócia dos anos subsequentes não pode ser dissociada desse passado conflituoso. Por fim, é essencial que se tenha em mente a necessidade de uma problematização não só em torno do próprio evento transcorrido em 1688, mas também acerca das terminologias a ele aplicadas. Dentro disso, é válido uma reflexão de que “uma categoria não é uma prisão intransponível, mas uma ferramenta útil ao historiador e que sempre deve ser balanceada entre o empírico e o teórico” (JÚNIOR, 2013: 133). Destarte, o esclarecimento de que a aplicação de certos vocábulos traduz um viés é fundamental e a análise crítica sobre isso passa a ser crucial dentro do trabalho historiográfico, objetivando, com isso, alavancar sujeitos e vozes anteriormente silenciadas ou até mesmo negligenciadas. Assim, entender a brutalidade cometida frente a Escócia por parte dos ingleses leva a refletir até que ponto a Revolução de 1688 merece o título de gloriosa, de tal modo a questionar o real significado da Revolução para a história.

REFERÊNCIAS

- Handbill from James III, August 1714 (SP 35/1/f30). Disponível em: <https://www.nationalarchives.gov.uk/education/resources/jacobite-1715/handbill-old-pretender/> - Acesso em: 19 jul. 2021.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Perspectivas da Revolução Inglesa. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol.7. p.121-131, 1984.
- CLAYDON, Tony. The English Historical Review. **Oxford University Press**; Vol. 117, n.472. p.720-721. Junho, 2002.
- FLORENZANO, Modesto. Olhando para os dois lados do Canal da Mancha: Polêmicas e Revisionismo na historiografia da Revolução Inglesa. **Proj. História**, São Paulo. (n.30), p.127-136, junho, 2005.
- HARRIS, Tim. James II, the Glorious Revolution, and the Destiny of Britain. **The Historical Journal**. Cambridge University Press; Vol.51, n.3, p.763-775, 2008.
- HAYES, Richard. Ireland and Jacobitism. **Studies: An Irish Quarterly Review**. Published by: Irish Province of the Society of Jesus. Vol.38, n.149, p.101-106. Mar, 1949.
- HERMAN, Arthur. **How the Scots Invented the Modern World**. New York: Three Rivers Press, 1956.
- HILL, Christopher. **O século das revoluções: 1603-1714**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- HUME, David. “Revolução de 1688” e “Restauração e Revolução - Quadro geral” In: **História da Inglaterra: Invasão de Julio César a Revolução de 1688**. São Paulo: Editora UNESP. p.405-439, 2016.
- JÚNIOR, Jaime Fernando dos Santos. Reflexões historiográficas sobre os usos da categoria e do conceito de Revolução para a Guerra Civil e Interregno na Inglaterra seiscentista (1640-1660). **Revista 7 Mares**. n.2; p.116-134; abril, 2013.

- JÚNIOR, Jaime Fernando dos Santos, Jaime Fernando dos Santos. A emergência do ‘moderno’ conceito de revolução. **História da Historiografia**. Ouro Preto/MG. n.26; jan-abri; p.122-147, 2018.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto – Editora PUC-Rio, 2006.
- MACINNES, Allan. Jacobitism in Scotland: Episodic Cause or National Movement? - **The Scottish Historical Review**. Vol. 86, N. 222, Part 2; p.225-252, 2007.
- MCLYNN, F. J. Issues and Motives in the Jacobite Rising of 1745. **The Eighteenth Century**. Vol.23, n.2; p.97-133, 1982.
- O’NEILL, Eoin. Guerra, Formação do Estado e Identidade Nacional nas Franjas do Mundo Atlântico. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. Vol.51, n.01, p.239-260, 2008.
- PARRISH, David. **Jacobitism and the British Atlantic world in the age of Anne**. School of History: College of Arts. University of Glasgow, 2013.
- TREVELYAN, George McCaulay. **A Revolução Inglesa: 1688-1962**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- VALENTA, Jan. **Jacobite Revolution 1689-1746 and its Consequences**. Palacký University: Philosophical Faculty. Department of English and American studies, 2014.

OS PRINCÍPIOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO A PARTIR DA TESE DE MARX

Luíza Santana Locatel Araujo¹

RESUMO: Karl Marx, um dos mais proeminentes analistas da sociedade burguesa do século XIX, teve uma trajetória intelectual ímpar. Antes de dedicar-se a sua magnum opus, O Capital, uma sólida análise sobre o capitalismo, ele redigiu uma tese de doutorado em que se dispôs a pensar em dois filósofos gregos: Demócrito e Epicuro. Em uma de suas primeiras publicações, o pensador alemão estava preocupado na discussão atomista e em suas implicações. Por mais que não pareça tão evidente, resgatar esses gregos têm uma relação direta com o materialismo dialético. O debate sobre a composição do mundo a partir da sua partícula fundamental, o átomo, e em como ele se choca ou declina da sua trajetória determinada, assim como sua relação com o acaso ou a falta dele, são importantes para raciocinar acerca da característica material e contraditória da sociedade em um rompimento com o idealismo hegeliano. Dessa forma, para redigir uma crítica sólida e concisa a sociedade burguesa capitalista ao seu redor, Marx precisou ter uma base analítica bem definida. Um componente dela é o materialismo histórico dialético, o qual, pode-se ver os seus primeiros passos a partir desse mergulho do jovem Marx a Demócrito e Epicuro.

PALAVRAS CHAVE: Karl Marx. Materialismo histórico dialético. Epicuro.

INTRODUÇÃO

As críticas tecidas por Karl Marx e Friedrich Engels consistem em analisar a realidade capitalista e sua articulação, pormenorizando o funcionamento dessa sociedade. Entretanto, para compreender a produção teórica dos fundadores da corrente marxista, é preciso compreender as origens do método utilizado por eles, o *Materialismo Histórico Dialético*. A partir disso, pretendo discorrer acerca dos princípios filosóficos e a

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: luizalocatel.hist@gmail.com.

constituição desse método no jovem Marx, partindo da obra “diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro”, sua tese de doutorado.

Alguns debates acerca de tal livro permanecem sem respostas, como, por exemplo, os motivos pelos quais Marx teria decidido estudar Epicuro, porém, sabe-se que Epicuro é o único helenístico a não ser citado por Hegel em “A Fenomenologia do Espírito” (GONDIM & PINTO, 2019: 3). Nesse sentido, é importante pensar a tese como uma leitura marcada pela influência do idealismo hegeliano, assim como é de extrema importância reconhecer o papel de Epicuro na formação do pensamento de Marx, visto seu profundo estudo sobre Epicuro, que durou cerca de três anos e resultou diversos cadernos preparatórios, além de sua tese. Ademais, é importante localizar seu trabalho como uma possibilidade de aprofundar sua crítica ao idealismo de Hegel e aos jovens hegelianos.

DIFERENCIAÇÃO GERAL POSTA POR MARX ENTRE DEMÓCRITO E EPICURO

Sua abordagem se concentra na comparação entre dois atomistas gregos que inicialmente parecem se assemelhar em suas filosofias, sendo Epicuro considerado um continuador da teoria de Demócrito, apesar de postularem princípios opostos, como afirma Marx:

Dois filósofos ensinam exatamente a mesma ciência, do mesmo modo, mas que incoerência! - em tudo se posicionam de maneira diametralmente oposta no que se refere à verdade, à convicção, à aplicação dessa ciência, no que diz respeito à relação entre ideia e realidade de modo geral. (MARX, 2020: 37)

Observa-se pois, que apesar de Epicuro ser constantemente comparado a Demócrito, de ser entendido como um reproduzidor das ideias do mesmo, Marx se propõe a mostrar a diferença entre ambos, pouco comentadas até então. Nesse sentido, Michael Heinrich, biógrafo de Karl

Marx, durante uma entrevista concedida à Boitempo, afirma o nome da tese como uma provocação a tal noção. (HEINRICH, 2021).

A importância de estudar dois atomistas advém de sua noção materialista como tentativa de explicar a realidade, partindo da elaboração do conceito de átomo como o princípio formador. Enquanto para muitos filósofos de seu tempo a realidade era imutável, Demócrito tenta conciliar a realidade mutável e imutável. Decorre disso que sua explicação da realidade é a junção de pequenos pedaços imutáveis (átomo) que se juntam e se rearranjam formando elementos maiores e mutáveis. Demócrito e Epicuro partem, portanto, desse mesmo ponto: o átomo, mas se opõem totalmente acerca de suas características e seu funcionamento.

Marx inicia seu trabalho, pois, dedicando-se à diferenciação entre eles, partindo da relação teórica e, por sequência, de suas práxis. A interpretação que tais filósofos fazem da realidade são diametralmente opostas. Demócrito, por exemplo, classifica o mundo material e o sensível diferenciando duas categorias: as convenções e a verdade. Para ele, a sensação, seria, “de acordo com a convenção, doce, de acordo com a convenção, amarga, de acordo com a convenção, quente, de acordo com a convenção, fria, de acordo com a convenção, com cor, enquanto apenas o átomo e o vazio são verdadeiros” (DEMÓCRITO, 2008: 1341, tradução minha). Além disso, rejeita a veracidade dos sentidos, visto que eles existiriam apenas por suposição, por aparência. Da mesma forma, afirma que a verdade se encontra apenas nos átomos e no vazio, ou seja, são impossíveis de serem contempladas a olho nu, visto seu tamanho. A manifestação sensível, então, não seria dotada da verdade objetiva, mas seria subjetiva, uma opinião, sendo o átomo e o vácuo os únicos princípios verdadeiros. A verdade, nesse sentido, seria inacessível a olho nu, podendo-se acessar os princípios verdadeiros por apenas um meio: as ideias. A verdade, portanto, deve ser contemplada apenas pela razão, e não pelo mundo material. Epicuro, por sua vez, afirma os sentidos como arautos da verdade, postulando o mundo como sensível, em manifestação objetiva, ou seja, as coisas são o que parecem ser. Eis a verdade: conhecida através dos fenômenos

Decorre disso uma influência direta na práxis de ambos filósofos: enquanto Demócrito percorre o mundo em busca de explicações, novos conhecimentos, indo ao Egito, à Índia, à Pérsia e até à Etiópia, lida com a frustração filosófica de um mundo material provido de conteúdo mas ausente de verdade e um mundo das ideias desprovido de conteúdo e cheio de verdade, vagando em um mundo que não o fornece as respostas que procurava. Por sua vez, Epicuro usa da filosofia como ataraxia. Conhecido por desdenhar de saberes eruditos, aprecia os autodidatas, e, diferentemente de Demócrito, deixa seu jardim poucas vezes e, quando o faz, não é para realizar pesquisas, mas para visitar seus amigos (MARX, 2020).

Tal diferença se faz importante visto que correspondem não a uma simples diferença entre hábitos cotidianos entre ambos os filósofos, mas de suas formas de relacionar suas teorias e o mundo real. Nesse sentido, observa-se que Demócrito afirma as ações e necessidades humanas como voragem dos átomos, isto é, como vontade objetiva dos átomos, determinadora de destino e de todos os fenômenos, a causadora de tudo, que suprime a possibilidade do acaso na filosofia democrática. Ao passo que Epicuro considera algumas coisas como fruto do acaso, inconstantes, enquanto outras dependem do arbítrio. Decorre disso diferentes explicações a respeito do indivíduo e sua relação com os fenômenos: enquanto Demócrito anuncia uma percepção determinista acerca das ações relativas, Epicuro recorre ao princípio dialético do acaso. Ademais, é válido ressaltar que, enquanto Demócrito é um cientista, um erudito, Epicuro se preocupa apenas com a filosofia da ataraxia, sem se preocupar com a análise do real e com o conhecimento da natureza, mas apenas do que é possível. Para Epicuro, o sol realmente deve ter o tamanho de dois pés, pois ele *é* tão grande quanto *parece* ser (MARX, 2020).

O CLINAMEN

Na sua visão de átomo, Demócrito aplica seu materialismo mecanicista aos movimentos possíveis: a queda em linha reta e a repulsão, que não escapam de uma trajetória predeterminada e negam a existência de si. Epicuro adiciona a tal postulado um terceiro movimento, o clinamen, o desvio do átomo de sua trajetória, declinante, assumindo, assim, um ato de liberdade que nega a linha reta e rompe com o *fati foedera* (LUCRÉCIO *apud* MARX, 2020).

Portanto, do mesmo modo como o átomo se liberta de sua existência relativa, da linha reta, abstraindo dela, declinando dela, também toda a filosofia epicurista declina da existência limitadora sempre que sua intenção é apresentar a existência do conceito de particularidade abstrata, da autonomia e da negação de toda a relação com outra coisa. (MARX, 2020: 79)

Seu desvio é o correspondente da possibilidade de liberdade, um acidente sem causa e não previsto, é sua representação do acaso, visto que colocar uma causa ao clinamen seria retornar o átomo ao determinismo. Enquanto a linha reta é a supressão da consciência de si, a supressão da consciência do ponto, do átomo pontual, e também da consciência do outro, a *declinatio a recta via*, a fuga da trajetória, é a concentração de si como novo eixo de existência, como negação da alienação e a tomada de consciência (BASTOS, 2017) não só do átomo, mas também do indivíduo.

A RELAÇÃO HEGELIANISMO E MARX

Enquanto Marx se contrapõe à história da filosofia, proposta por Hegel, observa-se a noção de que tal feito nega que, após o advento de uma filosofia total, como a de Aristóteles, nada poderia ser amplamente desenvolvido. Dessa forma, “”não se poderia conceber o aparecimento, depois de Aristóteles, de um Zenão, de um Epicuro ou de um Sextus Empiricus, e depois de Hegel, das pobres tentativas dos filósofos

recentes”” (MARX, 1972: 87). É importante ressaltar que os anos de 1840 e 1841 marcam, em Marx, uma tentativa de superação dialética à filosofia hegeliana. Para ele, assim como após Aristóteles, a relação da filosofia pós-Hegel teria se fechado, colocado-se em situação de acabada. Mesmo com seus seguidores considerando a dialética como categoria do espírito, teriam posto em Hegel uma confiança acrítica e ingênua, sem levá-la além (BASTOS, 2017). Ademais, Denis Collin, em seu artigo denominado “Epicuro e a formação do pensamento de Karl Marx” afirma que

Deve-se sempre lembrar que o atomismo é um dos alvos privilegiados de Hegel e que a principal crítica que este poderia lançar contra um filósofo era justamente a de ser um atomista. Os violentos ataques de Hegel contra Newton e o seu desprezo geral com relação à “raça de Bacon” estão sempre associados à crítica ao atomismo. Pode-se, então, compreender o trabalho de Marx sobre Epicuro como um primeiro confronto com o hegelianismo. (COLLIN, 2006: 16)

A tese acerca da diferença, portanto, simboliza a ideia de que Hegel precisaria ser negado, por meio do processo dialético, de forma como, desenvolvido por Epicuro, há o rompimento com o determinismo, sobretudo o teológico, e o advento da dialética. Além disso, seu trabalho representa o flerte inicial de Marx para com o materialismo, em ruptura com o hegelianismo.

Em adição, é importante ressaltar que Marx não nega Demócrito ou Epicuro, de forma que Bastos afirma que seu *modus operandi* de ciência se aproxima mais de Demócrito (BASTOS, 2017). Entretanto, prefere Epicuro, ao passo que este rompe com o determinismo democrítico, assim como a noção teológica, além de subverter a ideia deixada por Hegel sobre Epicuro em sua História da Filosofia. Ademais, na discussão de Marx acerca da autoconsciência e da liberdade há uma tentativa de romper com a noção hegeliana fundamentada no *Geist*, em uma tentativa de validar a liberdade sem recorrer ao idealismo, trazendo a dialética para um plano material, não metafísico.

Na sua tese, Marx procura aprender, a partir da imagem do clinamen epicuriano, num mundo de necessidade, a existência da liberdade humana sem recorrer, portanto, ao ponto de vista idealista” (BASTOS, 2017: 58)

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Roberto Kennedy de Lemos. **Marx e o clinamen:: gênese do materialismo?**. 2017. Dissertação de mestrado (Mestrado em filosofia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- COLLIN, Denis. Epicuro e a formação do pensamento de Karl Marx. **POLITEIA: História e Sociedade. Vitória da Conquista**, v. 6, n. 1, p. 15-27, 2006.
- DIELS, Hermann & KRANZ, Walter. **I Presocratici** – prima traduzione integrale con testi originali a fronte delle testimonianze e dei frammenti nella raccolta di Hermann Diels e Walter Kranz. Milano: Bompiani, 2008.
- GONDIM, Antônio Beethoven Carneiro; PINTO, Antonia Cláudia Prado. Epicuro e Hegel como Fundamentos da Tese de Doutorado de Marx. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, RBEC, São Gotardo, , n. 19, p. 01-38, 2019.
- HEINRICH, Michel. A tese de doutorado de Marx: contexto e relevância política. 2019. 1 vídeo. Publicado pelo canal Boitempo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iSzf1T_KwCI. Acesso em: 21 out. 2021
- MARX, Karl. **Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- MARX, Karl. **Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro**. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- PENSADORES, Coleção Os. **Os pré-socráticos**. Abril Cultural, São Paulo, v. 1, 2000.

A RAINHA BEATRIZ E AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE PORTUGAL E CASTELA NOS SÉCULOS XIV E XV.¹

Maria Gabriela Moreira²

RESUMO: Beatriz de Portugal (1373-1412), filha do rei D. Fernando (1345-1383) teve sua vida pautada por diversas tentativas e propostas matrimoniais, mas que acabaria se concretizando quando se casou com o monarca João de Castela (1358-1390), em 1383. Como rainha consorte de Castela, e legítima herdeira da coroa portuguesa, Beatriz foi peça fundamental nas disputas políticas internas do seu país de origem, assim como nas querelas políticas do reino castelhano.

PALAVRAS CHAVES: Beatriz de Portugal (1373-1412). Península Ibérica Medieval. Crônicas de Fernão Lopes.

INTRODUÇÃO

Filha do monarca português D. Fernando I (1345-1383, rei desde 1367) de D. Leonor Teles (1350-1386), e rainha consorte de Castela (1383-1390), Beatriz nasceu em fevereiro de 1373, e faleceu em junho de 1420. Ao longo da sua infância, Beatriz foi prometida em casamento cinco vezes e, em cada uma dessas promessas, sob combinações específicas. No entanto, todos visavam concretizar acordos políticos favoráveis ao reino português, fossem eles para solucionar divergências internas ou externas. Sobre a sua importância nos acordos nupciais, pouco depois de nascer a infanta passou a constituir elemento de ajustes matrimoniais nas teias

¹ Esse artigo se apresenta enquanto recortes de uma pesquisa desenvolvida como projeto de iniciação científica vinculado ao programa PIC - UEM, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Gimenez

² Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: mariagabrielamoreira15@gmail.com

da política externa do monarca lusitano, sobretudo no contexto da crise sucessória portuguesa.

Numa sucessão de propostas matrimoniais, que apontam para a posição dúbia e instável de D. Fernando frente às políticas de alianças empreendidas durante seu reinado, Beatriz termina por casar-se com, após quatro enlaces de matrimônio, com D. João I (1358-1390, rei desde 1379) após este enviuvuar, em 13 de setembro de 1382. Mesmo estando casada com o rei castelhano, o que lhe conferia o posto de rainha consorte daquele reino, Beatriz também figurava como a única herdeira da dinastia de Afonsina em Portugal, a peça principal das relações políticas entre os dois reinos.

O tratado de Salvaterra de Magos de 2 de abril de 1383 estabelece que em caso de morte D. Fernando, D. Beatriz e o rei Castela assumiram a direção do reino de Portugal até gerarem um filho varão à sucessão da Coroa portuguesa, entre outros pontos acordados no tratado. A primeira preocupação, como demonstra o cronista Fernão Lopes, diz respeito a estabilidade e a garantia de gerar um herdeiro legítimo para o reino:

Primeiramente, foi posto que, falecendo el-rei D. Fernando, e havendo filho varão, nado ou por nascer, da rainha D. Leonor ou d'outra qualquer mulher lidima, a herança de Portugal fosse de tal filho, livre e desembargadamente; E morrendo el-rei D. Fernando sem deixar filho n'esta maneira, ou, se o deixasse, fallecesse sem lídimos filhos ou netos descendentes, assim que a direita linha da herença fosse de todo extincta, que então o rino ficasse desembargado á infante D. Beatriz, e que os naturaes do reino fizessem todos menagem, que em tal caso houvessem ella por sua rainha e senhora (LOPES, 1896: p. 137-138).

Havia a possibilidade de vir a nascer um herdeiro direito de D. Fernando ou de Beatriz e o rei de Castela, qualquer que fosse o caso, este viria a governar Portugal. Porém, se este filho nunca chegasse, como aconteceu e, estando mortos tantos D. Fernando quanto D. Beatriz, “[...] que os reinos de Portugal ficassem a el-rei D. João, seu marido, e por esta

guisa herdasse el-rei D. Fernando nos reinos de Castella, morrendo el-rei D. João e a infante sua irmã sem lédimos herdeiros de linha direita.” (LOPES, 1896: p. 138). D. João e a infante sua irmã sem lédimos herdeiros de linha direita.” (LOPES, 1896: p. 138).

Com a morte de D. Fernando, em 22 de outubro de 1383, a sucessão ao trono levou o reino a um período de grande instabilidade que culminou em uma guerra civil e uma mudança dinástica. Para além das revoltas nobiliárquicas e o descontentamento do povo com as ações políticas de Leonor Teles como regente do reino, o tio de Beatriz e mestre de Avis, em 1383, João, filho bastardo de D. Pedro I com Teresa Lourenço, que há tempos influenciava as decisões políticas na corte portuguesa, foi elevado ao cargo de regedor e defensor do reino ao ser proclamado nas Cortes de Coimbra como rei de Portugal.

Ironicamente, recaí sobre João I de Castela da dinastia Trastámara o trabalho de tentar reconquistar o trono lusitano para dona Beatriz, logo ele, filho de Henrique II, um filho ilegítimo do rei Afonso XI. O pai de Beatriz, D. Fernando guerreara contra o Henrique II, em nome da legitimidade de Pedro I, mas agora era o herdeiro de Henrique II de Castela, que tentava dar lições de legitimidade ao novo rei português. Esses episódios servem para ilustrar como as alianças matrimoniais são, muitas vezes, importantíssimas para o “jogo” político na sociedade medieval ibérica.

A INFANTA BEATRIZ E OS CONCEITOS DE LEGITIMIDADE DINÁSTICA

D. Fernando I empreendeu três guerras contra a causa de Enrique de Trastámara (1333 - 1379) de Castela, filho bastardo de Afonso XI de Castela com Leonor de Gusmão, este último inaugurou a dinastia de Trastámara no trono de Castela em 1369. D. Fernando sofreu drásticas consequências defendendo seus princípios, pois, nas guerras contra Enrique de Trastámara, o rei de Portugal só colheu insucesso, já que “[...] sobre esse húmus pouco a pouco germinou uma acumulação de males: as tensões da nobreza frente a coroa, o ódio contra Castela e, em suma, o

clima de revolução que arruinará a vida mais tarde para sua filha Beatriz.” (SERRANO, 2005: p. 49)

A derrota do rei de Portugal frente ao Trastámara, colocou o rei de Portugal numa posição de subalternidade em relação ao seu recente inimigo, quando, em 1373, foi assinado o Tratado de Santarém (FERNANDES, 2018: p. 105-106). Beatriz nasceu no mesmo ano em que foi acordado este tratado, três anos depois, em 1376, foi negociado o seu casamento com o filho bastardo de Enrique II, o infante Don Fadrique, durante as cortes de Leiria. O matrimônio não chegou a se concretizar, no entanto, é a primeira vez que a infanta é incluída no jogo político ibérico por meio da proposta matrimonial entre os reinos envolvidos. Serrano (2005) assinala a humilhação política do rei de Portugal que transparece desse acordo ao vincular a herdeira a um filho bastardo de outro bastardo, ainda mais com a bandeira de ilegitimidade levantada por D. Fernando I anos antes contra Enrique de Trastámara.

Em relação aos conceitos de legitimação daquela época, Fernandes (2018) escreve que, paulatinamente, constrói-se um novo referencial de fidelidade baseado em critérios de funcionalidade mais do que legitimidade sanguínea, viabilizando um rei pelo mérito e a eficiência no serviço. A mesma historiadora, pensando esta renovação do poder central, concebe como:

As causas de Avis e a Trastámara, especialmente depois de instalada e reconhecida, refletiam movimentos de atualização, transformação, mas não no sentido de uma popularização do poder. Encaminhavam-se mais num sentido de eficiência administrativa, limites à corrupção, reflexão sobre a validade das guerras, privilégios e prerrogativas exageradas, enfim, uma modernização da monarquia, manifesta e anteriormente demandada em Cortes pelo Povo. Argumentos e discursos legitimadores consonantes com as expectativas da burguesia que transformam as crises dinásticas dos séculos XIV e XV em causas de apelo, inclusive, popular, assim como dos estratos excedentes da elite (FERNANDES, 2014: p. 120).

O conflito pela legitimidade dinástica e o triunfo de dinastias bastardas, a Trastámara e a de Avis em 1369 e 1383, condensam os novos referenciais para o trono nesse terreno espinhoso que é a sucessão dinástica. Beatriz de Portugal, mesmo sendo a depositária do direito ao trono português, não o ocupou. Acerca dessa questão Serrano (2005) expõe duas conjunturas que minaram a causa da herdeira de Fernando I: o casamento irregular dos seus pais e uma determinação de parte considerável da sociedade portuguesa de pôr fim a uma rainha que representou a “castelhanização do reino”. Assim Beatriz é convertida subitamente em filha bastarda, mesmo que não fosse uma acusação genuína.

Sendo Leonor Teles uma mulher casada – com João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro –, houveram complicações tanto para sua própria imagem quanto a de Fernando I e de Beatriz, como lamenta Fernão Lopes em sua crônica: “[...] causava grande desgosto a Deus e a seus fidalgos e a todo o povo [...]” (FERNÃO LOPES, 1969: p. 84). Além disso, segundo esse mesmo cronista, Leonor Teles não traria ao reino os mesmos benefícios e a mesma honra de uma infanta, o cronista português até escreve que esta tinha “[...] tantos inconvenientes em contrário [...]” (FERNÃO LOPES, 1969: p. 89), em contrário do que se esperava de uma rainha. Assim, Leonor Teles desonra Fernando I e o reino, deixando dúvidas quanto à legitimidade de Beatriz (TREVISAN, 2014: p. 60).

Desagradou muito a todos os da terra a maneira como el-rei nisto procedeu, e não somente aos grandes e fidalgos que amavam o seu serviço e honra, mas ainda ao povo comum que disto teve grande sentimento. De nada serviram as razões que os do Conselho alegaram, dizendo que não era bem casar com tal mulher como aquela, que era mulher de seu vassalo, e deixar os casamentos de infantas filhas de reis, como el-rei de Aragão e el-rei de Castela, com tanta honra para ele e acrescentamento para o Reino (FERNÃO LOPES, 1969: p. 82-83).

Ainda que de forma sutil, a questão da legitimidade de Beatriz se sobrepõe no trecho acima quando afirma que o rei de Portugal deveria

escolher a filha de um fidalgo que lhe desse filhos legítimos, deixando implícito nas palavras de Fernão Lopes que Leonor Teles não poderia ser a mulher que traria filhos legítimos ao rei. A toda esta conjuntura, soma-se outras mais que vão compor no discurso lopeano a justificação do poder do Mestre de Avis.

Quanto ao casamento de Beatriz com D. João I, era para a infanta ter se casado com o filho mais novo desse rei, D. Fernando, no entanto, com a morte da rainha regente de Castela e a recém viuvez do rei, trocou-se o filho pelo pai, uma escolha que, para Serrano (2005), formou o “núcleo essencial da crise nacional” portuguesa. Tendo fim a terceira guerra luso-castelhana, em 1382, D. Leonor Teles, o Conde João Fernandes Andeiro e muitos nobres entenderam que uma união com Castela seria a melhor forma de acautelar os seus interesses e de terminar com o conflito entre os dois reinos, colocando-os sob a mesma família real. À vista disso, promoveram a assinatura do Tratado de Salvaterra de Magos, em 6 de abril de 1383, no qual previa o casamento de D. Beatriz com D. João I de Castela.

O tratado citado acima, preocupou-se com todas as possibilidades de sucessão, propondo, como última opção, que o monarca castelhano D. João I viesse a ser rei de Portugal. Com a morte de Fernando I no ano de 1383, o acordo a ser respeitado deveria ser que enquanto Beatriz e João I não tivessem um herdeiro varão em idade de 14 anos, a coroa portuguesa seria regida por Leonor Teles, no entanto, como foi apontado, a pessoa de Leonor sempre foi submetida a dúvidas, logo não tinha muito ao seu favor para sustentá-la como rainha regente durante o período de tempo que fosse necessário.

A CRISE DINÁSTICA PORTUGUESA

D. João I de Castela, assim que tomou conhecimento da morte de D. Fernando em 1383, escreveu à Leonor Teles que proclamasse Beatriz como rainha de Portugal. Este momento na crônica de Fernão Lopes é um divisor de águas para o povo português, pois houveram aqueles que tomaram o lado de Beatriz e outros que a enxergavam-na como a

“castelhinização” do reino, em razão do seu casamento com D. João I. A suspeita portuguesa da má fé de João I, - se este e Beatriz não tivessem filhos seria conveniente para o rei de Castela -, já que o tratado acordado delegava seu papel de rei de Portugal para este caso específico, logo, com razão, ateou fogo a fogueira que nasceu com a guerra alguns meses depois (SERRANO, 2005: p.85-86).

Fernão Lopes descreve este momento como havendo “alvoroços” em Lisboa, Santarém e Elvas, mas “não somente nesses lugares mas ainda noutros do Reino houve grande alvoroço, pelo trazer do pendão e a proclamação da rainha D. Beatriz” (LOPES, 1969: p. 173) Uma das vozes a se pronunciar foi o conde D. Álvaro Peres de Castro, tio dos filhos de D. Pedro I com Inês de Castro, na crônica ele branda “Arraial, arraial! Aquele de quem for o Reino o levará! (LOPES, 1969: p. 169)”, e segue, “[...] esta era a opinião de muitos, dizendo uns aos outros que queriam ter o infante D. João por seu rei e senhor, porque o reino de Portugal sempre fora independente; e que forçosamente se juntaria com o reino de Castela se a rainha D. Beatriz e o seu marido o herdassem.” (LOPES, 1969: p. 169).

Desta forma, a crise foi instaurada em Portugal. Como estava previsto pelo tratado de Salvaterra de Magos, Leonor Teles se ocupou da regência do reino, ela que já não gozava da simpatia popular, mostrando-se favorável aos interesses castelhanos no território português, atraiu ainda mais a existência de uma grande oposição. É certo afirmar que esta crise entre 1383 a 1385 muito esteve ligada ao descontentamento popular, o “povo miúdo” foi “fundamental para o sucesso do movimento de revolução, ganhando reconhecimento como nova força política dentro do reino” (SOUZA JUNIOR, 2006: p. 1).

As palavras de Fernão Lopes convencem de que João, filho ilegítimo de D. Pedro I, foi a escolha certa, além de ter um imenso apoio do povo miúdo, a construção que o cronista faz deste personagem é digna de um herói. Enquanto testemunhamos esse brilhantismo na figura de D. João, Mestre de Avis, a filha de D. Fernando não recebe tamanha ou qualquer dedicação por parte do cronista, mesmo se tratando da luta pelo trono português onde Beatriz é tão central quanto os outros envolvidos, a infanta portuguesa antes subjugada às escolhas do pai, torna-se uma

sombra do seu marido após o casamento com D. João I de Castela, fatos visíveis na crônica lopeana, pois não foi escrito muito sobre Beatriz além das passagens onde seu pai e seu marido tiveram ações que ecoaram na pessoa dela.

D. João, mestre da Ordem de Avis, é aclamado rei pelas cortes reunidas em Coimbra a 6 de abril de 1385, marcando oficialmente o fim da dinastia afonsina e o início da dinastia de Avis. Beatriz não entrou no mundo fechado de conspiradores inquietos da família real, apesar de ser uma parte importante daquela família: preferiu permanecer a rainha de Portugal no exílio e optou por um fundo discreto, ela manteve prudência quanto a sua situação, essa mesma prudência permitiu que Beatriz mantivesse viva a chama do legitimismo dinástico português (SERRANO, 2005: p. 103-104).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se o uso da diplomacia luso-castelhana durante um período conturbado entre os reinos, em razão da ascensão das dinastias bastardas do Trastámara e de Avis. Fica evidente como as condições internas e externas estão atadas e cooperam para manter a “paz” no reino, um desses fatos que exercem influência sobre a política régia é o matrimônio de seus reis, como foi no caso de Beatriz, usada para selar a paz entre Portugal e Castela após anos de confronto.

Este mesmo casamento gerou no povo miúdo português certa revolta com Beatriz e seu marido D. João I, pois havia objeções em relação a ele. Tendo sua imagem e ação subjugada à de um homem, um rei castelhano, a causa legitimista de Beatriz não teve êxito em Portugal, principalmente no que diz respeito ao apoio do povo português. Entretanto, o casamento de Beatriz e o D. João de Castela é apenas um dos fatores que minaram a causa legitimista portuguesa, uma combinação de conflitos, tratados, acordos e questões sociais e políticas somaram-se a esta conjuntura.

REFERÊNCIAS

- BERNARDINO, Teresa. A Revolução Portuguesa de 1383-1385. Men Martins: Europa-América 1984.
- FERNANDES, Fatima Regina. Portugal, 1385. Quando Um Reino Fez Seu Rei. Jundiaí: Paco Editora, 2018.
- FERNANDES, Fatima Regina. Borgonha e Trastâmara: o conceito de legitimidade monárquica em atualização frente às tradicionais pretensões da nobreza extraterritorial ibérica (1369-1373). Catalão-GO: Revista OPSIS, v. 18, n. 1, pp. 98-115, 2018.
- FERNANDES, Fátima Regina. Os exilados castelhanos no reinado de Fernando I de Portugal. Madrid: En la España Medieval, n.23, pp. 101-115, 2000.
- FERNANDES, Fatima Regina. As transformações na sociedade política e nas monarquias medievais e seus efeitos na mobilidade de facções nobiliárquicas entre Portugal e Castela. Curitiba: Revista Diálogos Mediterrâneos, n.7, pp. 104 -126, 2014.
- LOPES, Fernão. Crónica de Dom Fernando. Lisboa: INCM, 1975.
- LOPES, Fernão. Crónica del rey D. João I. Lisboa: INCM, 2.v, 1977.
- LOPES, Fernão. As crônicas de Fernão Lopes. Seleccionadas e transpostas em português moderno por Antonio José Saraiva. Lisboa: Portugália, 1969.
- MONTEIRO, João Gouveia. A Batalha de Atoleiros (6 de abril de 1384): ensaio Geral para aljubarrota?. Coimbra: Revista Portuguesa de Pedagogia, p. 321-335, 2011.
- RINCÓN, David Nogales. La cultura del pacto en las relaciones diplomáticas luso-castellanas durante el período Trastámara (1369-1504). Madrid: En la España Medieval, vol. 35, pp. 121-144, 2012.
- PELAZ FLORES, DIANA. Reinas consortes: Las reinas de Castilla entre los siglos XI-XV. Madrid: Silex, 2017.

SERRANO, César Oliveira. Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2005.

SOUZA JUNIOR, Almir Marques de. A dinastia de Avis e a realeza do século XV. Rio de Janeiro, 2006.

TREVISAN, Mariana Bonat. D. Pedro I & D. Inês de Castro, D. Fernando & D. Leonor Teles: Os contra-modelos conjugais da cronística legitimadora de Avis (Portugal, Século XV). Madrid: De Medio Aevo. v. 5, ed. 1, p. 43-66, 2014.

“A CRISTA DO PAN-ARABISMO: NASSER E OS USOS POLÍTICOS DO RÁDIO, 1956-1958”¹

Matheus Paranhos Giolo Mezadri²

RESUMO: Os discursos do presidente egípcio Nasser, entre 1956 e 1958, afirmam a relevância do papel do rádio como difusor de uma ideologia pan-arábica e como artifício de propaganda política, em especial, contra as continuidades da dominação imperial. Por sua vez, os acontecimentos que marcam esse período consolidam a ideia de novos agentes, comumente chamados de “Terceiro Mundo”. A análise das especificidades desses discursos revela as movimentações e as negociações do Egito no contexto da Guerra Fria, assim como seu papel na articulação regional do Oriente médio e do norte da África.

PALAVRAS-CHAVE: Nasser. Pan-arabismo. Rádio.

INTRODUÇÃO

Assim como o século XX observou a dissolução das tutelas e das colônias europeias em solo africano, ele testemunhou também o surgimento de novas nações e as disputas internas entre grupos, diante dos movimentos revolucionários e das demandas populares. Ainda em tempos de controle britânico, o Egito presenciou o surgimento de um nacionalismo sem nação, um movimento alicerçado na experiência histórica do “ser árabe”, recuperando séculos de um povo dominado por estrangeiros, batalhando pela autonomia e por sua autodeterminação. A deposição do rei Farouk I (قوراف لولا) pelo movimento dos Oficiais Livres representou não somente o fim da monarquia, mas também um grande desgaste à esfera britânica de influência no Oriente Médio, tal

¹ Artigo composto a partir de projeto de iniciação científica PIBIC, referente ao edital de março de 2020, sob a orientação da prof^a. Dr^a. Raquel G. A. Gomes (IFCH – UNICAMP). Sua primeira versão foi submetida ao XXIX Congresso de Iniciação Científica da Unicamp, em 2021.

² Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: mpgmezadri01@hotmail.com.

como o ápice do nacionalismo árabe encontrou espaço no novo projeto político, ganhando ainda mais força com o estabelecimento do Estado de Israel (1949) e as consecutivas independências de Estados árabes na região.

O período entre 1956 e 1958, no Egito, assinala um momento de grandes transformações internas e externas, dialogando, em especial, com a geopolítica e as dinâmicas no contexto da Guerra Fria. Depois de 1954, a principal figura dos “Oficiais Livres” era Gamal Abdel Nasser (جمال عبد ناصرا) que, consolidando o regime republicano e sua permanência na liderança do país, foi capaz de nacionalizar o Canal de Suez e promover uma união política com a Síria. Considerando os ideais do pan-arabismo que Nasser carregava, os seus discursos no rádio foram a ferramenta que permitiu inflamar e construir esse sentimento, permeando camadas sociais e influenciando nações vizinhas que ainda lutavam contra a tutela dos colonizadores.

METODOLOGIA

A realização desta pesquisa teve como *corpus* principal os discursos do presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser. Todas essas fontes estão disponíveis em um acervo digital, no site da Biblioteca de Alexandria³, podendo ser consultados, em sua maioria, com a sua transcrição em árabe e, em alguns casos, o seu respectivo áudio original. Os discursos entre 1956 e 1958 foram, em sua integridade, traduzidos para o inglês, possibilitando assim a identificação, por meio de marcas orais e dos arquivos de áudio, das declarações que haviam sido vinculadas ao rádio. Além disso, algumas traduções de palavras-chave recorrentes foram identificadas e analisadas a partir da própria língua árabe, a fim de viabilizar uma tradução com maior precisão e com uma significação concreta dentro do seu contexto.

Uma parte dos incômodos deste trabalho vêm da construção e da publicação de pesquisas com o mesmo tema, com recortes temporais de longa duração e/ou com duração não definida. Os discursos de Nasser,

³ <http://nasser.bibalex.org/Speeches/list.aspx?search=false&lang=en>

em si, são extensos, considerando que somente no arquivo de Alexandria há 1350 entradas, com áudios e/ou textos. A demarcação, realizada nesta pesquisa, tem como objetivo filtrar esses discursos, delimitados pela temporalidade (1956-1958) e pela forma de enunciação que eles assumem. Essa seleção colabora para uma análise profunda dos temas abordados, abrindo possibilidades de explorar pontos minuciosos e ampliando também as perspectivas de incluir outras bibliografias que perpassem pelos discursos do presidente egípcio.

ANÁLISE DOS DISCURSOS

Em primeira instância, é importante destacar a cobertura da rede de rádio da república egípcia, em especial para analisar o impacto e a disseminação desses discursos. O Egito contava com 850 mil e receptores de sinal de rádio⁴, com cerca de 36 receptores para cada 1000 habitantes (CODDING, 1959: 148-9), representando um grande alcance em relação com países vizinhos. Ao contrário de outros territórios, como a Argélia, em que há uma heterogeneidade na expansão do rádio e no seu uso entre as populações (FANON, 1965), o Egito “devotava uma grande atenção ao rádio, programando sua expansão para que ele possa ser usado como uma ferramenta política para mobilizar as massas e propagar a linha oficial” (RUGH, 2004 apud DIONG, 2015: 2). Ainda de acordo com Rugh, o rádio se tornou parte de “manifestação moderna dos tradicionais métodos de histórias orais”. O fenômeno, que passou a integrar o cotidiano, implicava também na transmissão de versos religiosos e de músicas temáticas nacionalistas egípcias (FRISHKOPF, 2010: 70 apud DIONG, 2015: 3).

Considerando a materialidade do meio, deve-se analisar a configuração com a qual os discursos assumem a sua forma e a especificidade do discurso falado, através de uma rede de rádio, não apenas restrito ao local e ao público presente ali. Nos enunciados de Nasser há uma consciência em sua construção não apenas em si, mas também na forma

⁴ Deve-se levar em consideração que a República Árabe Unida se consolidou em 1958 e os dados foram coletados no ano de 1956. Os 100 mil receptores de sinal na Síria, portanto, não estão incluídos nesse dado. (CODDING, 1959, pp. 148-149)

como eles são proferidos: destaca-se a alternância de um tom coloquial, com um foco voltado para a própria nação, aproximando-se do árabe usado no cotidiano egípcio (DIONG, 2015: 5), para um árabe padrão, no discurso da nacionalização de Suez, inclinado à uma disseminação regional e atrelada às resistências dos povos árabes contra as permanências do imperialismo na região (COTTER, 2012: 11 apud MEIHY, 2014: 64). Ampliando esta análise e exemplificando, na ocasião, em Damasco, na declaração da constituição interina da RAU⁵, o termo “تَقْوَمًا”⁶, tem a letra ق pronunciada como /q/, seguindo a fonética do árabe padrão. Em outro caso, no discurso em Porto Said⁷, na expressão “دَقْل نَاك”⁸, a mesma letra tem o som de /ʔ/, seguindo o sentido do dialeto egípcio (WATSON, 2002: 17). Essa mudança mostra que Nasser permanece atento à necessidade de consolidar sua presença e popularidade nas diversas camadas da sociedade egípcia, apesar do peso geopolítico e da articulação política regional com outros países árabes.

Além do “como é dito”, “o quê é dito” é essencial para entender o projeto político e a população que ele almeja atingir. Há semelhanças entre o projeto de nacionalismo árabe que Nasser vestia, formado por meio de uma consciência forjada a partir da língua, com o nacionalismo clássico que Anderson disserta⁹. A comunidade imaginada projetada a partir dos jornais, transfigurada no ambiente colonial, adaptou o rádio como sua principal ferramenta, com a particularidade de expandir-se para camadas da população analfabeta, tornando o nacionalismo um conceito popular. Os discursos, por sua vez, contam com a recorrência de expressões como, por exemplo, “nacionalismo árabe” e “arabismo”, que marca os enunciados

⁵ ٨٥٩١/٣/٥ - em: قشمدب قدحتما تبيرها تير وهمجلا تقوملا روتسدلا نلاعإ تبسانمير صانلا دبعل لامج س ينرلا تملاك - disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-606-en>. Acessado em: 06 de agosto de 2021.

⁶ Interino ٧٥٩١/٢١/٣٢.

⁷ في دبعرود تبسانمير دبعل صانلا تملاك س ينرلا لامج دبعل صانلا - disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-569-en>. Acessado em: 06 de agosto de 2021.

⁸ Foi.

⁹ ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

e, ao mesmo tempo, privilegiam vocativos tal como “إخيه نوظاوما”¹⁰ ou “إخيه نوظاوما”¹¹, frisando a mudança política, da monarquia sob a esfera de influência estrangeira para a república, pautada nessa coletividade entre as populações árabes, que extrapola as antigas fronteiras.

Parte constante da retórica, denunciada pelo líder egípcio, é baseada pela ideia da repartição do “povo árabe” em colônias, apoiada por uma lógica de “dividir para conquistar”. Uma questão de identidade surge no momento que “povo árabe”, “arabismo” e até mesmo “arabidade”¹², são colocados como uma realidade na afirmação desse projeto pan-arábico que objetiva reintegrar politicamente esses grupos. O princípio de trazer as cruzadas em seu discurso, além de afirmar que “muçulmanos e cristãos lutaram em defesa de seu arabismo”¹³, retoma não somente o uso da história como continuidade e como “lição” para o tempo presente, para um grupo concreto e atemporal, que batalhou em uma frente única para derrotar um inimigo, mas, sobretudo, a inclusão de “cristãos árabes” relaciona-se com a afirmação de que as “cruzadas não são nada além de um nome disfarçado para colonialismo”¹⁴, de modo que a aproximação, entre o presente e o passado, pontua que ambos os episódios foram frutos de projetos políticos expansionistas, e não essencialmente religiosos. Essa questão reforça a intenção de Nasser de angariar apoio para o seu projeto, partindo dessa premissa que não são muçulmanos *versus* cristãos, e sim colonizadores *versus* colonizados.

Outra questão que se torna central, após a queda de Farouk I (1952) e com a instalação do governo revolucionário, tanto em si quanto discursivamente, é a posse da terra. Em seu livro, *A Revolução no Mundo Árabe* (1963), em *Filosofia da Revolução* (1954), o líder egípcio já marcava a

¹⁰ Cidadãos.

¹¹ Irmãos; o De acordo com o dicionário de Oxford: “إخيه نوظاوما” (brothers, brethren) - used as a form of address to members of an organization or religious group”.

¹² Do inglês, *arabness* ٨٥٩١/٣/٦١.

¹³ في ف - تم ملكس ينر لال ل ماجد بعر صانلا بلد - disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-615-en>. Acessado em: 04 de agosto de 2021.

¹⁴ Tradução livre.

problemática da questão fundiária que, segundo ele¹⁵, começara no período de dominação mameluca no Egito. Já em um discurso realizado no ano de 1956¹⁶, Nasser aponta como segundo objetivo da revolução “a eliminação do feudalismo, o estabelecimento da reforma agrária e a limitação da propriedade”¹⁷. Este tópico, além de central para a dinâmica da sociedade e da política egípcia, é recorrente nos discursos do Nasser, sendo sempre relembrado em momentos, como as “conferências cooperativas”¹⁸, que são apresentados os resultados das ações do governo. Os dados dão base para uma comparação quantitativa do período anterior, em relação com o pós-revolução, sendo importantes tanto no seu período contemporâneo, como uma forma de promover o regime, tal qual pode atender à uma possibilidade de um comparativo desses dados com outros estudos, a exemplo, o estudo do Banco Mundial sobre a economia egípcia¹⁹.

A circulação internacional de Nasser demonstra as possibilidades e os diálogos que foram sendo construídos como parte da sua política externa. A partir das próprias descrições dos discursos, percebe-se a movimentação do líder egípcio por países não-centrais, como a Iugoslávia e o Uzbequistão, como também em relação a países estratégicos, como é o caso da estadia na Rússia (1958) e a sua visita à Síria, após consumada a união e a criação da República Árabe Unida. A viabilidade desses trânsitos pode estar relacionada com a importância da Conferência de Bandung²⁰,

¹⁵ NASSER, Gamal Abdel. *A Revolução no mundo árabe*. São Paulo: Edarli, 1963, p.88 ٦٥٩١/٦/١.

¹⁶ تم ملك سينرلا لامجد دبع في رصائل رمثوما نواعنا ناا – disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-466-en>. Acessado em: 04 de agosto de 2021.

¹⁷ Tradução livre.

¹⁸ Destaca-se a Conferência de 1º de junho de 1956.

¹⁹ Para mais informações do estudo: HANSEN, Bent, *World Bank comparative studies. The Political economy of poverty, equity, and growth – Egypt and Turkey*. Oxford University Press: Nova Iorque, 1991.

²⁰ Conferência realizada em 1955, na capital da Indonésia. O intuito da reunião era promover a solidariedade entre países recém independentes que não estavam politicamente ligados às duas superpotências da Guerra Fria. A ideia de “não-alinhamento” surge nesse momento como uma reivindicação ao direito de autodeterminação dos povos, contra interferências estrangeiras e não deve ser relacionada com o “neutralismo”. Em diversos casos, como argumentado por

revelando o fluxo mundial de projetos políticos, sendo o Egito um dos principais articuladores desse novo Oriente médio. Da mesma forma, essa circulação arquitetava a possibilidade de realizar uma abordagem do período da Guerra Fria que busque investigar as interações desses países como forças internacionais na época, em seus diálogos e redes de solidariedade. A guerra após a instalação do Estado de Israel, as tentativas de intervenção ocidental na região e o triunfo egípcio em Suez afirmam de forma aguda o aparecimento e a necessidade dessas novas formas de organização política em união contra as permanências imperialistas na região.

Um dos pontos centrais nesse período é, sem dúvida, a nacionalização do Canal de Suez. Nasser frisa a importância da nacionalização para o financiamento do projeto da Barragem Alta²¹, concluindo como consequência inevitável às consecutivas recusas e condições restritivas do Banco Mundial para financiar a iniciativa. Considerando a grande influência que o general Neguib disfrutava na região do Sudão (MEIHY, 2014: 42), é possível conceber que o projeto teve um intuito político, levando em conta os conflitos durante o período inicial do Conselho do Comando Revolucionário e da República egípcia. A magnitude do projeto, reiterada por Nasser no mesmo discurso, proporcionaria o aumento das terras agricultáveis na região do Alto Egito, possibilitando um desenvolvimento socioeconômico da região. Durante todo o período analisado (1956-1958), Suez torna-se uma das matrizes dos discursos, tendo não somente consequências discursivas, tratando-se de uma vitória sobre uma tentativa de intervenção imperialista, mas também por representar um avanço em direção a autonomia econômica, objetivando o desenvolvimento interno e a possibilidade de construção e financiamento de obras sem a imposição do capital estrangeiro.

Alam (1977), a postura de neutralidade é interpretada de forma errônea como uma postura apolítica, de ausência de atuação no âmbito internacional ou de apagamento das relações e trocas com outros países.

²¹ “سيوسلا قانف ميماء باطخ” تيردنگسلا ن م بارلا قروثلا ديع في رصانلا ديع لامج سينرلا باطخ

٦٥٩١/٧/٦٢ - disponível em: <http://nasser.bibalex.org/TextViewer.aspx?TextID=SPCH-495-en>. Acessado em: 04 de agosto de 2021.

REFERÊNCIAS

- ALAM, Muhammad Badiul. The Concept Of Non - Alignment: A Critical. **World Affairs**, Fall 1977, Vol. 140, No. 2, pp. 166-185.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CODDING, George Arthur. **Broadcasting without barriers**. Paris: United Nations, 1959. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133159>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- DIONG, Natalie Jia Ning. Sawt Al-Arab or Sawt Al-Nasser? The Case of Mass Media under Gamal Abdel Nasser and the Convolutd Rise of Pan-Arabism, **Journal of Georgetown University-Qatar Middle Eastern Studies Student Association**, nº 5, 2015.
- FANON, Frantz. **A Dying colonialism**. Translated by Haakon Chevalier. New York: Grove Press, 1965.
- FARAH, Tawfic E. **Pan-Arabism And Arab Nationalism: The Continuing Debate**. 1. ed. Boulder: Westview Press, 1987.
- FERABOLLI, Silvia. Relações internacionais do mundo árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 63-97, janeiro/junho, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n1/a03v29n1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- HOURLANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MEIHY, Murilo Sebe Bon. 'Às vezes, somos todos palestinos': O uso político da Questão Palestina por líderes árabes na segunda metade do século XX. **História**, vol. 33, n.2, julho-dezembro 2014, pp. 37-56.
- NASSER, Gamal Abdel. **A Revolução no mundo árabe**. São Paulo: Edarli, 1963.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, Edward. **Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WATSON, Janet. *The Phonology and Morphology of Arabic*, New York: Oxford University Press, 2002.

UMA DAS TESTEMUNHAS OCULARES DA BALAIADA: A VISÃO OFICIAL DE GONÇALVES DE MAGALHÃES, NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO, ENTRE 1838 A 1841.

Maykon Albuquerque Lacerda¹

RESUMO: este trabalho propõe analisar a óptica de Gonçalves de Magalhães no que tange à Balaiada, revolta popular ocorrida no Maranhão, entre 1838 a 1841. Desencadeada diante de uma conjuntura nacional, efervescente, de desordem social e conflitos político-partidários existentes Assim, metodologicamente, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica em: Assunção (1998), Guimarães (1988), Magalhães (2001), entre outros. E consulta hemerográfica, nos periódicos: *Chronica Maranhense* (1839) e *O Bem-Te-Vi* (1838).

PALAVRAS-CHAVE: Óptica de Gonçalves de Magalhães. Balaiada. Maranhão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é oriundo de uma análise crítico-reflexiva, referente ao célebre livro: *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão (desde 1839-1840)*, isto é, uma juntada de relatórios, escritos pelo bacharel estadista Gonçalves de Magalhães, e que foi encaminhado ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, para ser publicado na revista do IHGB, em 1848. De modo que, sua relevância é dada por retratar um dos principais conflitos populares eclodido na Província do Maranhão, a Balaiada (entre 1838 a 1841), durante o período regencial brasileiro.

Nesse sentido, objetiva-se discutir brevemente, a construção de um discurso oficial, sob a óptica do Sr. Gonçalves de Magalhães, que esteve na Província do Maranhão, de modo, a representar os interesses do Estado Nacional e sua tardia produção historiográfica, alinhados aos ditames do

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: maykonalbuquerquelacerda@gmail.com.

IHGB (GUIMARÃES, 1988: 6). Para isso, é notório uma observância contextual, de cunho social, política, ideológica e econômica, da época.

O século XIX, no Brasil, foi um período conturbado, marcado pela instabilidade, violência e luta armada, devido aos movimentos de independência, renúncia e ascensão das regências provisórias, visando a tentativa de uma aristocracia rural no poder. Dessa forma, é possível estudar a Balaiada, contextualizando-a com a história maranhense e brasileira entre as décadas de 1820 e 1840, pois:

No Maranhão, atritos políticos iniciaram-se, mesmo, antes da década de 20: contudo foram o processo de adesão do Maranhão à Independência e a Guerra dos Três Bês, além das várias inquietações, que projetaram o cenário de lutas na província. Em 1831, a Setembrada, ou Motim do Campo d'Ourique, acirrou o processo de lutas entre brasileiros e portugueses, desencadeando, no Maranhão, um clima de tensão que desaguou no grande conflito da Balaiada (BOTELHO, 2018: 165).

Assim, no ano de 1839, chegara em terras maranhenses, o Sr. Domingos José Gonçalves de Magalhães (futuro, Visconde e Barão de Araguaia), na condição de secretário do então coronel Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias) para relatar em seus escritos a rebelião, que adiante seria conhecida como, a Guerra da Balaiada. Visto que, é instigante, a presença de um homem letrado, sulista, e representante do Estado, em uma região inóspita do vasto império brasileiro, o Norte. Concomitantemente, imbuído de interesses elitistas e de um posicionamento discriminatório, contra os segmentos subalternos do Maranhão, gestado e legitimado por um discurso historiográfico fomentado no Oitocentos (GUIMARÃES, 1988: 8).

É claro, decorrente de uma visão errônea e deturpada do conflito balaio, numa perspectiva elitista e tradicional, ainda vigente, posto que o intelectual Gonçalves de Magalhães: “quando, a serviço da nobreza latifundiária do império, aqui desembarca de armas e bagagem para

‘pacificar’ um atropelado descontentamento de cafuzos e pés-rapados da província” (MAGALHÃES, 2001: 9).

Ou seja, um representante do Estado, que se desloca para o norte do Império e se depara com uma majoritária população desfavorecida, pobre, excludente e explorada. O que leva, à antipatia de Gonçalves de Magalhães, que desqualifica às classes maranhenses subalternas. Em contrapartida, tido enquanto, um defensor da ordem e distinção de classes. Logo, a visão deturpada do referido secretário, vem sendo criticada pelo recente revisionismo histórico, que se tornou passível de inúmeras interpretações e perspectivas.

Dito isto, para Gonçalves de Magalhães, a revolução da Província do Maranhão, abalara de forma drástica, todos os grupos da pirâmide social regional, sobretudo, as atrocidades e barbáries, provocadas pelos revoltosos, que foram vistos pela elite ludovicense, como: “pessoas perigosas, rudes, ineptas, ausentes de caráter civilizatório” (MAGALHÃES, 2001: 20). Somando-se a isso, a referida província imperial era considerada como, terra ausente de aplicação de leis, marcada pelo mandonismo local, abuso de poder das autoridades, além, de uma ambiência favorável às intrigas familiares e vinganças pessoais, entre seus habitantes, sobretudo, em regiões interioranas (sertanejas).

Paralelo ao testemunho de Gonçalves de Magalhães, o conflito balaió foi marcado pela presença tendenciosa de uma imprensa regional e politizada, a fim de influenciar a opinião pública. À título de exemplo, tem-se os dois partidos imperiais, que disputavam o poder político da Província do Maranhão (MARANHÃO, 2007: 21), almejando seus próprios interesses, os *Cabanos* (representados pelos Conservadores), versus *Os Bem-te-vis* (representados pelos Liberais), visto que:

Nenhum partido representa entre nós ideias fixas, as quais também não representam as necessidades do país; cada qual afaga aqueles que melhor se prestam no momento para derrubar o estabelecido. Mas o estabelecido não é obra do tempo, triunfar do partido oposto é a única mira dos pleiteantes. Prolonga-se a luta e leis se fabricam segundo os caprichos dos vencedores (MAGALHÃES, 2001: 16).

Com isso, percebe-se que a finalidade de ambos partidos, era a alternância de poder, apesar de *Os Bem-te-viz*, inicialmente, terem aderido à revolta, em apoio aos balaíos, devido algumas circunstâncias desfavoráveis aos mesmos, como: a Lei dos Prefeitos, a Política dos Pegas (recrutamento militar obrigatório), bem como, a centralização política por parte dos *Cabanos*, em especial, do Presidente da Província na época, o Sr. Camargo.

Um ambiente efervescente, propício para uma intencionalidade discursiva, onde faz-se é essencial identificar os recursos de persuasão, utilizados para criar as ditas “verdades”, propagadas pelos discursos nacionais (PÊCHEUX, 1990: 18). O próprio Gonçalves de Magalhães, foi um exemplo disso, em suas interpretações e falas, no que tange a atribuir à violência aos rebeldes, fato que é comprovado pelo pensamento a seguir:

Pobres mulheres indefesas eram açoitadas, moças manchadas entre os olhos e seus progenitores e assassinadas, se resistissem: roubados os bens e incendiadas as casas e lavouras e todos os dias chegava à capital a nova de uma desgraça, coisas essas que mais facilmente eles praticaram, do que nós podemos escrever: que se tantos exemplos de iguais crimes não nos mostrasse a história de povos civilizados em épocas de feroz delírio, estamos que as almas sensíveis duvidaram da verdade destes. (MAGALHÃES, 2001: 47).

Nesse contexto, o secretário de Caxias, Gonçalves de Magalhães, descreve os atos hediondos, que segundo ele, foram causados pelos ditos criminosos balaíos, porém, reitera-se que, muitos comandantes das Forças Imperiais, também cometiam horrores contra indivíduos, que os encontravam com armas em mãos (ASSUNÇÃO, 1998: 80).

TRANSIÇÃO DE GOVERNO NO MARANHÃO (1838-1839): SR. CAMARGO E SR. MANOEL FELIZARDO DE SOUSA.

Dando continuidade, entre 1838 a 1839, o governo provincial teve como Presidente, o Sr. Camargo, que insistia em um discurso de paz, tranquilidade e ordem, e consequentemente com a sua demissão (devido à

forte oposição liberal e jornalística ao seu governo instável e turbulento), foi empossado de imediato, o Sr. Manoel Felizardo de Sousa, em 1839, sendo incumbido de tomar as devidas providências, em manter a ordem e findar a revolta eclodida pelos balaaios, que iniciou em 1838, até ser expandida pelo interior maranhense.

Previamente, é interessante destacar que na efervescência da província, oficialmente, eclode-se a Balaiada, à 13 de dezembro de 1838, na Vila da Manga do Iguará (atual município de Nina Rodrigues). Ocasionalmente, emerge-se a figura do vaqueiro Raimundo Gomes, “homem de cor assaz escura acompanhado de nove de sua raça; arrombaram a cadeia da vila e soltaram os presos criminosos” (MAGALHÃES, 2001: 27). Isto é, Gonçalves de Magalhães, menosprezava a capacidade mental do rústico vaqueiro e defendia que outros dirigentes ocultos liderassem à revolta. De modo, a excluir: “Que mão oculta dirigia este drama não se pode duvidar. Era Raimundo Gomes incapaz de tomar por si uma tal resolução, posto que por seus hábitos muito próprio para executá-la” (MAGALHÃES, 2001: 27).

Aliás, o Gonçalves de Magalhães, critica o envolvimento de Raimundo Gomes, juntamente com os liberais e à sua atuação no povoado da Manga, segundo ele, sob a proteção do juiz de paz e de alguns vereadores, “assim, pois nove criminosos assassinos impunemente passaram, roubaram e proclamaram em uma vila por espaço de cinco dias e não apareceu quem lhes resistisse!” (MAGALHÃES, 2001: 28). Diante disso, demonstra-se a falta de policiamento na localidade, onde deflagrou-se o movimento balaio.

Nesse sentido, Gonçalves de Magalhães, sabia que as tropas da legalidade, enviadas pelo Sr. Felizardo estavam sendo atacadas de forma inesperada pelos balaaios. Isso demonstra o despreparo e a falta de conhecimento geográfico do território maranhense, por parte das Forças Legais. Para não justificar a ausência de estratégias das tropas, o relator oficial do Estado Nacional, Gonçalves de Magalhães, tende a descrever minuciosamente e atribuir uma visibilidade horrenda aos ditos facínoras e subversivos. Outra preocupação, tanto sua, quanto das autoridades da província, era que os inúmeros levantes populares, no interior maranhense,

chegassem à capital, São Luís, ou até mesmo que os balaio a sediassem. Dado que:

[...] tanto era o medo que dela se servissem os rebeldes em tomando a capital, que por assim dizer já com antecedência o terror lhes entregava! Algumas destas medidas de nenhum modo podem ser revelada: a contramarcha da força, o desmontamento e encravamento da artilharia, demonstrando inconsiderações ou grande falta de confiança nos habitantes da capital, na qual, além de sua posição elevada, cercada de água, e de fácil defesa, havia dois batalhões de guardas nacionais e muita gente que podia pegar em armas (MAGALHÃES, 2001: 37).

Nesse ínterim conturbado, os liberais do partido *Os Bem-te-vis* (oportunistas e sagazes) acamparam-se em Caxias (cidade provinciana), armados, para possíveis confrontos, posto que os mesmos, juntamente com os líderes da revolta (Raimundo Gomes, Balaio, Lívio e Ruivo), organizaram uma Junta Governativa, com o intuito de elaborarem requisições ao presidente Sr. Felizardo, visando negociações favoráveis ao grupo, respeitando às leis e Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II. Em razão disso:

Não há dúvida, Exmo. Sr., que alguns excessos praticou este partido no seu começo; hoje, porém, que ele acaba de tomar Caxias, onde se municia de oitenta mil cartuchos embalados, mil armas, peças de artilharia e mais de trezentos barris de pólvora, apoiado em seis mil homens apresenta uma barreira irresistível e manifesta a vontade da província. Assim, Sr., o partido bem-te-vi, querem sustentar os objetos mais caros aos bons brasileiros, nos manda perante V. Exa. oferecer-lhes as instruções justas que nos deu, e muito confia que V. Exa., como muito interessado no sossego da província, haja de lhe dar uma resposta satisfatória, ou as condições que julgar convenientes, porque a deputação está autorizada a recebê-las ou modificá-las (MAGALHÃES, 2001: 41).

Além disso, à medida que, o governo da capital tentava buscar aparato da corte do Rio de Janeiro e vindo a forjar negociações com os líderes do movimento, os balaíos disseminavam-se rapidamente pela Província. Com isso, é interessante ressaltar que os inúmeros participantes do conflito balaío, comunicavam-se entre si, nas regiões interioranas das províncias do Maranhão, Piauí e Ceará (MAGALHÃES, 2001: 70), por meio de informantes, lideranças locais e apoiadores em anonimato, que contribuíram na propagação de ideias, articulações políticas e estratégias militares, nas fronteiras das províncias do Norte do Império.

PRINCIPAIS JORNAIS PROVINCIAIS

Dito isso, cabe destacar o papel da imprensa maranhense, entre 1838-1841, na divulgação dos ocorridos populares, do interior para a capital, bem como a presença e circulação de jornalistas na época e a preferência popular por alguns jornais, em especial, de cunho político (MARANHÃO, 2007: 21), como: *O Bem-te-vi* (redator: Estevão Rafael de Carvalho), e o *Chronica Maranhense* (redator: Antônio Pires de Castro), ambos tiveram imensa circulação na província, desde a eclosão, ao desfecho da Balaiada. Para tal, os liberais *Bem-te-vis*, visando seus meros interesses, incitavam gradativamente à entrada de populares na revolta, a partir dos periódicos político-partidários, no Maranhão Oitocentista. Segundo o relato do estopim balaío:

Deos Guarde a V. Ex. quartel de minha residência no Iguará aos 17 de dezembro de 1838. - Illm. e Exm. Sr. Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo. Presidente da Província. - Henrique Pereira da Silva Coqueiro, Coronel. - Illm. e Exm. Sñr.-Com o maior pezar, e indignação acabo de saber, que um Termo do Iguará, um desgraçado vândalo, de um nome Raimundo Gomes, reunindo algum seus iguaes, entrou na Vila da Manga, e apoderando-se do quartel do destacamento, chamou este a sei, e soltou os criminosos que existião prezos; tudo para o fim que V. Ex. vera do officio, por cópia incluso, que me dirigio o Sub-Prefeito do dito Termo (CHRONICA MARANHENSE, 1839: 398).

Conforme, o exposto acima, percebe-se que o jornal abordado narra o estopim da Balaiada, enquanto um ato subversivo e tido enquanto uma balbúrdia popular. Ou seja, o *Chronica Maranhense*, era um jornal ligado ao Partido Conservador, que se encontrava no poder regional, portanto, seus periódicos constituíam-se em verdadeiros instrumentos de interesse do segmento social dominante, à elite provincial, concentrada em São Luís.

Nesse ínterim, enfatiza-se o auxílio dos colaboradores, que repassavam informações aos líderes da insurreição popular; os próprios habitantes das vilas, se dispuseram a ajudar os revoltosos, contra a exorbitante disparidade econômica e social existente, tal como, o abuso de poder cometido por autoridades oficiais.

O outro jornal, *O Bem-te-vi*, de cunho liberal consternava uma enorme insatisfação das classes subalternas, que reclamavam da demasiada centralização política, colocando em questão a autonomia provincial, e consequentemente, o estabelecimento da Lei Interpretativa ao Ato Adicional de 1834, ou Lei dos Prefeitos. Com isso, os oposicionistas liberais iniciavam uma série de queixas contra os prefeitos (mantenedores da ordem social local).

[...] Hum prefeito tem espalhados tantos quantos officiaes de polícia (espião) ele quer, para saber do que se passa fora e dentro das casas! Adeos, sagrados das famílias! Os prefeitos chamarão e corromperão nossos escravos para dizerem tudo que em nossas casas se faz e se diz e acrescentarem o mais que nem se faz e nem se diz! Com huma actoridade tão absoluta, quem se julgará seguro! quem os poderá ter mão!mil maldições pazem sobre a cabeça de quem pedio o sancionou huma tal lei! mil maldições pazem sobre as cabeças dessa maioria da Assembleia que fez tal lei! (O BEM-TE-VI, 11 de julho de 1838: 15).

Nessa conjuntura, de efervescência no Maranhão, é nítido que o período regencial trouxera inúmeras arbitrariedades e abusos daqueles que detinham o poder ou o representavam, especificamente, à Guarda Nacional, que “[...] criada por Feijó, em 1831, foi controlada pelo governo

regencial, pelos grandes proprietários locais e latifundiários, que receberam patentes de oficiais, tonando-se, assim um aparelho de violência contra opositores[...]" (BOTELHO, 2018: 167-168). Isto é, tornou-se um instrumento de repressão aos populares, que se negavam ao alistamento obrigatório (homens maiores de 18 anos), intitulada popularmente, de "Política dos Pegas", ou "Tempo do Pega" (ASSUNÇÃO, 1998: 83).

A CHEGADA DO "PACIFICADOR" E O DESFECHO BALAIO

O coronel Luís Alves de Lima e Silva foi o escolhido pelo Conselho dos Ministros (Corte do Rio de Janeiro), para pôr fim, à Balaiada, sendo nomeado Presidente e Comandante das Armas do Maranhão. Além disso, caso necessário, também, pôde-se intervir nas províncias do Piauí e Ceará, em prol da manutenção da ordem, com o apoio da elite e do Estado, no combate ao levante instaurado. Pois, os líderes balaio detinham de técnicas de guerrilhas e estratégias militares contra seus opositores, ora derrotados, ora vitoriosos.

Outra problemática encontrada pelo Presidente das Armas foram alguns empecilhos, tidos pelas tropas, como: o atraso do soldo, o descaso do Governo Imperial, a ausência de mantimentos e suprimentos, falta de fardamento adequado, e em especial, o receio do descontentamento das tropas em condições de penúria e miserabilidade, "não cessava de requisitar ao governo imperial, dinheiro e munições, mas o governo todo ocupado com a guerra do Sul, desdenhava a do Norte" (MAGALHÃES, 2001: 93).

Quanto ao desfecho dos líderes balaio, o ilustre secretário de Caxias em solo maranhense, Gonçalves de Magalhães, enfatiza o desenredo tanto do negro Cosme, quanto de Raimundo Gomes, em 1841. Dessa forma, a rebelião já indicava indícios de declínio, visto que, ao perceber a derrota iminente, os revoltosos tentaram um armistício, para assegurarem suas vidas, porém, a resposta das Tropas Oficiais foi dura e inflexível. Por sua vez, o partido *O Bem-te-vi*, em defesa de seus interesses distintos, dos balaio, retirou-se do movimento popular, decorrente dos constantes de-

sentendimentos entre os líderes, além da morte inesperada de Manoel dos Anjos Ferreira (líder do movimento, e tachado popularmente de: *O balaio*).

Nesse ensejo, Raimundo Gomes se apresenta em Miritiba (atual Humberto de Campos) em 1841, ao presidente Lima e Silva. Enquanto que, negro Cosme é preso, e enforcado em praça pública, na vila de Itapecuru, em 1842, dando fim à Balaiada. Às demais lideranças identificadas foram mortas ou expulsas da província do Maranhão. No tocante ao saldo de mortos, a Balaiada, encerra-se com aproximadamente 20.000 mortos (BOTELHO, 2018: 175), em meio à uma população majoritariamente mestiça, analfabeta e pobre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, pode-se perceber um precoce Estado Regencial, instável e inseguro, ameaçado pelas ações de desordem e tentativa de tomada de poder, o que possibilitou ao partido *Os Bem-te-vis*, ingressar no conflito maranhense, de grandes dimensões sociais, políticas e econômicas, fruto de uma estrutura desproporcional historicamente, que se constituiu o Brasil. Portanto, um ensejo partidário, contrário às reivindicações dos balaioes, que provocaram discordâncias entre seus participantes, que em tese, ainda é identificada nas produções da tradicional historiografia maranhense.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. História do Balaio: historiografia, memória oral e as origens da balaiada. **Revista da Associação Brasileira de História oral**. São Paulo, v. 1, n 1, 67-89, 1998.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão**. 2ª ed. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

MAGALHÃES, Domingos José G. **Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão (desde 1839 até 1840)**. São Paulo: Siliciano, 2001.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. Serviço de Apoio Técnico. **Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**. São Luís: Edições SECMA, 2007.

PÊCHEUX, M. Apresentação da AAD. In: GADET, F., HAK, H. **Por uma análise automática do discurso** (Uma introdução à obra de Michel Pêcheux). Campinas: Pontes, 1990.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

Chronica Maranhense, 1839

O Bem-te-vi, 11 de julho de 1838

O PAPEL DAS IRMANDADES RELIGIOSAS PARA A EDUCAÇÃO MUSICAL EM MARIANA-MG, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Noemi Alves Peixoto¹

RESUMO: No presente artigo penso o local das irmandades mineiras para a instrução e educação musical na cidade de Mariana durante a segunda metade do século XVIII, enquanto elemento de distinção social para homens de cor. Para tal, considero essa arte e ofício como forma de conhecimento socialmente reconhecida, que viabiliza e legitima a ascensão social e prestígio para os sujeitos com ela envolvidos, inserindo-se na lógica de educação não-escolar promovida por essas associações.

PALAVRAS-CHAVE: Irmandades. Minas setecentista. Música Colonial.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta aspectos e abordagens de pesquisa de Iniciação Científica² desenvolvidas entre agosto de 2020 e setembro de 2021, com orientação da professora Lucilene Reginaldo e as expectativas de continuidade da pesquisa, com orientação do professor Aldair Rodrigues. As investigações realizadas buscaram compreender o papel das irmandades para o contexto setecentista mineiro, as atividades musicais sacras e profanas desenvolvidas por músicos negros

¹ Graduanda em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: noh.apxt@gmail.com

² A pesquisa é intitulada “A atividade musical promovida e incentivada pelas irmandades religiosas e seu papel educacional na Minas Setecentista” e foi fomentada pelo Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq).

no interior ou em relação às associações leigas e o local dessa forma de arte para a elevação moral desses músicos. Tendo como cenário o contexto mineiro do XVIII, promovemos um levantamento de fontes que nos permitem identificar e rastrear as trajetórias desses indivíduos, pensando a música para além de sua utilidade e expressividade, como uma forma de instrução. Entre as fontes inventariadas, destaco os compromissos de irmandades, que trazem elementos que interessam ao tema estudado, como a distribuição de cargos, valores dos anuais, regras e condutas esperadas dos irmãos, entre outros elementos organizacionais das associações.

AS MINAS SETECENTISTAS

A Minas no século XVIII foi cenário de dinâmicas particulares impulsionadas pela economia mineradora, que foram impressas na forte produção artística. Entre as peculiaridades, podemos destacar o intenso fluxo de chegada de africanos escravizados à Capitania ao passo que sujeitos ligados ao cativo empregavam estratégias diversas para conquistar e assegurar a liberdade (DIÓRIO, 2007: 16-20). O contexto mineiro proporcionou ainda o desenvolvimento de uma vida religiosa que teve como elemento central instituições organizadas por leigos, constituindo espaços nos quais laços de auxílio mútuo, sociabilidade e devoção foram fortalecidos, enquanto atuavam como reguladoras do comportamento e moral dos irmãos (BOSCHI, 1986: 3). A Capitania foi, portanto, organizada em torno da atividade de extração mineral, principalmente aurífera, cujos recursos foram empregados na exteriorização de símbolos de religiosidade, mas, principalmente, de poder, mediante as transformações no quadro social e adotadas como demarcadores das distinções herdadas dos costumes de nobliação.

Com o desenvolvimento das atividades de mineração e sedimentação das sociedades nos arraiais e vilas, atividades como a produção e o comércio de alimentos tornam-se necessárias, demandando o emprego de mão-de-obra. O envolvimento de sujeitos escravizados com essas atividades possibilitam a acumulação de excedentes, a negociação de

suas alforrias e a conquista da liberdade. A partir do desenvolvimento dos povoados desenvolvem-se também os ofícios mecânicos, que dão suporte à sociedade que se sedimenta na região (DIÓRIO, 2007: 26-27). No entanto, as atividades que impunham o uso da força física eram consideradas “manchadas” e “defeituosas”, inadequadas aos brancos e ligadas aos critérios da “pureza de sangue” como degradantes (LIMA & SOUZA, 2007: 42). A recusa ao trabalho mecânico somaria-se a outros elementos de distinção, como a preferência pelos cargos administrativos; o letramento e instrução também integram esse quadro de características que servirão para ampliar as possibilidades e acessos para sujeitos brancos e, como veremos, para os homens de cor (COSTA, 2015: 236). Para alguns indivíduos de ascendência africana, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, o acúmulo desses signos e funções socialmente reconhecidas possibilitaria uma mudança de “qualidade”. O emprego do termo “pardo” passa a descrever os mestiços e livres que obtiveram êxito ao distanciar-se da escravidão, sendo também adotado como forma de autodenominação por esses sujeitos (PRECIOSO, 2009: 3-4).

Dentre os ofícios realizados pela população negra, e particularmente pelos pardos, destaca-se a atividade musical. Em uma sociedade cuja religiosidade era exteriorizada, a música tinha presença constante e foram os músicos de cor que dominaram a execução de peças complexas na Capitania, monopolizando-a:

Tenho demonstrado fartamente nos meus trabalhos que o serviço da música religiosa nos templos de Vila Rica - e também o exercício da música profana - se achava quase inteiramente nas mãos de mulatos excepcionalmente experimentados na arte da música. (LANGE & CHASE, 1968: 110).

Uma questão cara ao tema estudado trata das forças e motivações que proporcionaram a predominância negra no exercício musical do período. Segundo Boschi (1986: 148) “o preconceito do branco em relação às atividades manuais gerou, paradoxalmente, uma valorização social do

trabalho produtivo de oficiais mecânicos e, especialmente, de artesãos e artífices”. No entanto, podemos analisar a escolha do fazer para além da ideia de uma “reserva de mercado” propiciada pelo desinteresse branco pelo ofício. Tratando-se de uma sociedade profundamente hierarquizada, podemos entender a preferência pela música também a partir de seus sentidos distintivos e sociais, como sugeriu Lange³ em sua interpretação sobre as evidências de predominância negra na arte:

Para Curt Lange a escolha do ofício da música pelos mulatos não era apenas um meio de sobrevivência numa ocupação negligenciada pelos brancos. Muitos músicos eram encontrados em posição de destaque nas irmandades a que assistiam. Era uma afirmação de independência, emancipação e ascensão social. (LEONI, 2007: 39).

A partir dessa proposição, percebemos que a ocupação musical extrapola os sentidos econômicos e profissionais. Como mencionamos, as irmandades foram espaços essenciais para a organização da vida religiosa, das ações de amparo e dos espaços de sociabilidade. Ao longo do XVIII, passam a atuar também como ambientes que reforçam as demarcações sociais, ao incorporar as estratificações étnicas e de condição em sua estruturação e conjuntos de regras (LIMA & SOUZA, 2007: 40). Para os africanos e descendentes da Capitania, significava também a ampliação de espaços de autonomia, pois, como irmãos, poderiam ocupar cargos destacados e serem valorizados pelos seus conhecimentos. Mais ainda, as irmandades serão o local de articulação entre o ofício musical por negros e outras estratégias de distinção, pois são, ao lado das Câmaras, as principais contratantes dos músicos.

A especialidade dos homens de cor na música relaciona-se ainda ao caráter estratégico da profissão. Enquanto arte liberal, a música não dava

³ Leoni (2007) discorre sobre as contribuições de Francisco Curt Lange ao promover um estudo regionalizado da música colonial mineira, apontando aspectos como a originalidade e qualidade das obras executadas na Colônia. No entanto, podemos pontuar que as interpretações de Lange estavam ainda muito vinculadas à tese do “mulatismo musical”, na qual a experiência mulata seria evoluída em relação à de outras experiências populares.

nem tirava a nobreza, sendo uma forma de “inteligência” reconhecida (LIMA & SOUZA, 2007: 43). Porém, embora não participassem das camadas sociais dominantes, a partir da arte, os músicos obtinham prestígio e apreciação social (LEONI, 2007: 62). Além disso, os sujeitos envolvidos com a música desenvolviam, simultaneamente, outras estratégias, como a realização de funções militares, ocupação de cargos de mesa nas irmandades, conciliadas ao domínio da escrita e leitura (LIMA e SOUZA, 2007: 46). Desta forma, observamos que a relação entre os músicos e as associações tem sentidos mais profundos e articulados do que, meramente, a realização de uma atividade que garante sustento, estando inseridas em uma rede mais ampla de estratégias e escolhas que visam propiciar acessos e experiências que, por outros meios, não seriam possíveis.

Ao longo do desenvolvimento das atividades de pesquisa, identificamos relevante função das irmandades como contratantes da música, ao mesmo tempo em que recebiam no seu corpo diretor e de membros sujeitos envolvidos com o ofício. Contudo, há outro aspecto das associações que nos interessa: seu local para o incentivo e reconhecimento da instrução e do letramento.

Embora não tenhamos evidências de práticas de instrução no interior das irmandades, a bibliografia acerca das irmandades e as documentações por elas produzidas indicam haver um tipo de “educação moral” voltada para a regulação do comportamento e transmissão de valores, sendo ainda “de alguma forma, estimuladoras das práticas da escrita, podendo até mesmo usar o saber letrado de outras pessoas para além daquelas indicadas em seus estatutos” (FONSECA, 2021: 22-25). Nesse sentido, podemos sugerir que o reconhecimento da atividade musical como prestigiosa, no interior das irmandades, possibilitando a ocupação de cargos destacados, poderia consistir no que chamamos de “incentivo” à prática musical. Interessa-nos, portanto, prosseguir na análise do aspecto educacional das irmandades relacionando o aprendizado por elas incentivado com outras formas de educação formal, contemporâneas.⁴

⁴ Como o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, inaugurado em Mariana em 1750, por exemplo.

O diálogo entre Aleijadinho e Manuel Dias de Oliveira permite identificar uma percepção da música como uma forma de conhecimento: “não sei se lhe disse, mas sou analfabeto em música, sendo incapaz de distinguir uma nota escrita de outra, embora seja sensível à música ouvida (...)” (VIANA, 2011: 24). Não seria enganoso imaginar que esse sentido da música povoava o repertório imagético da sociedade mineira em sentido mais amplo.

MARIANA NA SEGUNDA METADE DO XVIII

Ao longo da primeira fase da pesquisa, foi delimitado com maior precisão o recorte temporal e geográfico sobre o qual nos dedicaremos. Alguns aspectos da formação e desenvolvimento da região de Mariana ampliam a gama de diálogos e possibilidades de análise. Em primeiro lugar, destacamos o pioneirismo da região que comportou a primeira Vila da Capitania, elevada à cidade em 1745. No mesmo período, o futuro bispo de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz, instala-se na cidade, inaugurando o bispado de Mariana em 1748. Esses, entre outros aspectos, fazem da cidade um local privilegiado burocraticamente e evidenciam sua relevância geográfica e social. Com a instalação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte (1750), observa-se a interação entre a atividade produzida a partir das irmandades em relação ao aprendizado formal do ensino da arte e de saberes como o latim, a gramática e a retórica (SELINGARDI, 2007: 102-107). Uma análise mais profunda sobre a circulação de saberes e de sujeitos entre o Seminário e as irmandades do entorno certamente contribuirão para o estudo sobre o tema abordado.

A partir dessas considerações, conduziu-se a investigação com interesse mais detido pelas atividades musicais que ocorreram na segunda metade do século XVIII, na região de Mariana, sendo característica do dinamismo no contexto urbano mineiro. Esses fatores fazem de Mariana um cenário propício para que os universos que são de nosso interesse (a música, a instrução formal e a presença de egressos do cativo em interação com esses aspectos) se conectem (CUNHA, 2013: 60), possibilitando a continuidade da investigação e proposição de novas perguntas ao tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do contexto musical mineiro, com enfoque para a recepção social dos saberes e incentivo ao conhecimento, constitui uma perspectiva de análise em diálogo com a bibliografia das associações leigas mineiras, bem como com as produções recentes acerca das formas de ensino não formais no Brasil colonial.

A formulação de hipóteses e questões sobre o tema ressaltaram lacunas que foram desbravadas timidamente no primeiro momento de pesquisa. De todo modo, podemos, a partir do apresentado, identificar que a tese central, estabelece um frutífero diálogo com a bibliografia. Interessa, para a continuidade da investigação, identificar sujeitos e elementos de suas trajetórias que contribuam para a compreensão dos impactos das irmandades, da arte da música e da instrução em interação. Assim, poderemos identificar os pontos de intersecção entre esses universos, contribuindo para a compreensão das estratégias de manutenção da liberdade pelos sujeitos praticantes do ofício musical.

REFERÊNCIAS

- BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder - Irmandades e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- COSTA, Ana Paula Pereira. Instrução, poder e hierarquia: índices de alfabetização entre os potentados locais em Minas colonial. **História: Debates e Tendências**, v. 15, n. 1, p. 233-250, 2015.
- CUNHA, Ulisses Marcos da. **Representações iconográfico-musicais na imaginária religiosa de Ouro Preto, Mariana e distritos ao longo do século XVIII e princípio do XIX**. Monografia - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Filosofia, Arte e Cultura. 140 p. 2013.
- DIÓRIO, Renata Romualdo. **As marcas da liberdade: trajetórias sociais dos libertos em Mariana na segunda metade do século XVIII**.

- Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 198 p. 2007.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Instituições Educativas na Capitania de Minas Gerais: práticas e lugares sociais. In: Ana Pereira Lage (Org.). **Instituições educativas: cultura, escrita e administração na América Portuguesa**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, p. 15-46, 2021.
- LANGHE, Francisco Curt; CHASE, Gilbert. Os irmãos músicos da irmandade de São José dos Homens Pardos, de Vila Rica. *Anuário*, p. 110-160, 1968.
- LEONI, Aldo Luiz. **Os que vivem da arte da música: Vila Rica, século XVIII**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas. p. 185. 2007.
- LIMA, Priscila de; SOUZA, Fernando Prestes de. Músicos negros no Brasil colonial: trajetórias individuais e de ascensão social (segunda metade do século XVIII e início do XIX). *Revista Vernáculo*, v. 19-20, p. 30-66, 2007.
- PRECIOSO, Daniel. Os músicos pardos em Vila Rica (c.1770-c.1809). In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza - Ceará. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História da Anpuh-2009**, p. 1-10, 2009.
- SELINGARDI, Sérgio Cristóvão. **Educação religiosa, disciplina e poder na Terra do Ouro: A História do Seminário de Mariana entre 1750 e 1850**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos. 205 p. 2007.
- VIANA, Fábio Henrique. **A paisagem sonora de Vila Rica e a música barroca das Minas Gerais (1711-1822)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte. p. 203. 2011.

ANTÍGONA DE SÓFOCLES: INTERPRETAÇÕES DO DIREITO E RELIGIÃO NAS TRAGÉDIAS GREGAS

Pedro Ricardo de S. Velasco¹

RESUMO Este trabalho tem o objetivo de abordar a relevância do discurso na tragédia de Antígona, obra do autor Sófocles, que, opondo-se à uma ordem autoritária do rei Creonte, percorre uma jornada de luta e subversão, para exercer seu direito natural de dar honras fúnebres ao irmão morto, mesmo que lhe custe a vida.

PALAVRAS-CHAVE: Antígona. Sófocles. Direito Grego.

INTRODUÇÃO

Para a melhor compreensão da pesquisa e de sua importância dentro do cenário acadêmico, faz-se necessário discutir alguns pontos-chaves: O Direito grego dentro da política na *Polis* e a religião Grega. Parte de um todo que não devem ser separadas.

Na análise da obra, podemos nos deparar com diversas formas de abordagens e ângulos para estudos e reflexões: religioso, moral, político, psicológico, jurídico, cênico, literário, sexológico, criminológico e assim por diante.

Pouco mais de meio século depois da estreia da peça de Sófocles no teatro grego, Aristóteles, na *Arte Retórica*, ao escrever sobre justiça e equidade, procura interpretar as palavras de Antígona:

Digo que, de um lado, há a lei particular e, do outro lado, a lei comum: a primeira varia segundo os povos e define-se em relação a estes, quer seja escrita ou não escrita; a lei comum é

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista (FCL-UNESP/Assis). E-mail: pedro.velasco@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4416-3728>.

aquela que é segundo a natureza. Pois há uma justiça e uma injustiça, de que o homem tem, de algum modo, a intuição, e que são comuns a todos, mesmo fora de toda comunidade e de toda convenção recíproca. É o que expressamente diz a Antígona de Sófocles, quando, a despeito da proibição que lhe foi feita, declara haver procedido justamente, enterrando Polínicos: era esse seu direito natural: Não é de hoje, nem de ontem, mas de todos os tempos que estas leis existem e ninguém sabe qual a origem delas (ARISTÓTELES, 1959: 86).

Como analisou Aristóteles, os personagens centrais buscam defender seus atos baseados na convicção de que estão certos amparados pela religião. Ocorre que se pode dizer que havia coerência no discurso de ambos, no entanto, baseados em dois tipos diferentes de religiosidade: Antígona, baseada na religião familiar, puramente privada, limitada ao círculo estreito dos parentes próximos, os *Philoí*, centrada no lar familiar e nos mortos, o Direito Natural – e Creonte, baseado em uma religião pública onde os deuses tutelares da cidade tendem finalmente a confundir-se com os valores supremos do Estado (VERNANT, 2005: 18).

Como leitores da peça, é comum postarmos ao lado da personagem de Antígona, através de um senso de justiça, para que se possa dar as devidas honras fúnebres ao ente morto, diante de tantas perdas sofridas pela personagem. Porém, cabe uma reflexão no sentido de que no direito vigente naquele período, a piedade, bem como a justiça, ordena obediência às leis da pátria, representada na figura do rei, mesmo que sejam injustas, porque a cidade, isto é, seus *nómoi*, é mais venerável, mais sagrada que uma mãe, que um pai e mesmo que todos os antepassados juntos, como sustentou o Sócrates de Críton². Dos dois direitos discutidos que a obra põe em discussão, nenhuma em si mesma poderia ser a boa sem admitir a outra, sem reconhecer justamente aquilo que a limita e a contesta. Sempre haverá a visão da religião do chefe de Estado, Creonte, que mede o divino com o padrão de seu bom senso para fazê-lo endossar seus ódios e ambições pessoais. Porém, também há as personalíssimas de Antígona,

² Platão, *Críton*, 51 a.C.

encerrada na *philia* familiar, ignorando as leis da pátria, mesmo que injustas, mas superiores à vontade individual.

Diante de tais questionamentos, pode-se concluir que *Antígona* possui as características de uma obra além de seu tempo - guardando-se os anacronismos - tendo em vista que os problemas e discussões trazidos em seu texto são extremamente atuais, podendo ser analisados não só no campo historiográfico ou jurídico, mas diversos outros. E graças a essa amplitude de discussões suscitadas pela obra, é que existem diversos trabalhos que a abordam, porém, neste projeto, a análise da figura de Creonte e Antígona, como representações dessa disputa maniqueísta³ entre o Naturalismo e Sagrado e o Positivismo⁴ Tirano, traz margem para uma abordagem da importância desta luta feminina, tornando a obra detentora de discussões que transcendem o seu tempo.

Michel Foucault, em sua obra *A Verdade e as Formas Jurídicas*, busca compreender como a tragédia de Édipo é representativa e, de certa maneira, instauradora de um determinado tipo de relação entre poder e saber, entre poder político e conhecimento. Baseando-se nessa ideia, analisaremos a relação de Antígona e Creonte, sob essa ótica de Foucault de poder e saber.

Como o mesmo narra:

A tragédia de Édipo é fundamentalmente o primeiro testemunho que temos das práticas judiciárias gregas. Como todo mundo sabe, trata-se de uma história em que pessoas, um soberano, um povo - ignorando uma certa verdade, conseguem, por uma série de técnicas de que falaremos, descobrir uma verdade que coloca em questão a própria soberania do soberano. A tragédia de Édipo é, portanto, a história de uma pesquisa da verdade; é um procedimento

³ O maniqueísmo é uma filosofia religiosa sincrética e dualística fundada e propagada por Manes ou Maniqueu, filósofo cristão do século III, que divide o mundo simplesmente entre Bom, ou Deus, e Mau, ou Diabo. A matéria é intrinsecamente má, e o espírito, intrinsecamente bom.

⁴ Usa-se aqui o termo '*Positivismo*', porém sem cair em anacronismo, visto que o termo apenas foi utilizado séculos depois por teóricos como Comte e Hans Kelsen.

de pesquisa da verdade que obedece exatamente às práticas judiciárias gregas dessa época. Por esta razão o primeiro problema que se coloca é o de saber o que era na Grécia arcaica a pesquisa judiciária da verdade. (FOUCAULT, 2006: 15).

Segundo o autor, se existe complexo de Édipo, ele se dá não ao nível individual, mas coletivo; não a propósito de desejo e inconsciente, mas de poder e de saber (FOUCAULT, 2006: 14)

O RITO FÚNEBRE NA RELIGIÃO GREGA: O EXEMPLO DE PRÍAMO

Posto isto, observamos que a luta de Antígona em dar os devidos ritos fúnebres à Polinices nos leva a refletir sobre o tamanho da importância da religião grega nos ritos para descanso eterno na religião grega. Pode-se observar tamanha importância no texto de outra obra de sucesso, narrada nos cantos de Homero, em *A Ilíada*, onde descreve o suplício do rei de tróia, Príamo, que arriscando a própria vida pelos campos de batalha, se dirige em terreno inimigo para que possa suplicar a devolução do corpo de seu filho Heitor, morto por Aquiles, para que pudesse dar suas devidas cerimônias fúnebres, para assim, Heitor poder atravessar o rio dos mortos em eterno descanso:

Súplice roga: “Lembre-te, ó Pelides,
O idoso pai, como eu posto à soleira
Da pesada velhice. Por vizinhos
Talvez opresso, defensor não tenha;
Vivo ao menos te sabe, e folga e espera
Ver tornar cada dia o egrégio filho.
Ai! Gerei tantos bravos na ampla Tróia,
Dos quais eu penso que nenhum me resta.
Cinquenta ao vir o assédio, eram de um leito
Dezenove, os demais de outras mulheres:
Morte nos tem segado quase todos.
O único esteio nosso, pela pátria

A combater, acabas de roubar-mo,
Heitor... Venho remi-lo à frota Argiva
Com magníficos dons. Respeita os numes;
Por teu bom pai, de um velho te apiades:
Mais infeliz do que ele, estou fazendo
O que nunca mortal fez sobre a terra:
Esta mão beijo que matou meus filhos.”
(*Odisseia/ Homero Livro XXIV: 437*).

A *Iliada* apresenta o tema dos cuidados aos mortos como uma de suas preocupações centrais. Já no início, o poema descreve sobre cadáveres insepultos e, em seu desenvolvimento, observa-se várias passagens em que um guerreiro ameaça seu oponente prometendo não permitir que o outro obtivesse ritos fúnebres de seus familiares, bem como referências constantes ao medo dos heróis – não o medo da morte, mas o medo de, depois da morte, terem seus cadáveres ultrajados.

Com isto, a possibilidade de ver o corpo de Polinices comido pelos animais e se decompondo de forma ultrajante, desperta a revolta de Antígona, que em seu discurso à Creonte, se esforça para mostrar que seu direito era justo por natureza:

Não é de hoje, não é de ontem, é desde os tempos mais remotos, que elas vigem sem que ninguém possa dizer quando surgiram. E não seria por temer homem algum, nem o mais arrogante, que me arriscaria a ser punida pelos deuses por violá-las. (SÓFOCLES, *Antígona*, versos 518/523).

Nestes versos, Antígona mostra a Creonte que seu direito de honrar Polinice é ancestral e provém dos deuses, e não cabe a ele, mesmo que rei, modificar tal rito fúnebre, sob pena de despertar a ira dos deuses, o que se concretiza ao final da tragédia. Como vimos, as leis na Grécia antiga eram tradicionais e respeitadas, e possuíam o vínculo com o divino e com o a democracia, como analisa Pedro Paulo Funari em sua obra *Grécia e Roma* (2002):

As leis consideradas divinas (*Themis*), dadas pela tradição, que não podiam ser alteradas pelos homens (como a proibição de matar os próprios pais ou casar-se com os familiares em primeiro grau, como os irmãos) e havia também as leis tidas como feitas pelos homens, que todos conheciam e eram reproduzidas, por escrito, em inscrições monumentais, para que todos pudessem ver. (FUNARI, 2002: 37).

O Direito Positivo, em seu conceito contemporâneo, se conceitua pelo apego ao direito vigente no âmbito de uma sociedade/Estado. Ou seja, as leis em vigor devem ser usadas e seguidas, assim, limitando o conhecimento científico-jurídico, elimina os princípios dedutivos e a explicação divina, buscando as ciências para explicar os fenômenos e ultrapassando o Direito Natural e a Filosofia Moral, impondo o Estado de sociedade e legislação a ser seguida. Hans Kelsen⁵ afirma que a lei é lei, sendo abstrata, não se trata de ser justa ou injusta, basta ser legal e verdadeira para ser aplicada.

Enquanto o Direito Natural se volta à ideia do ideal de justiça, seja por meio das tradições ou mesmo intervenções divinas, o direito positivo quer a estabilidade e a ordem social.

Com isto, cabe analisar o conceito de direito positivo presente no discurso do rei Creonte, que em seu primeiro pronunciamento em direção ao povo de Tebas, já o faz impondo um edito proibitivo, mostrando que como soberano, fará valer seu poder e sua vontade:

Cidadãos! Os deuses, depois que esta cidade foi rudemente abalada por um vendaval, deram—nos a segurança e a calma! Fostes aqui reunidos por meus arautos, porque sempre venerastes o trono de Laio, bem assim durante o reinado de Édipo, e, mesmo após sua morte, conservastes constante fidelidade a seus filhos. Visto que esses filhos, por um duplo destino, pereceram no mesmo dia, ferindo e feridos ambos por suas próprias mãos criminosas, cabe-me ocupar o trono, e exercer o poder dos que já não vivem, pelo direito que me

⁵ KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*, 1998.

advém do parentesco que a eles me ligava. Ora, é impossível conhecer a alma, o sentir e o pensar de quem quer que seja, se não o vimos agir, com autoridade, aplicando as leis. Em minha opinião, aquele que, como soberano de um Estado, não se inclina para as melhores decisões, e se abstém de falar, cedendo a qualquer temor, é um miserável! (...) Obedecendo a estes princípios é que desejo promover a felicidade de Tebas. E, com esse mesmo espírito ordenei fosse tornado público o meu decreto concernente aos filhos de Édipo: Etéocles, que, lutando em prol da cidade, morreu com inigualável bravura, seja, por minha ordem expressa, devidamente sepultado; e que se lhe consagrem todas as oferendas que se depositam sob a terra, para os mortos mais ilustres! Quanto a seu irmão, - quero dizer: Polínice, - (...) declaro que fica terminantemente proibido honrá-lo com um túmulo, ou de lamentar sua morte; que seu corpo fique insepulto, para que seja devorado por aves e cães, e se transforme em objeto de horror. Eis aí como penso; jamais os criminosos obterão de mim qualquer honraria(...). (SÓFOCLES, *Antígona*, Versos 185/240)

Como vemos, em pouco tempo de reinado Creonte já externa seu poder executório e sua aversão para com as figuras de Édipo e seus descendentes, com a exceção de Etéocles que, contrariando a vontade de seus irmãos, pôs-se ao lado de Creonte na luta contra a tomada do trono por Polínice.

Em seu discurso e suas ações, Creonte demonstra seu autoritarismo através do positivismo das leis que lhe são conferidas após sua coroação. Isso demonstrado leva a suscitar questões de: por que se castigar um morto? Por que o edito se resume em proibir o enterro de um corpo, uma vez que é sabido da importância das tradições fúnebres?

O DESESPERO DE CREONTE PARA DEMONSTRAR SEU PODER

Creonte, que fora irmão de Jocasta, portanto tio de Antígona, era descendente de conselheiros reais e regentes, que só assumiram o trono em situações emergenciais. Enquanto Édipo reinava sobre Tebas, Creonte era o príncipe irmão da rainha e foi o responsável por transmitir a fúria dos deuses para Édipo e alertá-lo sobre as consequências em caso do responsável não fosse punido.

Enquanto governante percebemos que Creonte possui características como a de tirano, inflexível e egoísta, porém quando se mantém irredutível quanto ao destino de Antígona, podemos analisar que há motivações para além da aplicação da lei de Tebas, como a possibilidade de Antígona ser mais a disputar seu reinado.

No período clássico grego, resguardava-se a sucessão ao trono ao filho da princesa de um líder morto. Por este estatuto, Creonte teria a obrigação de casar Antígona com o seu mais próximo parente – Hémon, seu filho. Desta forma, os filhos deste casamento seriam uma sucessão de Édipo, e não da linhagem de Creonte. Como ele não possuía outros filhos, sua linhagem se extinguiria em Hémon. Não obstante, Antígona, filha de Édipo e Jocasta, fruto de um casamento incestuoso, irmã dos fraticidas Polínicos e Etéocles, representava a continuação de uma maldição que recaía sobre Tebas. Sendo ela “*a última raiz*”, persona que carrega consigo a estirpe ativa de seu pai, para Creonte atrairia com sua linhagem dos Labdácias a ira dos deuses. Este fato explica a antipatia de Creonte para com Antígona, somado ao sentimento de ultraje que sofreu por ter tido uma ordem direta sua desrespeitada por uma mulher, o que faz com que o mesmo seja ainda mais energético em seu autoritarismo.

Não haja mais delongas: leve-as para dentro, servos! São mulheres e agora serão confinadas, como as outras. Além do mais, mesmo as pessoas corajosas tentam fugir se ameaçadas pela morte. (SÓFOCLES, *Antígona*, Versos 657/661).

Hémon em seu discurso perante o corifeu, não atende as advertências de seu pai e prossegue com sua posição de defesa a liberdade de Antígona, ressaltando que o povo vê nas atitudes dela, um feito heroico e digno de respeito, mesmo que a maior parte de sua motivação seja a paixão que sente por Antígona.

Nenhuma mulher (...) mereceu jamais menos que ela essa condenação. Nenhuma, em tempo algum, terá por feitos, tão gloriosos quanto os dela sofrido morte mais ignóbil; ela que, quando em sangrento embate seu irmão morreu, não o deixou sem sepultura, para pasto de carniceiros cães ou aves de rapina, não merece, ao contrário, um áureo galardão? (SÓFOCLES, *Antígona*, Versos 787/795).

Na discussão entre ele e Creonte percebe-se um impasse entre a democracia e a tirania. De um lado, Hémon sustenta que seu pai não deve ignorar a justiça e que não se mantenha irredutível. Por outro lado, Creonte defende que sua soberania deve ser respeitada, e que todos, incluindo seu filho, Antígona e o povo, devem curvar-se perante seus atos.

Para Hémon, o povo constitui a soberania de Tebas, e sendo assim, Creonte deveria respeitar a vontade de seu povo, “Não há cidade que pertença a um homem só.” (SÓFOCLES, *Antígona*, Verso 837). Creonte por sua vez, defende que apenas está impondo respeito ao seu poder como rei “Ofendo-a (justiça) por impor respeito ao meu poder?” (SÓFOCLES, *Antígona*, Verso 844).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, tais exemplos refletem como é recorrente o uso do direito e da linguagem jurídica nos versos de clássicos como a *Antígona* de Sófocles, tão conhecida mesmo nos estudos jurídicos, bem como *Édipo Rei*, e *As troianas* de Eurípedes, todos trazem em seus textos, situações que precisam ser resolvidas através dos meios jurídicos da época em que são ambientadas, e demonstram os costumes rotineiros dos personagens e suas vinculações

ao sagrado e ao cívico, fazendo com que Antígona coloque sua segurança em risco, para poder alcançar seu objetivo de honrar a memória de seu irmão, mostrando a força da mulher frente às instituições gregas.

É essencial que saibamos a importância das tragédias gregas no imaginário do homem grego do período clássico. Através delas, poderemos analisar o surgimento de um questionamento entre o direito grego, imposto pelos tiranos, e a posição das mulheres dentro deste ordenamento, enraizado nos costumes e práticas daquele período. Ademais, se faz preciso compreender teoricamente o porquê as atitudes de Creonte podem ter caráter dúbio, extinguindo-se a visão maniqueísta contemporânea, passando a analisar o objetivo fim que o levou a tomá-las. A partir desta análise, pode-se obter uma melhor compreensão de como o autor construiu o cenário e disputa que até os dias de hoje, nos são tão contemporâneos, tendo-os sido escritos no Séc. IV A.E.C.

FONTE PRIMÁRIA

SÓFOCLES, 496 ou 494-406 a.C. **A trilogia tebana/Sófocles**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. – 12. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Les parties des animaux**. Texte établi et traduit par Pierre Louis. Paris: Les Belles Lettres, 1957.

ARMENGOL, Vicenç Fisas. **El sexo de la violência**: Género y cultura de la violencia. Editora Icaria. 1998, Espanha.

BEAUVOIR, S. **Idealismo moral e realismo político**. In: BEAUVOIR, S. O existencialismo e a sabedoria das nações. Lisboa: Esfera do Caos, 2008.

BEAUVOIR, de Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1980.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 22. Ed. São Paulo, Contexto, 2002.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**: História da Opressão das Mulheres pelos Homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix. Edição: 1, 2019.

VERNANT, Jean-Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga**. Vários Tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2005.

VERNANT, Jean-Pierre. **O Homem Grego**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

NA ROTA DE UM VIAJANTE AFRICANO: OS DIVERSOS OUTROS NA RIHLA DE IBN BATTUTA.

Pietro Enrico Menegatti de Chiara¹

RESUMO: Em 1325, *Ibn Battuta* partiu de Tânger e passou cerca de 30 anos em viagens, relatando-as em um documento chamado de *rihla*. Ele esteve em boa parte do Velho Mundo, totalizando mais 100 mil quilômetros percorridos. Em sua jornada, ele encontraria inúmeros *outros* imersos em diferentes culturas tanto dentro quanto fora do Islã. O trabalho presente se aprofundará na representação desses outros, a qual complexa e depende de uma série de fatores que foram historicamente construídos no mundo islâmico.

PALAVRAS CHAVE: Islã. Ibn Battuta. Outro.

INTRODUÇÃO

Este texto pode ser encaixado em vários temas históricos, tanto em Idade Média, quanto em história islâmica, mas, é crucial destacar a africanidade dele, afinal o personagem descrito é africano, foi formado por contradições imersas em tal continente e teve grande parte do seu olhar voltado para ele. Se situar e ter essas denominações na pesquisa é importante, até porque Hichem Djait afirma que “O historiador da África negra, ao examinar um documento escrito em árabe, não o faz da mesma maneira que o historiador do Magreb, ou que o historiador do Islã em geral.” (DJAIT, 2010 : 78). Tais nomes, apesar de parecerem simples, são conceitos, ou seja, possuem construções que variam no espaço e no tempo. Enfim, o presente trabalho está dividido em duas partes: primeiro há uma apresentação do personagem e depois acerca do *outro*. Bom, para dar início, apresentarei três episódios diferentes do século XIV.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente desenvolve pesquisa de iniciação científica sobre Ibn Battuta e alteridade sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman. E-mail: pietro.menegatti@gmail.com

Muhammad bin Tughluq, sultão do Sultanato de Delhi, na Índia, muda a sua capital para uma nova. Isso mostraria ser um desastre para a sua popularidade e para as finanças imperiais. (MACEDO, 2017 : 154). Bem distante dali, na região subsaariana da África, *mansa Suleyman* entroniza no lugar de sua esposa, outra mulher que não pertencia à uma linhagem real. Nessa mesma época, pregava em Damasco, Ibn Taymiyya, um teólogo reacionário que, na contemporaneidade, Wahhabistas se sentiriam atraídos por suas ideias. (ROBINSON, 2017 : 209). Mas o que esses personagens e eventos históricos todos têm em comum além de materializarem-se no século XIV?

Para responder isso, é preciso ir para onde hoje é o Marrocos, mais especificamente em 1325, já que neste ano, um jovem de vinte e dois partiu de Tânger, cidade portuária no extremo norte e no extremo ocidente africano. Sua intenção era cumprir um dos pilares do islã, o *hajj*, ou seja, a peregrinação à Meca. Essa saída dele, que foi bem mais além da cidade sagrada, seria apenas o início de uma jornada de cerca de 30 anos.

Esse jovem era Ibn Battuta, um islâmico de origem amazigh², é lembrado como um dos maiores viajantes do período. É aí que entram os três eventos que foram citados. Apesar de parecerem isolados entre si, todos eles foram narrados por esse personagem. Nesse momento, percebemos a extensão da sua viagem e o seu reconhecimento como “príncipe dos viajantes” no Islã não foi em vão. O itinerário dele, de maneira resumida, parte de Tânger, percorre o norte da África, chega ao Egito, viaja para a península arábica, faz a sua peregrinação à Meca e parte para a costa africana índica. Após isso, ele esteve na Anatólia, Constantinopla, sul da Rússia, Criméia, partiu para o Extremo Oriente, alcançando a China Yuan, mongol. Enfim, retornaria para casa, mas logo alcança a Península Ibérica e cruza o *sahara* e adentra nos domínios do chamado Império do Mali.³

² Adota-se aqui o nome “amazigh” em substituição ao termo “berbere” já que este é pejorativo, como afirma o artigo de Castellanos i Llorenç, Akioud, Hassan e El Molghy (2000 :78).

³ Nesse trecho há um problema quanto à nomenclatura. Como destaca Otávio Luiz Vieira Pinto (2020 :138), pensa-se este espaço em termos de império e o Mali não era um aos moldes costumeiros da historiografia europeia. Geralmente ele era designado por seu denominador étnico: *Mànden Kúúrufáaba*.

Toda essa viagem foi narrada em 1354 ao poeta Ibn Juzayy junto com o apoio do sultão marínida Abu Inan Faris. A obra comumente é chamada de *rihla* de Ibn Battuta, mas o seu nome original, em sua tradução do árabe para o português seria “Um presente para aqueles que contemplam as Belezas das Cidades e as Maravilhas da Viagem”.

O OUTRO EM IBN BATTUTA

Com uma viagem extensa, Ibn Battuta encontrou inúmeros universos em torno dele com inúmeras particularidades, nas quais o viajante interage com elas das mais variadas formas. Portanto, ao produzir o documento, ele teve que fazer muitas escolhas e silêncios, todos os detalhes que ele viu nos seus últimos 30 anos passariam por um filtro. Para compreender melhor, é preciso atentar-se para o caráter discursivo da sua obra e que ela depende de uma série de fatores e de expectativas que cercam o mundo de Ibn Battuta.

Primeiro, seu público-alvo eram pessoas muçulmanas maghrebina, incluindo o próprio sultão. Dessa maneira, para criar uma narrativa mais próxima dessas pessoas, é preciso fazer uma tradução de um universo que não é familiar para um que é familiar. Um exemplo simples desse exercício pode ser encontrado quando ele explica o que seria um mosteiro: “O mosteiro, para os cristãos, é como a zawiya para os muçulmanos” (IBN BATTUTA, 2017 : 558). Tal exemplo seria uma forma mais direta, porém esse exercício de trazer o não familiar para o familiar está sendo feito o tempo todo e, na maioria das vezes, implicitamente. Um viajante é um produtor de significados para o seu público-alvo. Além disso, esse processo está fadado à interpretação de Ibn Battuta e da sua subjetividade. Tal questão pode ser vista, na construção da imagem de si como de um cavalheiro piedoso e virtuoso. Os próprios divórcios praticados por ele nas Maldivas, retratam o viajante como um homem altruísta e piedoso por livrar as mulheres de uma jornada perigosa o que seria contra a vontade delas. (SINGER 2019 : 5), (KRUK 1995 : 376)

Como destaca Burke (2006 : 184), o *outro* é visto como parte do “eu”, tanto como reflexo, quanto como oposição. Por isso, é importantíssimo

não perder Ibn Battuta de vista, seus contextos, intencionalidades e os discursos. Juntamente a isso, um elemento importante ao pensar no *outro* na análise histórica, é sobre a *representação*, assim como aprofundado pelo teórico Roger Chartier (1991). É crucial compreender que há uma diferenciação entre o mundo real e o representado. Ibn Battuta não está fora dessa lógica e se encontra dentro desse processo de criação de significação ao *outro* de uma maneira discursiva que satisfaça suas intencionalidades.

Ademais, o tangerino encontra um mosaico complexo de diferentes culturas, inúmeras tradições novas, hábitos distintos cercam ele em várias localidades. O próprio Islã é múltiplo e é possível encontrar nele muitas diferenças e as mais diversas associações. Os estudos de Clifford Geertz (2004), que comparam as diferenças dessa religião no Marrocos e a Indonésia, vislumbam bem isso.

É interessante perceber que a reação de Ibn Battuta varia e se adapta ao contexto que ele se depara. A reação dele quanto a pessoas de religião islâmica está dentro dessa lógica. O Alcorão, fonte primária da sociedade islâmica, afirma que caso alguém testemunhasse um erro, haveria a obrigação de vê-lo corrigido. “E que surja de vós um grupo que recomende o bem, dite a retidão e proíba o ilícito. Este será (um grupo) bem-aventurado” (Q 3: 104). Isso também era apoiado pela tradição profética, a qual dizia que quem visse um erro e pudesse mudar ele com a mão, deveria fazer. Caso não pudesse, deveria fazer com a língua, se isso também não pode ser feito, então com o coração.⁴ (AN-NAWAWI, 1999)

Isso vai ser importante para analisar outros muçulmanos tanto no trabalho de pensar a alteridade em Ibn Battuta quanto no mundo islâmico em si. Como aponta David Waines (2010 : 178), a atitude dele para elementos que ele julgou como errados e depende de inúmeras questões e variou durante a viagem dele. Para elucidar melhor tal questão, basta ver como o viajante reagiu à nudez em diferentes locais. Quando ele estava no Alto Egito, na cidade de Munyat al Khasib ele entrou na casa de banho público e a nudez dos frequentantes o incomodou: a reação dele foi

⁴ Tradução minha. Original: “Whoever of you sees a wrong – let him change it by his hand; and if he is not able, then with his tongue; and if he is not able, then with his heart – and that is the weakest of faith.” (AN-NAWAWI, 1999 : 79)

informar ao *qadi* da cidade e a sua reclamação foi levada adiante e seria aplicada uma multa a quem ficasse nu nesse espaço.

Outro local em que a ausência de roupas foi uma questão para Ibn Battuta foi nas Maldivas, conjunto de ilhas localizada no sudoeste da Índia. De acordo com ele (2017 : 852), ao descrever as mulheres maldívias, afirma que quase todas se vestem com apenas o pano que vai do umbigo aos pés, deixando o resto do corpo nu. Um ponto importante para analisar a alteridade nessa situação é que Ibn Battuta ocupou o cargo de *qadi* nas Maldivas. Ou seja, ele assumia um posto maior que um mero espectador, o que conferia a ele um poder maior de mudanças. Portanto, mesmo com esse poder jurídico, ele não conseguiu extinguir a prática que o incomodava, exceto nos casos de aparição perante ele no tribunal.

Finalmente no Sudão, já no final da sua viagem, a nudez volta a incomodar ele. Ao descrever o Mândén Kúurufáaba (Império do Mali), inclui entre “as más ações destes negros” (IBN BATTUTA, 2017 : 1005), a nudez feminina, a qual as servas, as escravizadas e garotas aparecem em público nuas, inclusive na residência real durante o Ramadã⁵. Mas ele não descreve nenhuma atitude que ele faz a respeito a isso.

Finalmente, David Waines (2010 : 178), lembrando da tradição profética, afirma que no Egito e nas Maldivas, ele agiu com a mão, enquanto no Sudão ele parece ter mantido o protesto confinado em seu coração. A partir disso, podemos compreender a complexidade da alteridade e da atitude perante o outro. A presença da nudez por si não é garantia de que Ibn Battuta agirá com a “mão” e nem que as demandas dele serão atendidas caso ele faça isso, como visto nas Maldivas. A própria posição dele perante aquela sociedade e o contexto que o cerca estão presentes para guiar a maneira em que Ibn Battuta age. Ademais, ele está, de certa forma, ciente dessas questões, o que pode ser visto, por exemplo, no Sultanato de Delhi e também nas Maldivas, locais em que teve atuação como

⁵ “Durante o Ramadan, mês em que o Corão foi revelado, todos os muçulmanos acima dos dez anos eram obrigados a abster-se de comer e beber, e de manter relações sexuais, do amanhecer ao anoitecer.” (HOURANI, 2019 : 202)

*qadi*⁶. Em tal posição, ele manifestou que seguia uma *madhhab*⁷ diferente da local e não falava as línguas de Estado dessas localidades, o persa e o divehi, respectivamente. (DE CHIARA, 2021 : 76)

Além de diversidades dentro do seio do próprio Islã, Ibn Battuta se depara com indivíduos e estruturas pertencentes a outras religiões. Dentre elas, há duas que pertencem à mesma árvore abraâmica e estão presentes nas terras do Islã: os judeus e os cristãos. Eles possuem uma especial consideração e são conhecidos como povos do livro. A lei e o costume exigiam alguns elementos de diferenciação deles e algumas restrições, mas elas não eram sempre uniformemente aplicadas, sendo as mais estritas as de casamento e herança. (HOURANI, 2017 : 163-164). Quanto à severidade das leis, elas poderiam variar: quando o governante muçulmano era liberal e compreensivo, as leis eram suportáveis; quando o governante era tirânico e cruel, a condição dos judeus e dos cristãos era pior. (CHOURAQUI, 2001 : 47).

Acerca dos contatos entre islâmicos e os cristãos, mais especificamente, é importante atentar-se na complexidade, uma vez que as relações entre eles não foi de uma guerra eterna entre as duas religiões. Elas existiam, mas a hostilidade era rara de maneira geral (WAINES, 2010 : 189). Isso não muda no relato de Ibn Battuta: é possível visualizar uma hostilidade quando ele vai à Península Ibérica, porém, os contatos pacíficos predominam. Ele embarca em navios cristãos, elogia igrejas, pernoita em uma quando esteve na Criméia. Porém, enquanto passa a noite em uma, se recusa a entrar em outras em Constantinopla por ter que seguir uma tradição local de ter que curvar-se à cruz. O lado beligerante do viajante contra os cristãos é visto na Península Ibérica, onde ele se depara com o que a historiografia convencionou a chamar de “reconquista”. O embate, junto com terríveis exemplos de intolerância demonstrada por governantes cristãos aos povos muçulmanos dos reinos ibéricos cristãos levou um endurecimento na postura com os cristãos pelos islâmicos. (LEWIS, 1984 : 58).

⁶ *Qadi* é uma espécie de juiz islâmico.

⁷ Escolas de interpretação da jurisprudência islâmica. No sunismo, as principais são: Shafi, Hanafi, Hanbali e Maliki.

Quanto ao judeus, eles não são tão frequentes no relato de Ibn Battuta, por mais que eles estejam presentes nos locais visitados. As relações entre os muçulmanos e os judeus, assim como a dos cristãos é complexa e isso também é refletido na maneira do viajante relacionar-se, portar-se no mundo e o representar. Geralmente, os contatos com eles são pacíficos e amigáveis, sendo hostil a eles apenas uma vez quando estava na Anatólia, mas por causa de uma ação individual e não acerca da condição judia dele. Porém, o alfaqui que o acompanhava, mesmo elogiando a atitude de Ibn Battuta, não esquece que a comunidade necessitava de um médico judeu e respeita ele, inclusive levantando em sua presença.

O relato de Ibn Battuta é apenas um fragmento imerso em um universo de inúmeras interações possíveis. Dessa forma, sem escapar da lógica, ele age como homem do século XIV e a partir das contradições do seu contexto e de sua formação. Estudar as teias e conexões estabelecidas por esse personagem podem ajudar a compreender a complexidade da interação dos islâmicos entre si e dentre fiéis de outras religiões.

REFERÊNCIAS

- ALCORÃO.** Os significados dos versículos do Alcorão Sagrado com comentário. Tradução por Samir El Hayek. São Paulo: FAMBRAS, 2020.
- AN-NAWAWI, Yahya bin Sharaf. **The Forthty Hadith of al-Imam an-Nawawi.** Jeddah: Abul-Qasim Publishing House, 1999.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: UNESP, 2016.
- CASTELLANOS I LLORENÇ, Carles; AKIOUD, Hassan; MOLGHY, Abdelghani el. La Presència de la llengua amaziga (o berber). **Treballs de sociolingüística catalana**, [en línia], 2000.
- CHARTIER, Roger. Literatura e História. **Topoi**, Rio de Janeiro, nº1. 1999.

- CHOURAQUI, Andre N. **Between East and West: A history of Jews of North Africa**. Illinois: Varda Books, 2001.
- DE CHIARA, Pietro E. Menegatti. **Entre cauris, jinns e casamentos: As Maldivas por Ibn Battuta**. In: André Bueno (Org.). *Mundos em Movimento: Próximo Oriente*. 1ed. Rio de Janeiro: Projeto Orientalismo/UERJ, 2021.
- DJAÏT, Hichem. “As fontes escritas anteriores ao século XV” in KIZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.
- GEERTZ, Clifford. **Observando o Islã**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- HOURANI, Albert. **Uma história dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- IBN BATTUTA. **Através del Islam**. (trad., Introd. e notas: Serafin Fanjul; Frederico Arbós). [S.l.]: Titivillus, 2017.
- LEWIS, Bernard. **The Jews of Islam**. New Jersey: Princeton University Press, 1984.
- MACEDO, Emiliano Unzer. **História da Índia: uma narrativa do Vale do Rio Indo a Chandrayaan1**. Columbia, Carolina do Sul, EUA: Amazon Independent, 2017.
- PINTO, Otávio Luiz Vieira. *Made in Medieval: a ‘exportação’ do Medievalismo e a compreensão da História Africana*. **Antíteses**, Londrina, v.13, n. 26, jul-dez. 2020.
- REMKE, Kruk. *Ibn Battuta: travel, family life, and chronology*. **Al-Qantara**, Madrid, 16 (2) 1995.
- ROBINSON, Chase F. **Civilização islâmica em trinta biografias**. São Paulo: SESC, 2017.

- SINGER, Rachel. Love, Sex, and Marriage in Ibn Battuta's Travels. **JMU Scholarly Commons**. Disponível em: https://commons.lib.jmu.edu/madrush/2019/love/1/?utm_source=commons.lib.jmu.edu%2Fmadrush%2F2019%2Flove%2F1&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages. Acesso em: 20 out. 2021.
- WAINES, David. **The odyssey of Ibn Battuta**. Londres: I.B. Tauris, 2010.

STONEHENGE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E HISTORIOGRÁFICA

Sofia Helena Cardoso Rodrigues¹

RESUMO: Apresentamos Stonehenge por um olhar histórico e historiográfico. Nesta via, a partir de sua apresentação em contexto e tempo de existência pré-históricos, esclarecemos os períodos de estudo acerca dele. Para tal, estabelecemos três temporalidades de pensamento: 1880-1960, dentro da arqueologia histórico-cultural, com *Stonehenge: Plans, Descriptions and Theories* (PETRIE, 1880); 1880-1960, com a Nova Arqueologia, cientificista, na qual se destacam *Stonehenge* (ATKINSON, 1960), e *Stonehenge Decoded* (HAWKINS, 1965); e 1960-2020, onde nos inserimos como historiadores.

PALAVRAS-CHAVE: Stonehenge. Historiografia. Arqueologia.

INTRODUÇÃO: STONEHENGE (PRÉ)HISTÓRICO

Stonehenge é um monumento localizado em Wiltshire, condado de Wessex, na Inglaterra. Em microescala, se encontra em *Salisbury Plain*, na parte sudoeste da ilha britânica. Tal planalto talvez seja um dos mais ricos em termos arqueológicos, por conter inúmeras construções, objetos e fósseis datando de mais de 5 mil a.C. Com efeito, junto ao megalítico aqui apresentado, existem, em seu contexto imediato, a chamada *Stonehenge Avenue*, que o liga até um rio - *Avon River*, *Durrington Walls*, que seria uma vila neolítica dos construtores do monumento; e o *Cursus*, cemitério de mesma data aproximada. E, saindo da conjuntura próxima, ao redor da Grã-Bretanha existem ainda outras dezenas de construções megalíticas semelhantes (DARVILL *et al.*, 2012).

Assim, passando para o monumento em si, deve-se ressaltar a multiplicidade de estruturas que o compõem. Ademais dos famosos círculos de pedras sobrepostas (trabalhadas em material *sarsen* e *bluestones*),

¹ Graduanda em História pela Unicamp e bolsista de iniciação científica pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. E-mail: sofiahelenacr@gmail.com.

há uma terraplanagem, ao seu redor, que leva a nomenclatura de *henge*. Isto é, cavada em formato circular, há uma vala (ladeada por dois bancos de terra) concêntrica aos círculos de monólito, com diâmetro cerca de três vezes maior que estes. E, por fim, no cerne da construção, há uma ferradura de Trilithons, ou seja, um semicírculo formado por 5 das estruturas mais icônicas de Stonehenge: duas colunas de pedra sustentando, a sete metros do solo, outra pedra, na horizontal.

Ademais, há 56 poços de cremação ao redor da circunferência do *henge*, denominados *Aubrey Holes*. Existem, ainda, dois *barrows*, ou seja, construções em formato de túmulo neolítico, bem como a *Heel Stone*, conhecida por ser a pedra do solstício - na qual o sol nasce, nesta data, alinhado com o topo da mesma, e as *Station Stones*, que são quatro pedras que formam a figura de um retângulo inscrito na terraplanagem.

Nesta via, datações recentes de radiocarbono apontam para o posicionamento de todas essas estruturas, bem como do contexto geográfico próximo, em cinco etapas diferentes, que variam entre 3000 a.C. a 1500 a.C. (DARVILL *et al.*, 2012). Desde o século XIX existem locuções e tentativas de mapeamento desta história primária de Stonehenge, atribuindo sua construção ora a um grupo étnico específico, ora a uma multiplicidade de povos durante diferentes eras temporais.

Contudo, somando os itens correspondentes destas diferentes datações ao longo do tempo com estudos recentes, há um consenso desde Petrie (1880) em ver que a terraplanagem do *henge* teria sido a primeira construção no local, correspondendo ao estágio I. Em seguida, já em uma segunda fase de edificações, os grandes monólitos teriam sido dispostos ao longo dos círculos. E, por fim, nos demais períodos tardios, haveriam sido realizados pequenos acréscimos de pedras, reposicionamentos e retiradas.

STONEHENGE MEDIEVAL E ANTIQUÁRIO

Antes de nossa temporalidade de estudo propriamente dita, Stonehenge já teria sido conjecturado por observadores desde a Idade Antiga. No entanto, a primeira data aproximada que ele teria sido integrado em um modelo histórico de formação do passado, foi por volta do ano

de 850 d.C. (PETRIE, 1880). Isto é, há um hiato de informações que a arqueologia de hoje pôde mapear através das fontes – e que aponta os estágios de construção e uso primários mencionados – e que a história escrita pôde apresentar até então. Chamados de séculos obscuros (PHILIBERT, 1994), cerca de quinze séculos se passaram entre o fim da edificação do megalítico e a primeira fonte escrita que se refere a ele.

Nênio (W. GUNN, 1819), seguido por Geoffrey de Monmouth (PIGGOTT, 1941) e Giraldus Cambrensis (PETRIE, 1880) teriam sido os primeiros pensadores que deixaram vestígios escritos acerca de ponderações específicas sobre Stonehenge (PETRIE, 1880). Em outras palavras, além de inserirem o monumento na lógica e organização de mundo de suas épocas, são os primeiros a realizarem uma “pseudo-história”. Parker Pearson (2013), criador desta terminologia para o caso, aponta que por mais que eles já façam um esforço por compreender Stonehenge como fruto de um passado, o fazem a partir de narrativas fabulosas, fantásticas, e também subjetivas.

Ademais da atribuição nestas épocas, de Stonehenge à Merlin, ao Rei Arthur e à gigantes, há uma importante carga de atribuição aos *celtas* enquanto cultura mística – druidas. E, ainda, tal atribuição pseudo-histórica foi recuperada em meados do século XX por entusiastas que se declaram “neodruidas”, e retomam o monumento, hoje, como um lugar de contato com a ancestralidade.

Já na modernidade, abandonadas as fantasias medievais, há uma nova classe de estudantes do megalítico: os antiquários. Pesquisadores a mando de reis e Estados modernos, os antiquários surgem como colecionadores e ilustradores de objetos de tempos passados. Em Stonehenge, nomes como Inigo Jones (1655), John Aubrey (1666), William Stukeley (1740) e Colt Hoare (1812,1821), foram responsáveis não só pelas primeiras escavações e consequentes levantamentos de objetos, mas também pelo descobrimento e inserção de Stonehenge em um contexto geográfico (composto pela *Stonehenge Avenue* (STUKELEY, 1760), pelos Aubrey Holes (AUBREY, 1666), e demais.

STONEHENGE CONTEMPORÂNEO

E, finalmente, temos a arqueologia propriamente acadêmica, de fins do século XIX, século XX e XXI. Dizemos propriamente acadêmica por entendermos que foi aqui que escavações começaram a ser feitas a partir de grupos de arqueólogos formados e financiado por universidades públicas da Inglaterra.

O primeiro nome dentro desta nova lógica de estudos é Flinders Petrie. Conhecido por ser pai da Arqueologia histórico-cultural, a qual tinha maior preocupação por classificações, datações e estudo de movimentos gerais de culturas e períodos (FUNARI, 2010), escreve a inovadora obra metrológica *Stonehenge: Plans, Descriptions and Theories* (1880). Seguido por Sir Arthur Evans (1889), William Gowland (1902) e William Hawley (1921), teria aberto bases para que o estudo de Stonehenge se desenvolvesse em diferentes vertentes – aplicação em lógicas de Pré-história, datação, conservação e patrimonialização.

Com efeito, classificamos Petrie como fonte primária fundamental para o estudo da história das historiografias que têm como objeto Stonehenge. Os trabalhos de Arthur Evans, Gowland e Hawley, por sua vez, são necessários para a compreensão de um panorama mais abrangente do mesmo período, de modo a serem vistos por nós como fontes primárias auxiliares que indicam patamares das organizações sociais, relações interpessoais e teorizações que o estudo de Petrie por si só não possibilita.

Nesta linha, em meados do século XX, temos Richard Atkinson (1956) e Gerald Hawkins (1965) como fontes primárias, e Stuart Piggott (1951) e Alexander Thom (1967) como fontes auxiliares de uma temporalidade já deveras diferente. Oitenta anos mais tarde do que Petrie, tais pesquisadores estavam inseridos em outros fluxos do pensamento maior historiográfico e /ou científico, que, de modo proporcional, interferiram diretamente no estudo de caso. Agora, enquanto Atkinson continua nas escavações arqueológicas metódicas, Gerald Hawkins, no seu lugar de engenheiro, começa a propor estatísticas alternativas para Stonehenge, mais voltadas à cálculos astronômicos e físicos. Porém, faz

isso de forma anacrônica, usando a ciência de seus dias para explicar o passado de Stonehenge.

Em conclusão, a divisão da historiografia de Stonehenge em períodos distintos, bem como a classificação dos tipos de contribuição de cada fonte primária intrínsecas a cada período, mostra caminhos não só para compreensão dos pontos de ruptura e inovações entre vertentes de pensamento, mas também para a elucidação de tramas, tais como: organização institucional, discussão e repercussão, bem como inserção do estudo de caso nos rumos da Disciplina em geral.

TEMPORALIDADE 1: 1880-1960

Desta forma, a temporalidade que estabelecemos como primeira para o estudo das historiografias de Stonehenge, se inicia com a publicação de *Stonehenge: Plans, Descriptions and Theories* (PETRIE, 1880). Posteriormente egiptólogo, Flinders Petrie inicia sua carreira acadêmica no megalítico. Dividindo a obra em “fatos” e “teorias”, faz de modo inicial uma medição metrológica acerca de datações a partir das camadas do solo, bem como correspondência proporcional do monumento físico para o papel – em um plano desenhado. Ainda, faz de maneira especial medições em torno da pedra do solstício, para verificação da possibilidade da correta correspondência entre o fenômeno e a construção do monumento segundo ela.

Já na segunda parte, que ele denomina teorias, parte destes dados coletados e relaciona com uma pré-história, parcialmente articulada até então. Com um caráter universalista de situação – e também com o que já se era conhecido tanto de uma cultura oral acerca de Stonehenge quanto dos anteriores escavadores – os antiquários, Petrie sintetiza quatro teorias acerca da finalidade de Stonehenge. Isto é, em seu lugar de arqueólogo geral – não especialista no sítio em si – discorre sobre quatro possibilidades plausíveis dos motivos pelos quais o megalítico pôde ter sido construído. São elas: monumental, astronômica, religiosa e sepulcral (sozinhas ou em combinação).

Nesta linha, com o pontapé inicial dado por ele – mesmo que este não tenha se retido muito em explicar a história social dos construtores de Stonehenge, Arthur Evans, apenas 10 anos depois, atua em uma lacuna deixada pelo primeiro. Seu trabalho, *Stonehenge* (1889), é pautado pela formulação de hipóteses e teorizações sobre a sociedade que teria construído Stonehenge. Ou seja, ele sai do monumento em si para analisar uma história local, social. Contudo, para fazer isso, ele se utiliza de analogias com povos asiáticos de seu tempo. Chamando-os de primitivos e selvagens, adequa técnicas de sepultamento e/ou rituais destes para explicar aquele Stonehenge Pré-histórico. Contudo, por mais problemático que seja tal aproximação ao racismo científico e orientalismo, Evans contribui em nosso estudo na compreensão do pensamento histórico e arqueológico universal, explicando técnicas e o caminho para a teorização que se encontra consolidada hoje.

William Gowland e William Hawley, ambos já no século XX, contribuem, como fontes primárias quando auxiliares de Petrie na compreensão do início de uma preocupação patrimonial. A partir das técnicas desenvolvidas três décadas antes por Petrie, eles fazem escavações restaurativas. Formando comitês de conservação e grupos de patrimonialização, William Gowland, com *Recent excavations at Stonehenge* (1902) e Hawley com seus relatórios anuais de escavação (1921-1928), foram responsáveis pela correção de quedas dos monólitos por causa da erosão temporal.

Gowland, ainda, teria encontrado mais de 100 objetos abaixo do solo imediatamente sob Stonehenge, que, nos dias de hoje, são de importância fundamental para a associação de objetos de outros monumentos megalíticos e vilas neolíticas de modo quantitativo. Tanto ele quanto Hawley, ao contrário de Petrie com seu plano desenhado, catalogam através de fotos o contexto do monumento – que são necessários nos dias de hoje para a comparação do movimento dos monólitos. Nesta via, fazendo também comparações com ambientes externos à Inglaterra, Gowland por sua vez faz analogias arquitetônicas. Ou seja, enquanto Arthur Evans estava preocupado em entender a sociedade a partir de um viés cultural e de comparação direta, Gowland buscava compreender a estrutura.

TEMPORALIDADE 2: 1960-1980

Após o que Clive Gamble chama de “longo sono da teoria arqueológica”, que seria justamente o período de 1880 a 1960 (GAMBLE, 2001:07), há um cientificismo ascendente. Refletindo no estudo de caso de Stonehenge, dois nomes mais voltados a ciências exatas que às humanas surgem. O primeiro, Richard Atkinson (1956), ainda historiador, realiza pequenas escavações e análises *in loco* para pensar a plausibilidade de modelos matemáticos – devida à grande regularidade dos círculos. Após o ápice de uma arqueologia histórico-cultural, na qual as migrações e a origem comum de Stonehenge com o resto do que se era conhecido com pré-história, ele busca estabelecer pesquisas para compreensão de modelos estruturais de Stonehenge (vendo a circunferência em modelos do número π , por exemplo). Nele são traçados de forma mais forte, as primeiras teorias que mais tarde vão transformar Stonehenge em um observatório astronômico, de modo totalmente anacrônico – usando a ciência dos tempos presentes para explicar a construção.

E, em consequência, Gerald Hawkins, nossa segunda fonte primária desta temporalidade, foi responsável pela popularização destes cálculos para o público geral. Além de adensar tais perspectivas anacrônicas astronômicas e matemáticas, ele escreve *Stonehenge Decoded* (1965), em seu lugar de engenheiro. Fora das teorias da História enquanto disciplina, ele propõe ideias (hoje verificadas e descartadas) a respeito de Stonehenge ser um computador que ofereceria observações da lua, do sol, da constelação de Órion e do planeta Vênus – e suas respectivas previsões de posições no céu.

Essa temporalidade, então, é característica não só da contínua preocupação da historiografia em compreender seu passado, e os elementos formadores – não de modo factual, entendendo a finalidade e as estruturas - mas também é característica de um olhar interdisciplinar de seu próprio presente, o qual continha inúmeras manifestações de olhares cientificistas para explicação dos elementos pertencentes à paisagem comum. Nela, são inseridos pontos de vista e cognições não correspondentes ao período ou contexto histórico em rigor - mais ligados aos sujeitos praticantes. Tal

forma de atribuição de significados, diferente da retomada arqueológica, passou a ser identificada pelos acadêmicos como visão alternativa de Stonehenge, e complementa a variedade ascendente de pontos de vista acerca do monumento, por vezes sendo mais aceita perante ao grande público do que a historiografia, a qual em grande parte não oferece respostas imediatas, e de forma lúdica, para as incógnitas.

TEMPORALIDADE 3: 1980-2020

Finalmente, há a terceira temporalidade de estudos de Stonehenge, a qual nos inserimos como pesquisadores. Nela, além do estudo de Stonehenge ter se tornado um campo específico – o qual até então era inserido dentro de formações gerais dos pesquisadores que lá se aventuravam, Stonehenge tornou-se importante e reconhecido ponto da contemporaneidade. Em 1986 torna-se Patrimônio Mundial da UNESCO, e recebe cerca de 700 mil visitantes por ano.

Ao lado de cada vez maiores e mais bem embasados governamentalmente, projetos de pesquisa multidisciplinares e que abarcam todo o contexto geográfico de Stonehenge são o ponto chave desta nova temporalidade. Nela, há uma ordem de pesquisadores, cada vez mais orgânicos entre si. O surgimento da datação por radiocarbono e a interdisciplinaridade medida da Arqueologia foram dois dos principais aspectos para a validação dos dados descritivos tidos até então. Isto é, projetos notáveis de pesquisa, de fins de 1990 e inícios dos anos 2000, como *Stonehenge World Heritage Site: an Archaeological Research Framework* (DARVILL *et al.*, 2012), e *Stonehenge Riverside Project* (PEARSON, 2013), nos oferecem retomada e confirmação de historiografias já existentes. Ao mesmo, são esforços novos que mantêm a constante transformação da pesquisa científica. Em conclusão, a importância da tomada das historiografias de Stonehenge como fontes primárias é plural. Além da contribuição para entendimento do próprio monumento e seu contexto social e ambiental de entorno, o exaustivo estudo das obras a seu respeito abre caminhos para a compreensão da constante manutenção de um corpo historiográfico no qual o historiador da Pré-história se insere.

Ademais, permite elucidação da inserção de um estudo de caso perante a uma produção de conhecimento geral.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, R. J. C. **Stonehenge**. London: Hamish Hamilton, 1956.
- AUBREY, John. “Plan of Stonehenge”. In: **Monumenta Britannica**. Bodleian Library MSS Top. Gen. pp. 24–25, 1666.
- DARVILL, T.; *et al.* “Stonehenge Remodeled”. In: **Antiquity**, n. 86, 2012, pp. 1021-1040.
- EVANS, Arthur. “Stonehenge”. In: **The Archaeological Review**, Vol. 2, N. 5, pp. 312-330, 1889.
- FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- GAMBLE, Clive. **Archaeology, the Basics**. London: Routledge, 2001.
- GOWLAND, W. Recent excavations at Stonehenge. **Archaeologia**, n. 58, pp. 37–105, 1902.
- HAWKINS, G. S. **Stonehenge Decoded**. Garden City NY: Doubleday, 1965.
- HAWKINS, G.; ATKINSON, R.; THOM, A.; *et. al.* “Hoyle on Stonehenge: some comments”. In: **Antiquity**, n. 41, pp. 67, 1967.
- HAWLEY, W. “Stonehenge: interim report in the exploration”. **Antiquaries Journal**, n. 1, pp. 19-41, 1921.
- HOARE, Colt. **The Ancient History of Wiltshire**, vols I and II (London, 1812 and 1821).
- JONES, Inigo. “Plan of Stonehenge”. In: **The Most Notable Antiquary of Great Britain vulgarly called Stone-Henge on Salisbury Plain Restored**, Bodleian Library C.2.25 Art. Seld, pp 60-61, 1655.

- MOUMONTH, Geoffrey of. **Historia Regum Britanniae**. 1139. Disponível em: <https://www.sacred-texts.com/neu/eng/gem/index.htm>. Acesso em: 29 set. 2021.
- PEARSON, M. P. **Stonehenge, a New Understanding**. New York: The Experience, 2013
- PETRIE, W. Flinders. *Stonehenge: Plans, description and theories*. London: Edward Stanford, 1880.
- PHILIBERT, Myriam. **Stonehenge et Son Secret**. Monaco: Éditions du Rocher, 1994.
- PIGGOTT, Stuart. “The Sources of Geoffrey of Monmouth. II. The Stonehenge Story”. In: **Antiquity**, Vol. 15, n. 60, pp. 305 – 319, 1941.
- PIGGOTT, Stuart. “Stonehenge reviewed”. In: *Aspects of Archaeology in Britain and Beyond*, ed WF Grimes, pp. 274–92, 1955.
- STUKELEY, William. **Stonehenge: a Temple restored to the British Druids**. London: Printed for W. Innys and R. Manby, at the West End of St. Paul’s, 1740.
- W. GUNN, B. D. **The Historia Brittonum commonly attributed to Nennius**. London: Printed for John and Arthur Arch, Cornhill, 1819.

A DUALIDADE DO GUETO HOMOSSEXUAL SEGUNDO O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA

Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves¹

RESUMO: O presente artigo pretende analisar a visão que o jornal Lampião da Esquina – primeiro grande jornal voltado ao público homossexual no Brasil – tinha do chamado “gueto homossexual”. Para isto, serão mobilizados dois textos publicados no jornal, “Saindo do Gueto” e “Deus nos livre do ‘boom gay’”, que expõem as facetas positivas e negativas do gueto. O artigo ainda analisará mais a fundo o contraste entre as visões do gueto presente do jornal, mobilizando os escritos do antropólogo Edward McRae.

PALAVRAS-CHAVE: Gueto homossexual. Lampião da Esquina. Movimento Homossexual Brasileiro.

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho é um recorte da minha monografia de conclusão de curso em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ligada ao Núcleo de História Oral e Memória do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO/UFRJ) e sob a orientação da professora Maria Paula Nascimento Araujo. Tenho como objetivo geral da minha monografia expor e analisar a prática política homossexual presente no jornal Lampião da Esquina, pioneiro do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e considerado o primeiro grande jornal voltado ao público homossexual do Brasil. Para a fração da pesquisa a ser explorada neste artigo, mobilizo o objetivo específico da monografia que consiste em analisar a relação do Lampião da Esquina com o chamado gueto homossexual e compreender a visão que o jornal tinha do gueto. Este artigo é, também, uma expansão e reestruturação do capítulo de minha autoria denominado “O gueto homossexual e o texto ‘Saindo do gueto’ do jornal Lampião da Esquina”

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: viniciuspotrich@hotmail.com.

e publicado no livro “História: Consensos e dissensos engendrados”, organizado por Denise Pereira e Janaína de Paula do Espírito Santo.

Analisarei dois textos publicados no *Lampião da Esquina* que exemplificam a complexa e interessante visão que o jornal tinha do gueto homossexual. Acima disto, proponho uma discussão mais profunda sobre as características do gueto homossexual e seu impacto na vida de homossexuais no período estudado. Cabe citar que, para evitar anacronismos neste trabalho, mobilizo o termo “homossexual” a partir do entendimento que a categoria tinha no período de existência do *Lampião*. Naquele momento, “homossexual” abarcava desde homens e mulheres que se interessavam afetivo e sexualmente por pessoas do mesmo sexo, até indivíduos que atualmente são compreendidos como transgêneros e travestis, uma vez que as discussões quanto a identificação e identidade de gênero eram escassas no período em que o jornal foi publicado.

Para este artigo, me basearei em três textos significativos: “Além do Carnaval”, de James N. Green, “Devassos no Paraíso”, de João Silvério Trevisan e, sobretudo, “A Construção da Igualdade”, de Edward McRae. Destas obras, mobilizo o arcabouço teórico, historiográfico e informativo sobre a dinâmica do gueto homossexual brasileiro. Traçando um diálogo com estudos mais contemporâneos, este artigo é influenciado pela excelente dissertação de mestrado de Rafael de Souza, chamada “Saíndo do Gueto”: O Movimento Homossexual no Brasil da Abertura, 1978-1982”.

O LAMPIÃO DA ESQUINA, O JORNALISMO ALTERNATIVO E O GUETO HOMOSSEXUAL

Fundado em 1978 e encerrado em 1981, o jornal *Lampião da Esquina* é comumente definido como o primeiro grande jornal brasileiro voltado para o público homossexual (RODRIGUES, 2018: 238). O tabloide surgiu em um contexto de abertura política durante os anos finais da Ditadura Militar como uma representação da chamada imprensa alternativa. Esta forma de jornalismo foi fruto do contexto brasileiro sob um regime que havia suprimido qualquer forma de organização política e cultural de oposição ao Governo. A imprensa alternativa serviu, em

grande parte, como porta-voz de grupos políticos e sociais que não se viam representados na grande mídia e na dinâmica política de então, como organizações e partidos de esquerda, artistas de contracultura, mulheres, negros, indígenas e homossexuais.

Boa parte da equipe editorial do *Lampião* era formada por jornalistas e intelectuais que visavam o desenvolvimento de um movimento político e social que reivindicasse direitos para homossexuais. A ideia da construção do jornal é catalisada com a vinda ao Brasil de Winston Leyland, editor da revista homossexual estadunidense *Gay Sunshine Press*, com o objetivo de publicar uma antologia de literatura homossexual latino-americana. Sua vinda foi a razão para que intelectuais, jornalistas e artistas homossexuais do cenário paulista e carioca se reunissem. A partir disto, surgiu a ideia da construção de um jornal feito por homossexuais a fim de discutir e noticiar a vivência e a realidade homossexual do Brasil e do mundo, além de abrir espaço para que outros grupos socialmente oprimidos pudessem compartilhar seus temas e suas demandas (GREEN, 2019: 90-93).

Pode-se entender o surgimento do *Lampião* não apenas pela abertura de oportunidades políticas e sociais de fins da ditadura (SOUZA, 2013:80-82), mas também como fruto do desenvolvimento de uma efervescente vida homossexual, cujo início no Brasil remonta ao final do século XIX em grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo.

Essa vida homossexual que surgiu nesses centros urbanos veio a ser conhecida como “gueto homossexual”: homens e mulheres que buscavam encontros afetivos e sexuais com pessoas do mesmo sexo foram construindo e tomando para si lugares comuns e criando redes de contato com pessoas que compartilhavam do mesmo estilo de vida. Uma característica central para se entender o gueto é o seu caráter paralelo na vida de boa parte dos que o frequentavam. Muitos destes homossexuais levavam uma vida dupla, escondendo sua homossexualidade da família, do trabalho e de círculos sociais, ao mesmo tempo em que frequentavam o gueto.

Mesmo que já nos anos 1970 o gueto gozava de um momento expansivo e efervescente, em uma perspectiva social mais ampla, o gueto continuava marginalizado, sob a vista grossa da sociedade. E foi acima disto que o *Lampião* escreveu seu manifesto, o texto “Saindo do Gueto”.

Em “Saindo do Gueto” – publicado na edição experimental do jornal em 1978 e assinado pelo conselho editorial –, Lampião constrói uma espécie de manifesto que justifica a iniciativa e a existência do jornal. O texto identifica as mudanças sociais e políticas que ocorriam no Brasil durante os anos 70 e – inspirados pelas mobilizações de outros grupos oprimidos, como mulheres e negros – evidencia a necessidade de criação de um jornal capaz de ser porta-voz para as chamadas “minorias”, sobretudo os homossexuais.

No texto, o jornal convida homossexuais a saírem do gueto e a se mostrem ao mundo, afirmando-se e destruindo estereótipos criados pela própria existência do gueto, como a ideia de que homossexuais são seres que vivem nas sombras, que não se aceitam e que são marcados por uma vida dupla e sigilosa:

(...) Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1978: 2)

Lampião, neste texto, enxerga o gueto homossexual como algo negativo e que é preciso ser superado. O gueto é entendido como fruto da sociedade machista, sendo um espaço criado para segregar indivíduos que a sociedade optava por marginalizar. Negar o gueto, segundo o manifesto, era combater a opressão vivida por homossexuais.

O OUTRO LADO DO GUETO

Grande parte dos estudos feitos pelo jornal *Lampião da Esquina* até o momento nota que o periódico burlou seu manifesto inicial. O jornal

que propôs tirar homossexuais do gueto, se viu direcionado ao próprio gueto em diversos momentos. Isto mostra a complexa, bipolar e fluida relação dos editores do *Lampião* com o gueto homossexual. Esta é uma marca comum, inclusive, ao movimento homossexual como um todo.

No texto “Deus nos livre do ‘boom gay’” – escrito por Francisco Bittencourt para a 23ª edição do jornal, dois anos após a publicação de “Saindo do Gueto” –, Bittencourt reflete sobre dois “booms gays”. Um “boom” refletia a comercialização da figura homossexual e da sua mobilização a partir de um modismo. O outro, pelo qual o jornal se interessava, dizia respeito à tomada de espaço por homossexuais, que queriam usufruir da liberdade de ser quem são:

(...) há dois booms gays: o deles e o nosso; o da sociedade machista que usa os tais cabeleireiros bissexuais² para exibí-los em seus salões como a corte portuguesa exibia os índios levados do Brasil, e as gafeiras de bichas onde mesmo as mais enrustidas sentem de repente que estão se assistindo nascer outra vez, totalmente livres, mesmo que seja por algumas horas. É a indústria da permissibilidade, isto é, de algo permitido, tolerado, e a descoberta da prática sem restrições do prazer, de um prazer que te afirma e te completa. (BITTENCOURT, 1980:4)

O “nosso boom”, segundo Bittencourt, se refere à saída do gueto anunciada por *Lampião* em seu manifesto de nascimento. Ele exemplifica o “nosso boom” com “as gafeiras de bichas onde mesmo as mais enrustidas sentem de repente que estão se assistindo nascer outra vez, totalmente livres” (BITTENCOURT, 1980:4). Essas gafeiras nada mais eram que o gueto. Portanto, até mesmo o gueto pôde ganhar protagonismo no processo de liberação homossexual:

² Neste período, a questão da bissexualidade ainda era permeada por dúvidas e incertezas por parte de homossexuais. Logo, era corriqueiro que parte do movimento homossexual criticasse a orientação como mais uma construção do sistema machista.

Para Lampião, o que interessa, são as manifestações marginais desse chamado boom gay (...). Sim, nos interessa essa proliferação de espetáculos de travestis que está ocorrendo no Rio. E nos interessa porque achamos ser esse fenômeno de grande importância para a conscientização da comunidade travesti, a mais marginalizada e alienada de quantas se possa imaginar entre os grupos estigmatizados. Ao conseguirem se organizar em grupos teatrais, os travestis estão vencendo antigos e profundos preconceitos que não lhes permitem aparecer na televisão ou gravar discos (...). (BITTENCOURT, 1980:4)

Este texto de Bittencourt mostra que há uma diferença entre o gueto como processo forçado de exclusão pelo sistema e o gueto como manifestação social e cultural de um grupo. Lampião abraçou e encorajou ao longo de sua existência a expressão positiva do gueto, aquela que, para o jornal, deveria ser exposta com orgulho por homossexuais que ultrapassassem seus limites. Isto é um ato de se levar para a sociedade a bagagem social, cultural e artística construída entre e pela comunidade homossexual, fazendo com que, os lugares tomados e conquistados – como teatros e gafieiras – ganhassem uma faceta nova e capaz de reproduzir o universo construído dentro do gueto.

No texto “Em defesa do Gueto”, escrito dois anos após o fim do Lampião da Esquina, Edward McRae mostra os lados positivos do gueto:

“Os sentimentos de culpa e pecado que oprimem o homossexual são constantemente repostos por fatores sociais que o levam a se ocultar, a ter medo do ridículo, da prisão, do desemprego, do ostracismo por parte de amigos e familiares. O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta”. (MCRAE, 2018: 57-58)

Este ponto também é reforçado pelo influente sociólogo austríaco Michael Pollak, como parafraseado por McRae no seu texto “A construção da igualdade: Política e identidade homossexual no Brasil da ‘abertura’”:

O sociólogo Michael Pollak, escrevendo sobre a França, também enfatiza a importância do desenvolvimento de um gueto e de uma identidade homossexual, para a sua integração na sociedade se realizar com respeito às suas peculiaridades. Sobre a constituição do gueto, ele comenta: “Esse mundo homossexual, procurado e recusado, símbolo da afirmação de si e da marginalização em um gueto, é um laboratório onde se experimentam novas formas de vida sexual e afetiva”. (POLLAK, 1987: 85). (MCRAE, 2018: 134)

Os fragmentos acima são um resumo da importância do gueto na vida de homossexuais, especialmente durante o período em que Lampião da Esquina se insere. É no gueto que homossexuais desfrutam da liberdade para ser e experimentar aquilo que é socialmente reprimido. Para muitos, o gueto é o espaço de sociabilidade e construção de laços. A experiência no gueto é responsável pela criação do sentimento de comunidade e, concomitantemente, responsável pela construção de uma identidade.

McRae nota que a autoaceitação como homossexual e a construção desta identidade é essencial para que o homossexual “se assuma”, ou seja, se apresente como homossexual ao mundo exterior ao gueto. Logo, isto evidencia um paradoxo na relação entre homossexuais e o gueto homossexual. McRae mostra que, em muitos casos, para que o homossexual consiga se inserir na sociedade exterior ao gueto, é necessária, anteriormente, a experiência do gueto. Sendo assim, em uma visão libertária como a do Lampião, o gueto é encarado como um local de passagem: estar no gueto e frequentá-lo são de extrema importância, mas, em uma sociedade livre, o gueto não deve ser o único local designado para a existência homossexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde fins do século XIX, se viu no Brasil a constituição de espaços de sociabilidade para homens e mulheres homossexuais, os quais ficaram conhecidos como gueto homossexual. Já na década de 1970, o gueto vivia seu momento de maior amplitude e agitação até então, mas isto não refletia em uma presença livre e segura de homossexuais na dinâmica social mais ampla.

A conjuntura de abertura política e cultural do período propiciou que – inspirados pelas experiências internacionais e de outras lutas como as dos movimentos feminista e negro – um grupo de intelectuais, jornalistas e artistas homossexuais criassem o *Lampião da Esquina*, um jornal percussor para o que viria a ser conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro.

Em seu manifesto inicial, “*Saindo do Gueto*”, o jornal propõe colaborar para um processo necessário: a saída dos homossexuais do gueto. Sair do gueto, para o jornal, significava reivindicar um espaço na sociedade para além da segregação que o gueto representava.

Como contraponto ao texto, este artigo buscou ampliar as discussões quanto ao gueto homossexual. Para isto, foi mobilizado outro texto publicado no jornal: “*Deus nos livre do ‘boom gay’*”, escrito por Francisco Bittencourt. No texto, Bittencourt, ao identificar a popularização e a maior visibilidade da vida homossexual na sociedade, nota a existência de uma faceta positiva do gueto homossexual. Faceta esta capaz de, inclusive, colaborar para o processo liberacionista proposto pelos ativistas homossexuais do período.

A análise de Bittencourt é reforçada pelos estudos feitos pelo antropólogo Edward McRae, publicados alguns anos após o fim do *Lampião*. McRae enxerga o gueto como uma experiência positiva e necessária para os homossexuais. O gueto representa um espaço de desenvolvimento da autoaceitação. Esta característica é essencial para que, posteriormente, homossexuais ultrapassem os limites do gueto e reivindiquem seu local na sociedade.

REFERÊNCIAS:

- GREEN, James N. **Além do Carnaval**: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018.
- MCRAE, Edward. **A Construção da Igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: Edufba, 2018.
- RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay do Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: A Homossexualidade no Brasil da Colônia à Atualidade. 4. ed. rev. atual. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- SOUZA, Rafael de. **“Saíndo do Gueto”**: o movimento homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- LAMPIÃO DA ESQUINA**, Rio de Janeiro, 1978-1981. Disponível em <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 27 de out. de 2021.

PENSANDO O BANDITISMO E A DOMINAÇÃO SENHORIAL: DIÁLOGOS ENTRE A IDADE MÉDIA E A CONTEMPORANEIDADE

Vitor Nunes¹

RESUMO: Este trabalho debate sobre o banditismo heroico que inspirou atos de bravura em sociedades tradicionais. A partir do comparativismo histórico, analisamos cordéis do início do século XX junto ao poema *The Gest of Robyn Hode*, de 1450. Ao observar as ações banditistas e sua relação com as noções de masculinidade e nobreza, evidenciamos como o escudo ético serviu à manutenção da vida bandida, à vingança pessoal e como forma de ascensão social. Não obstante, as histórias de heróis-bandidos também serviram para satirizar as contradições da Aristocracia e valorizar o Cristianismo rústico.

PALAVRAS-CHAVE: Banditismo Social. Historiografia. Revoltas Camponesas.

O controle social estabelecido pelas sociedades aristocráticas foi legitimado pela brutalização dos indivíduos nela inseridos. Aqueles que regem a educação, a religião e a segurança moldam os discursos e, dessa forma, mantêm uma tradição do uso da força nas sociedades camponesas. Tanto no medievo quanto no Brasil contemporâneo, a violência e o terror formaram um sistema de símbolos e ações que afetaram o campo social em que grupos bandidos operaram.

Comportamentos, termos e tradições arraigaram-se nas sociedades camponesas a fim de atender às necessidades de uma população patriarcal e violenta, fundada a partir da disciplinarização e da brutalização dos envolvidos. A construção deste campesinato masculinizado, presente na contemporaneidade brasileira, encontrou eco em valores medievais europeus. Esta influência esteve repleta de nuances e, na modernidade – que pode ser entendida como a urbanização, a racionalização da economia, o pragmatismo econômico, a personalidade moderada e o culto à ciência

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: vitornunesvvv@gmail.com

– houve uma supressão das emoções e das tradições tão importantes às sociedades rurais.

No entanto, ao observar a literatura fantástica nordestina, presente em cordéis, romances e canções populares, pude observar discursos contrários à essa modernização. Os valores de lealdade, bravura, virilidade e vingança, formaram, nestes textos, um novo tipo de homem, o “Cabra-Macho”, defensor da família patriarcal e do matrimônio. Neste sentido, Pedro Paulo de Oliveira (2004), defende a existência de dois tipos masculinos que, mesmo antagonísticos, viveram em harmonia durante a formação do Estado Moderno: O homem bruto, aventureiro e o homem de bem, comedido e centrado. Segundo Oliveira (2004), a unificação destes tipos estranhos se deu pela (1) necessidade de unificar o país e (2) a necessidade de expansão e de consolidação das fronteiras do Estado Moderno. Para tal, a ciência e as religiões dogmatizaram uma nova sociedade, estabelecendo instituições que sustentaram a masculinidade e o ideal de família burguesa – como o casamento e a subjugação das mulheres, por exemplo. Dessa forma, a bravura e a agressividade foram atribuídas a heróis nacionais existentes em um ambiente mítico, servindo à formação de uma mentalidade romântica e nacionalista. Além disso, fenômenos como o Banditismo e o Messianismo também serviram à manutenção destes ideais de masculinidade. Como dito por Oliveira:

No período moderno, observou-se, com frequência, que durante momentos de crise social, instigadora de movimentos messiânicos de caráter político ou religioso, ocorre também um recrudescimento e renovada supervalorização de ideais constitutivos de uma masculinidade mítica. Normalmente, o messianismo costuma ser a reação a uma situação de mudanças rápidas e afiança promessas como a “volta ao solo natal, às fontes, às raízes, ao mito, aos mistérios, ao sagrado, ao segredo, à sabedoria do simples, logo à força original que pertence àquele que tem o gosto do perigo e prefere a morte à humilhação na servidão (OLIVEIRA, 2004:35)

Ao analisar o cordel Vida de Antonio Silvino. Anatomia do homem. Chromo. Amor eterno, de Francisco das Chagas Baptista (1905) pude perceber a influência desta masculinidade ocidental no imaginário nordestino. Nesta história, o Velho Silvino, após um período de fugas, é preso e em seu lugar Antônio Silvino assume como líder cangaceiro. Perseguido por *macacos* da Paraíba e de Pernambuco, o protagonista lamenta o ódio da população local, que o vê como ladrão e matador. Para ele, a vida bandida é fruto da falta de emprego no sertão, seja pelos poucos postos de trabalho ou pelo estigma atribuído aos ex-cangaceiros. Sua moral, no entanto, é ilibada e seus homicídios justificáveis, haja visto o estado de desordem presente nesta região.

*Confesso que sou homicida,
Mas não sou deshonrador
De mulher casada ou donzella,
Nunca offendi ao pudor,
E até me glorio em ser
Da honra um defensor...*

Nos cordéis deste período é comum observarmos no discurso cangaceiro a culpabilização de seus atos. Os personagens tem noção de seu pecado e até se entendem como homens honrados, mas nunca como corretos ou santos. Nesse sentido, Pernambucano de Melo (2011) observa que, no sertão, a vingança serviu a defesa de uma Moral Sertaneja que criou um Escudo Ético, instrumento capaz de convencer tanto o cangaceiro como a sociedade da intrepidez bandida. Melo (2011) observa uma transtipicidade da vida cangaceira, onde os indivíduos movimentaram-se em dois campos morais. Primeiro, houve o Bandido profissionalizado que utilizou da vingança para construir um discurso que o torna-se aceito pela comunidade sertaneja. O limite deste discurso deu-se de forma abrupta, com a morte do desafeto que motivou a entrada do indivíduo no cangaço, ou de forma gradual, quando a vingança foi esquecida e a vida aventureira se apresentou cada vez mais vantajosa. É neste segundo tipo que Silvino se insere. Seu Escudo Ético foi criado para impedir o prejuízo de sua

imagem e formar socialmente a imagem de um guerreiro vingador. Este instrumento convenceu a sociedade e os cangaceiros da nobreza dos bandidos, mas na prática se tornou apenas uma fabulação aceita como real em uma sociedade carente de símbolos heroicos.

A necessidade de justificar-se aos próprios olhos e aos de terceiros levava o cangaceiro a assoalhar o seu desejo de vingança, a sua missão pretensamente ética, a verdadeira obrigação de fazer correr o sangue dos seus ofensores. O folclore heroico, em suas variadas formas de expressão, imortalizava-o, omitindo eventuais covardias ou perversidades e enaltecendo um ou outro gesto de bravura (MELO, 2011:127).

O arquétipo do Bandido-herói fortalece no sertão a ideia do homem individualista, autônomo, que não presta contas de seus atos e inspira exemplos de bravura assim como os cavaleiros medievais. A partir disto, o banditismo é visto pela juventude sertaneja como uma ocupação aventureira, um meio de vida que valoriza a valentia e a coragem. Francisco das Chagas Baptista aproxima constantemente em seus cordéis os cangaceiros da literatura cavaleiresca medieval. Em seu trabalho, o arquétipo do homem aventureiro é utilizado para expor sua insatisfação com a realidade social do sertão nordestino e a ideia de cortesia, tão comum aos cavaleiros europeus, é reinterpretada de modo a justificar e celebrar desventuras.

*Se eu fosse como dizem,
Desbarrador e ladrão,
Se offendesse a todo mundo,
Não teria proteção;
E talvez estivesse morto
Ou condenado a prisão.*

Sobre a honra e a lealdade é importante entendermos que estes são elementos essenciais na narrativa cavaleiresca. Tais obrigações se

fortaleceram a partir do século XIII, com a constante ligação entre a Igreja e as Ordens de Cavalaria. No entardecer do medievo a Igreja se interessou pela força militar pois, como aborda Flori:

De um lado, a Igreja observa, com um certo atraso, a existência de forças armadas que escapam em grande medida à autoridade dos príncipes [...]; por outro lado, ao dirigir-se a cada cavaleiro investido, a Igreja constata o surgimento de uma consciência individual que, ainda fortemente engajada nas estruturas de vassalagem e linhagem, começa, todavia, a se mostrar. O apelo de Urbano II à primeira cruzada, dirigido diretamente aos cavaleiros sem passar pelo intermédio dos reis ou príncipes, participa da mesma nova mentalidade. Enfim, com o apelo à cruzada, essa elaboração litúrgica expressa a tentativa da Igreja de assumir os destinos da sociedade ocidental e, principalmente, de controlar e dirigir as forças vivas dessa sociedade: a cavalaria (FLORI, 2005: 44).

Assim como na história de Silvino, em *The Gest of Robyn Hode* é a fé cristã une os guerreiros em defesa das tradições. Porém, enquanto os cangaceiros constroem em sua narrativa um escudo ético que justifique suas agressões, Robin Hood e seu bando satirizam as relações entre aristocracia cristã e comunidades camponesas. Na terceira parte da *gest*, por exemplo, Little John, ao ser capturado pelo Sherif de Nottingham, é forçado a jurar lealdade a este aristocrata. No entanto, ao se inserir no campo inimigo o bandido utiliza de seu algoz, segue suas ordens e no fim desmoraliza-o para ajudar seu bando.

Como apontado por Flori (2005) os objetivos de lealdade eclesiástica não foram plenamente alcançados, pois os rituais de investidura não puderam afastar os cavaleiros medievais dos valores pagãos e tradicionais. Isto nos ajuda a entender melhor os atos do bando de Robin na *Gest*, que mesmo defendendo os valores tradicionais de honestidade e devoção, constantemente roubam, traem, atacam e ameaçam diferentes grupos sociais. Os trovadores satirizam os dogmas cristãos e demonstram como

estes serviram apenas como estímulo a uma vida cavaleira que estava ligada a interesses seculares e arraigadas em costumes pagãos. No romance *Lancelot do Lago*, de 1230, Flori (2005) aponta como, o protagonista utiliza dos rituais de investidura:

Para mostrar que o cavaleiro deve ser ao mesmo tempo o senhor do povo e o servidor de Deus e da Igreja. [No entanto este é um] Episódio bem isolado nesse romance em que Lancelot, o melhor cavaleiro do mundo, amante da rainha Guinevere, preocupa-se muito pouco em servir a Igreja, mas busca, antes de tudo, a glória e sua única motivação é o amor adúltero que o une à esposa de seu rei (FLORI, 2005:46).

Os mitos criados sobre estes heróis bandidos inspiraram atos de bravura em sociedades cristãs e masculinizadas que se opuseram à corrupção do mundo moderno. No entanto, ao comparar os cordéis à *gest* notamos que, para os cangaceiros, o escudo ético serviu a manutenção da vida bandida, seja como vingança pessoal ou como forma de ascensão social. Já para os trovadores medievais, os bandidos serviram para satirizar os costumes aristocráticos, suas contradições e, acima de tudo, valorizar a humildade e o cristianismo rústico, em oposição a aristocracia cristã.

As histórias destes heróis bandidos representam o combate entre homens honrados – leais às tradições – e o Estado covarde, opressor e corrupto. Estes guerreiros não temem nem aos demônios, nem aos homens, NÃO TEMEM NEM A MORTE já que desejam morrer, como dito por Bernardo de Claraval (1955). Little John, diante do martírio de sua ferida e do perigo de ser capturado pede a seu amigo que o mate, um suicídio heroico que evitaria sua captura e a entrega de informações aos seus inimigos. No entanto, Robin se recusa a matá-lo e mais à frente diz: *God Forbid said Little Much, / 'That died on a tree, / That you should, Little John, / Part our company'*². Por sua vez, Silvino, ao narrar seu ódio pela Volante que matou sua família, assume:

² Deus proíbe, diz Little Much, / 'Aquele que morreu em uma árvore, / proíbe que você, Little John, / parta de nossa companhia' (Tradução nossa)

*Então se eu cabir ferido,
Antes de alguém me prender
Eu me suicidarei.
Pois antes quero morrer,
Do que nas mão da polícia
Um só [.....]*

*Quero que o mundo diga
Que eu me suicidei.
Porque hão de dizer também
Que, como heroe, lutei
E que, aos meus inimigos,
Morri, mas não se entreguei*

*Saiba o mundo inteiro,
Que é este o meu destino
Morrerei espadaçado,
Sou de mim próprio assassino
Mas nenhum homem dirá:
Prendi Antonio Silvino.*

O suicídio sempre esteve presente nas sociedades humanas e cada período histórico lidou com estes eventos à sua maneira. Na Antiguidade Clássica, diversos personagens se entregaram ao suicídio de diversas maneiras: Lucrécia, Brutus, Catão, Sêneca, Sócrates, Antígona, Jocasta e tantos outros personagens, lendários ou verídicos, caminharam conscientes ao seu fim. Mas, durante o medievo, o monopólio cultural da Igreja inseriu-se nas sociedades guerreiras germânicas e o suicídio teve como consequência a punição eterna. Segundo Georges Minois (2018), durante os concílios cristãos do século VI, o suicídio foi associado à loucura e ao desespero, além da imagem de Judas servir como prenúncio às mortes auto infligidas.

Nestes concílios foi unânime a condenação ao suicídio e a demonização da prática. Posteriormente, a partir do século XI, houve uma gradativa sistematização das condenações e dentro desse processo um debate sobre as tipologias dos atos suicidas. Pedro Abelardo, Duns

Scot, Alexandre de Halès e São Thomaz de Aquino são todos irredutíveis quanto as condenações aos suicídios, tratando-o como consequência da insanidade e da maldade que toma conta dos corpos humanos, pois para estes homens medievais é impossível questionar a bondade da própria existência. No entanto, no século XII, Bernardo de Claraval, ao discursar a um novo tipo de cavaleiro que se expande pelo ocidente medieval, descreve a “Morte Gloriosa” em que o guerreiro “combate con confiança y ardor por jesucristo; pero desea todavía más morir y estar com Jesucristo”.

Esse guerreiro cristão não peca porque mata em nome de cristo e não morre se não como um desejo de estar ao lado de Deus. Tanto em *The Gest of Robyn Hode* como nos cordéis de Francisco das Chagas Baptista o suicídio é utilizado para a mitificar a morte guerreira. Para estes cavaleiros míticos não há suicídios, mas sim o que Minois (2018) define como morte voluntária, onde os guerreiros se entretêm em batalhas e utilizam destes combates para exaltar suas glórias. Dessa forma, o suicídio na Idade Média apresenta diferenças entres as classes. Enquanto o camponês mata-se para se livrar da miséria, o cavaleiro morre para impedir a humilhação ou a vitória de seu inimigo,

Os heróis fazem o sacrifício supremo, único meio de redimir uma culpa vergonhosa ou de superar um obstáculo humanamente insuperável. Através do suicídio eles superam sua condição mortal e se elevam acima do comum dos mortais. [...] Existe um acordo absoluto entre o comportamento real e a literatura, que diferenciam o suicídio nobre do suicídio desprezível. Mais do que o gesto, é a personalidade e a motivação do suicida que importam (MINOIS, 2018:17).

O homem camponês brasileiro foi construído a partir da manutenção de valores europeus. O discurso da defesa da propriedade, da honra e da virilidade desenvolveram os homens que simbolizam dois tipos ideais: o soldado e o trabalhador. Este novo homem é viril e corajoso, disposto a se sacrificar pela comunidade e por sua família. Neste sentido, a morte honrada serve a manutenção dos ideais societários que legitimam

a nação masculinizada, fortalecida nos ombros destes homens nacionais. No Nordeste, segundo Luitgarde de Barros (1998), os escritos de cordéis serviram para estimular um tom épico às histórias dos cangaceiros e exaltar “valores culturais centenariamente articulados nos chamados ‘códigos da honra sertaneja’, do apego à terra de seus ancestrais, do conhecimento do mundo a que pertence” (BARROS, 1998:161). A honra serviu como uma forma de segmentar a sociedade dividindo-a entre ‘homens de bem’ e ‘bandidos’. Em momentos de tessitura social, os sentimentos violentos, latentes em períodos de paz, foram incendiados por narrativas românticas e se expandiram, transmutando-se em conflitos étnicos e nacionais.

REFERÊNCIAS

- BÂ, A. H. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (org.). **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010. v. 1. p. 167–212.
- BARBAGLI, M. Introdução. In: **O suicídio no Ocidente e no Oriente**. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 7-28.
- BARROS, L. O. C. **Antropologia da honra**: uma análise das guerras sertanejas. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v.29, n.1/2, 1998, p.160-168.
- BARROS, L. O. C. **Cangaço** - Violência no sertão do nordeste. São Cristóvão: Ponta de Lança, v.12, n. 22, jan.-jun. 2018. pp. 63-77.
- CLEMENTE, M. E. A. **O cangaço e a representação mítica de Lampião (1920-1938)**. São Cristóvão: Ponta de Lança, v.12, n. 22, 2018. p. 5-23.
- DETIENNE, M. **Comparar o Incomparável**. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.
- DOMINGUES, P. **“Corisco preto”**: cangaço, raça e banditismo no nordeste brasileiro. São Paulo: Rev. hist., n.176, 2017.

- HOBBSAWM, E. J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- HOBBSAWM, E. J. **Rebeldes Primitivos**: Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX. Barcelona: Editorial Ariel, 1983.
- LEWIN, L. **The Oligarchical Limitations of Social Banditry in Brazil**: The Case of the 'Good' Thief Antonio Silvino. Oxford: Past & Present, no. 82, 1979. pp. 116–146.
- MELLO, F. P. **Aspectos do banditismo rural nordestino**. Recife: Ci. & Tióp. 1974.
- MELLO, F. P. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 5. Ed, 2011.
- MINOIS, G. **História do Suicídio**: a sociedade ocidental diante da morte voluntária. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- MORAES, A. **Marcel Detienne e os caminhos do comparativismo**. Rio de Janeiro: Revista de História Comparada, v. 3, n. 1, 2009.
- OLIVEIRA, Pedro Paulos de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2004.
- SANTOS, F. W. M. A imagem do cangaço nos jornais cearenses (1920-1930). IN: ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História. Anais... Recife: UFPE, 2019. pp. 1-17. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565711907_ARQUIVO_REVISADOANPUHWILTONAIMAGEMDOCANGACONOSJORNAISCEARENSES.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020
- SILVA, S. C. B.; PATROCLO, L. B. **As representações dos cangaceiros Antônio Silvino e Lampião em versos da Literatura de Cordel**. Temporalidades, Belo Horizonte, v. 5 n. 1 Ed. 09, p. 128-144, 2013.

FONTES UTILIZADAS

BAPTISTA, F. C. **Vida de Antonio Silvino**. Anatomia do homem. Chromo. Amor eterno. Recife: Imprensa Industrial, 1905. 17 f.

WALTZ, R. **The Gest of Robyn Hode**: A Critical and Textual Commentary. USA: Loomis House Press, 2013.